



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PIER FRANCESCO DE MARIA

FAMÍLIA E POBREZA: ARRANJOS NO PÓS-REAL (1995-2014)

CAMPINAS
2016

PIER FRANCESCO DE MARIA

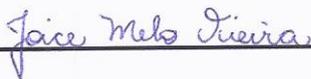
FAMÍLIA E POBREZA: ARRANJOS NO PÓS-REAL (1995-2014)

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Demografia.

Supervisor/Orientador: Profa. Dra. Joice Melo Vieira

Co-supervisor/Coorientador: Profa. Dra. Luciana Correia Alves

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO PIER FRANCESCO DE MARIA, E ORIENTADO PELA PROFA. DRA. JOICE MELO VIEIRA.



CAMPINAS

2016

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

M337f Maria, Pier Francesco De, 1992-
Família e pobreza : arranjos no Pós-Real (1995-2014) / Pier Francesco De
Maria. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Joice Melo Vieira.

Coorientador: Luciana Correia Alves.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Pobreza - Brasil. 2. Família. 3. Mulheres chefes de família. I. Vieira, Joice
Melo, 1980-. II. Alves, Luciana Correia. III. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Family and poverty : arrangements in the Post-Real (1995-2014)

Palavras-chave em inglês:

Poverty - Brazil

Family

Women heads of households

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestre em Demografia

Banca examinadora:

Joice Melo Vieira [Orientador]

Simone Wajnman

Elisabete Dória Bilac

Data de defesa: 08-03-2016

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 08 de Março de 2016, considerou o candidato PIER FRANCESCO DE MARIA aprovado.

Profa. Dra. Joice Melo Vieira (Orientadora – IFCH/UNICAMP)

Profa. Dra. Simone Wajnman (CEDEPLAR/UFMG)

Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac (NEPO/UNICAMP)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

A todos aqueles que nunca desistem, nem desistiram, de seus sonhos e que sempre buscam a superação em cada novo dia.

AGRADECIMENTOS

Estes dois anos de dissertação foram um período de intensas mudanças, com grandes acontecimentos, histórias novas e um maravilhoso desfecho. Pela primeira vez em anos, me encontrei fora da minha zona de conforto, em uma área de que eu pouco dominava e conhecia. Ao cabo deste trabalho, posso dizer que aprendi e que cresci muito, e que toda a experiência que ganhei vou levá-la comigo para todo o sempre. Vou agradecer pessoas da minha esfera pessoal e do meu âmbito profissional. Gostaria, entretanto, de ressaltar que a estes agradecimentos não cabe julgamento, nem correção; afinal, as pessoas conviveram comigo, e com ninguém mais.

Iniciando pelo contexto profissional, eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, às minhas duas orientadoras: Joice, que me ajudou com a construção dos tópicos relacionados à Demografia da Família; e Luciana, que foi de grande valia para que o aparato metodológico fosse consistente, sólido e, ao mesmo tempo, arrojado. Às duas, agradeço de coração pela ajuda e – mesmo que com receios – por me deixarem livre para fazer o que eu mais gosto na minha vida: estudar e aprender.

Além delas, quero agradecer à Gláucia por ter me recebido como auxiliar de pesquisa e ter me ensinado muitas coisas, dentre as quais destaco o bom humor e o espírito de equipe. Obrigado pela sua presença e pela pessoa radiante que você é! Gostaria também de agradecer à Tirza, por ter me permitido ganhar muita experiência ao longo de meu primeiro estágio docente neste mestrado. Um ponto importante, a meu ver, além da simples pesquisa na pós-graduação, é a preparação para a carreira docente. Por todo o espaço que você me concedeu e por tudo que aprendi no primeiro semestre de 2015, agradeço a você.

Ademais, eu não poderia deixar de lado uma pessoa que sempre esteve comigo, mesmo que eu não tenha sido orientado por ele nos últimos dois anos. Ao meu mais caro professor, orientador e – acima de tudo – meu grande amigo Gori, vai meu agradecimento por ser uma pessoa lúcida e brilhante, que nunca me negou um conselho ou uma conversa. Por isto, e por muito mais, agradeço também por ter me aconselhado como um pai, na hora que me encontrei em dúvida a respeito do meu futuro acadêmico. Se estou concluindo este Mestrado é, em muito, devido a você. Obrigado, Mestre!

Também gostaria de agradecer profundamente à Rosana, por me receber de braços abertos como seu orientando no Doutorado e como membro da equipe do Observatório das Migrações em São Paulo. Sua animação, seus incessantes esforços, sua constante busca pelo novo e sua vontade de conhecimento me encantam e motivam sobremaneira. Espero deveras

que nossa parceira, ao longo dos próximos anos, só avive cada dia mais o brilho nos olhos que você ajudou a (re)acender em mim. Obrigado por me ressignificar!

Em termos profissionais, quero agradecer também ao Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGD) e ao Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO), por ter me recebido de portas abertas e por ter engrandecido meu conhecimento em uma área pela qual eu me percebi apaixonado: a Demografia. Nos dois anos que aqui já passei, pude conhecer melhor quem somos nós – a população –, como nos comportamos e como podemos mudar os rumos de todas as outras esferas da sociedade, por sermos a principal componente de tudo: sem população, não há nada.

Gostaria também de agradecer à banca de qualificação – composta, além de minhas orientadoras, pelo Professor Alexandre Gori Maia e pela Professora Elisabete Bilac – que muito agregaram a esta dissertação. Outrossim, estendo os agradecimentos à banca de defesa – composta pelas Professoras Simone Wajnman e Elisabete Bilac – pela arguição e pelos ensinamentos, que vou levar comigo adiante e pelo resto da vida. Também agradeço aos suplentes – Professora Glaucia Marcondes e Professor Alexandre Gori Maia – que aceitaram o convite para participar e se dispuseram a ler meu trabalho.

Também gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento dado nestes longos 2 anos, permitindo me fazer seguir com o meu sonho de me tornar docente universitário um dia, e garantindo que eu levasse adiante, até a conclusão e a aprovação, esta dissertação de mestrado, com muito orgulho e satisfação. Finalmente, gostaria de agradecer à equipe de profissionais do NEPO (em especial Adriana, Rogério e Raquel) e do IFCH (Leandro) que sempre estiveram à disposição em todas as horas e que, deste modo, também permitiram a realização desta dissertação.

No meio pessoal, eu gostaria de agradecer algumas pessoas que estiveram comigo, ao longo desta longa caminhada, e que continuam ao meu lado, independente da intempérie que pode estar me atingindo. Algumas são pessoas que estão comigo desde muito tempo, outras são aquelas que Julio Iglesias diz escolhermos entre os estranhos. Apostei nestas pessoas; hoje, meu sucesso é também o delas, pois nunca deixaram de acreditar em mim, nem deixaram que eu me abatesse, quando algo no meio profissional me bloqueava ou me deprimia. São, assim, pessoas que eu levo para e pela minha vida.

Em primeiro lugar, na convivência do NEPO (e da vida, quando percebi), pude conhecer uma pessoa maravilhosa e na qual confio de olhos fechados, pela qual tenho muito carinho e amor: você, Giovana, minha irmã, minha companheira, minha melhor amiga, meu refúgio, a pessoa pela qual entendi o que é uma família de verdade. Você me ajudou a superar

vários momentos difíceis que encontrei pelo caminho; quando não estava satisfeito ou quando não sabia o que fazer, você esteve aí para me ouvir, me deixar gritar, desabafar e, finalmente, me ajudar a raciocinar (e, diga-se de passagem, tudo isso é completamente recíproco). Minha convivência com você é maravilhosa e desejo muito que continue assim por muito tempo. Saudade é um sentimento tão pequeno perante sua ausência; obrigado por tudo que você representa por mim até hoje. Minha admiração por você é muito grande, não tem palavras que descrevam. Eu te admiro, te adoro e te amo, minha querida irmã!

Ademais, queria agradecer demais a uma pessoa que, mesmo morando distante, me faz companhia há muitos anos, e com quem me identifico cada dia mais. Por toda simpatia e todo carinho que você me dá, por toda calma que você me transmite e pela motivação de seguir em frente todo dia, agradeço você todo dia. Com você, Cássia, minha irmã querida, eu aprendi o que é ter uma família de afeto, além de perceber que família é, acima de tudo e antes de qualquer coisa, escolha do coração. Vamos compartilhar muito nesta vida, muitas alegrias e também momentos não tão felizes. Eu tenho certeza que não estarei sozinho: você nunca fez isto comigo, e por isto também sou imensamente grato. Por tudo o que você fez por mim, mesmo tão longe, é que dedico todo meu trabalho e esforço a você. Eu te amo muito!

Em terceiro, mas não menos importante, à minha caçula, Stella, agradeço pelos cuidados que sempre me deu, pelas palavras de conforto e pela sinceridade com a qual sempre me tratou. Não à toa considero você também como parte da minha família, você é tão eu que até mesmo me surpreendo. Extrapolando um verso de Giacomo Leopardi (do poema “L’infinito”, de 1819), em tradução livre, “e naufragar é-me doce neste mar”. Este mar (de confusão e sabedoria, diversão e tristeza, angústia e superação) é você!

Ademais, gostaria de fazer um especial agradecimento à turma de futuros estatísticos que cursaram a disciplina ME721, da qual fui PED no primeiro semestre de 2015. A receptividade, a parceria, os mais variados ensinamentos (para ambos os lados), as aulas... todas as terças e quintas-feiras de manhã foram mais ensolaradas graças a vocês! Além de me fazerem amar mais ainda a prática docente, vocês foram minha primeira experiência: ou seja, vocês são inesquecíveis. Eu tenho certeza que levarei vocês e todos os exemplos que tivemos para meu futuro profissional, meus alunos e amigos! Em especial, gostaria de agradecer o carinho e a parceria para além da sala de aula da Nath e da Bia: obrigado por me verem não só como um profissional, mas também como amigo e parceiro. Percebi que o semestre pode acabar, mas isso não significa o fim, senão o começo de belas amizades!

Também gostaria de agradecer a parceria e a amizade de outras pessoas com quem convivi no NEPO, compartilhei muitos momentos engraçados e descontraídos, além de ter

conversas maduras e profundas. Nominalmente, gostaria de agradecer: à minha coorte (Luiz, Joyce, Fernanda, Lina, Bladimir e Camila), pelo companheirismo e pela solidariedade que conseguimos construir entre nós e que nos levou muito além do horizonte; à Helô e à Joice, pela simpatia e pelo carinho de sempre e por toda a alegria que vocês irradiam; e à Dafne, por todo o espaço que você me abriu, pelos desabafos e pela sinceridade. Com vocês, eu aprendi muito e também pude dar um pouco de mim. Espero que o caminho de vocês seja brilhante e cheio de alegrias, e que continuemos compartilhando muitas coisas juntos.

Sem deixar o bom passado para trás, quero também manifestar minha gratidão para velhos colegas do Instituto de Economia da UNICAMP. Por bem ou por mal, não consigo sair de lá (pelo menos, fisicamente) e isto me permite manter fortes vários laços, com pessoas com as quais eu convivi por muitos anos e continuo dividindo momentos muito legais, ainda que em doses homeopáticas. Quero com isso agradecer a meus amigos: Pedro Henrique, que nunca vou esquecer por ter sido o primeiro amigo que eu fiz nesta universidade; Fabian e Daniel, pelas incontáveis aventuras acadêmicas pelas quais passamos; Laurent, pela parceria, pelos momentos de camaradagem e pelas incontáveis horas de lazer que tivemos; Pedro Lula, pela grande relação de admiração que tenho pelo profissional e pela pessoa que você é; e Elyson, pelo companheirismo nos eventos acadêmicos.

Finalmente, com tudo que eu sofri no âmbito familiar nos últimos anos, eu gostaria de agradecer ao apoio e à presença constante de minha mãe em minha jornada. Se meu sonho está tomando forma hoje, o devo a ela, em primeira instância. Por ter me dado a oportunidade de estudar em escolas de boa qualidade, por ter me dado o conhecimento das línguas, por ter me incentivado a nunca desistir dos meus sonhos. Enfim, por eu ser esta pessoa que sou hoje, devo tudo a ela, e é a ela que agradeço, em último lugar (afinal, eu sei que os leitores mais temerários leem, geralmente, o primeiro e o último parágrafo).

Concluo agradecendo, de uma vez, a todos que citei acima. Aos que não nomeei individualmente, mas que fizeram parte de minha jornada, também agradeço pela presença e pelos momentos que dividimos: colegas de turma, professores de disciplina, funcionários. Todos tiveram um papel – mesmo que pequeno – no sucesso de minha empreitada, que hoje se chama de Dissertação de Mestrado. Ressalto, enfim, que agradeço a quem mereceu; a ninguém, entretanto, cabe julgar o porquê de tudo que eu aqui disse. Afinal, de fazer agradecimentos-padrão, todos são capazes; expressar os sentimentos do fundo do coração, poucos têm coragem de fazê-lo.

*Nadie escoge a su familia, o a su raza cuando nace
Ni el ser rico, pobre, bueno, malo, valiente o cobarde
Nacemos de una decisión donde no fuimos consultados
Y nadie puede prometernos resultados*

*Cuando nacemos no sabemos ni siquiera nuestro nombre,
Ni cual será nuestro sendero, ni lo que el futuro esconde
Entre el bautizo y el entierro, cada cual hace un camino
Y con sus decisiones, un destino*

*Somos una baraja más de un juego que otro ha comenzado
Y cada cual apostará según la mano que ha heredado
La vida es una puerta donde no te cobran por la entrada
Y el alma es el tiquete que al vivir te rasgan cuando pagas*

*Y cada paso crea una huella, y cada huella crea una historia
Y cada ayer es una estrella en el cielo de la memoria
Y la marea del tiempo lleva y trae nuestras contradicciones
Y entre el regreso y la despedida cicatrizan los errores*

*Y cada amigo es la familia que escogemos entre extraños
Y entre la espera y el encuentro uno aprende con los años
Que solamente a la conciencia nuestro espíritu responde
Y que una cosa es ser varón y otra es ser hombre*

Julio Iglesias – Cantor español (1943 – em vida)
Trecho da música “Vida” (Álbum “Noche de cuatro lunas”, 2000)

RESUMO

Esta dissertação se propõe a analisar e a discutir a existência de relações entre tipo de família e pobreza no Brasil entre 1995 e 2014. Foram enfocadas as famílias monoparentais de chefia feminina, a fim de dimensionar seus níveis de pobreza e compará-las com os outros tipos de família. A importância de estudar este tipo de família nasce de seu atrelamento à teoria da “feminização da pobreza”, a qual tece relações entre o fato de uma família ser chefiada por mulher sem cônjuge e a concentração da pobreza. O trabalho parte de três hipóteses: 1) a existência de feminização da pobreza; 2) a persistência deste fenômeno no tempo, ainda que em menor escala; e 3) a associação entre características da família (tipo, tamanho e composição) e pobreza. O estudo proposto é do tipo longitudinal, criando uma base de dados a partir do empilhamento dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995 a 2014, sendo cada observação uma família (excluídos os domicílios unipessoais e aqueles em que pessoas sem parentesco residiam em conjunto). Para testar as hipóteses de pesquisa, lançou-se mão de uma análise descritiva de variáveis sociodemográficas combinada à aplicação de um modelo de regressão logística ordinal. A fim de mensurar as diversas faces da pobreza (e como variável dependente do modelo logístico), optou-se por um índice multidimensional de pobreza desenvolvido pelo “*Oxford Poverty and Human Development Initiative*” (OPHI) para aplicação em pesquisas domiciliares da América Latina, o qual capta dimensões como moradia, serviços básicos, padrões de vida, educação, emprego e proteção social. Os resultados mostraram que os níveis de pobreza foram se reduzindo de forma sistemática e generalizada para todos os tipos de família no período. Verificou-se também que há grande semelhança entre as famílias “casal com filhos” e as monoparentais. Conclui-se pela rejeição de todas as hipóteses da pesquisa, evidenciando que não há feminização da pobreza no Brasil. Em muitos casos, as famílias monoparentais de chefia feminina têm condições de vida melhores que aquelas de chefia masculina, além de terem patamares semelhantes às famílias “casal com filhos”. A pesquisa mostrou que a pobreza é um fenômeno multideterminado e dinâmico, no qual a privação tende a ser explicada mais pelas condições imateriais do que por aquelas monetárias e materiais. Ainda assim, deve-se considerá-las em conjunto, pois a heterogeneidade sociodemográfica se reflete em diferenciais na composição dos níveis de privação de uma família.

Palavras-chave: Pobreza – Brasil; Família; Mulheres chefes de família.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyse and discuss the existence of relationships between family type and poverty in Brazil between 1995 and 2014. It focused female-headed single-parent families, in order to scale their poverty levels and compare them with others family types. The importance of studying this type of family arises from its connexions to the “feminization of poverty” theory, which explores the relationship between the female-headed families with no spouse and the concentration of poverty. The investigation assumes three hypotheses: 1) the existence of the feminization of poverty; 2) the persistence of this phenomenon in time, albeit on a smaller scale; and 3) the association between family characteristics (type, size and composition) and poverty. The suggested study is longitudinal, creating a dataset pooling the micro-data from the National Household Sample Survey (PNAD) from 1995 to 2014, where each case is a family (single person households and those where unrelated people lived together were excluded). In order to test the research hypotheses, we employed a descriptive analysis of socio-demographic variables combined with the application of an ordinal logistic regression model. In order to measure the various sides of poverty (and the dependent variable logistic model), we opted for a multidimensional poverty index developed by the Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI) for application in household surveys in Latin America, which captures dimensions such as housing, basic services, living standards, education, employment and social protection. The results showed that poverty levels were reduced in a systematic and generalized way for all family types in the analysed period. We also found that there is a great similarity between the families “couple with children” and single-parent ones. We concluded for the rejection of all the hypotheses of this study, showing that there is no clue of feminization of poverty in Brazil. In many cases, female-headed single-parent families have better living conditions than those male-headed, and have similar levels when related to “couple with children” families. The research showed that poverty is a multi-determined and dynamic phenomenon, in which deprivation tends to be explained more by intangible conditions than by monetary and material ones. However, we should consider them together, because the socio-demographic heterogeneity reflects in differences about the composition of deprivation levels of a family.

Keywords: Poverty – Brazil; Family; Women heads of households.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estruturação dos capítulos da dissertação.....	27
Figura 2 – Características socioeconômicas do período 1964-2015	29
Figura 3 – Da transição demográfica como teoria à reestruturação dos arranjos familiares.....	70
Figura 4 – Isoquantas de crescimento da população, com base em dados sobre TFT e esperança de vida ao nascer, para diversas regiões do mundo e períodos	72
Figura 5 – Fatores concorrentes à redução da mortalidade e da fecundidade no mundo	73
Figura 6 – Etapas genéricas da transição demográfica na América Latina	76
Figura 7 – Principais consequências da transição demográfica	78
Figura 8 – Possível estratégia de aproveitamento do bônus demográfico	88
Figura 9 – Determinantes próximos e distais da queda da fecundidade no Brasil.....	91
Figura 10 – A evolução do conceito de família no Censo Demográfico brasileiro.....	108
Figura 11 – Relações entre grupos familiar e domiciliar	109
Figura 12 – Os motivos que explicam a feminização da pobreza pelo mundo	119
Figura 13 – Hipóteses para explicar a relação entre famílias monoparentais e a dificuldade de acesso das crianças ao ensino superior	121
Figura 14 – Processo dedutivo para provar a inverossimilhança da feminização da pobreza	129
Figura 15 – Categorias analíticas para “feminização” e “pobreza”	131
Figura 16 – Categorização da soma ponderada de privações.....	145
Figura 17 – Principais estratégias para executar uma regressão ordinal.....	147
Figura 18 – Perguntas de pesquisa, possíveis respostas e hipóteses	207

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Indicadores selecionados para a economia brasileira (1960-2015).....	36
Gráfico 2 – Dívida externa líquida do setor público, dívida externa brasileira e reservas internacionais, Brasil (1994-2003)	51
Gráfico 3 – Taxa de variação real anual do PIB brasileiro (1901-2014).....	60
Gráfico 4 – Medidas-resumo da pobreza no Brasil (2003-2013).....	63
Gráfico 5 – Taxa de fecundidade total para Brasil, China, Espanha, Estados Unidos, Japão, Líbia, México, Níger e Suécia (1950-2014).....	74
Gráfico 6 – Distribuição dos países da América Latina e do Caribe segundo nível da taxa média de crescimento natural (1950-2005)	77
Gráfico 7 – Mortalidade proporcional por grupos de causas, Brasil (1930-2010).....	80
Gráfico 8 – Curvas de fecundidade para mulheres que tinham de 15 a 19 anos no quinquênio indicado e TFT, Brasil (1957-2001).....	85
Gráfico 9 – Taxa de fecundidade total, urbanização e proxies para industrialização, consumo das famílias, trabalho assalariado e participação feminina, Brasil (1940-2014).....	93
Gráfico 10 – Taxas brutas de natalidade e mortalidade e taxa de crescimento vegetativo médias por decênio, Brasil (1840-2010).....	96
Gráfico 11 – Distribuição das famílias por tipo de arranjo e sexo, Brasil (1995-2014).....	156
Gráfico 12 – Proporção de famílias não pobres, por tipo de arranjo e sexo do responsável pela família, Brasil (1995-2014).....	157
Gráfico 13 – Proporção de famílias pobres e extremamente pobres, por tipo de arranjo e sexo do responsável da família, Brasil (1995-2014)	158
Gráfico 14 – Distribuição das categorias do nível de privação para a média das famílias brasileiras e as FMCF, segundo estrato de residência e ano, Brasil (1995-2014).....	159
Gráfico 15 – Distribuição das categorias do nível de privação para famílias do tipo casal com filho, segundo sexo do responsável, estrato de residência e ano, Brasil (1995-2014).....	160
Gráfico 16 – Distribuição das categorias do nível de privação, segundo sexo do responsável, tipo de família e região de residência, Brasil (1995).....	161
Gráfico 17 – Distribuição das categorias do nível de privação, segundo sexo do responsável, tipo de família e região de residência, Brasil (2014).....	162
Gráfico 18 – Distribuição das categorias do nível de privação, segundo tipo de família, raça/cor e ano, Brasil (1995-2014).....	163
Gráfico 19 – Distribuição das categorias do nível de privação, segundo sexo do responsável em famílias do tipo “casal com filhos”, raça/cor e ano, Brasil (1995-2014)	164
Gráfico 20 – Distribuição das categorias do nível de privação, segundo tipo de família, condição de convivência e ano, Brasil (1995-2014)	165
Gráfico 21 – Nível médio de privação das famílias brasileiras, segundo raça-cor, região de residência e estrato, Brasil (1995-2014).....	166
Gráfico 22 – Distância absoluta entre níveis de privação por tipo de família, raça-cor, região de residência e situação do domicílio, Brasil (1995-2014).....	168
Gráfico 23 – Evolução da participação de cada dimensão do nível de privação das famílias brasileiras, segundo arranjo familiar e sexo do responsável, Brasil (1995-2014)	170

Gráfico 24 – Evolução do valor médio para as cinco dimensões do nível de privação das famílias brasileiras, segundo arranjo familiar e sexo do responsável, Brasil (1995-2014).....	172
Gráfico 25 – Evolução do nível médio de privação familiar por dimensão, segundo sexo e grupo de idade do responsável e arranjo familiar, Brasil (1995-2014)	174
Gráfico 26 – Evolução do nível médio de privação familiar por dimensão, segundo sexo, arranjo familiar e presença de família convivente, Brasil (1995-2014)	175
Gráfico 27 – Evolução do nível médio de privação familiar por dimensão, segundo sexo, arranjo familiar e número de anos de estudo do responsável, Brasil (1995-2014).....	176
Gráfico 28 – Evolução do nível médio de privação familiar por dimensão, segundo sexo, arranjo familiar e condição de família estendida, Brasil (1995-2014)	178
Gráfico 29 – Índice multidimensional de pobreza para América Latina (IMP-AL), segundo tipo de família e ano, Brasil (1995-2014)	180
Gráfico 30 – Índice multidimensional de pobreza para América Latina (IMP-AL), segundo características sociodemográficas da FMCF, Brasil (1995-2014).....	183

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características comuns associadas à feminização da pobreza	124
Quadro 2 – Dimensões do IMP-AL, indicadores de privação e pesos atribuídos.....	141
Quadro 3 – Grupos, variáveis selecionadas e respectivas categorias.....	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População pobre por grandes regiões, Brasil (1970-1980).....	33
Tabela 2 – Distribuição proporcional da população e medidas-resumo da extensão da pobreza no Brasil, segundo regiões (1970-1980)	34
Tabela 3 – Renda domiciliar média real dos decis mais pobres e variação no período, segundo regiões (1976-1979).....	35
Tabela 4 – Indicadores macroeconômicos selecionados, Brasil (1980-1987).....	38
Tabela 5 – Proporção de pobres, hiato de renda e hiato quadrático por estrato de residência, Brasil (1990-1993).....	42
Tabela 6 – Medidas de pobreza como insuficiência de renda, Brasil (1990-1996).....	47
Tabela 7 – Indicadores de pobreza por região e estrato, Brasil (1995-2002)	49
Tabela 8 – Dados sobre benefícios assistenciais pagos pelo INSS (1995-2002).....	50
Tabela 9 – Indicador multidimensional de pobreza por características socioeconômicas, Brasil e grandes regiões (2003-2013).....	64
Tabela 10 – TFT antes e depois do início da transição da fecundidade, Brasil (1957-1979)	82
Tabela 11 – Dados sobre a transição da fecundidade no Brasil.....	83
Tabela 12 – Estrutura etária da população, índice de envelhecimento e distribuição da população segundo grupo de renda familiar <i>per capita</i> , Brasil (2000-2010)	87
Tabela 13 – Indicadores de estrutura etária, fecundidade e mortalidade, Brasil (1950-2010).....	89
Tabela 14 – Taxa de fecundidade total por variáveis socioeconômicas, Brasil (1970-2010).....	94
Tabela 15 – Total de famílias em domicílios particulares por tipo de arranjo familiar e presença de parentes, Brasil (1970-2010).....	97
Tabela 16 – Proporção (%) de famílias monoparentais por sexo, Brasil (1970-2010).....	98
Tabela 17 – Percentual de famílias em domicílios particulares permanentes por tipo de arranjo familiar e nível de renda familiar <i>per capita</i> , Brasil (1991-2010)	99
Tabela 18 – Características das famílias com filhos, Brasil (2006).....	115
Tabela 19 – Evolução, taxa de crescimento e variação do número de famílias por sexo do responsável e tipo de arranjo, Brasil (1995-2014)	155
Tabela 20 – Nível médio geral de privação das famílias e segundo raça/cor, região de residência e estrato, por arranjo familiar, sexo do responsável e ano, Brasil (1995-2014).....	167
Tabela 21 – Coeficientes de correlação linear de Pearson para as dimensões do IMP-AL, Brasil (1995-2014)	179
Tabela 22 – Componentes “incidência” e “intensidade” do IMP-AL, segundo tipo de família e sexo do responsável, Brasil (1995-2014)	182
Tabela 23 – Coeficientes e <i>odds ratios</i> para as variáveis, e respectivas categorias, do modelo de regressão logística ordinal, Brasil (1995-2014)	197

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFDC	<i>Aid to Families with Dependent Children</i>
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
BC	Banco Central do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BRA	Brasil (sigla ISO 3166-1 alpha-3)
CHN	China (sigla ISO 3166-1 alpha-3)
CO	Região Centro-Oeste
BSM	Plano Brasil Sem Miséria
DHS	<i>Demographic and Health Survey</i>
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
e₀	Esperança de vida ao nascer
ESP	Espanha (sigla ISO 3166-1 alpha-3)
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMCF	Família Monoparental de Chefia Feminina
FMCM	Família Monoparental de Chefia Masculina
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE	Instituto Brasileiro de Economia
ICV	Índice de Condições de Vida
IE	Índice de Envelhecimento
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IIND	Observações independentes, não identicamente distribuídas
IMP	Índice Multidimensional de Pobreza
IMP-AL	Índice Multidimensional de Pobreza para a América Latina
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
IUSSP	<i>International Union for the Scientific Study of Population</i>
JPN	Japão (sigla ISO 3166-1 alpha-3)
LBY	Líbia (sigla ISO 3166-1 alpha-3)
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MEX	México (sigla ISO 3166-1 alpha-3)
MPIDR	Max Plank Institute of Demographic Research
MS	Ministério da Saúde
NE	Região Nordeste
NER	Níger (sigla ISO 3166-1 alpha-3)
NO	Região Norte
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
P₀	Proporção de pobres
P₁	Hiato de renda
P₂	Hiato quadrático de renda
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População Economicamente Ativa
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNDS	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher
PNE	Plano Nacional da Educação

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Pop.	População
PPA	Plano Plurianual
PRWORA	<i>Personal Responsibility and Work Opportunity Reconciliation Act</i>
PSDB	Partido Social Democrata Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RD	Razão de Dependência
RDI	Razão de Dependência por Idosos
RDJ	Razão de Dependência por Jovens
RDPC	Renda Domiciliar <i>per capita</i>
RM	Região Metropolitana
RMC	Região Metropolitana de Campinas
RMV	Renda Mensal Vitalícia
R\$	Real
SE	Região Sudeste
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SM	Salário Mínimo
SMN	Sistema Monetário Nacional
SU	Região Sul
SWE	Suécia (sigla ISO 3166-1 alpha-3)
TBM	Taxa Bruta de Mortalidade
TBN	Taxa Bruta de Natalidade
TEE	Transição da Estrutura Etária
TFT	Taxa de Fecundidade Total
TMI	Taxa de Mortalidade Infantil
UCB	University of California, Berkeley
USA	Estados Unidos da América (sigla ISO 3166-1 alpha-3)
US\$	Dólar Americano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 – A POBREZA NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 50 ANOS (1964-2014)	28
1.1 O PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964-1979)	30
1.2 A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1980-1987)	36
1.3 DA CONSTITUIÇÃO AO PLANO REAL (1988-1994)	39
1.4 VINTE ANOS DE POLÍTICAS SOCIAIS (1995-2014)	44
1.4.1 O embrião nos Governos FHC (1995-2002)	45
1.4.2 A evolução nos Governos Lula (2003-2010).....	52
1.4.3 A pseudo-continuidade de Dilma (2011-2014).....	59
1.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	65
CAPÍTULO 2 – TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL	69
2.1 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA COMO TEORIA	70
2.2 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL	79
2.3 DESIGUALDADES NA QUEDA DA FECUNDIDADE	89
2.4 REARRANJO DAS FAMÍLIAS NO BRASIL (1980-2010).....	95
2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	100
CAPÍTULO 3 – FAMÍLIAS E POBREZA: RELAÇÕES E VISÕES.....	102
3.1 FAMÍLIA OU DOMICÍLIO?	103
3.2 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS DE CHEFIA FEMININA E POBREZA.....	110
3.3 A TEORIA DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA	116
3.4 CRÍTICAS E EVIDÊNCIAS CONTRÁRIAS	124
3.5 HIPÓTESES DE PESQUISA E OBJETO DE ESTUDO	133
3.6 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	137
CAPÍTULO 4 – MATERIAL E MÉTODOS.....	139
4.1 FONTES DE DADOS	139
4.2 VARIÁVEIS SELECIONADAS	140
4.2.1 Variável dependente.....	140
4.2.2 Variáveis independentes.....	142
4.3 METODOLOGIA QUANTITATIVA	144
4.3.1 Categorização do nível de privações	145

4.3.2	Regressão logística ordinal	146
4.3.3	Cálculo do IMP-AL	151
4.3.4	Softwares utilizados.....	152
CAPÍTULO 5 – EVOLUÇÃO DA POBREZA FAMILIAR NO BRASIL (1995-2014) .		153
5.1	EVOLUÇÃO DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL	154
5.2	PERFIL FAMILIAR DA POBREZA NO PÓS-REAL	169
5.3	EXISTE FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL?.....	184
5.4	REVISITANDO TEORIAS, PERGUNTAS E HIPÓTESES	200
CONCLUSÕES.....		211
REFERÊNCIAS		219
APÊNDICE A.....		238

INTRODUÇÃO

A literatura sobre pobreza apresenta uma vastidão de vertentes e dimensões sobre as quais debruça seus estudos e análises. Por ser uma área que aglutina elementos econômicos, demográficos, sociais e históricos, os quais claramente se transformam ao longo do tempo, o debate em torno da evolução da pobreza e de sua caracterização é interminável. Ademais, ao se estudar a pobreza, é preciso atentar não só para o estoque de pobres e fluxos de entrada e saída da pobreza, mas também para os processos pelos quais se dá tanto seu combate, como sua erradicação.

Outros elementos também devem ser levados em conta quando se estuda a pobreza. Questões como o nível de desigualdade de um país, o tamanho e a composição das famílias e o caráter e a efetividade das políticas públicas precisam ser pensados para que se delinee corretamente o estudo e se chegue a resultados coerentes. Além de tudo isto, é preciso considerar a trajetória da população pobre e as evoluções econômica, demográfica, política e social da região ou país estudado.

Percebe-se que o estudo da pobreza – independente do enfoque dado ser de cunho econômico, demográfico ou qualquer outro – é afetado por inúmeras características que nem sempre são fáceis de serem controladas. Nesta dissertação, optou-se por fazer a ponte entre elementos econômicos e características demográficas para analisar a pobreza no Brasil, em um período bem delimitado da história econômico-social do país: o período Pós-Real, que se inicia com o Plano Real (em 1994) e se estende até os dias de hoje.

A escolha deste período é relevante para o estudo, à medida que é apenas nestes últimos 20 anos que, de fato, o combate à pobreza como um problema amplo e generalizado aparece como uma questão relevante na agenda política do país¹. Até meados dos anos 1990, se abordava a questão pela multiplicidade de elementos que compõem a pobreza em si, sem, porém, tratá-la como um fenômeno complexo. Ademais, era bastante forte, à época, a relação estabelecida entre cidadania, direitos e trabalho, com políticas de assistência direcionadas à população trabalhadora.

Além de elementos relacionados à economia e às políticas sociais, as últimas duas décadas são de contínuas mudanças na composição das famílias brasileiras e em seu tamanho – com o crescimento de arranjos específicos e mudanças, em termos de padrões de

¹ É preciso ressaltar que o debate sobre as formas de combater a pobreza no Brasil já era um tema relevante e discutido na Academia e por diversos grupos sociais, desde os anos 1970. A questão passa a ser importante para a política e para o Estado apenas em meados dos anos 1990, pois outras pendências – como a democratização e a hiperinflação – já haviam sido sanadas.

nupcialidade, na composição das famílias, no geral, e dos casais, em especial. É preciso, todavia, antes de seguir analisando o período em questão, entender quais foram as trajetórias econômica e demográfica que explicam o cenário atual.

A sociedade brasileira chegou a 1995, seis meses após o lançamento do Plano Real, em um cenário de – pela primeira vez após muitas décadas – estabilização econômica associada à estabilidade política da Nova República (a partir de 1985). Entrementes, tal estabilidade político-econômica se dá, pela primeira vez na história do Brasil, em um contexto no qual já aconteceram mudanças no perfil e na estrutura da população, fruto especificamente da transição demográfica, as quais causaram alterações na composição e na estrutura das famílias em todo o país. O entendimento da evolução da pobreza no Brasil, em geral, e de suas relações com a família, em especial, passa pela análise da transição demográfica e da pobreza no período recente.

Para realizar estas análises, é preciso definir um marco temporal a partir do qual ambas as dimensões serão estudadas. Entende-se que, para a compreensão da trajetória atual da pobreza no Brasil, é preciso reconstituir o processo de transição demográfica no país, com base nas reduções drásticas ocorridas nos níveis de fecundidade a partir de meados dos anos 1960. Este marco coincide aproximadamente com o início do Regime Militar, período a partir do qual a economia passa por diversas fases, tanto de crescimento como de estagnação, e questões como pobreza e desigualdade entram de vez no debate econômico-social.

Tendo realizado estas duas análises – a da redução da pobreza e da transição demográfica no Brasil entre 1964 e 2014 –, tem-se elementos suficientes para estudar de forma detida o período aqui chamado de “Pós-Real”. Este período tem seu início marcado em 1995, ano seguinte da aprovação do Plano Real, o qual finalmente estabilizou a economia brasileira, após anos de inflação e instabilidade. Se podem assim estudar as relações existentes entre as famílias e a possível concentração da pobreza no país nos últimos 20 anos.

Perante estas ponderações, a presente dissertação parte de um questionamento principal, a saber: existem relações entre o tipo de família analisado e a concentração da pobreza no Brasil, ao longo das últimas duas décadas? Especificamente, analisa-se um tipo de família, o qual muito tem crescido nas últimas décadas: a família monoparental de chefia feminina. Geralmente atrelada a este tipo de família, uma teoria busca tecer relações entre o fato de a família ser chefiada por uma mulher sem cônjuge e a concentração da pobreza. Esta teoria, chamada de “feminização da pobreza”, é parte integrante desta dissertação e sua análise é aqui relacionada ao estudo da hipótese de tais famílias serem mais pobres em relação aos outros arranjos.

Tendo em mente que os alvos da pesquisa são as famílias monoparentais de chefia feminina e a pobreza no Brasil – no período do Pós-Real –, os objetivos gerais são três, a saber: 1) estudar o que aconteceu com as famílias monoparentais no período de 1995 a 2014; 2) avaliar a evolução das relações entre os tipos de famílias e as características da pobreza no período; e 3) descrever de que forma se distribui a pobreza, qual a evolução nos últimos 20 anos e como esta se caracteriza.

A partir dos objetivos acima expostos, entende-se necessário destacar que a dissertação em questão não procura por pistas ou elementos que definam, de maneira determinística, a monoparentalidade – especificamente a família de chefia feminina – como marca da pobreza no Brasil. Os dados levantados e os métodos utilizados procuram recolocar o debate, não esgotado, sobre feminização da pobreza no Brasil, podendo, sem prejuízo da pertinência da pesquisa, rejeitar-se a hipótese de existência da feminização da pobreza.

As hipóteses sobre as quais repousa o presente trabalho são três, as quais são construídas a partir do estudo feito nos primeiros três capítulos da dissertação. A primeira hipótese é de que as famílias monoparentais de chefia feminina tendem a registrar maiores índices (níveis) de pobreza entre 1995 e 2014. A segunda hipótese, de forma complementar, aponta que, ainda que o *gap* – em termos de pobreza – entre famílias monoparentais de chefia feminina e biparentais (chefiadas por homens ou mulheres) tenha se reduzido nas últimas duas décadas, a diferença relativa entre os tipos de família se manteve no período. Finalmente, a terceira hipótese destaca o fato de, apesar da crescente pluralidade de arranjos familiares nas últimas décadas, ainda se mantém alta a correlação entre tipo de família e nível de pobreza.

Tais hipóteses – é importante se destacar – não abordam todas as possibilidades de pesquisa realizáveis a partir das fontes de dados e da literatura existente. Estas servem para o direcionamento do estudo realizado nesta dissertação, além de serem fruto de uma construção direcionada pelas análises feitas nos capítulos iniciais. Para desenhar as hipóteses acima e construir o arcabouço teórico, a fim de selecionar os dados a usar e a metodologia apropriada para obter os resultados, esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, conforme se apresenta na Figura 1.

Os primeiros dois capítulos da dissertação tratam da construção de cenários econômico e demográfico pelos quais o Brasil passou nas últimas cinco décadas (1964-2014). No primeiro capítulo, se analisa a redução da pobreza no país, destacando quatro grandes períodos neste meio século: 1) a estrutura da pobreza ao longo da ditadura militar (1964-1979); 2) as mudanças no enfrentamento do problema durante a transição democrática (1980-1987); 3) a evolução de cunho social e a imediata retração no período entre a Constituição e o

Plano Real (1988-1994); e 4) as relações entre políticas sociais e combate à pobreza em FHC, Lula e Dilma (1995-2014).

No segundo capítulo, com o mesmo espectro temporal do primeiro, analisa-se, em paralelo, a transição demográfica. Para tal, diferentemente do que é feito no anterior (que usa uma estrutura cronológica), constrói-se um trajeto que parte de uma ideia geral (a transição demográfica como teoria e sua aplicação na América Latina) para alcançar um elemento específico (no caso, a transição da fecundidade no Brasil e seus diferenciais socioeconômicos) e mostrar o impacto deste elemento sobre o objeto de estudo (as famílias no país).

Os dois capítulos seguintes utilizam a discussão realizada nos primeiros dois capítulos para tecer relações entre famílias e pobreza. Este processo é feito tanto no plano teórico, como em termos metodológicos. No terceiro capítulo da dissertação, estabelecem-se as conexões teóricas entre pobreza e família, definindo-se, primeiro, qual a melhor unidade de análise (se a família, o domicílio ou algum arranjo intermediário, como a família domiciliar e a família censitária). Em seguida, dedica-se especial atenção ao debate teórico em torno da feminização da pobreza. Tendo por base o estudo teórico feito neste capítulo – pautado nas contextualizações econômica e demográfica da primeira parte do trabalho –, encerra-se com o detalhamento dos objetivos, das perguntas e das hipóteses de pesquisa.

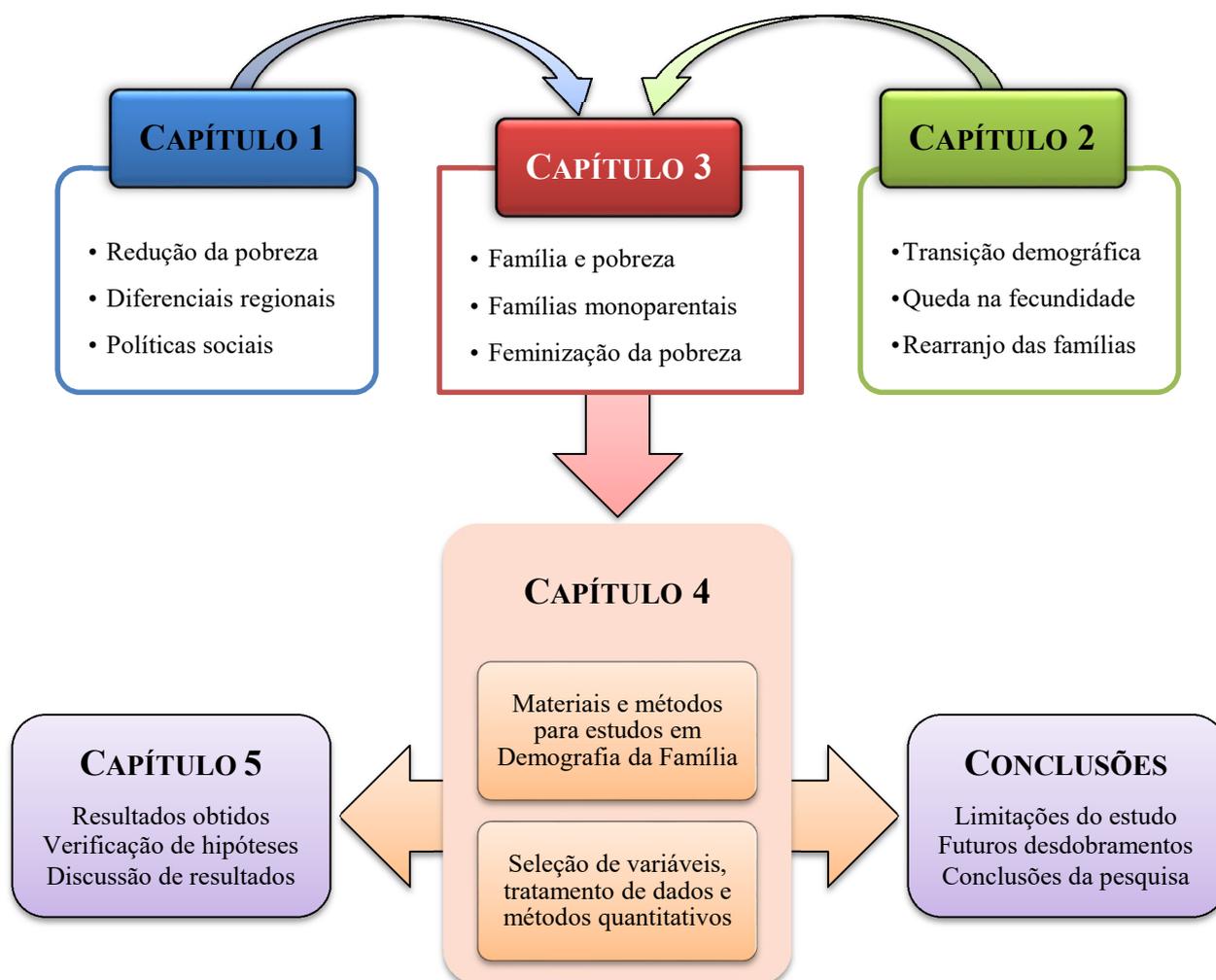
No quarto capítulo, com base nas elaborações teóricas realizadas no capítulo anterior, são delineados os materiais e métodos da pesquisa. Neste capítulo, dá-se um primeiro enfoque à forma da metodologia quantitativa tratar a família captada em pesquisas como o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para depois debruçar-se sobre a seleção e o tratamento das variáveis. Ao cabo do capítulo, após ter delineado (quantitativamente) a unidade de análise e as variáveis, apresenta-se a modelagem utilizada e como as variáveis selecionadas servirão para testar as hipóteses da dissertação.

No último capítulo da dissertação, são expostos os resultados obtidos a partir dos modelos – detalhados no quarto capítulo –, de modo a verificarem-se as hipóteses de pesquisa e chegar às respostas para as três perguntas que norteiam esta dissertação:

- As famílias monoparentais de chefia feminina são as mais pobres?
- Houve redução, de 1995 a 2014, do gap entre famílias mono e biparentais?
- Existe alguma relação entre tipo e tamanho da família e a pobreza?

Com base nas respostas obtidas neste capítulo, nas conclusões da dissertação é feita uma reflexão sobre os resultados alcançados e se discute a validade das hipóteses apresentadas, também à luz do aporte teórico proposto.

Figura 1 – Estruturação dos capítulos da dissertação



Fonte: Elaboração do autor.

Com esta dissertação, procura-se contribuir com o desenvolvimento de um tema que deveria ser mais importante para quem estuda a pobreza no Brasil: a existência ou não de diferenciais de gênero na pobreza – analisados a partir de dados quantitativos oriundos de pesquisas domiciliares. Os elementos teóricos e contextuais, em conjunto com as questões metodológicas apresentadas, servem, se não para comprovar as hipóteses que foram propostas, para recolocar a questão da feminização da pobreza no debate acadêmico nacional. Busca-se, com este trabalho, motivar a recolocação de questões como a qualidade dos dados coletados para estudar a pobreza no Brasil. Ademais, esta dissertação procura questionar o uso de uma linha única de pobreza e de apenas um conceito de pobreza (o de carência monetária) para definição de políticas públicas de combate e erradicação da pobreza no país

CAPÍTULO 1 – A POBREZA NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 50 ANOS (1964-2014)

Os últimos cinquenta anos da história brasileira (1964-2014) são marcados por profundas mudanças sociais e econômicas, acompanhadas de alterações substanciais no regime político. Ao longo destas cinco décadas, o Brasil passou de um regime autoritário (entre 1964 e 1985) para uma democracia (já a partir de 1985 e com a promulgação da nova Constituição em 1988). Duas questões, ao longo de todo este período, foram prementes na sociedade brasileira, embora – especialmente durante o regime militar – pouco discutidas e praticamente não enfrentadas até pouco tempo atrás: a pobreza e a desigualdade. Destas duas questões, o foco deste capítulo (e o objeto de estudo da dissertação) é a pobreza e sua evolução². Assim, o objetivo deste capítulo é analisar a evolução da pobreza no Brasil a partir de 1964, a partir de uma perspectiva unidimensional – ou seja, estritamente pautada na renda. Faz-se esta opção, devido ao fato de a literatura nacional sobre o tema abordar a evolução da pobreza, na grande maioria das vezes, pela ótica da carência de renda e do consumo.

Quando se discute a pobreza multidimensional no país, embora sejam propostos e avaliados diversos métodos, as análises são muito pontuais e restritas a estudo de casos ou de períodos específicos (*cf.* BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003; ROLIM et al., 2006; DINIZ; DINIZ, 2009; PACHECO; DEL-VECCHIO; KERSTENETZKY, 2010; SILVA; NEDER, 2010; PNUD, 2013; IPEA, 2015), o que prejudica a visualização de tendências. Embora a análise estática – que não exclui a possibilidade de se compararem regiões ou períodos isolados no tempo – seja valiosa e útil, é preciso lembrar que a pobreza é dinâmica, da qual pouco se pode abstrair quando analisada em termos estáticos³.

Ademais, o grande leque de indicadores multidimensionais que surgiu, no Brasil e no mundo, a partir dos anos 1990 (CODES, 2008), faz com que a comparabilidade dos estudos seja bastante prejudicada, à medida que dimensões distintas são empregadas para se falar da pobreza no Brasil. Embora esteja claro que a pobreza é um fenômeno multifacetado, plural e indiscutivelmente maior do que a simples carência de renda, a fim de se realizar um estudo de evolução temporal de longo prazo, a melhor saída continua sendo o uso das linhas de pobreza. Assim, este capítulo discute pobreza no Brasil sob a ótica da escassez de renda⁴.

² Para um estudo mais aprofundado sobre a desigualdade no Brasil nos últimos 50 anos, ver Comin (2015).

³ Uma grande exceção é o trabalho de Kageyama e Hoffmann (2006), no qual os autores, a partir de uma medida de pobreza multidimensional, conseguem avaliar a evolução desta no Brasil ao longo dos anos, de 1992 a 2004.

⁴ Na apresentação da metodologia e dos resultados desta dissertação, será adotado um índice multidimensional, com o objetivo de construir uma série temporal longa que contemple as várias dimensões que a pobreza pode assumir, além de contar com diversas variáveis para mostrar que, além de multidimensional, a pobreza é multideterminada e dinâmica. De forma breve, o Capítulo 4 trará elementos para entender esta vertente, além de justificar a importância de a dissertação trabalhar com multidimensionalidade.

Para que se possam compreender a contento as mudanças – relacionadas às famílias pobres – no período do Pós-Real (1995-2014), é preciso analisar como evoluíram o nível da pobreza, sua concentração espacial e sociodemográfica e a atuação dos governos em seu combate. Para tal, é preciso separar os diversos momentos vivenciados pela sociedade brasileira nos últimos 50 anos. Esta separação é feita levando-se em conta as fases de cada sistema político e os partidos que tiveram à frente, conforme se exhibe na Figura 2.

Figura 2 – Características socioeconômicas do período 1964-2015

Fases e períodos	Índice de Gini	Domicílios pobres	Inflação	Crescimento do PIB
FASE 1 1964-1979	Crescente (0,611)	Em queda (35,3-31,9%)	Sob controle (2,5% a.m.)	Milagre (7,7% a.a.)
FASE 2 1980-1987	Estável (0,592)	Instável (32,6-32,9%)	Inflação alta (8,4% a.m.)	Estagnação (3,3% a.a.)
FASE 3 1988-1994	Instável (0,608)	Em queda (37,1-31,8%)	Hiperinflação (24,2% a.m.)	Crescimento (1,3% a.a.)
FASE 4A 1995-2002	Estável (0,597)	Estável (28,1-27,0%)	Sob controle (1,0% a.m.)	Baixo (2,3% a.a.)
FASE 4B 2003-2010	Em queda (0,559)	Em queda (28,2-15,2%)	Baixa (0,5% a.m.)	Retomada (4,0% a.a.)
FASE 4C 2011-2015	Em queda (0,527)	Em queda (14,1-10,0%)	Baixa (0,5% a.m.)	Muito baixo (0,5% a.a.)

Fonte: Elaboração do autor. Dados entre parênteses obtidos a partir do IPEAdata.

Nota: Valores isolados entre parênteses apresentam a média de cada período. Valores para domicílios pobres representam os níveis no início e no fim de cada período. Dados obre inflação calculados pelo IGP-DI.

Basicamente, se distinguem – ao longo destas cinco décadas – quatro grandes fases, divisíveis em dois períodos: antes e depois da Constituição de 1988. A primeira fase, que segue de 1964 a 1979, é de instauração e auge da ditadura militar, durante o qual poucas informações se têm a respeito da evolução da pobreza no Brasil, com exceção feita aos dados

do Censo de 1970 e das PNADs⁵. A segunda fase – aqui chamada de transição democrática – considera a evolução da pobreza no período que se inicia com a Lei da Anistia e se encerra com a promulgação da Constituição de 1988, primeiro grande avanço, após décadas, em termos de políticas sociais e de combate à pobreza.

No segundo período, é preciso ainda separar fases em que a capacidade de o Estado se articular – em termos de políticas sociais e combate à pobreza – é reduzida, enquanto tem que enfrentar um cenário econômico adverso, de momentos em que a economia se mantém estável e a agenda política pode assumir como prioridade temas como o combate à pobreza. Assim sendo, o segundo período é dividido entre antes e depois o Plano Real (de 1994). Na primeira fase, se analisa como a Constituição Federal de 1988 trouxe novos ares à política social brasileira e aos direitos da população, além de mostrar como, no começo da década de 1990, a regulamentação das medidas transitórias da Constituição procurou reduzir seu caráter progressista. Na segunda fase, analisa-se a política social e as formas adotadas de combate à pobreza pelos três governos posteriores ao Plano Real: FHC, Lula e Dilma.

Este tópico, portanto, tem o papel de contextualizar a situação socioeconômica do Brasil no espectro temporal de análise, sendo o primeiro pilar de sustentação desta dissertação. Ademais, busca-se preparar o terreno para entender as mudanças demográficas e as transformações que ocorreram nas famílias. Estas análises serão feitas nos próximos dois capítulos, sendo que, no Capítulo 2, se dará espaço à análise da transição demográfica *stricto sensu*, para, no Capítulo 3, se dissertar a respeito das relações entre os dois pilares deste trabalho (a Economia e a Demografia), tomando como objeto de análise a Família.

1.1 O PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964-1979)

Durante a década de 1960, o país passou por um período de forte instabilidade política, que resultou no golpe civil-militar de 1964. Autores como Barros e Mendonça (1995a) mostram que a renda média da população economicamente ativa (PEA) pouco cresceu entre os censos de 1960 e 1970, enquanto a desigualdade aumentou consideravelmente. Estes dois indícios, combinados com a elevação ímpar do nível de preços em relação aos salários, podem apontar para o possível empobrecimento da população⁶. No

⁵ O Censo de 1960 não é considerado fiável, sendo usados os dados a partir de 1970 (HAKKERT, 1996). Quanto à PNAD, embora vá a campo desde 1967, seus microdados são disponibilizados somente a partir de 1976.

⁶ Esta afirmação é considerada controversa pela literatura. O trabalho seminal de Fields (1977) aponta que, de fato, a pobreza brasileira caiu em 41% entre os anos 1960 e 1970. Todavia, autores como Ahluwalia et al. (1980) entendem que o autor cometeu erros lógicos que levaram a conclusões insustentáveis com os dados existentes. Ademais, Barros e Mendonça (1995a) apontam que as outras observações dos autores críticos a Fields (1977) – tais como as limitações impostas pelos dados – são válidas para o artigo deles.

começo dos anos 1970, o debate Fishlow-Langoni trouxe à tona diversas explicações para a elevação na desigualdade de renda, debate este do qual participaria também o economista Edmar Bacha, no fim da década.

Na visão de Fishlow (1972), a partir do cálculo dos índices de Theil baseados nos Censos Demográficos de 1960 e 1970, houve um claro aumento na desigualdade da renda durante o governo Castelo Branco (1964-1967). O autor associou tal movimento às políticas do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), o qual teria sido responsável pela compressão do salário mínimo real e do salário médio, ao subestimar a inflação prevista (base para os reajustes salariais). Deduz-se, a partir disto, que a compressão do salário mínimo pode ter levado ao aumento não só da desigualdade, como também da pobreza. A despeito do crescimento econômico acelerado a partir de 1967, teria havido uma piora na distribuição de renda e nas condições de vida da população pobre.

Por sua vez, Langoni (1973) entendera que o aumento na desigualdade teria sido fruto da expansão econômica (chamada de Milagre Econômico Brasileiro), dado que esta levaria à combinação do “Efeito Kuznets” com a defasagem na qualificação na força de trabalho (GANDRA, 2004, p. 4). Com base em Kuznets (1955), Langoni apresentou a hipótese de a relação entre crescimento e distribuição de renda assumir a forma de um U invertido, refletindo o aumento da desigualdade até certo nível de crescimento econômico. No caso, o Brasil dos anos 1960 estaria passando pela primeira metade da curva. Ao mesmo tempo, ocorreu um aumento da demanda por trabalho qualificado frente a uma oferta inelástica no curto prazo, elevando os salários dos mais escolarizados e, por consequência, tendo reflexos negativos na concentração de renda e no nível de pobreza.

Finalmente, Bacha (1978) argumentou que a remuneração dos funcionários de alto escalão e de executivos (os chamados *White Collars*) estaria atrelada a movimentos do lucro empresarial e condicionada à hierarquia; todavia, o mesmo não se via em relação aos salários dos trabalhadores comuns (*Blue Collars*). Esta dicotomia seria a responsável pela abertura do leque salarial, causando o aumento da desigualdade da renda nos anos 1960 (GANDRA, 2004, p. 7). Infere-se que, como os rendimentos atrelados aos lucros não sofreriam com o arrocho salarial real – passando de cerca de R\$ 400 para R\$ 300 entre 1964 e 1970, conforme mostra Saboia (2007)⁷ –, a pobreza não teria caído no período.

⁷ Os salários são dados em Reais de agosto/2006. O deflator utilizado foi o Índice de Custo de Vida (ICV-RJ) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para o período entre janeiro/1944 e março/1979.

Embora defendam posições divergentes, Barros e Mendonça (1995a) entendem que os autores acima concordam com a piora da distribuição de renda entre 1960 e 1970. Ademais, os autores dão indícios que permitem inferir que houve redução da pobreza:

O crescimento nos anos 60, como apontado por Fishlow (1972) e por Langoni (1973) foi desigualmente distribuído. Apesar do crescimento na desigualdade, os 30% mais pobres não foram os que menos se beneficiaram deste processo de crescimento (...). Na realidade, a renda dos 10% mais pobres cresceu a uma taxa [2,1% ao ano] **muito próxima** à taxa média para a população como um todo [2,2%]. (BARROS; MENDONÇA, 1995a, p. 141, grifo nosso).

O crescimento da renda média real entre os mais pobres, todavia, não descarta a possibilidade de aumento – ou, no mínimo, manutenção – dos níveis de pobreza⁸.

O cenário socioeconômico brasileiro dos anos 1960 – apresentado nos parágrafos acima – se altera com as mudanças conjunturais da década de 1970, quando o país passa por três momentos distintos: a continuidade do milagre (até 1973); a tentativa de se manter o crescimento (1974-1979); e a crise (que se protelaria pelos anos 1980).

Em um de seus trabalhos mais recentes, Rocha (2013, p. 3) discute a década de 1970 com certa cautela. A década foi marcada por um crescimento econômico fora de qualquer expectativa, o que levou à manutenção do milagre econômico, com taxa média de crescimento do produto interno bruto (PIB) de 8,6% a.a.. Todavia, devido aos dois choques do petróleo (de 1973 e 1979) e também ao choque dos juros americanos (de 1979), o crescimento do PIB não foi regular, como a própria autora pontua. Neste cenário – chamado de *stop and go* e que se protelaria até meados da década de 1990 (ROCHA, 1993) –, o crescimento da renda das famílias (e a redução conseguinte da pobreza) deve ser relativizado:

Entre as duas datas [1970 e 1980], a investigação da renda das famílias no recenseamento muito ganhou em precisão (...). Em consequência, os resultados censitários comparados mostram que, no período, a **renda aumentou** – pois é **irrefutável** que ela aumentou – e a **pobreza diminuiu** na esteira da expansão forte da economia. No entanto, existe alguma **superestimativa não quantificável** das melhorias entre 1970 e 1980, já que, sem dúvida, a renda das famílias no Censo de 1970 se encontrava subestimada (...). (ROCHA, 2013, p. 4, grifos nossos).

Segundo cálculos da autora, apresentados na Tabela 1, a pobreza no Brasil (medida como proporção de pessoas abaixo de certo limiar) foi reduzida em cerca de 50%, com evidentes discrepâncias regionais. Embora estes dados sejam positivos, eles escondem outro problema: a participação das regiões Norte e Nordeste no total de pobres aumenta no período, o que aponta a concentração espacial da pobreza e do desenvolvimento econômico.

⁸ Isto porque os resultados dependem da linha de pobreza adotada. Fields (1977), por exemplo, usa como linha de pobreza a de Fishlow (1972, p. 393, tradução nossa): “O salário mínimo real para 1960 no Nordeste, a região mais pobre, é tido como o limite inferior de renda aceitável para uma família de 4,3 pessoas”. Alternativas, como os valores referenciados à mediana da renda da população ou a múltiplos do salário mínimo, podem ser usadas.

Quando se analisa o crescimento econômico brasileiro, é preciso também discutir a evolução da desigualdade. Comparando 1976 e 1981 – com auxílio das PNAD daqueles anos –, Ferreira e Barros (1999) mostram que a renda *per capita* (em Reais de 1996) caiu quase 10%, com mínima redução da pobreza total e elevação da extrema pobreza; isto aconteceu mesmo com aumento de 24% no PIB e de 10% no PIB *per capita*. Mesmo com a redução significativa da desigualdade, o aumento dos extremamente pobres⁹ contra a redução dos pobres aponta para um possível aumento da desigualdade intragrupo.

Tabela 1 – População pobre por grandes regiões, Brasil (1970-1980)

Regiões	1970		1980	
	Pop. (mil)	Proporção (%)	Pop. (mil)	Proporção (%)
Norte/Centro-Oeste	6.028	9,86	5.091	12,33
Nordeste	23.563	38,54	20.305	49,17
Sudeste, sem SP	13.424	21,96	7.315	17,71
São Paulo	8.742	14,30	4.302	10,42
Sul	9.382	15,35	4.284	10,37
Total	61.139	100,00	41.297	100,00

Fonte: Reprodução parcial da Tabela 1 de Rocha (2013).

Nota: Linha de pobreza baseada “na estrutura de consumo dos anos 70 (...) ajustadas monetariamente para levar em conta as mudanças de preços ao longo do período 1970-2011” (ROCHA, 2013, p. 1).

Complementarmente, Rocha (2013) delinea o principal motivo de a queda da pobreza estar, na década de 1970, aquém do esperado: o crescimento econômico não foi neutro-distributivo. Isto mostra que, mesmo com redução da pobreza, há aumento na desigualdade, o que pode refletir – como mostramos no parágrafo acima – em elevação da proporção de pessoas em determinada condição (no caso, as extremamente pobres). Outro ponto importante é a irrelevância das políticas sociais na América Latina. Para a autora:

Desde os anos do [segundo período] pós-guerra a ênfase das políticas de governo focava o **crescimento econômico**, que resolveria de forma mais ou menos **automática** os problemas de pobreza e desigualdade através **difusão** de seus efeitos. Iniciativas estritamente focalizadas nos pobres (...) foram **excepcionais**, especialmente para um país em vias de desenvolvimento [no caso, o Brasil]. (ROCHA, 2013, p. 6, grifo nosso).

Embora, como situa Rocha (2006, p. 77), “o país cresceu e se modernizou” a partir dos anos 1970, a pobreza caiu menos do que o esperado, por causa da “enorme desigualdade” e à falta de políticas sociais. Tanto Bonelli e Ramos (1993) quanto Rocha (2006) estão de acordo acerca do aumento da desigualdade, tanto em termos gerais, quanto

⁹ No caso, os autores utilizaram R\$ 2/dia como linha de pobreza e R\$ 1/dia como linha de extrema pobreza.

entre pobres e não-pobres. Isto mostra o impacto da falta de políticas sociais voltadas para a população pobre.

Concluindo esta análise dos anos 1970 – limitada pelas restrições dos dados aos Censos Demográficos (ROCHA, 2013; 2006) –, é importante destacar como evoluiu não só a proporção de pobres (P_0) em si, mas também outras medidas-resumo da extensão da pobreza (BANCO MUNDIAL, 2005): o hiato da pobreza (P_1); e o hiato quadrático (ou severidade) da pobreza (P_2). Na Tabela 2, se vê a maior proporção de pobres nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; das três, o Nordeste responde também pela maior população em ambos os períodos. Nota-se também a queda do hiato da pobreza¹⁰, embora se mantenha na faixa dos 30% para o Sudeste-Sul e dos 40% para o resto do país. A severidade da pobreza¹¹ também recua, o que ingenuamente apontaria para a homogeneização desta população.

Tabela 2 – Distribuição proporcional da população e medidas-resumo da extensão da pobreza no Brasil, segundo regiões (1970-1980)

Regiões	1970				1980			
	Pop.	P_0	P_1	P_2	Pop.	P_0	P_1	P_2
Norte/Centro-Oeste	9,31	72,49	0,51	0,23	11,29	38,60	0,42	0,09
Nordeste	30,37	86,70	0,62	0,38	29,25	59,40	0,48	0,18
Sudeste, sem SP	17,90	63,50	0,51	0,20	17,90	27,90	0,38	0,06
São Paulo	23,63	51,80	0,45	0,13	22,43	17,50	0,33	0,03
Sul	18,88	58,90	0,45	0,15	21,04	22,90	0,37	0,04
Total	100,00	68,40	0,53	0,24	100,00	35,30	0,43	0,09

Fonte: Reprodução parcial das Tabelas 18, 19, 20 e 22 de Rocha (2006).

Nota: Dados de população e P_0 em termos percentuais. P_1 e P_2 em escala de 0 a 1. As formulações de P_0 , P_1 e P_2 estão em Banco Mundial (2005). As linhas de pobreza que determinaram os valores desta tabela foram obtidas a partir do ENDEF (ROCHA, 2006, p. 77).

Todavia, Rocha (2006, p. 96) alerta para este engano, uma vez que a desigualdade entre os pobres aumentou: ou seja, embora tenha tido redução da pobreza na década, tal movimento foi refreado pela componente desigualdade. Esta afirmação pode ser confirmada ao computarmos a razão entre a renda média do primeiro e do segundo decis da distribuição¹², como feito na Tabela 3. Para que se reduzisse a desigualdade dentre os pobres, o esperado

¹⁰ O hiato mede, em percentagem, quanto a renda dos pobres precisaria aumentar para chegar à linha da pobreza.

¹¹ O índice de severidade da pobreza é uma tentativa numérica de mostrar quão pobres são os pobres. Valores mais elevados indicam que a população pobre (em média) está muito distante da linha de pobreza.

¹² A escolha destes dois decis se dá pelo fato de suas rendas médias serem (com poucas exceções) menores que a renda média da população pobre. Neste caso, entende-se por pobre a pessoa com rendimento abaixo do custo de uma cesta alimentícia que contenha o mínimo de calorias para supri-la de maneira adequada, seguindo as recomendações da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Ver Rocha (2000) para mais detalhes.

seria que esta razão aumentasse com o tempo. No caso de haver algum impacto da desigualdade nesta tendência, a razão poderia oscilar para baixo ou se manter.

Levando em conta a amostra da PNAD e suas especificidades (em termos de abrangência regional) nos anos 1970, podemos entender que há uma manutenção da relação entre a renda média dos primeiros dois decis. Especificamente, em 1978, se nota uma abrupta queda da razão: embora ambos os decis tenham tido redução real da renda, o impacto foi proporcionalmente mais forte no primeiro decil. Estes resultados confirmam a ideia de que a redução da pobreza não correspondeu a uma redução *de facto* na desigualdade dos pobres.

Tabela 3 – Renda domiciliar média real dos decis mais pobres e variação no período, segundo regiões (1976-1979)

Região	1976		1977		1978		1979		Variação (%)	
	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
Norte	54,7	104,0	77,8	128,2	49,2	117,3	79,0	133,6	44,0	28,0
Nordeste	38,8	67,7	39,6	69,1	17,8	53,6	39,3	70,6	1,0	4,0
Sudeste	81,2	154,1	93,8	176,7	48,9	148,7	93,9	176,9	16,0	15,0
Sul	69,1	123,0	79,4	140,5	40,9	109,9	66,6	124,0	-4,0	1,0
Centro-Oeste	81,5	146,5	89,7	156,9	58,0	144,4	96,4	163,5	18,0	12,0

Fonte: Dados da PNAD/IBGE, extraídos do IPEAdata.

Nota: Rendas a Reais constantes de outubro/2013.

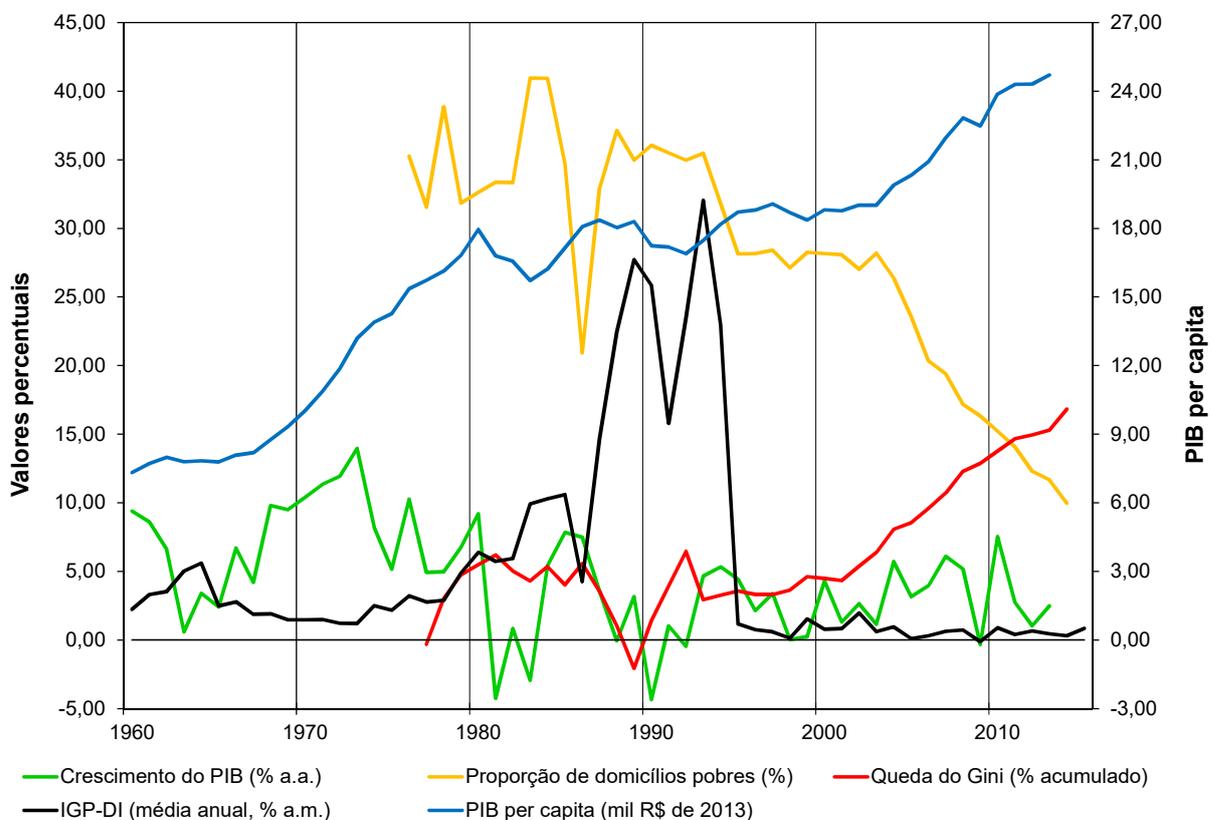
Este quadro – delineado nos parágrafos anteriores – se desenha em conjunto com um período de forte crescimento econômico que não foi distribuidor de renda. Antes de seguir para o período da transição democrática (1980-1987), é preciso ressaltar que, primeiramente, a pobreza só se reduziu porque houve crescimento: no caso de quebra no ritmo de crescimento, tal redução poderia ser posta em xeque. Em segundo lugar, o processo de redução da pobreza é dissociado daquele de redução da desigualdade: no caso de esgotar-se o crescimento econômico, não só a queda do nível e da intensidade da pobreza podem ser freadas, como também pode novamente aumentar a desigualdade.

Finalmente, as duas décadas aqui analisadas contam com períodos de redução real no salário (sobretudo até 1975) e elevação de preços (após 1974). Deste modo, é imprescindível levar em conta que – a depender dos critérios para ser considerado pobre – pode haver até mesmo um aumento na proporção de pobres, o que tem impactos diretos na desigualdade intragrupo. Todos estes fatores podem ser amplificados ou aliviados, com base no crescimento econômico da década de 1980.

1.2 A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1980-1987)

O Brasil, ao fim dos anos 1970, terminou seu processo de crescimento econômico acelerado, ingressando em um período de recessão e crise. Ramos (1994) aponta que, no início dos anos 1980, ficaram claros os problemas sociais do país, especialmente a pobreza e sua gravidade. Os anos 1980, conhecidos como a “década perdida”, foram caracterizados por fraco crescimento econômico, instabilidade internacional (com os choques de 1973 e 1979) e forte dependência externa (TAVARES, 1998; EICHENGREEN, 2002; ROCHA, 2013).

Gráfico 1 – Indicadores selecionados para a economia brasileira (1960-2015)



Fonte: Elaboração do autor. Dados extraídos do IPEADATA, originários da PNAD (para o índice de Gini e a proporção de domicílios pobres), da FGV (para o IGP-DI) e do IBGE (para dados do PIB).

Nota: Para os anos censitários e para 1994, a proporção de pobres e o índice de Gini foram obtidos por procedimentos de interpolação linear.

Para elucidar a situação, apresentamos o Gráfico 1, com: a taxa de crescimento do PIB no ano, em relação ao ano anterior; a taxa de queda do índice de Gini em relação ao ano de 1976; a proporção de pobres; a variação média anual do Índice Geral de Preços, Distribuição Interna (IGP-DI); e o PIB *per capita* a preços de 2013. O objetivo é ressaltar que, nos anos 1980, o crescimento foi irregular, o PIB estagnou, a política econômica brasileira

esteve à mercê de organismos internacionais e os avanços foram praticamente nulos – tanto em termos de pobreza, quanto de desigualdade.

Como o Gráfico 1 aponta, na década de 1980, a taxa de crescimento do PIB foi errática, e só teve picos de alta por causa dos planos econômicos de contenção da inflação (que deram fôlego no curto prazo). Enquanto isso, a queda acumulada do índice de Gini estagnou e chegou até a se retrair no fim da década. Ademais, a proporção de pobres (considerando-se os extremos da década) aumentou e o PIB *per capita* teve crescimento irrisório. Por fim, nota-se que as taxas de juros (que refletem a sensibilidade da economia brasileira) dispararam.

É importante ressaltar que o período 1980-1987 deve necessariamente ser dividido em duas frentes: a primeira, de 1980 a 1984, que incorpora o ajuste econômico e a aceleração inflacionária; e a segunda, de 1985 a 1987, com os primeiros planos de estancamento da inflação. Esta divisão se aproxima da sugerida por Fox e Morley (1991). Para os autores, é primeiro necessário analisar os indicadores macroeconômicos para depois ver o impacto destes na mudança do perfil da pobreza na década.

No período 1980-1983, de forte recessão, a política macroeconômica foi ortodoxa (com política monetária rígida, contração fiscal e política cambial não permissiva), que resultou na pior recessão das últimas duas décadas, com queda de 40% nos investimentos e transferências para o exterior de 4% ao ano (FOX; MORLEY, 1991, p. 5). O período 1984-1985, de recuperação, foi caracterizado por uma política monetária submissa à condição internacional, com intensa elevação da taxa Over-Selic para retomar os gastos de governo que não poderiam ser bancados por financiamento via fontes externas. Ademais, a emissão primária de moeda foi tentada para se financiar o déficit público. Ambas as ações, em conjunto, resultaram em aceleração da inflação.

No fim de 1985, segundo Fox e Morley (1991, p. 7), a inflação acelerara, de modo que a alternativa de emissão primária de moeda se tornava cada vez mais inviável. A partir de 1986 (e até 1994), a economia brasileira entrou em modo *stop and go* (alternando períodos de crescimento com recessões), com um plano econômico de contenção inflacionária a cada 18 meses. Segundo os autores, na segunda metade dos anos 1980, o Brasil – por causa do *trade-off* que aceitou – carregou uma grande dívida externa associada a taxas cada vez maiores de inflação e a um exíguo crescimento.

Os resultados descritos são resumidos na Tabela 4, para o período de 1980 a 1987. Como se vê, de 1980 a 1983, o PIB caiu, recuperando-se até 1987; já em termos de poupança do governo central, esta deixou de existir a partir de 1982, caracterizando um déficit fiscal

muito intenso (sobretudo a partir de 1985). Finalmente, a inflação deixou de vez de estar sob controle, passando, de forma sustentada, para a casa de três dígitos a partir de 1983.

Tabela 4 – Indicadores macroeconômicos selecionados, Brasil (1980-1987)

	Recessão				Recuperação		<i>Stop and go</i>	
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Crescimento do PIB	1,00	0,97	0,98	0,95	1,01	1,09	1,18	1,21
Poupança (% do PIB)	1,10	1,90	-0,40	-1,40	-2,80	-8,00	-6,80	-6,10
Inflação (% a.a.)	91,00	101,00	97,00	151,00	210,00	235,00	149,00	225,00

Fonte: Reprodução parcial da Tabela 2 de Fox e Morley (1991), tradução nossa.

Nota: O PIB está a preços de mercado e é dado em número-índice (base: 1980 = 1,00). A poupança representa a porcentagem do PIB poupada pelo governo federal. A inflação é dada pelo deflator implícito do PIB. O termo “*stop and go*” substitui o termo original “*boom and bust*”, dos autores.

As consequências sociais da política macroeconômica foram a estagnação da pobreza e a elevação da desigualdade. Ramos (1994) aponta que, no período, a proporção de pobres oscilou entre 42% (em 1983) e 24% (em 1986). Ademais, o autor sugere que, dadas as maiores variações no hiato quadrático em relação às outras medidas-resumo de pobreza, a oscilação macroeconômica afetou muito mais os mais pobres do que qualquer outro grupo populacional. As fortes oscilações na proporção de pobres são explicadas por Rocha (2013, p. 8) como sendo também fruto da variação na inflação, e não só do crescimento econômico¹³.

Fox e Morley (1991, p. 10) são céticos quanto à análise da pobreza na década de 1980, especialmente até 1987. Textualmente, os autores explicam que:

A recessão [de 1981-1983] atacou claramente os pobres; todavia, em 1985, a renda domiciliar média ficou 8% acima do nível de 1981, trazendo de volta o nível e a intensidade da pobreza aos níveis de 1981. (...) Nosso ceticismo quanto aos dados de 1986 [que sofreram impacto do Plano Cruzado] é corroborado pela completa reversão em 1987, **quando a inflação acelerou**, a economia voltou à recessão e o **poder de compra dos pobres voltou** aos níveis de 1985. (FOX; MORLEY, 1991, p. 10, tradução e grifos nossos).

O ceticismo dos autores indica a necessidade de considerar com cautela os resultados da década de 1980, especialmente após 1985. Barros e Mendonça (1995a) fazem uma análise cuidadosa dos dados, trazendo informações de outras áreas que não apenas o número e a proporção de pobres. A taxa de decréscimo da renda média foi desigual entre decis de renda, com especial queda nos 10% mais pobres (BARROS; MENDONÇA, 1995a, p. 145).

¹³ Complementarmente, os dados de Barros; Henriques e Mendonça (2000, p. 124) mostram que, em 1984, havia 64 milhões de pobres, contra 38 milhões em 1986. Tal oscilação, para os autores, se deveu às “flutuações macroeconômicas e [a]o crescimento populacional”.

Outra característica do período, apontada por Rocha (2013, p. 9), é “o fim definitivo do rural como *locus* preferencial da pobreza no Brasil”. Isto teria acontecido, segundo a autora, por quatro motivos: 1) a contínua redução da população rural; 2) a queda da proporção de pobres em relação ao urbano; 3) a constante modernização agrícola; e 4) a inserção dos trabalhadores pobres rurais em atividades não-agrícolas (ROCHA, 2013). Este período, portanto, pode ser considerado um marco na redução da pobreza nos últimos 50 anos (1964-2014): quando surgisse a Constituição Federal de 1988, seria a primeira vez que a tradicional heterogeneidade urbano-rural precisaria ser encarada de outras maneiras.

Derradeiramente, para Eichenberg Silva (1992), deve-se contestar a visão única de que, ao longo dos anos 1980, a pobreza tenha aumentado. Embora a proporção de pobres tenha oscilações intensas, os indicadores sociais apontam para a melhora geral das condições de vida da população mais carente. Já na época, o autor destaca que a visão monetarista da pobreza – sobre a qual se baseiam os parágrafos anteriores – não pode servir de parâmetro único para afirmar se houve melhora ou não na pobreza de fato.

Os indicadores que o autor traz apontam para um aumento, na década, em termos de acesso a esgotamento sanitário, moradias adequadas, abastecimento de água e outras condições básicas. Ademais, diversos indicadores demográficos – como a esperança de vida e a taxa de mortalidade infantil – melhoraram no período analisado. Entretanto, o autor ressalta que tais melhoras só são passíveis de manutenção com investimento estatal, o qual (à beira dos anos 1990) parece ter se reduzido sensivelmente, pondo em questão as diversas melhorias sociais conquistadas – sobremaneira pelos mais pobres – ao longo dos anos 1980.

1.3 DA CONSTITUIÇÃO AO PLANO REAL (1988-1994)

Neste cenário de incerteza econômica e flutuação dos indicadores da situação brasileira da pobreza, o país ingressa no interstício entre a promulgação da Constituição Federal (em 1988) e a implementação do Plano Real (em 1994). Este período é profícuo para a institucionalização do combate à pobreza e a inserção de políticas sociais na agenda de políticas públicas. Para Jaccoud (2008), a Constituição de 1988 representou uma grande inovação, à medida que se instituiu a Seguridade Social, agora incluindo a assistência social (com forte vínculo ao combate à pobreza).

O período 1988-1994 é de transição entre duas fases da pobreza brasileira: a de evolução pelo viés econômico (1964-1987); e a de transformação pela via social (1995-2014). Neste sentido, a análise do período deve ser feita para avaliar as novidades, sem que se esperem mudanças significativas em termos de nível e intensidade da pobreza. Tanto os dados

de Rocha (2013) como os de Barros; Henriques e Mendonça (2000) mostram que o período em questão é de poucas alterações no que tange à proporção de pobres e ao hiato de pobreza em si. O interstício é assim caracterizado mais pelas mudanças jurídicas e sociais.

Com a promulgação da Constituição de 1988, tem-se o estabelecimento da erradicação da pobreza como objetivo nacional. O artigo 3º, inciso III (BRASIL, 1988) aponta que “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” são “objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil”. Ademais, em seu artigo 23, inciso X, destaca-se que “combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos” é algo de total responsabilidade das três esferas federativas (a União, os Estados e os Municípios). Estes incisos são a pedra fundamental para a instituição das políticas sociais de combate à pobreza e à miséria no país.

Isto posto, surgem questionamentos a respeito das relações entre sociedade e pobreza. Jaccoud (2009) destaca dois questionamentos: 1) a equivalência entre cidadania e pobreza; e 2) a necessidade de um Estado democrático de direito para a implementação de políticas sociais. Quanto ao primeiro, Marshall (1967) esclareceu que o principal objetivo de qualquer política pública é garantir os direitos fundamentais para o exercício da cidadania. Em seu sentido amplo, cidadania e pobreza são conceitos antagônicos, já que não há como garantir o exercício da cidadania plena à medida que há falta de condições básicas para a subsistência e a vida digna. Telles (2001, p. 51) destaca que “na ótica da cidadania, pobre e pobreza não existem”, o que abre espaço para Jaccoud afirmar que:

(...) a cidadania refere-se a padrões de igualdade, enquanto os direitos organizam-se como medidas de equivalência, que operam na contramão de heterogeneidades, hierarquias e desigualdades. Nesse sentido, desenvolver o debate sobre o combate à pobreza e à desigualdade fora da referência a direitos e cidadania é abrir espaço para uma política social limitada a uma gestão da pobreza. (JACCOUD, 2009, p. 7).

O contexto acima mostra a necessidade de se combater a pobreza, não bastando legisla-la, mas também sendo necessário criar mecanismos para manter os que saíram da pobreza¹⁴ fora dela. Pochmann (1994, p. 173) retoma as razões da pobreza no país, postas por Henrique e Oliveira (1991): “(a) a forma com que foi acertada a questão agrária, (b) a especificidade do mercado de trabalho e (c) a natureza das políticas sociais adotadas”.

Um dos graves problemas existentes – e que limitou a redução da pobreza nos anos 1980 – é o que Pochmann (1994, p. 177) define como “desorganização do aparelho público voltado para a questão social”. Como se mostrou na seção anterior, o gasto social

¹⁴ Quando nos referimos aos “que saíram da pobreza”, entendemos as pessoas que não têm mais os requisitos necessários, segundo a política pública adotada, para serem enquadradas como pobres.

sempre foi o mais prejudicado (e, conseqüentemente, reduzido) nos momentos de crise econômica no Brasil. O autor aponta que, entre 1982 e 1989, o gasto social com benefícios da previdência passou de 4,4% para 1,5% do PIB, uma redução de $\frac{2}{3}$ em termos percentuais. Esta tendência de afrouxamento da proteção social só começaria a ser revertida com a Constituição de 1988. Entretanto, para Fagnani (2005, p. 228 *et seq.*), uma “longa travessia” constituiu a aprovação do texto final, o qual, com os dispositivos regulados *a posteriori*, seria transfigurado. De fato:

(...) a assistência social **deixou de ser caridade e passou a ser um direito**. A cobertura era universal e, portanto, seria ‘**prestada a quem dela necessitar**, independentemente da contribuição à seguridade social’ (art. 203). Os direitos no campo da assistência social compreendiam **a proteção** à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; **o amparo** às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; e **a habilitação e reabilitação** de pessoas portadoras de deficiência e **promoção** de sua integração à vida comunitária (art. 203). (FAGNANI, 2005, p. 242, grifos nossos).

Como o trecho acima reforça – junto aos artigos 3º e 23 da Constituição –, insere-se o combate à pobreza como política de Estado (e não mais como simples opção para política de governo). Entretanto, os efeitos da lei máxima demorariam anos para serem sentidos. Os porquês são explorados por Pochmann (1994, p. 178): embora tivessem tido “várias tentativas de revitalização e (...) reestruturação de grandes linhas do padrão de proteção social”, estas foram bloqueadas pelos problemas econômicos e pela má qualidade do aparelho estatal. Segundo Pochmann (1994), a Constituição foi um grande avanço em termos sociais; todavia, enquanto a economia brasileira não resolvesse seus problemas econômicos, a efetivação das conquistas sociais seria inviabilizada. De fato, Rocha (1991) mostra que a proporção de pobres entre 1981 e 1989 caiu pouco mais de 1 ponto percentual; Eichenberg Silva (1992, p. 50) chega a afirmar que a piora nas condições de vida em 1990-1991 não impressiona.

Os primeiros resultados no campo social só se concretizaram com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)¹⁵ (BRASIL, 1993), sendo que a regulamentação de um de seus pilares (a Previdência Social) só se daria no final da década (BRASIL, 1999). Como Rocha (2013, p. 10) frisa, a regulamentação da assistência social – a qual trouxe a “universalização dos direitos” – foi fundamental para “afetar favoravelmente as condições de vida dos mais pobres a partir do período seguinte [a partir de 1994]”. De fato, mudanças consistentes em termos de nível e intensidade da pobreza só se observam após 1994. No interstício 1988-1994,

¹⁵ O Plano Real já era gestado em 1993 (FAGNANI, 2005, p. 16), mesmo que o Real só passe a circular em julho de 1994 e o Sistema Monetário Nacional (SMN) seja legislado entre 1994 e 1995. Ver Brasil (1994a; 1994b; 1994c; 1995).

segundo Rocha (2006), a proporção de pobres se manteve estável com até alguma elevação, exceto para o estrato rural, no qual 10% do total de pobres deixa de sê-lo entre 1990 e 1993¹⁶.

Os dados para o período são resumidos na Tabela 5: tanto a proporção de pobres como o hiato de renda não se alteraram significativamente. Embora o hiato quadrático (P_2) tenha sofrido uma consistente redução, o índice de Gini se manteve acima de 0,600 (entre 1990 e 1993), apontando que a queda do hiato quadrático não trouxe, necessariamente, a redução da desigualdade entre os pobres.

Tabela 5 – Proporção de pobres, hiato de renda e hiato quadrático por estrato de residência, Brasil (1990-1993)

Estrato	Proporção de pobres (P_0)		Hiato de renda (P_1)		Hiato quadrático (P_2)		Participação (%)	
	1990	1993	1990	1993	1990	1993	1990	1993
Urbano	0,400	0,404	0,458	0,455	0,183	0,114	42,48	44,77
Rural	0,568	0,516	0,485	0,506	0,275	0,171	28,85	23,65
Metropolitano	0,414	0,451	0,457	0,469	0,189	0,132	28,67	31,58
Total	0,442	0,441	0,465	0,471	0,206	0,131	100,00	100,00

Fonte: Reprodução parcial das Tabelas 28, 29 e 30 de Rocha (2006).

Nota: Para as linhas de pobreza que definiram os indicadores, ver Rocha (2006, p. 69-75).

Urgia, à época, a inserção da questão social na legislação brasileira. Pochmann (1994, p. 181) elucida que a inserção não se deu antes, pois esta nunca foi um problema para o crescimento econômico brasileiro, sendo “contornada, como um problema de ordem externa do capitalismo, (...) anestesiada pelos recorrentes acertos entre os interesses dominantes”. Este processo se manteria, segundo o autor, até o momento em que crescimento econômico e questão social se tornassem indissociáveis, de modo que só houvesse crescimento com algum grau de recomposição da questão social. Pochmann afirma que:

(...) o profundo agravamento das condições de pobreza e os sinais de rompimento do tecido social passam a dificultar enormemente a condução de uma política econômica sem um mínimo de concerto social. O problema agrava-se ainda mais, quando, devido ao elevado grau de fragmentação dos interesses na sociedade brasileira, há uma enorme dificuldade em ser estabelecido um projeto nacional capaz de reunir diversos setores sociais (POCHMANN, 1994, p. 182).

¹⁶ Este resultado – exceção em relação aos outros estratos – se deve, em parte, à instituição do benefício da aposentadoria rural pelo artigo 143 da Lei 8.213/91 (BRASIL, 1991). A partir desta década, cresce também a participação, no rendimento total, de pensões e aposentadorias, sobretudo nas áreas mais pobres do Brasil (MAIA, 2012; 2010). Nas áreas rurais, o crescimento é também fruto do atrelamento destes benefícios ao valor do salário mínimo, o que, dentre outros efeitos, levou à redução da desigualdade de renda e da pobreza, resultando na melhora das condições e da qualidade de vida da população (MAIA, 2012).

É importante ser ressaltado que estes avanços só poderiam sair do papel com a regulamentação dos dispositivos constitucionais, não apenas com a estabilização econômica. Fagnani (2005, p. 31-376), apropriadamente, mostra que, tanto na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), quanto no final do governo Sarney, várias tentativas de atrasar a ativação (ou até de não pôr em funcionamento) dos mecanismos sociais foram empreendidas. Durante o período da regulação complementar (1988-1990), segundo Fagnani (2005), a Constituição Federal foi desfigurada, com base na “tese do país ingovernável”, sustentada pelo governo Sarney e pelos setores mais conservadores da sociedade.

Para Fagnani (2005), as consequências se fizeram sentir e a seguridade social só passou a ser regulamentada em meados da década de 1990. Esta regulamentação – com claros impactos sobre o nível e a estrutura da pobreza – é fruto da retomada neoliberal no Brasil que acontece, em maior grau, a partir de 1993. O gasto social voltou a ser importante, porém assumindo as feições de política focalizada (entendida como a elevação da renda dos pobres e a retirada desta situação), já que, segundo Fagnani (2005, p. 86), “descentralizar, privatizar e focar os gastos sociais nos grupos mais pobres também são movimentos identificados como vetores estruturantes das reformas de programas sociais preconizadas pelo neoliberalismo”.

Todas as questões colocadas mostram que, entre 1988 e 1994, os avanços sociais conquistados com a Constituição foram solapados com os dispositivos constitucionais nos anos 1990, direcionando as políticas sociais de combate à pobreza para a focalização. O interstício se encerra com dois marcos relevantes: a LOAS (de 1993) e o Plano Real (de 1994). Especialmente no que tange o Plano Real, este conseguiu estabilizar a economia, o que trouxe, para Rocha (2013, p. 10), “efeitos definitivos em termos de controle da inflação, transformando profundamente a vida de todos os brasileiros”.

A implementação bem-sucedida do Plano Real encerra o ciclo, iniciado em 1988, de mudanças socioeconômicas entre a transição democrática e a estabilização da democracia em si. Com a Constituição Federal de 1988, implementa-se a ideia de universalização do acesso à seguridade social, pedra basilar da erradicação sustentada da pobreza. Entre 1988 e 1992, há certo retrocesso nas conquistas obtidas, devido ao movimento da elite conservadora (herdeira do período militar) que busca relativizar os avanços sociais em nome da manutenção do *status quo ante*. A partir de 1993, surge um movimento neoliberal em favor da assistência social, conquanto fosse focalizada exclusivamente nos mais pobres.

O sucesso do Plano Real veio a calhar em um momento que, para Pochmann (1994, p. 183), “o Brasil se encontra[va] diante de uma verdadeira encruzilhada histórica”. A encruzilhada histórica, que viria a se deflagrar a partir de julho de 1994, é entre a manutenção

da desigualdade social e da focalização e a implementação de políticas universalizantes e o caminho da distribuição igual de direitos e oportunidades. O interstício 1988-1994 mostrou que, de uma vez por todas, ou se enfrentava a questão social, ou se entregava o país ao viés neoliberal e à visão da pobreza como mero problema econômico. A trajetória do combate à pobreza assumiu, nos últimos vinte anos, os dois rumos: em um primeiro momento (que, *grosso modo*, se delonga até 2005), foi seguido o caminho neoliberal; em seguida, retomou-se o viés desenvolvimentista, com retomada das políticas universalizantes (FAGNANI, 2011a).

1.4 VINTE ANOS DE POLÍTICAS SOCIAIS (1995-2014)

Com o Plano Real, tem-se finalmente o controle dos preços e a retomada de confiança dos agentes econômicos. A mudança de unidade monetária assume contornos definitivos e o Real se torna moeda de curso forçado, vigorando desde o segundo semestre de 1994. Os efeitos do Plano Real sobre a pobreza em 1994 são desconhecidos, pois, como ressalta várias vezes Rocha (2013, p. 10; 2006, p. 118), a PNAD não foi a campo, devido a problemas institucionais. Ademais, Rocha (2013; 2006) ressalta que os dados das PNADs 1992, 1993 e 1995 só foram divulgados em 1996, o que dificultou mais ainda a interpretação dos efeitos de curto prazo do Plano Real na situação de pobreza e desigualdade do país.

O período de estabilidade trouxe à tona, definitivamente, a questão do combate à pobreza. Entretanto, as estratégias de enfrentamento foram heterogêneas nos vinte anos que se seguiram ao Plano Real, o que demanda, novamente, tomar algumas separatrizes. O período compreendido entre 1995 e 2014 contou com apenas dois partidos assumindo a presidência: o PSDB (1995-2002) e o PT (2003-2014). Embora as ideologias destes partidos tenham se mostrado semelhantes, podemos, ainda assim, tomar o ano de 2002 como primeiro divisor: de 1995 a 2002, se analisa o surgimento dos primeiros programas sociais *de facto*, sob o governo FHC; e de 2003 a 2014, se estuda a evolução, o crescimento e a consolidação de diversas políticas sociais, durante os governos Lula e Dilma.

Dentro do período PT, todavia, é necessário separar os dois presidentes, devido às especificidades de cada governante. Durante os governos Lula, houve uma relação dual: primeiro, de associação entre políticas social e macroeconômica (2003-2006); e, depois, de desprendimento da política social, devido ao ciclo de crescimento econômico (2007-2010). Finalmente, o governo Dilma (2011-2014) demanda uma análise em separado, muito por conta do novo ciclo de políticas sociais iniciadas com o Brasil Sem Miséria (BRASIL, 2011).

1.4.1 O embrião nos Governos FHC (1995-2002)

O presidente Fernando Henrique Cardoso assumira a chefia do Executivo após o sucesso do Plano Real, do qual ele participou e, graças aos resultados obtidos, alcançou o Planalto. Quando FHC assume o governo, os efeitos distributivos do Plano Real já estavam claros; como Rocha (2006, p. 118-122) salienta, três fatores influenciaram os elevados aumentos nos rendimentos médios (especialmente dos 20% mais pobres): 1) o baixo crescimento de preços dos alimentos em geral, o que manteve o poder de compra dos mais pobres; 2) o aumento, proporcionalmente maior, dos preços dos bens *non-tradeables* (ligados aos setores de comércio e serviços), que aumentou a remuneração dos que trabalham neste setor; e 3) o aumento (de 42%) no salário mínimo, que teve efeitos em cadeia sobre os benefícios concedidos pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Segundo Draibe (2003), autores como Pierson (1994) apontaram que todos os países da América Latina optaram por ajustes macroeconômicos ortodoxos, adotando reformas pró-mercado. Isto implicou reduções no gasto e na proteção sociais, ampliando o poder de fogo das políticas focalizadas em detrimento das universais. Entretanto, Draibe (2003, p. 65) avança no sentido de mostrar que não houve desmantelamento do *Welfare State* em si, mostrando que “mudanças de ‘segundo grau’ podem melhorar ou piorar a proteção social, podem alargá-la e fortalecê-la, ou fragilizá-la e amesquinhá-la”. Para analisar os governos FHC, Draibe (2003, p. 66) apresenta três questões a serem respondidas:

1. As reformas trouxeram mudanças significativas às políticas sociais?
2. Quais os efeitos das reformas “sobre os princípios e as instituições”?
3. O que mudou nas dimensões inclusiva e seletiva do sistema social?

Como Draibe (2003, p. 69) lembra, a segunda metade dos anos 1980 foi de otimismo para os progressistas, os quais “pensaram a reforma da proteção social” como um “modelo universalista e redistributivo”. Entretanto, de 1989 a 1994, um período de contrarreforma e de desconstrução das conquistas constitucionais levou a política social a ficar em segundo plano, voltando ao cenário só em 1995. Quando da volta, “um outro ciclo de mudanças veio alterar a fisionomia do sistema brasileiro de proteção social” (DRAIBE, 2003, p. 70), pondo em macha a contrarreforma que, segundo Fagnani (2005) fora truncada no começo da década.

Para Cohn (2000, p. 2), não houve alteração estrutural no sistema de proteção social brasileiro, embora tenha tido o desmonte deste sistema, o qual vinha sendo construído desde a Era Vargas, “sem no entanto superar na sua essência o padrão tradicional de ação do poder instituído frente à questão da pobreza”. Em outras palavras, o período 1995-2002 foi

marcado pela desestruturação secundária do sistema social, com a manutenção de uma política ortodoxa de erradicação focalizada da pobreza (COHN, 2000; DRAIBE, 2003).

Os governos FHC, para Draibe (2003), foram parte do segundo ciclo de reformas na política social, sendo o primeiro ciclo o período entre a redemocratização e a promulgação da Constituição. No período FHC, para a autora, foi implementada a assistência social – após sua reforma entre 1985 e 1988 –, além de serem introduzidos os primeiros programas institucionais de combate à pobreza (no primeiro mandato) e os programas de transferência unilateral de renda (no segundo governo). Todavia, Draibe (2003, p. 72) ressalta que tais políticas foram focalizadas nos “grupos vulneráveis”.

Conforme Draibe (2003, p. 73), a política social do período FHC foi pautada: “[n]os serviços sociais básicos de vocação universal e de responsabilidade pública; [n]os programas básicos; e [n]o programa de enfrentamento da pobreza”. Neste momento, focaremos no terceiro pilar, contrastando-o com os outros dois. Este pode ser considerado o principal, se considerarmos que o pé de apoio do governo FHC foi, para Castro e Cardoso Jr (2005, p. 271), a “inclusão dos excluídos”. Esta inclusão – princípio da política focalizada – se concretizou, para Castro e Cardoso Jr (2005, p. 280), por meio de “bolsas monetárias para a população economicamente ativa abaixo de certa linha de pobreza”. Ou seja, embora houvesse benefícios para erradicação da indigência e da pobreza, um dia se extinguiriam, sendo utilizados para estimular o desenvolvimento da população em situação de carência. Esta população seria incentivada e favorecida, pelas políticas focalizadas, na busca de emprego ou na qualificação profissional, resultando em rendimentos maiores que o mínimo¹⁷.

O período FHC é centrado no combate monetário e focalizado da pobreza, em ambos os mandatos. Em 1994, o Plano Real tinha eliminado o que se convencionou chamar de “imposto inflacionário”, o que trouxe, indiretamente, a distribuição de renda e à redução da pobreza. Segundo dados de Rocha (2006, p. 110), a proporção de pobres entre 1993 e 1995 caiu 25% (de 44,1 para 33,2%), com maior intensidade no estrato metropolitano (acima de 30%) e menor nas áreas rurais (abaixo dos 20%). Entretanto, a autora observa que o hiato de renda teve redução exígua, o que aponta para a saída da pobreza dos mais próximos da linha.

¹⁷ No caso brasileiro, a pobreza é analisada – para fins de política pública – sob a égide da vertente absoluta, na qual pobre é quem não tem renda para satisfazer as necessidades básicas e indigente é quem não ganha o mínimo para sua sobrevivência. Esta análise é relevante, segundo Rocha (2006, p. 17), já que o país é uma “economia urbana e monetizada, mas onde persiste importante contingente populacional desprivilegiado”. Ver Hagenars e De Vos (1988) e Hagenars e Van Praag (1985) para uma discussão sobre pobreza absoluta (também chamada de objetiva), subjetiva e relativa e para a apresentação de exemplos de medidas para cada tipo. Ver Codes (2008) para uma análise crítica do uso da vertente monetarista da pobreza.

É preciso pontuar que o combate à pobreza foi muito mais efetivo no segundo governo FHC do que no primeiro, como os dados da Tabela 6 mostram. O combate à pobreza no primeiro mandato foi atrelar a economia brasileira à política macroeconômica oriunda do Plano Real. Enfaticamente, Rocha (1996) alertou que os efeitos distributivos do plano já tinham se esgotado após 1995. Como se verifica, a proporção de pobres se mantém, a partir de um ano após a implementação do plano.

Complementarmente, Rocha (2006) reforça sua hipótese com os dados de fim da década, mostrando que, de 1996 a 1999, a proporção de pobres no Brasil (e no estrato urbano) praticamente se manteve constante, enquanto aumentou de 32,7% para 36,9% nas áreas metropolitanas e caiu de 43,4% para 40,3% nas zonas rurais. A não efetividade na erradicação da pobreza no primeiro governo FHC pode ser explicada sob dois focos. O primeiro, com base em Demo (1996, p. 71), que aponta para a premente necessidade de se associar à componente monetária (quantitativa) outros elementos (de cunho qualitativo). Já o segundo, a partir de Rocha (1995, p. 6), que salienta que a via mais evidente para se eliminar de vez a pobreza é o crescimento econômico – notadamente, entendemos este como sustentado.

Tabela 6 – Medidas de pobreza como insuficiência de renda, Brasil (1990-1996)

	Proporção de pobres (%)	Hiato de renda dos pobres (%)	Índice sintético	Número de pobres (mil)
Setembro/1990	29,95	55,21	0,1268	10.982,8
Julho/1994	38,22	57,92	0,1726	14.782,9
Julho/1995	28,24	61,41	0,1440	11.062,0
Dezembro/1995	27,34	62,33	0,1432	10.774,7
Janeiro/1996	28,75	62,04	0,1481	11.327,2

Fonte: Reprodução da Tabela 5 de Rocha (1996).

Nota: Dados da autora baseados na PME, a qual abarca seis RM: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. As linhas de pobreza são as descritas na Tabela 1 de Rocha (1996).

Os efeitos distributivos do Plano Real se esgotaram em pouco mais de um ano. Entretanto, nenhum programa de combate à pobreza foi efetivo no primeiro governo FHC. Fagnani (2005, p. 416) ressalta que o período 1993-2002 foi marcado pela “incompatibilidade entre a estratégia macroeconômica e de reforma do Estado (...) e as possibilidades efetivas de desenvolvimento e inclusão social”. Deste modo, a esfera social pagou o preço da estabilidade, embora tenham sido empreendidas políticas de combate à pobreza no período.

No primeiro ano de mandato de FHC, foi instalada a Rede de Proteção Social, a qual englobou (até 2002) doze programas de combate à pobreza, dentre os quais: o Bolsa Alimentação; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); o Bolsa Escola; o

Auxílio Gás; o Benefício de Prestação Continuada (BPC); e a Renda Mensal Vitalícia (RMV). Segundo relatório do governo (BRASIL, 2002a, p. 43), estas medidas foram “a mais significativa e abrangente redistribuição de renda em favor dos pobres realizada até agora [ano de 2002] pelo Estado brasileiro em toda a história do País”, investindo mais R\$ 30 bilhões (a preços de 2002, 150% do total arrecadado via imposto de renda) para quase 40 milhões de beneficiários.

Entretanto, é preciso alertar que muitos benefícios citados só saíram do papel nos anos 2000. O Bolsa Escola é de 2001 (BRASIL, 2001a), o Auxílio Gás é de 2002 (BRASIL, 2002b) e o Bolsa Alimentação é de 2001 (BRASIL, 2001b). Ademais, a RMV tem sua origem no governo Geisel (BRASIL, 1974), enquanto o PETI e o BPC já estavam previstos na LOAS (BRASIL, 1993). Estes adendos reforçam a hipótese de que o primeiro governo FHC teve sua política social pautada nos efeitos do Plano Real. O trecho a seguir elucida isto, além de, pelo menos em termos oficiosos, mostrar que FHC via pobreza e desigualdade como sinônimos.

A inflação é o mais injusto e cruel dos impostos. São os mais pobres que o pagam. (...) A legião dos excluídos vê se deteriorar a cada dia o valor de seus escassos rendimentos. Não há política social mais eficaz do que **a queda da inflação**. Só a estabilidade de preços criará condições para o crescimento da produção e do emprego e para a distribuição de renda, acabando com o abismo entre **o Brasil rico e o Brasil miserável**. (BRASIL, 2002a, p. 49, grifos nossos).

O resultado de as ações sociais terem sido negligenciadas em quase oito anos de governo é mostrado na Tabela 7, comparando medidas de pobreza para 1995 (início do primeiro mandato de FHC), 1999 (início do segundo mandato) e 2001 (antes da implantação de vários programas sociais). Como se pode verificar, todas as medidas-resumo – para Brasil, estratos e regiões – tiveram elevação ou queda insignificante entre 1995 e 2001, o que mostra a falta de políticas efetivas de combate à pobreza.

Neste ponto, é preciso incluir uma abordagem diferenciada à análise da pobreza no Brasil, para entender o que significa faltarem estas “políticas efetivas”; para exemplificar isto pode-se avaliar o trabalho de Ribas (2007). Ao analisar, por meio de um modelo idade-período-coorte (IPC) os dados da PNAD de 1995 a 2003, o autor conclui que tem uma clara redução da componente crônica da pobreza, enquanto a componente transitória tem crescido com o passar dos anos. Isto aconteceria “cada vez menos pela condicionalidade média à baixa renda e cada vez mais pela vulnerabilidade à transição de estados” (RIBAS, 2007, p. 154).

Tabela 7 – Indicadores de pobreza por região e estrato, Brasil (1995-2002)

	Prop. de pobres (P ₀)			Hiato de renda (P ₁)			Hiato quadrático (P ₂)		
	1995	1999	2001	1995	1999	2001	1995	1999	2001
Norte	0,385	0,397	0,405	0,450	0,457	0,452	0,110	0,116	0,117
Nordeste	0,521	0,509	0,508	0,470	0,473	0,493	0,150	0,151	0,161
Sudeste	0,250	0,289	0,295	0,414	0,426	0,443	0,065	0,076	0,083
Sul	0,179	0,197	0,179	0,410	0,426	0,431	0,040	0,054	0,049
Centro-Oeste	0,374	0,374	0,378	0,430	0,425	0,441	0,100	0,097	0,103
Urbano	0,312	0,318	0,317	0,438	0,441	0,462	0,084	0,088	0,094
Rural	0,415	0,403	0,412	0,463	0,449	0,455	0,120	0,111	0,119
Brasil	0,332	0,349	0,350	0,446	0,447	0,463	0,092	0,097	0,104

Fonte: Reprodução parcial das Tabelas 28 a 30, 33, 63 e 64 de Rocha (2006).

Nota: Dados da PNAD. Para o Sudeste, em 1995, foi feita a média ponderada dos indicadores pela população no ano (estimativas do IBGE). A região Norte só inclui o estrato Urbano. Para as linhas de pobreza de 1995 e 1999, ver Rocha (2006, p. 69-75); para 2001, ver o Anexo 9 de Rocha (2006).

As coortes mais novas alcançarem maiores níveis de escolaridade, as mulheres participarem do mercado laboral e terem cada vez mais participação como responsáveis de família são fatores a serem levados em conta para compreender a migração para a condição transitória da pobreza (RIBAS, 2007). As implicações destas mudanças são várias; dentre as mais relevantes, a reorientação das políticas e dos programas sociais.

(...) **muitos governos fracassam** nessa busca [de criar condições para as pessoas saírem da privação/pobreza], pois acabam **envolvidos na reprodução das condições sociais, econômicas e políticas** que criam barreiras de incerteza e insegurança ao movimento de redução da pobreza. Portanto, programas sociais que visem redução da desigualdade e acumulação de capital humano por via de transferência de renda devem ser acompanhados de **medidas que garantam maior segurança a famílias e seus indivíduos**. Nesse aspecto, a aquisição e a legalização de posse de ativos têm papel fundamental na redução dos riscos provocados pelas intempéries econômicas sobre a volatilidade da renda, facilitando o acesso ao crédito e aumentando a capacidade de respostas a choques, de maneira geral. (RIBAS, 2007, p. 154, grifos nossos).

A partir do exposto nos últimos dois parágrafos, pode-se notar que a estabilidade e até a piora dos índices de pobreza mostrados na Tabela 7 são possível fruto desta orientação falha das políticas sociais de combate à pobreza. Como será mostrado na seção 1.4.2, a organização de políticas sociais atreladas a condicionalidades, nos governos Lula I e Lula II, podem ser indicadas como responsáveis pelo rápido descenso dos níveis de pobreza na segunda metade década de 2000. De certo modo, tais políticas perceberam a reorientação sociodemográfica pela qual passou o país nos últimos 40 anos – algo que será explorado a fundo no capítulo 2 –, conseguindo atrelar a transferência de renda ao acesso a ativos como o capital humano e as melhores condições de saúde, dentre outros.

A seguir se apresenta a evolução dos benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) no governo FHC (Tabela 8), e os dados da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), da dívida externa e das reservas internacionais (Gráfico 2). A Tabela 8 reforça que, no primeiro mandato de FHC, os benefícios assistenciais tiveram, em prática, nenhum reajuste real. Já no segundo mandato, o valor médio dos benefícios pagos subiu mais de 45%, mas o número de beneficiários – que, entre 1995 e 1998, cresceu 50% – teve pouca elevação (menos de 20%). Ademais, no segundo quadriênio, a participação destes benefícios no total pago pelo INSS sem manteve constante, ante aumento de 2,3 p.p. entre 1995 e 1998.

Tabela 8 – Dados sobre benefícios assistenciais pagos pelo INSS (1995-2002)

Ano	Proporção (%)	Acumulado (R\$ bi)	Valor médio (R\$)	Beneficiários (mi)
1995	7,7	1,80	129,40	1,22
1996	9,0	1,99	113,18	1,49
1997	9,8	2,35	121,78	1,71
1998	10,0	2,71	131,78	1,83
1999	10,3	3,08	137,95	1,94
2000	10,4	3,57	153,08	2,04
2001	10,5	4,39	182,70	2,11
2002	10,7	5,17	202,55	2,25

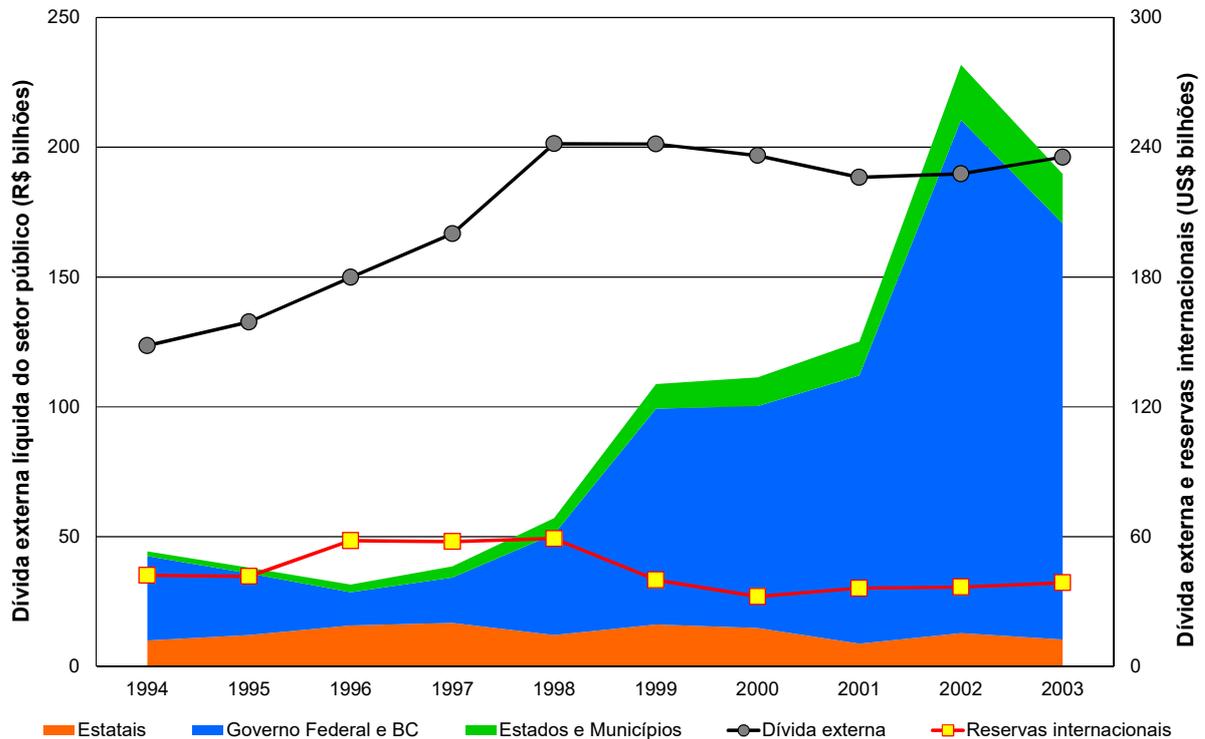
Fonte: Elaboração do autor com dados extraídos do IPEAdata, originários do MDS.

Nota: Valores a R\$ correntes.

A partir do Gráfico 2, vemos que os dois governos FHC foram razoavelmente distintos, quando se pensa no cenário econômico regional. No primeiro quadriênio, a Dívida Líquida do Setor Público se mantém mais ou menos estável na casa dos R\$ 50bi, enquanto o país se endivida e mantém reservas internacionais na casa dos US\$ 60bi. Entre 1998 e 1999, a DLSP dispara, muito por causa do endividamento federal, ao mesmo tempo que a instabilidade econômica da América Latina leva a um ataque especulativo contra o Brasil, reduzindo drasticamente as reservas internacionais¹⁸.

¹⁸ Ver Fagnani (2005, p. 424-425) para mais detalhes sobre o período de transição entre os governos FHC.

Gráfico 2 – Dívida externa líquida do setor público, dívida externa brasileira e reservas internacionais, Brasil (1994-2003)



Fonte: Gráfico de elaboração do autor. Dados do IPEADATA, fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Nota: Valores nominais. A soma da dívida das estatais com a do Governo Federal e do BCB e com a dos Estados e Municípios constitui a DLSP. A dívida externa líquida do setor público é definida, pelo Ministério da Fazenda, como o “total das obrigações externas do setor público não financeiro, deduzido dos seus ativos financeiros, junto aos agentes privados não financeiros e aos agentes financeiros, públicos e privados”.

Concluindo a análise do período, percebe-se que o governo FHC foi marcado pelo que o próprio Cardoso (1998, p. 9-10) coloca: um processo de reestruturação do Estado associado a um posterior “ambicioso programa de investimentos na infra-estrutura [sic]”, com a “descentralização administrativa para estados e municípios” e a substituição do “antigo controle burocrático, frequentemente [sic] casado com interesses particularistas de clientelas patrimonialistas, por agências reguladoras com responsabilidade pública”.

Torna-se assim evidente a convicção de que o período 1995-2002 não foi de efetivo combate à pobreza. Complementarmente, Arretche (2002, p. 31) aponta para a forte e clara descentralização de competências no que tange a esfera social, o que Fagnani mostra ser significativamente problemático no período em questão, já que:

(...) a política econômica desestruturou as bases financeiras e institucionais do Estado em geral, e das políticas sociais, em particular, [o que] pode ser observado por seus efeitos sobre as finanças dos estados e dos municípios, restringindo a capacidade desses entes federativos para enfrentarem a questão social. (...) ao mesmo tempo em que estados e municípios foram induzidos a assumir (e, de fato, assumiram) novas responsabilidades administrativas e financeiras na gestão das

políticas sociais, a estratégia econômica também cumpriu papel decisivo na desorganização de suas finanças (FAGNANI, 2005, p. 441).

Entretanto, o próprio presidente (CARDOSO, 1998, p. 10) defende que o fortalecimento do Estado levaria à sua reforma. As consequências, na área social, seriam a quebra da estrutura burocrática e patriarcal. Os resultados, todavia, à luz do que Fagnani (2005, p. 441) apontou, não foram os esperados, o que leva a questionar se tais reformas foram, de fato, levadas ao cabo.

A implementação de políticas de combate à pobreza somente nos últimos dois anos de governo se justificaria, segundo Cohn (2000, p. 9), ao vê-la como tentativa de combater um “somatório de problemas sociais”, enfrentáveis por meio de um “somatório de políticas e programas sociais setorializados, sem a presença de um projeto para a sociedade que as articule e imprima um sentido político ao seu conjunto”. Rocha (1995, p. 24-25) dá três motivos para que tais programas sejam de transferência de renda: 1) a exigência de relativamente poucos recursos; 2) a mais elevada eficácia destes programas; e 3) a visão de que a renda transferida maximizará a utilidade e o bem-estar individual.

Ao ingressar no primeiro governo Lula, cinco desafios se apresentam aos gestores de políticas públicas: 1) a desestruturação do sistema social por meio de sua descentralização; 2) a centralidade das políticas focalizadas e de cunho monetarista; 3) a clara antinomia entre políticas econômica e social; 4) a instabilidade econômica fruto da política macroeconômica errante; e 5) os bloqueios políticos à ascensão de políticas universalizantes e inclusivas.

1.4.2 A evolução nos Governos Lula (2003-2010)

O resultado dos períodos que precederam os dois governos Lula foi notadamente neoliberal e com políticas focalizadas de combate à pobreza. Fagnani salienta que a política social pré-Lula foi marcada por entraves políticos, com reflexo nas políticas econômicas:

(...) esses impulsos positivos foram sistematicamente minados pela política macroeconômica. Essa seria uma outra manifestação da contradição entre os objetivos econômicos e sociais do governo (...). [A] política econômica, adicionalmente, afetou as finanças dos estados e municípios, restringindo a capacidade (...) para enfrentarem a questão social (FAGNANI, 2005, p. 535-536).

Houve incompatibilidade entre políticas macroeconômicas e desenvolvimento social, de modo que o crescimento das políticas sociais fora truncado pela desorganização das finanças que, segundo Fagnani (2005) aconteceu por causa da política econômica. Quando Lula assumiu, em 2003, havia se enraizado no país uma dualidade que, para desenvolver de fato as políticas sociais, seria impossível de se manter. Esta dualidade se colocou, segundo

Fagnani (2011a, p. 3), pois “as políticas monetária, cambial e fiscal adotadas desorganizaram as finanças públicas e limitaram o gasto social” no governo FHC.

O país viveu (nos anos 1990-2002) aquela que Fagnani (2011a) denominou de “tensão entre paradigmas”, quais sejam: o estado mínimo, pregado pela corrente neoliberal; e o estado de bem-estar social. Como, na década de 1990, o país esteve sob a égide neoliberal, as políticas sociais foram descompassadas pelos ajustes macroeconômicos e reduzidas à estratégia de focalização. Estas são as bases para entender a política social nos governos Lula.

Como o Brasil, no começo dos anos 1990, ainda era uma democracia recém-nascida sob a égide de governos neoliberais, é preciso compreender que o primeiro governo Lula (2003-2006) diferiu do segundo (2007-2010). Em particular, conforme Fagnani (2014), sobretudo a partir de 2006, o projeto “social-desenvolvimentista” voltou a ter espaço no planejamento econômico e político do país. Deste modo, com a volta do crescimento econômico à agenda política nacional, as políticas sociais tiveram novo fôlego. O ano de 2006 é, assim, um grande ponto de inflexão. Para Fagnani (2011a), até 2006, o governo se mostrou indeciso, mantendo-se mais próximo de uma continuidade dos governos FHC; já a partir de 2007, tomou-se um rumo mais próximo do social-desenvolvimentismo. Como o então senador Mercadante pontuou em sua tese:

(...) a Carta ao Povo Brasileiro, concebida em um momento em que a economia brasileira sofria forte ataque especulativo, representou um compromisso de responsabilidade política com uma transição gradual dos programas neoliberais fracassados para as novas diretrizes políticas que estavam assinaladas no documento *Um Outro Brasil é Possível*. (...) Tratava-se de preservar a estabilidade monetária, seriamente ameaçada pela fragilidade estrutural da nossa economia na época, agravada por uma conjuntura política de transição que gerava incertezas e desconfianças (MERCADANTE, 2010, p. 18).

Fato é que o primeiro governo Lula seria marcado por um impasse – corretamente diagnosticado por Fagnani (2011a) – entre a continuidade e a mudança. Como salientou em seu relatório anual o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2003, p. 7), este governo tinha por meta o “desenvolvimento do país com inclusão social e redistribuição da renda”. Todavia, o grande desafio foi a conciliação entre “as propostas de mudanças (...) e o enfrentamento de uma situação conjuntural problemática herdada”.

Tendo em mente tais premissas, podemos analisar a política social do governo Lula I. O que caracterizou este período (especialmente até 2005) foi a disputa, no âmbito das políticas sociais, entre a universalização e a focalização. Fagnani (2011a, p. 5) ressalta que, devido à situação herdada de FHC, Lula decidiu por manter “um ambiente econômico recessivo, que continuou colocando limites ao desenvolvimento social”, o que sustentou as

políticas focalizadas. Mercadante (2010, p. 19) ressalta que, embora este quadro pessimista, no primeiro governo Lula, “ações preexistentes foram consideravelmente robustecidas, ampliadas e articuladas entre si, formando um conjunto mais coeso que produziu grande salto quantitativo e qualitativo nas ações sociais do Estado”.

Documentos do Brasil (2004b; 2003b) ressaltam que, nos primeiros anos do governo Lula, a focalização, em termos de políticas sociais, foi a palavra-chave, o que, pontua Fagnani (2014; 2011a), indica a manutenção do *status quo ante*. Isto contraria os propósitos do Partido dos Trabalhadores, já que havia, para Mercadante e Tavares (2001) um projeto social-desenvolvimentista que seria posto em prática com a vitória do partido. Esta “opção forçada” pela focalização fica clara ao ser lançado e institucionalizado, em 2003, o Programa Bolsa Família (BRASIL, 2004a; 2003a), o qual prioriza os mais pobres.

Uma justificativa para o uso de políticas sociais focalizadas pode ser encontrada em Rocha (2006, p. 191): “as transferências diretas de renda aos pobres não podem ser feitas uma só vez, mas têm que se repetir ao longo dos anos, até que as medidas que realmente atacam as causas da pobreza venham reduzir paulatinamente o tamanho da população-alvo”. Ademais, para Saboia e Rocha (2002), distribuir renda aumenta mais o bem-estar do que dar bens e serviços; neste sentido, vincular a renda mensal a condicionalidades (como se faz no Programa Bolsa Família), garantiria não só o acesso à renda (já que, para Rocha (2006, p. 191), “a cidadania plena depende de que se disponha de renda suficiente para o atendimento das necessidades no âmbito do consumo privado”), mas também a bens e serviços.

Embora tal justificativa possa se sustentar – sobretudo se encararmos a pobreza como o maior mal a erradicar –, Fagnani (2011a, p. 10) é enfático ao afirmar que “Lula (Fome Zero e Bolsa Família) reprisava FHC (Programa Comunidade Solidária), ignorando a luta que diversas forças políticas vinham travando pela consolidação dos avanços sociais de 1988”. Rocha (2006, p. 190) salienta a necessidade da universalização, ao afirmar que a “pobreza é uma síndrome de carências diversas”. Embora se erradique a pobreza com transferências de renda ao longo do tempo, a falta de políticas universais pode prejudicar a perpetuação das conquistas sociais trazidas pelas políticas focalizadas, já que, ao sair da pobreza, o público-alvo já não é mais atendido – mesmo que o número de beneficiários do Bolsa Família aumente com o passar dos anos.

Outra característica deste período é atrelada à situação de indecisão na qual se encontrava o governo. Fagnani (2011a, p. 11-12) descreve que, por causa da indefinição política e da rota tomada pelos principais ministérios, os chamados “ministérios setoriais” (especialmente os da Saúde e da Educação) entraram em ação para difundir uma frente de

alteração na “estratégia social original do governo”. Para o autor, tal atuação teve efeitos nas áreas de seguridade social, educação e política urbana; tais efeitos são parte integrante das características do primeiro governo Lula, mesmo que os ministérios centrais (como o da Fazenda e o do Planejamento) tivessem apontando para outra direção.

Entretanto, é fundamental salientar que tais políticas sociais não foram fruto só da orientação contrária dos ministérios setoriais. Fagnani (2011a, p. 13) aponta que o Ministério da Educação (MEC) manteve as políticas em curso por força da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, e do Plano Nacional da Educação (PNE), com vigência decenal. No caso da política urbana, Fagnani (2011a, p. 13-15) entende que a pressão social levou à criação do Ministério das Cidades, do Sistema Nacional de Habitação, da Secretaria Nacional e Transporte e da Mobilidade Urbana e do Sistema Nacional de Saneamento.

Esta indecisão e os entraves apresentados se refletem na definição do que seja o desenvolvimento. Estes impasses se mostram na afirmação do IPEA (2007), em seu relatório sobre políticas sociais, quando afirma que:

O desenvolvimento, como o que a sociedade brasileira está, difusamente, a reclamar, tem de se manifestar, simultaneamente, em todas as dimensões relevantes da vida nacional (...) [e] por todo o território (...). Tem de articular direcionadamente todos os Poderes da República (...) [e] envolver virtuosa e integradamente todas as instâncias federativas (...). (IPEA, 2007, p. 8-9)

O parágrafo acima reafirma o problema de direcionamento da política social brasileira, já que há clara falta de articulação espacial, entre poderes e entre instâncias federativas (pelo menos, até 2006). A instituição se aprofunda nesta colocação, quando descreve que, por causa do desempenho econômico mais favorável nos anos de 2005 e 2006:

Vão ficando, assim, cada vez mais explícitas as fortes relações entre política econômica e política social e a qualidade da vida de uma sociedade (...). Um autêntico processo de desenvolvimento, em realidades como a brasileira, demanda grande esforço de coordenação. Exige, ademais, a atuação convergente de todos os níveis de governo para os mesmos objetivos traçados pela vontade nacional. (...) o país não se encontra próximo dessa condição. No entanto, existem espaços de possibilidades que podem ser aproveitados (IPEA, 2007, p. 13).

É com este espírito que Lula é reeleito para o mandato 2007-2010. No primeiro semestre de 2007, o IPEA (2007, p. 18-22), em sua análise sobre políticas sociais, apresenta nove indícios de que o Brasil não estaria passando pelo processo de desenvolvimento:

1. Os problemas de abastecimento energético no médio e longo prazos;
2. Os gargalos do sistema logístico nacional quando há crescimento;
3. A incompatibilidade entre expansão agrícola e biodiversidade;
4. O sistema educacional público deficiente e de baixa qualidade;

5. A coexistência de doenças crônicas e infectocontagiosas;
6. O péssimo processo de adaptação à violência generalizada no país;
7. A falta de vontade de criar a institucionalidade para alimentar o processo;
8. A falta de lideranças com “vontade nacional” (IPEA, 2007, p. 21);
9. A falta de uma estratégia e de um roteiro que leve ao desenvolvimento.

Entretanto, Mercadante (2010, p. 123) entende que esta visão negativa foi provocada pela já citada necessidade de ajustes na economia, que “limitaram o crescimento, mas possibilitaram reverter o processo de desestabilização então em curso”.

O segundo governo Lula foi baseado, segundo Mercadante (2010, p. 124), “na aceleração do crescimento e na construção das bases endógenas para sua sustentação”. Fagnani (2014, p. 2) aponta que tal construção se iniciou em 2006 e se ampliou em 2007, quando se conjugaram: a adoção de políticas econômicas menos restritivas; o lançamento do primeiro Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e a adoção de medidas anticíclicas para enfrentamento da crise de 2008. Em seu conjunto, para o autor, tais fatores permitiram o aumento do gasto social e o segundo governo Lula assumiu nuances contrastantes com as encontradas nos primeiros quatro anos de governo. Especialmente a partir de 2006:

(...) o crescimento voltou a ter destaque na agenda, o que não se via há 25 anos. Desde então, passou a haver uma articulação mais convergente entre os objetivos macroeconômicos e sociais, o que também não se via há algum tempo. Esse movimento foi benéfico para o mundo do trabalho e para as contas públicas, abrindo maior espaço para a ampliação do gasto social (FAGNANI, 2011a, p. 15).

Outro elemento de destaque, já pontuado, é a crise econômica mundial de 2008. Esta crise, que estancou o crescimento econômico brasileiro em 2009, foi, todavia, útil para reforçar as medidas econômicas anticíclicas e a agenda do Estado de Bem-Estar Social (em contraposição à visão do Estado Mínimo). O sucesso das medidas econômicas anticíclicas permitiu o aumento do gasto social (FAGNANI, 2011a), de modo a torná-lo uma das bases do novo-desenvolvimentismo brasileiro (MERCADANTE, 2010).

O segundo mandato do presidente Lula tem, como uma de suas principais características em termos de políticas sociais, o avanço na “convergência entre focalização e universalização” (FAGNANI, 2011a, p. 17). As principais áreas beneficiadas foram: a seguridade social, a educação, o meio rural, o mercado de trabalho e a política urbana. Segundo o IPEA, o governo Lula, em seu segundo mandato, esteve:

(...) diante da oportunidade de articular sinergicamente o PAC, o PDE, o Pronasci, assim como todas as outras iniciativas governamentais em gestação, no âmbito do PPA 2008-2011, fazendo desse instrumento o embrião ou a fase primeira de um projeto nacional de desenvolvimento (IPEA, 2007, p. 22).

O Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 (BRASIL, 2008) mostra a peculiaridade do segundo governo Lula, de associação entre desenvolvimento e políticas sociais. O objetivo do plano (BRASIL, 2007, p. 11) era o de elaborar uma “estratégia de desenvolvimento que opera[sse] com base na incorporação progressiva das famílias no mercado consumidor das empresas modernas” – em outras palavras, seria alavancar o crescimento econômico por meio do consumo das famílias. Para alcançar tal meta, um dos pilares seria a Agenda Social, a qual priorizaria a “parcela da sociedade mais vulnerável” (BRASIL, 2007, p. 13).

Para Mercadante (2010), o governo Lula II entendeu que as políticas sociais deveriam funcionar como base para a instalação do novo-desenvolvimentismo. Para Fagnani (2011a), as políticas sociais do governo Lula II ainda tiveram como grande referencial um programa focalizado (o Programa Bolsa Família), o qual foi ampliado e fortalecido. Todavia, como é explicitado nas metas do PPA 2008-2011 (BRASIL, 2007, p. 57-63) e em Fagnani (2011a, p. 17), as políticas universais passaram por um processo de consolidação.

O avanço conjunto nestas duas frentes é justificado no objetivo central das políticas sociais do governo Lula II, qual seja: um “modelo de desenvolvimento que seja economicamente próspero, ambientalmente sustentável e socialmente justo” (BRASIL, 2007, p. 64). Entretanto, outra característica do período foi a manutenção das “tensões imanentes” e dos retrocessos neoliberais (FAGNANI, 2011a, p. 22). O autor aponta três campos que caracterizam esta tensão: a reforma tributária; a previdência; e a seguridade social¹⁹.

Ainda que seja uma marca do segundo governo Lula, Fagnani (2014, p. 1) critica a centralidade do Programa Bolsa Família, afirmando que, ainda que “teve papel destacado na mitigação da fome e das vulnerabilidades associadas à miséria extrema (...) a questão social não pode prescindir de ações focadas naqueles que estão submetidos à fome ou precariamente inseridos”. Para Fagnani (2011a, p. 27), “a transferência monetária aos mais pobres deve ser um dos eixos da estratégia. (...) o equívoco é pretender fazer desse eixo a própria estratégia”.

Embora de forma incipiente e com dois sérios problemas (a necessidade de regular-se o setor privado nas políticas sociais e o reestabelecimento de mecanismos de financiamento de tais políticas), percebe-se a retomada das políticas universais. Todavia, Mercadante atenta para o fato que uma característica relevante do governo Lula II foi:

(...) a decisão (...) de eleger o social como um dos eixos estruturadores do desenvolvimento econômico conferiu centralidade às políticas públicas voltadas à

¹⁹ Ver Pochmann (2008) sobre as falhas da reforma tributária (PEC 233/2008), Salvador (2008) quanto às ameaças da reforma em questão para as conquistas sociais trazidas pela Constituição de 1988, Lopez (2009) a respeito dos impasses e das divergências a respeito da previdência social, e Fagnani (2011b) acerca dos problemas de proteção jurídica à seguridade social.

redução das desigualdades, à ampliação de direitos e à inclusão social (...). Essa escolha estratégica revelou, no plano simbólico e na vida real, que era possível retomar a trajetória de construção do Brasil, bruscamente interrompida a partir da década de 1980, superando um padrão de desenvolvimento concentrador de renda (MERCADANTE, 2010, p. 475).

Após analisadas as principais características da política social dos governos Lula (2003-2010), podemos comparar brevemente os dois mandatos. É importante ressaltar que:

(...) a definição do social como um dos eixos estruturadores do desenvolvimento econômico foi decisiva para a bem-sucedida trajetória de crescimento econômico acelerado com distribuição de renda e inclusão social, bem como para a rápida recuperação do país diante da crise econômica e financeira global. (...) o Brasil conseguiu romper o círculo vicioso, criado por algumas administrações anteriores, de fragilidade econômica e social interna (...) (MERCADANTE, 2010, p. 480-481).

Isto revela que uma característica central dos governos Lula foi a escolha do plano social como base do desenvolvimento; a valorização da política social é um ponto relevante. Entretanto, ao cabo dos oito anos de governo Lula (e até hoje), ainda está viva a dicotomia entre o Estado Mínimo e o Estado de Bem-Estar Social, que pode ser bem resumida assim:

Vivemos a disputa entre dois projetos antagônicos. O liberal *versus* o desenvolvimentista. O mercado *versus* o Estado. A focalização exclusiva nos mais pobres *versus* a universalização dos direitos da cidadania. Os valores do Estado mínimo *versus* os valores do Estado de bem-estar. Os direitos sindicais e laborais *versus* relações de trabalho flexíveis (FAGNANI, 2014, p. 1).

Isto quer dizer que, após os governos Lula, ainda persiste o questionamento acerca do caráter imanente da nova política. Este questionamento surge como outra característica central da política social do governo Lula: a permanência (mesmo que em escala reduzida) da dicotomia entre social-desenvolvimentismo e neoliberalismo.

A análise feita nas páginas anteriores permitiu verificar que os governos Lula – sobretudo o segundo – se pautaram em seis pilares do desenvolvimento social, descritos por Fagnani (2011c). Estes permitiram associar “estabilidade, crescimento econômico, elevação do emprego e renda e inclusão social” (FAGNANI, 2011c, p. 4), em favor do desenvolvimento. Os primeiros três pilares estão mais próximos do âmbito macroeconômico, enquanto os três últimos são associados à área social do governo. Entretanto, todos giram em torno do ciclo de crescimento econômico no qual o Brasil entrou no século XXI.

O primeiro pilar foi o crescimento econômico, que, para Fagnani (2011c, p. 4), é “a mais efetiva das políticas sociais”. Em segundo lugar, a geração de emprego e a elevação real da renda, as quais permitiram o crescimento do consumo, da produção industrial e dos investimentos. O terceiro pilar foi a valorização real do salário mínimo, que dobrou ao longo da década de 2000. O quarto pilar foi a elevação do gasto social, o que foi permitido, para

Fagnani (2011c, p. 6) graças ao próprio crescimento econômico, pois isto despressurizou os indicadores da área macroeconômica. O quinto e o sexto pilares, finalmente, são relacionados às políticas sociais em si: a volta e o crescimento das políticas universais; e a manutenção e fortalecimento de políticas focalizadas para erradicar a pobreza.

1.4.3 A pseudo-continuidade de Dilma (2011-2014)

A política social do governo Lula sofreu mudanças profundas ao longo de oito anos. As tensões entre o Estado Mínimo e o Estado de Bem-Estar Social se reduziram (em prol do fortalecimento do segundo modelo), embora o fantasma neoliberal continue persistindo. Derradeiramente, houve a retomada da discussão sobre políticas universais, as quais ficaram engavetadas no governo Lula I. Tais características dão indícios de que o Brasil pós-Lula voltou a trilhar, mesmo que vagorosamente e com gargalos, o caminho do desenvolvimento econômico com proteção social universal.

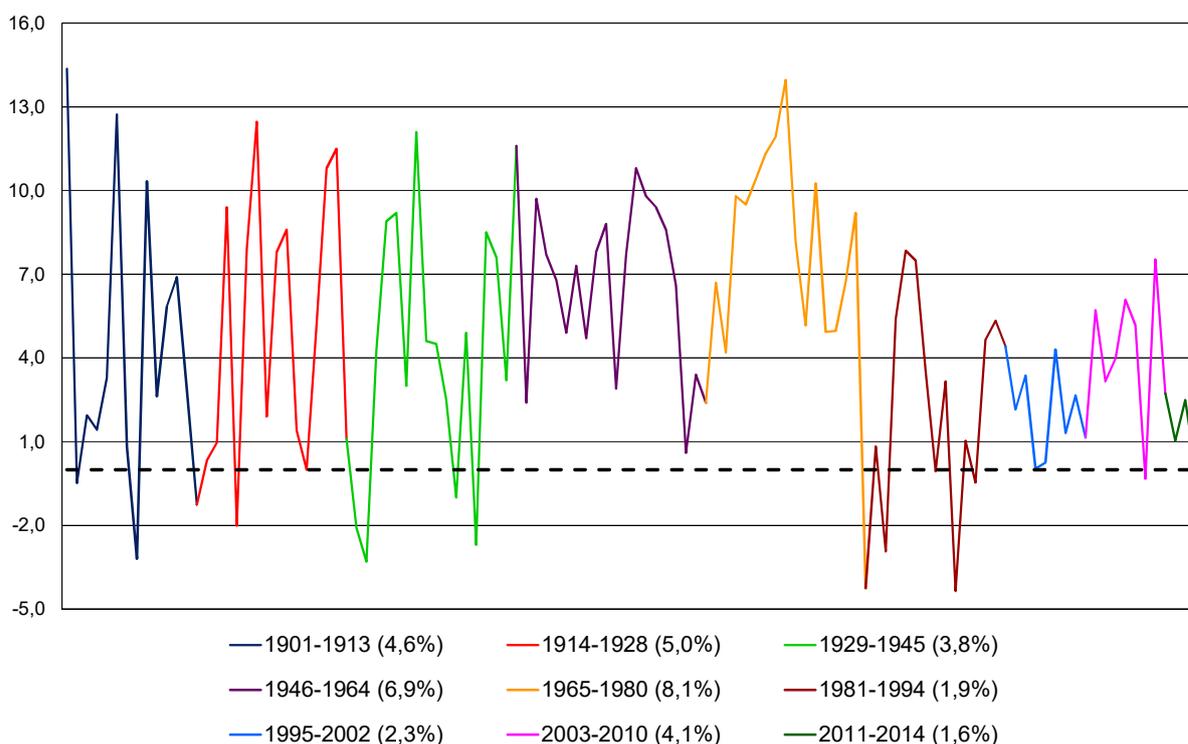
Neste cenário de queda significativa e constante da pobreza no Brasil, Dilma Rousseff é eleita presidente para o período 2011-2014. Após a implantação de políticas como o Programa Bolsa Família (PBF), um dilema que ficou era se a governante daria continuidade ao que foi implantado por seu antecessor, se ela levaria a discussão ainda mais para o plano das políticas universais, ou se haveria um descompasso entre os oito anos de Lula e o novo governo. O que era esperado do governo Dilma era, no mínimo, a continuidade no combate da pobreza nos mesmos moldes de seu antecessor.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV), em publicação do IBRE – Instituto Brasileiro de Economia (IBRE, 2011) –, aponta que o governo Dilma, em seus primeiros meses, trabalhou com expectativa de crescimento do PIB acima de 5% a.a., o que deveria ser repensado ou, no mínimo, visto com cautela. Embora o crescimento econômico seja a mais poderosa forma de garantir políticas de combate à pobreza, o cenário de instabilidade econômica internacional demandava, à época, maior cuidado quanto às projeções.

O Gráfico 3 sintetiza os porquês da cautela que deveria ter existido; como se verifica, o crescimento médio do governo Dilma foi de 1,6% a.a. Em compensação, os governos FHC e Lula tiveram desempenhos melhores (2,31% e 4,06%, respectivamente), mesmo com anos difíceis. Desempenho tão baixo na economia se viu só entre os anos 1981-1994 (com crescimento de 1,95%), quando, porém, houve 5 anos de crescimento acima de 4%. Isto evidencia que o combate à pobreza não poderia contar com as benesses do crescimento econômico. Este governo também marca o encerramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), definidos em 2000 pela Organização das Nações

Unidas (ONU); dentre as metas, o objetivo 1-A foi a redução pela metade das pessoas em situação de indigência²⁰. Embora o objetivo tenha sido alcançado pelo país, Andrade (2013, p. 11) ressalta que o objetivo final do governo Dilma era erradicar a pobreza extrema, “uma antiga meta brasileira”.

Gráfico 3 – Taxa de variação real anual do PIB brasileiro (1901-2014)



Fonte: Dados extraídos do IPEAdata.

Andrade (2013) mostra que há uma diferença significativa entre o discurso oficial do governo brasileiro – fazendo menção aos últimos 12 anos – e a “realidade doméstica”. Para a autora, a realidade doméstica, mascarada pelo discurso governista mundo afora, envolve fortes disparidades regionais. Ademais, Hespanhol (2014) revela que, embora 15,6% da população more em áreas rurais em 2010, a proporção de domicílios extremamente pobres é praticamente cinco vezes maior do que nas áreas urbanas (5,4% contra 25,5%). O autor segue mostrando que, embora os programas de transferência de renda sejam importantes, a:

(...) superação [da pobreza] depende da atuação firme do Estado como provedor dos serviços públicos básicos, especialmente de saúde e educação de qualidade, e gerador das condições econômicas favoráveis que permitam às pessoas terem acesso à renda a partir da inserção no mercado de trabalho, reduzindo, assim, a dependência dos programas sociais (HESPANHOL, 2014, p. 14).

²⁰ Na atual definição, a linha de indigência dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio é US\$ 1,25/dia.

Isto esclarece uma das necessárias metas do governo Dilma: superar a pobreza rural. Tal superação só pode ocorrer, na opinião de Buainain, Dedecca e Neder (2012, p. 512), ao interpretá-la como um “fenômeno multidimensional, (...) resultado de múltiplas causas, de fatores e distorções estruturais que não foram enfrentados e corrigidos por políticas públicas adequadas (...)”. Por ser a pobreza rural um problema que os autores definem como multideterminado, é normal (e ruim) a “dispersão de esforços que resulta da dificuldade de hierarquizar no tempo e espaço as diferentes ações (...)”.

Torna-se necessário, na visão dos autores, a instalação de um tripé para a solução do problema, para que se tenha a erradicação da pobreza e a inclusão social e produtiva: primeiramente, deve-se proteger as famílias pobres; em segundo lugar, é necessário interromper o círculo vicioso que é a perpetuação da pobreza; e, finalmente, é preciso inserir os ex-pobres no ciclo produtivo, valorizando-os como seres humanos. Entretanto, enfatizam Buainain, Dedecca e Neder (2012, p. 515), as soluções do tripé só se concretizam no médio e longo prazos e demandam foco dos gestores de políticas pública.

Embora o que foi apresentado tenha exclusivamente o meio rural, a problemática é aplicável aos estratos urbanos e metropolitanos. Mesmo que a pobreza tenha se reduzido nos anos 2000, ainda há uma grande demanda, nos anos 2010: o fim das ações focalizadas, em prol de políticas universais que fomentem a inclusão social e o desenvolvimento. Mesmo que com divergências entre a vitrine (discurso governista) e o mostruário (realidade doméstica), faltava o estopim para engendrar as políticas universalizantes. Este movimento aconteceu logo no primeiro ano do governo Dilma, com o Plano Brasil Sem Miséria (BRASIL, 2011). Embora o público-alvo do plano seja focalizado (pois são beneficiadas pessoas com renda familiar *per capita* mensal de até R\$ 77,00²¹), as ações se propõem a serem universalizantes (mesmo que de forma questionável), à medida que os efeitos do plano são em prol da garantia à cidadania plena, assegurando o acesso aos direitos básicos a toda a população.

Yazbek (2012, p. 315) ressalta que o Brasil Sem Miséria (BSM) tem os seguintes objetivos: 1) o aumento da renda familiar *per capita*; 2) a universalização do acesso aos serviços públicos; e 3) a garantia à inclusão produtiva, nos estratos urbanos e rurais. Seu objetivo geral seria, ademais, “promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da extrema pobreza”. Entretanto, a autora chama a atenção para o fato de esta política pública ser – assim como foi o Bolsa Família – “compensatória e seletiva, centrada em situações-limite

²¹ Até abril de 2014, a renda familiar *per capita* mensal era de R\$ 70,00. A alteração veio com o decreto 8.232/14, que também alterou o público-alvo do PBF (BRASIL, 2014).

em termos de sobrevivência e seu direcionamento aos mais pobres dos pobres”, o que mantém a subordinação da política social aos vieses econômicos.

Isto aponta para um ponto fraco generalizado das políticas públicas de erradicação à pobreza: todas se baseiam principalmente na transferência de renda. Em outros termos, isto significa relegar o fim da pobreza à manutenção das políticas de renda, o que não resolve o problema. Especialmente em um cenário econômico fraco – como foi o vivenciado pelo Brasil no governo Dilma –, o uso massivo da transferência de renda não tem claros retornos de escala. Indícios disto já estavam por Sônia Rocha, quando a autora indica que:

A forma mais óbvia de reduzir a incidência de pobreza é o crescimento econômico. O aumento do nível de atividade produtiva tem efeito direto sobre a redução da pobreza absoluta (...). De fato, com o aumento do nível de atividade ocorre melhoria da renda e do emprego que acaba por promover o avanço de uma parcela dos pobres para um nível de rendimento acima da linha da pobreza (ROCHA, 1995, p. 16).

Claramente, o crescimento por si só não resolve a questão, mas é um possível motor para solucionar o problema. Os caminhos para potencializar os efeitos do crescimento econômico, dados por Rocha (1995), são três: as transferências de renda; o acesso a bons empregos; e a garantia de acesso e estada no sistema educacional. Ademais, a autora aponta para a necessidade de atender grupos específicos e regiões mais vulneráveis.

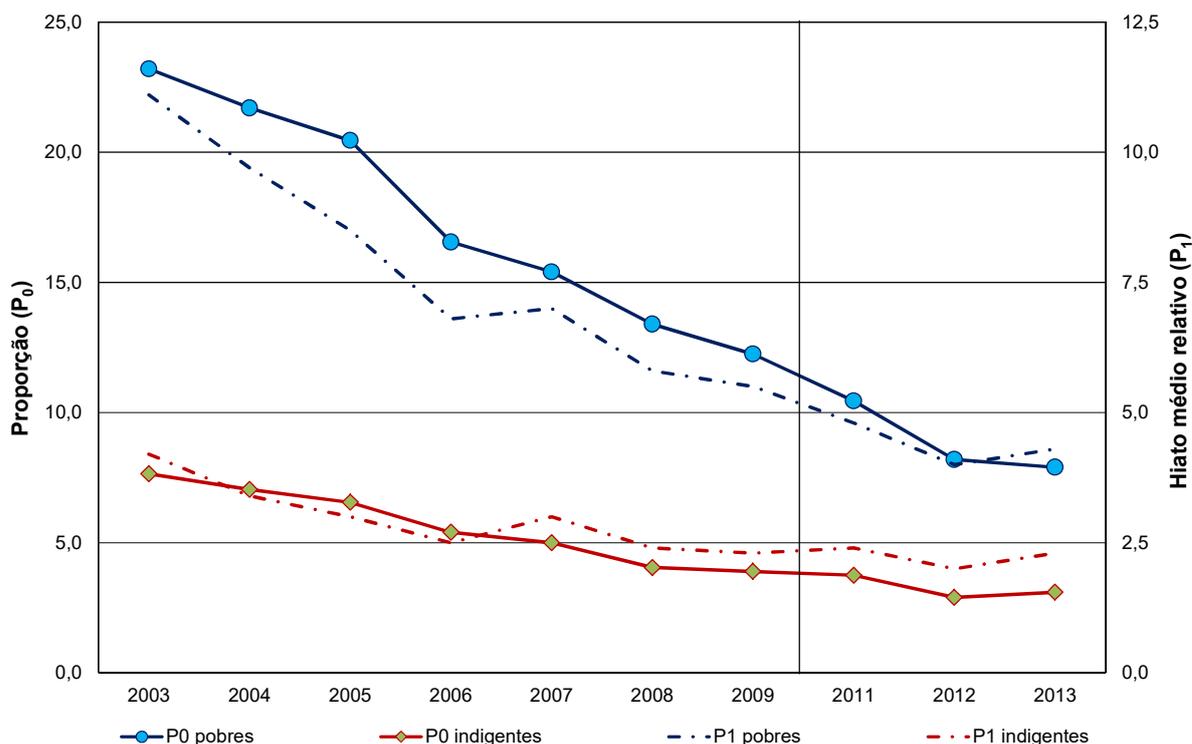
As colocações acima têm reflexos nos resultados da evolução da pobreza no governo Dilma: 1) a pobreza não-monetária não teve redução tão significativa quanto a monetária; 2) os que saem da pobreza monetária não são mais foco das políticas sociais que os tiraram desta situação; e 3) a queda da pobreza monetária não está associada a igual redução na desigualdade. Para Cohn (2013, p. 109), o que se viu desde 2003 é a “mobilidade de renda dos segmentos mais pobres do país”, mas que não trouxe a “redistribuição da propriedade, o que lhe impõe sérios limites para que siga prosperando”. Em outros termos:

(...) não se pode menosprezar esse impacto, nem muito menos ignorar o acesso a “novas janelas de oportunidade” que esse processo vem gerando para segmentos significativos da sociedade. Há, no entanto, que estar alerta para o fato de que com isso estão também sendo gerados valores e representações sobre a própria sociedade, o papel do Estado e as responsabilidades sociais deste e dos indivíduos. E um primeiro efeito é o reforço da concepção, de raiz neoliberal, de que a responsabilidade pelos riscos sociais de cada um reside na esfera privada da vida social, dado que ter capacidade, vontade de trabalhar e investir esforços próprios (tudo isso associado com a sorte ou a vontade divina) são tidos como elementos que por si só garantem o sucesso na vida, vale dizer, no mercado (COHN, 2013, p. 109).

As limitações trazidas pela política social do governo Dilma podem ser demonstradas a partir dos resultados de Jannuzzi et al. (2014), cujos dados foram tratados para tentar identificar – dentre os que não têm ou não declararam renda – os que podem ser

enquadrados na pobreza ou na extrema pobreza. O Gráfico 4 aponta a redução na velocidade de queda da pobreza e da indigência, tanto em termos de proporção (P_0) como no que diz respeito ao hiato de renda (P_1). Ademais, durante os três primeiros anos do governo Dilma, os hiatos médios de pobres e indigentes oscilaram, não deixando claro se haverá continuidade.

Gráfico 4 – Medidas-resumo da pobreza no Brasil (2003-2013)



Fonte: Gráficos 4 e 5 de Jannuzzi et al. (2014).

Nota: Para valores de P_0 , foi calculado o ponto médio dos intervalos de confiança.

Além do resultado para o país, Campello e Falcão (2014) trazem dados para diversas características socioeconômicas, além de apresentarem dados para a pobreza segundo o Índice Multidimensional de Pobreza (IMP) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. A Tabela 9 mostra que, embora o resultado em nível nacional possa não ser tão satisfatório quanto desejável, a redução das disparidades entre brancos/amarelos e pretos/pardos foi significativa, assim como entre o Norte e o Sudeste. Entretanto, novamente, se percebe a desaceleração da redução: a diferença por cor caiu 48% entre 2003 e 2009 e 27% entre 2011 e 2013; já entre regiões, a queda foi de 65% no primeiro período contra queda de 40% no último triênio.

Tabela 9 – Indicador multidimensional de pobreza por características socioeconômicas, Brasil e grandes regiões (2003-2013)

		Lula I				Lula II			Dilma I		
		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Brasil	Crônica	8,0	7,5	7,0	5,3	4,4	3,4	2,8	1,8	1,4	1,1
	Severa	3,7	3,3	2,9	2,3	1,8	1,4	1,2	0,8	0,5	0,5
Cor	Branco-Amarelos	4,1	3,8	3,4	2,6	2,2	1,8	1,4	0,9	0,6	0,5
	Pretos-Pardos	12,5	11,6	10,8	8,1	6,7	5,2	4,3	2,9	2,1	1,7
	Diferença	8,4	7,8	7,4	5,5	4,5	3,4	2,9	2,0	1,5	1,2
Regiões	Norte	18,9	18,1	17,3	13,4	12,1	9,6	9,1	7,2	6,2	5,2
	Nordeste	17,8	15,3	14,5	11,3	9,1	7,2	5,8	3,5	2,3	1,9
	Sudeste	2,1	1,8	1,6	1,0	0,8	0,6	0,4	0,2	0,2	0,1
	Sul	5,4	4,8	4,2	2,9	2,7	2,0	1,5	1,0	0,8	0,5
	Centro-Oeste	5,4	4,1	3,7	2,6	2,0	1,5	1,0	0,4	0,3	0,3
	Diferença	16,8	16,3	15,7	12,4	11,3	9,0	8,7	7,0	6,0	5,1

Fonte: Gráficos 3, 4 e 5 de Campello e Falcão (2014).

Nota: Metodologia do Banco Mundial. Os valores apresentados para cor e região são relacionados à pobreza crônica. Dados para 2010 não disponíveis por conta de a PNAD não ser aplicada em anos censitários. Dados para 2014 ainda não divulgados.

Finalmente, outro dado pode explicar o porquê da desaceleração: o valor médio dos benefícios transferidos pelo PBF, dentro do BSM. Os dados são apresentados por Osório e Soares (2014, p. 752) e mostram um movimento duplo no período 2003-2013: de redução no benefício básico por família; e de aumento na transferência de renda por beneficiário. Especialmente no governo Dilma, o benefício básico caiu mais de 10% (de R\$ 78 para R\$ 70) em três anos, enquanto a transferência média aumentou 25% (de R\$ 32 para R\$ 40). Estas oscilações são explicadas pelas mudanças pelas quais o benefício do Bolsa Família passou, especialmente com a introdução do Benefício para Superação da Pobreza Extrema, com objetivo de cobrir o hiato entre a renda familiar com benefícios e a linha de pobreza extrema.

Todos estes benefícios não parecem ter erradicado de fato a extrema pobreza no Brasil. Ademais, a esta afirmação é preciso adicionar: 1) o contingente populacional que optou por não declarar renda e está em situação de pobreza; 2) o fato a pobreza a ser erradicada via BSM é estritamente monetária, mesmo com mecanismos de inclusão produtiva em seu bojo; 3) a questão de os elementos não monetários da pobreza não são computados; e 4) o fato de os benefícios pagos não garantem a aquisição dos bens e serviços fundamentais faltantes – em sua grande maioria – nos domicílios indigentes.

Durante o governo Dilma I, a pobreza e a indigência continuaram seu rumo de redução, sem, porém, se extinguirem. Verificou-se que, mais uma vez, o governo insistiu na transferência de renda, a qual – embora seja um dos mecanismos “mais baratos” de combate à

pobreza – não resolve estruturalmente o problema, sobretudo em termos não monetários e subjetivos. Finalmente, embora o BSM tenha integrado elementos de garantia à cidadania e de acesso a serviços básicos, além de estimular a inserção no mercado de trabalho, o que pode estar minando o sucesso da iniciativa é a falta de crescimento econômico no país.

O crescimento econômico foi sobre-estimado, o que levou a uma expectativa exagerada de inserção estrutural dos mais pobres (e, geralmente, menos qualificados) no mercado de trabalho – com carteira de trabalho assinada e estabilidade. Neste sentido, o que poderia ser uma ação de eliminação estrutural da pobreza (amparada em taxas muito maiores de crescimento econômico) se tornou, cada vez mais, uma política de transferências de renda com garantia de direitos básicos da cidadania, sem necessariamente engendrar um círculo virtuoso que garanta a saída definitiva da população pobre de seu atual *status quo*.

1.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste primeiro capítulo, foram abordadas questões relacionadas ao nível e à concentração (espacial e por características socioeconômicas) da pobreza no Brasil nos últimos 50 anos, partindo da perspectiva unidimensional. Junto a esta reconstrução histórica, foi feita uma separação por período que permitisse a análise do impacto dos diversos governos sobre este problema nacional. Esta separação levou em conta quatro grandes momentos da história econômico-social do Brasil contemporâneo, desde a Ditadura até a Nova República: da ditadura militar até a Anistia (1964-1979); a transição democrática (1980-1987); o interstício entre Constituição e Plano Real (1988-1994); e o Pós-Real (1995-2014).

Esta categorização permitiu verificar que, até a Constituição, pouco se fez *de facto* para se combater a pobreza no Brasil. Todavia, é preciso recordar que se, de um lado, a inserção da problemática da pobreza na agenda política passa a acontecer em meados dos anos 1990, de outro lado a Academia e vários setores da sociedade já discutiam e pensavam a pobreza no país – ainda que as visões não fossem (e continuam não sendo) homogêneas²². Isto mostra que, além de haver certo retardamento na redução consistente e estrutural da pobreza no Brasil, havia divergências claras, em termos conceituais e políticos, entre Estado, Academia e Sociedade, além de tais conflitos surgirem internamente a estas três esferas.

²² Codes (2003, p. 50), de forma complementar, pondera que: “Apesar da dualidade de posicionamentos com relação às concepções de globalização e políticas neoliberais, a necessidade de combater a pobreza é consensual. O assunto está em destaque na pauta de governos, da sociedade civil e de organismos internacionais. Além de constituir-se uma preocupação ética e humanitária, a literatura indica que o estado de pobreza em que se encontram grandes contingentes populacionais levanta outras preocupações, em termos de impactos nas dimensões políticas, econômicas e sociais do mundo contemporâneo”.

Estas divergências e o retardamento na queda da pobreza após a redemocratização se tornam mais compreensíveis quando se recorda que o processo de transição democrática, em curso tanto no Brasil como na América Latina, é ainda recente (anos 1980 e 1990). A partir de uma leitura de Codes (2003), podemos entender que há um processo de retroalimentação entre redução da pobreza e fortalecimento da democracia. De um lado, a democracia só deixa de estar ameaçada quando a pobreza (e, também, a desigualdade) se enfraquecem (CODES, 2003)²³; de outro lado, todavia, só é possível fortalecer a democracia quando políticas de combate e redução à pobreza são delineadas (SALAMA; VALIER, 1997). À luz destes destaques, podemos resumir a situação do Brasil como segue:

(...) o Estado brasileiro pouco atuou no campo social (...). E, no campo dos gastos sociais do Estado [para combater a pobreza], é necessário lembrar que a definição e implementação das políticas estiveram condicionadas às regras de apropriação e **interesses privados** (...). Em síntese, a reprodução da pobreza no País é o esperado de uma **sociedade conservadora** e de um **Estado também conservador, dominado por interesses privados** e por uma coalização de classes que **exclui a presença das camadas subalternas** (OLIVEIRA; HENRIQUE, 1990, p. 28, grifos nossos).

O período que vai de 1964 a 1988 foi majoritariamente dedicado ao crescimento econômico *stricto sensu*, sem se levar em conta a alta desigualdade existente no país. Nestes 25 anos, o país cresceu e passou a conviver – muito por causa de irresponsabilidade política – com níveis de inflação cada vez mais absurdos, sem ter enfrentado o problema da pobreza no país. Embora a proporção de pobres tenha se reduzido entre os anos 1960 e 1970 – e oscilado bruscamente na década de 1980 –, este resultado é mais fruto de mecanismos de recuperação salarial que aconteceram de forma automática, e não por meio da atuação do governo. Isto se refletiu, como pôde ser constatado, na manutenção de altos níveis de desigualdade.

Com a promulgação da Constituição, ares progressistas tomaram conta do país e se esperava que, daquele momento em diante, o combate à pobreza seria parte integrante da agenda de políticas públicas. Esta expectativa tem reflexo nas mudanças ocorridas, em nível internacional, a respeito da temática “pobreza”. Como Dedecca et al. (2012, p. 18) postulam, “o tema da pobreza tem se apresentado como uma recorrência nas agendas dos governos e das instituições multilaterais de desenvolvimento”. Para os autores, isto se deve, basicamente, ao encerramento do ciclo de crescimento econômico que compreendeu os primeiros 30 anos após o fim da Segunda Guerra Mundial. Especialmente nos países em desenvolvimento – nos quais

²³ Mais adiante, a autora conclui que “a pobreza na América Latina é estrutural e, por isso, a sua redução impõe rupturas nas formas de solidariedade e nos padrões de inserção internacional. Nesses termos, o combate só será eficaz se forem implementadas reformas estruturais, a médio e longo prazos” (CODES, 2003, p. 62).

podemos enquadrar o Brasil –, crescimento econômico, desenvolvimento e redução da pobreza não andaram de mãos dadas. Ademais:

(...) **o processo de industrialização e urbanização havia amplificado o problema** [da pobreza] em vários países, tendo como uma das referências importantes a experiência brasileira. O esgotamento da expansão do pós-guerra interrompia o **modelo de financiamento externo** que havia viabilizado a industrialização de parte dos países em desenvolvimento, pondo em xeque a própria sustentação das condições econômicas e sociais alcançadas. Rompia-se, deste modo, as possibilidades destas nações equacionarem o problema da pobreza através de **trajetória semelhante percorrida pelos países desenvolvidos no pós-guerra**. O combate à pobreza via ampliação do gasto da política social se colocava em uma situação de impasse, havendo **riscos crescentes de regressão** da proteção social (...) (DEDECCA et al., 2012, p. 19, grifos nossos).

Todavia, dois elementos concorreram para desmontar esta visão iludida de melhora: de um lado, a corrida inflacionária não foi contida pelos planos econômicos que vieram a partir de 1985; de outro, a ala conservadora da sociedade (por meio de sua representação no Congresso Nacional) tratou de minar – se não totalmente, pelo menos em parte – o caráter progressista e cidadão da nova Constituição, por meio das disposições transitórias e medidas complementares. Apenas a LOAS foi aprovada neste interstício, mas teria sua plena regulamentação apenas no final da década de 1990.

Após o sucesso do Plano Real, de 1994, as questões de cunho meramente econômico deixaram de ser o ator principal, tanto da agenda como da arena política, ou, pelo menos, era o que se esperava a partir de então. Os governos que se sucederam no Pós-Real não colocaram imediatamente a política pública (tanto de combate à pobreza, como de inclusão social) no leque de elementos a serem tratados com urgência. Isto ficou claro nos dois governos FHC, durante os quais pouco foi feito em termos de proteção social²⁴; apenas a partir de 2001 é que políticas (focalizadas, seja dito) de combate à pobreza foram de fato empreendidas. O primeiro governo Lula, embora viesse com a proposta do PBF, foi tão pouco feliz quanto seu antecessor, havendo mudanças substanciais apenas a partir de 2006.

Resultado desta estratégia de combate à pobreza no Brasil, a queda do nível e a desconcentração da pobreza se devem a políticas focalizadas, que objetivam a mera retirada da população da condição de monetariamente pobres. De um lado, tem-se famílias que continuam monetariamente pobres e que têm outras capacidades negadas; de outro, famílias que “deixaram a pobreza”, mas que continuam tão vulneráveis à situação quanto antes.

²⁴ Como foi pontuado neste capítulo, a redução da pobreza nos governos FHC I e FHC II se deveu especialmente (e de forma muito isolada no tempo) aos efeitos distributivos do Plano Real. As principais políticas de transferência de renda (BPC, RMV e aposentadoria rural) são precedentes a 1995. Entretanto, é preciso frisar que a manutenção de tais políticas de transferência unilateral de renda – além de seu atrelamento aos reajustes anuais do salário mínimo – permitiu a redução das desigualdades, pois afetaram de maneira positiva especialmente os estratos mais pobres (MAIA, 2010).

Embora políticas de inclusão produtiva e inserção no mercado de trabalho tenham sido empreendidas no governo Dilma I, é preciso relativizar tais esforços, à medida que vieram em um período de crise econômica, não garantindo que a saída da pobreza seja estrutural.

Mostrou-se, assim, que há cada vez menos pobres no Brasil; ou, pelo menos, há cada vez menos pobres no que diz respeito às condições monetárias. Cada vez mais importantes se tornam as questões relacionadas à pobreza como carência para além da renda: acesso a serviços básicos (saúde e educação), condições habitacionais (tanto em termos de composição do domicílio como de acesso a serviços) e posse de bens duráveis são elementos que precisam ser levados em conta para se discutir pobreza no Brasil. Todavia, os estudos sobre pobreza multidimensional são ainda muito restritos no Brasil, se centrando em propor métodos e variáveis para mensuração e realizando estudos de caso, além de ser geralmente limitados, com poucas exceções, ao que tem acontecido no século XXI.

Para tal, a reconstituição da evolução da pobreza no Brasil pela ótica multidimensional é, tanto em termos temporais como comparativos, prejudicada. Deste modo, se fez necessária a construção de uma dualidade nesta dissertação: 1) apresentar a evolução da redução da pobreza no Brasil pela perspectiva da renda, a fim de ter um cenário de longo prazo (que foi realizado neste capítulo); e 2) discutir e planejar um estudo de médio prazo (1995-2014) sobre a pobreza multidimensional no Brasil, para comparar sua evolução associando-a às mudanças nos níveis de renda (cujas bases serão apresentadas no Capítulo 4).

Neste cenário se encontram, atualmente, as famílias no Brasil. Com isto, parte da construção teórica da dissertação está definida (a redução da pobreza no país). As perguntas que restam (a serem respondidas nos Capítulos 2 e 3) são três. Como mudou o perfil das famílias brasileiras nos últimos 50 anos? Quais as relações existentes entre família e pobreza, especialmente no período Pós-Real (1995-2014)? Qual o perfil da família brasileira pobre e como este perfil evoluiu nos últimos 20 anos?

CAPÍTULO 2 – TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL

O período entre o início da ditadura militar (em 1964) e o fim do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (em 2014) é rico de mudanças demográficas substanciais. Apenas a título de exemplo, menciona-se: a transição da fecundidade, ocorrida especialmente a partir dos anos 1970; a queda do nível e a mudança no padrão da morbimortalidade adulta e infantil; e as alterações na estrutura familiar, associadas, de maneira especial, à transição da fecundidade.

As mudanças acima citadas trouxeram alterações tanto na estrutura etária da população, quanto na composição das famílias. O objetivo deste capítulo é apresentar a dinâmica demográfica brasileira nos últimos cinquenta anos, em quatro momentos. Primeiramente, é feita a análise da transição demográfica como teoria, analisando sua estrutura básica e as componentes principais. Em segundo lugar, analisa-se a transição demográfica no Brasil, verificando a evolução da fecundidade e da mortalidade. Em seguida, seleciona-se a componente que, junto à nupcialidade, é responsável pelo processo de constituição das famílias (a fecundidade), analisando-se suas mudanças, tanto em termos de padrão como de estrutura; ademais, estudam-se os diferenciais de fecundidade segundo as principais características socioeconômicas (escolaridade, renda, situação do domicílio).

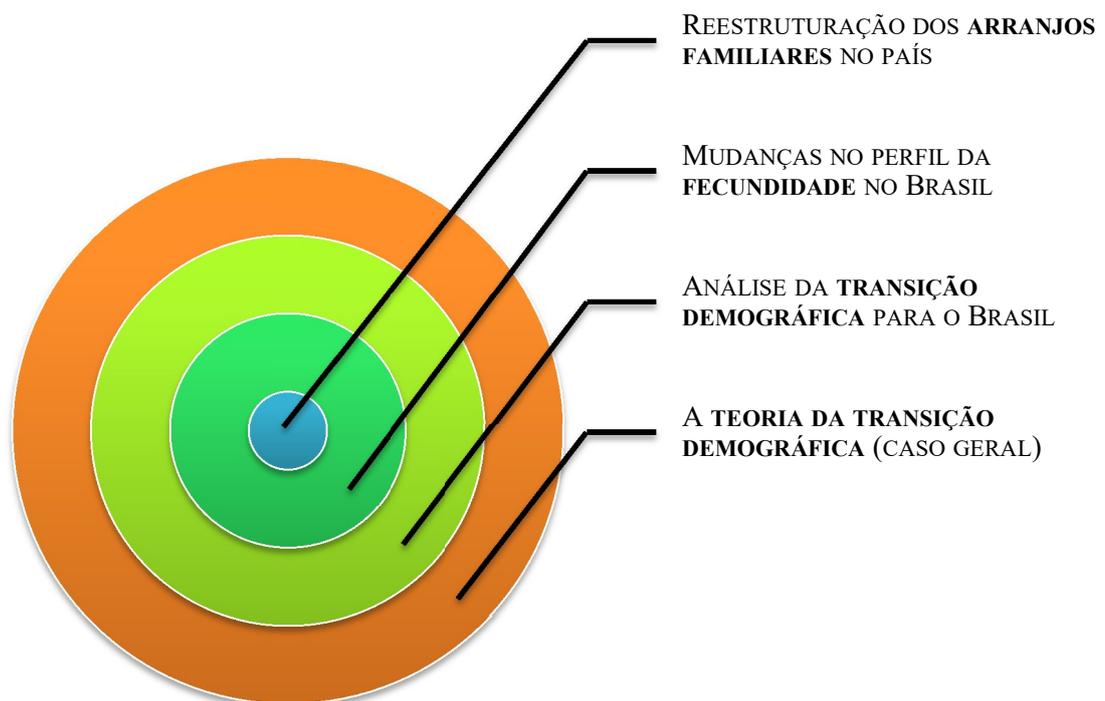
Após a análise detalhada da transição demográfica e da fecundidade, são estudadas – na última seção do capítulo – as mudanças dos arranjos familiares. Esta segunda parte do tópico serve de introdução ao Capítulo 3, por abordar tanto o tema do tamanho das famílias como aquele da consolidação de novos arranjos familiares (seja em termos de tipos de família, seja quanto à composição destes elementos). Esta análise é sobretudo direcionada aos mais pobres, embora um apanhado geral das famílias brasileiras seja necessário.

O objetivo deste capítulo é trazer elementos demográficos para compreensão das mudanças ocorridas na população brasileira nas últimas cinco décadas. Iniciando-se com a análise das componentes demográficas, para depois prosseguir para as alterações nas famílias. A principal meta é desenhar – do geral para o específico – as mudanças ocorridas no âmbito demográfico. É necessário compreender tais mudanças para modelar corretamente as relações com a evolução da dinâmica socioeconômica mostrada no capítulo anterior. A figura abaixo mostra como é organizado este capítulo.

A análise das componentes demográficas em geral, e da fecundidade em especial, se faz necessária, pois são estes elementos que auxiliam na compreensão – em conjunto com mudanças de cunho econômico e social – das alterações na composição, no tamanho e na

estrutura das famílias. Esta análise primária é ainda mais importante no contexto da população pobre do país, já que – como foi verificado no capítulo anterior – a pobreza brasileira reduziu-se drasticamente em todas as suas dimensões. É preciso, de antemão, delinear por quais mudanças demográficas os pobres passaram nos últimos cinquenta anos, para definir claramente o impacto destas alterações nas famílias.

Figura 3 – Da transição demográfica como teoria à reestruturação dos arranjos familiares



Fonte: Elaboração do autor.

Este tópico é, portanto, o segundo pilar de sustentação da análise das famílias pobres do Brasil. No capítulo anterior, foi desenhado o cenário socioeconômico desde os anos 1960. Este capítulo apresenta, portanto, a contrapartida demográfica do período 1964-2014. Mais adiante, a combinação destes dois cenários será um importante instrumento para definir as hipóteses e as linhas de raciocínio desta dissertação (no Capítulo 3), bem como para definir o aparato metodológico e as variáveis a utilizar (no Capítulo 4).

2.1 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA COMO TEORIA

A transição demográfica é um processo pelo qual os países passam de altos níveis de fecundidade e mortalidade (e taxa de crescimento da população próxima de zero) para níveis baixos em ambas as componentes. Zavala de Cosio (1995) pontua que o verdadeiro trunfo da transição demográfica é sua riqueza epistemológica. Para a autora:

(...) a mortalidade, a nupcialidade, a mobilidade espacial e a fecundidade formam um **sistema de reprodução demográfica**, (...) cada uma das variáveis populacionais determina e responde, por sua vez, a parâmetros econômicos, sociais e culturais. (...) A transição demográfica acontece quando **muda a composição** do sistema de reprodução (ZAVALA DE COSIO, 1995, p. 31, tradução e grifos nossos).

Entretanto, a forma, a duração e a velocidade dos eventos no Brasil (em especial) e na América Latina (em geral) foram muito diferentes daquelas ocorridas nos países europeus.

O ponto de partida é a análise da transição demográfica pela qual o Brasil passa a partir da primeira metade do século XX (com a queda da mortalidade). Para compreender melhor o fenômeno e como se dá a transição, é preciso analisar a literatura internacional. Patarra (1973) aponta que a teoria da transição demográfica remonta à primeira metade do século XX, quando Thompson (em 1929) e Notestein (em 1945) formularam a argumentação de que – gradual e irreversivelmente – haveria uma passagem de altas taxas de fecundidade e mortalidade para taxas baixas e controladas. No interstício, ter-se-iam elevadas taxas de crescimento da população, enquanto ao fim da transição o crescimento seria próximo de zero (assim como fora no início), ou até negativo.

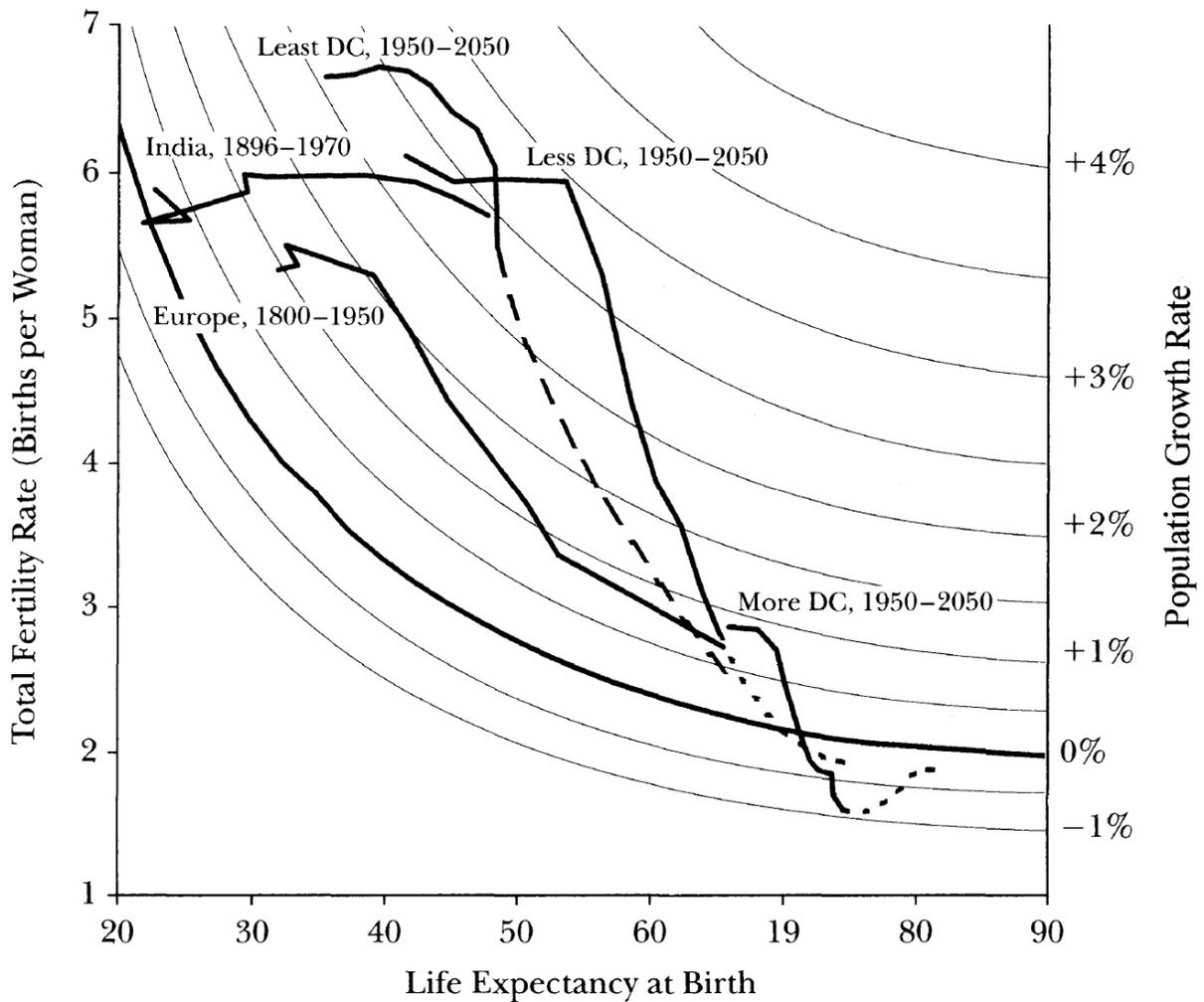
Para Caldwell (1976), a teoria da transição demográfica busca avaliar a relação entre o desenvolvimento econômico-industrial e a mudança nos níveis de fecundidade e mortalidade. Antes de tudo, é preciso avaliar o que manteria a fecundidade alta antes da transição, para depois se discutir como e por meio de quem se daria tal movimento. Se antes a alta fecundidade era necessária para manter o volume da população, a industrialização e a urbanização seriam os pré-requisitos para desencadear o processo, cabendo assim mais duas perguntas: “como se difundiria o novo *fertility behaviour* pelos países?”; e “quem seriam os inovadores dentro de uma sociedade de alta fecundidade estrutural?”.

A teoria da transição demográfica foi elaborada a partir da observação do que ocorreu nos países da especialmente Europa e América do Norte entre os séculos XVIII e XX. A partir de Therborn (2006), podemos resumir a transição como sendo um período (de 1750 a 2000) de queda da fecundidade, redução e alteração da mortalidade e reestruturação dos arranjos familiares. Em quase 300 anos, as famílias deixaram de ter muitos filhos, o que indica a tendência de valorização da prole (que se torna mais cara, valiosa e forte dentro da estrutura familiar). A este processo sucede-se o progressivo envelhecimento absoluto e o temido encolhimento populacional, como fruto da fecundidade abaixo do nível de reposição²⁵.

²⁵ Entende-se por nível de reposição a TFT de 2,1 filhos por mulher. Como a reprodução é um evento que envolve duas pessoas, 2 filhos seriam suficientes para repor os pais. O valor adicional de 0,1 serve para cobrir os efeitos da mortalidade infantil, especialmente da mortalidade endógena. Ver Bourgeois-Pichat (1951).

Para Lee (2003, p. 167), a transição demográfica impacta diversas dimensões da vida social, a nível macro (na economia e na população) e a nível micro (no ciclo de vida, individual e familiar). A transição não poderia acontecer antes de 1800, segundo o autor (com base nas ideias dos controles “positivo” e “preventivo” de Malthus), pois o crescimento populacional acelerado não encontraria correspondente na economia, o que aumentaria a miséria e a mortalidade. Ademais, a depressão causaria a postergação da nupcialidade e da fecundidade; assim, ter-se-ia o caráter cíclico da mortalidade e da natalidade.

Figura 4 – Isoquantas de crescimento da população, com base em dados sobre TFT e esperança de vida ao nascer, para diversas regiões do mundo e períodos



Fonte: Extraído de Lee (2003, p. 177).

Nota: Isoquantas são curvas que se originam de diversas combinações de fatores (*inputs*), tendo-se o mesmo resultado (*output*). No caso, os *inputs* são a TFT e a esperança de vida, e o *output* é a taxa de crescimento. Na abscissa “*life expectancy at birth*”, onde se lê “19”, leia-se “70”.

Uma importante diferença, quando se compara a transição demográfica nos países europeus e naqueles em desenvolvimento (como o Brasil), é o *timing* das etapas. A partir das

observações de Preston (1980, p. 289), sabemos que chegar à conclusão do *timing* diferenciado é tarefa árdua, já que a disponibilidade de dados (para mortalidade, no caso do autor, mas também para a fecundidade) é restrita nos países da África, América Latina e Ásia, especialmente até os anos 1940-1950. Entretanto, graças à recuperação de dados feita por Lee (2003), temos a Figura 4, reproduzida em seu original, que mostra a relação direta entre fecundidade, esperança de vida e taxa de crescimento.

Para diferenciar corretamente países desenvolvidos dos em desenvolvimento, é preciso recuperar os condicionantes da redução da mortalidade e da fecundidade. Seguindo Lee (2003), reconstituímos a evolução das componentes da transição demográfica, levando em conta o padrão majoritário (no qual a mortalidade declina antes da fecundidade). Em seguida, verificaremos como a transição demográfica é observada na América Latina. Na Figura 5, mostram-se os fatores que afetaram, para o autor, o comportamento da mortalidade e da fecundidade no caso originário da transição (aquele vivido pelo norte da Europa).

Figura 5 – Fatores concorrentes à redução da mortalidade e da fecundidade no mundo



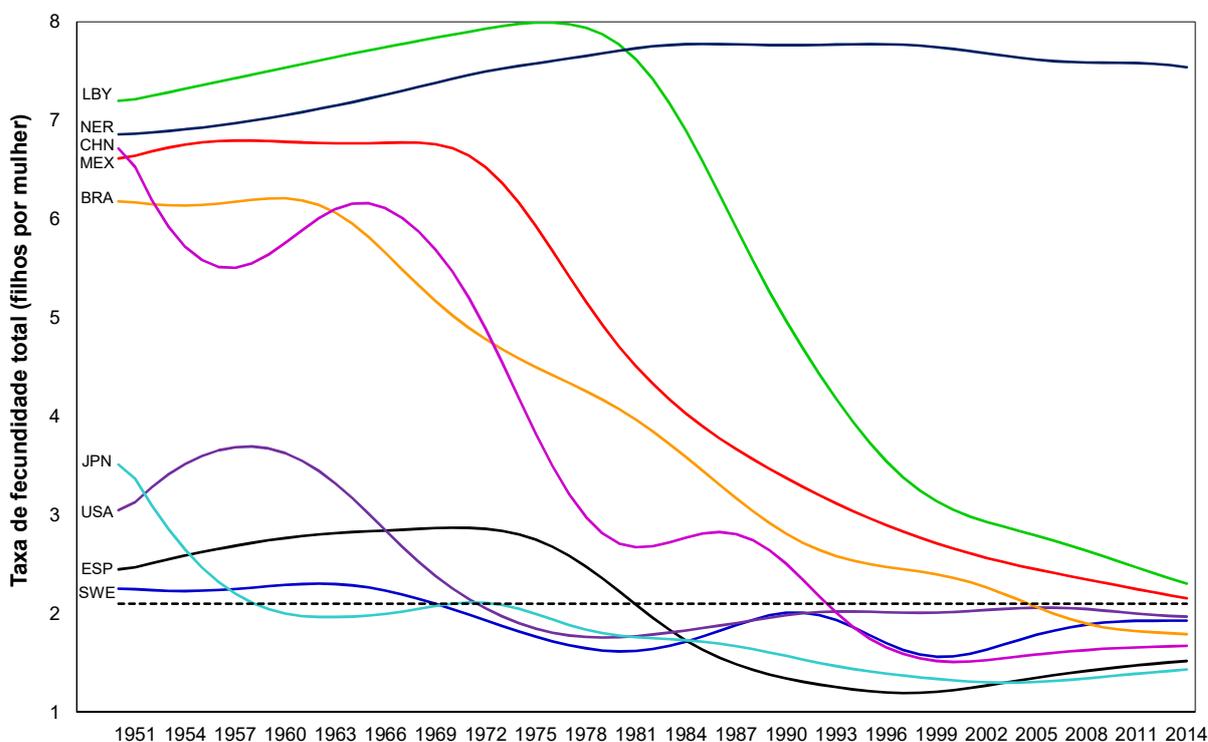
Fonte: Elaboração a partir de Lee (2003, p. 170-176).

Embora a Figura 5 reforce os elementos gerais da queda da mortalidade e da fecundidade, o que diferencia os países desenvolvidos dos em desenvolvimento é: em que momento aconteceram as mudanças (o fator “quando”); e qual a duração de tais mudanças (o fator “por quanto tempo”). Esta análise pode ser feita por meio das taxas de fecundidade. No Gráfico 5 são apresentadas as taxas de fecundidade total (TFT) para nove países: 3 das Américas (Brasil, EUA e México); 2 da Europa (Espanha e Suécia); 2 da África (Níger e

Líbia); e 2 da Ásia (China e Japão). Os países foram escolhidos de modo a captar a maior heterogeneidade possível de eventos.

Na Ásia, se escolheu um país com política restritiva de fecundidade e outro que já esteja em estágio avançado da transição demográfica (respectivamente, China e Japão). Na África, se escolheram os países com maior e menor IDH em 2013 (Líbia e Níger, respectivamente). Na Europa, foram selecionados um país mediterrâneo (Espanha) e outro nórdico (Suécia), representando inícios diferentes na transição (sendo que a Espanha iniciou a sua depois da Suécia). Por fim, nas Américas, foram escolhidos os três mais populosos: Estados Unidos (EUA), México e Brasil.

Gráfico 5 – Taxa de fecundidade total para Brasil, China, Espanha, Estados Unidos, Japão, Líbia, México, Níger e Suécia (1950-2014)



Fonte: Elaboração a partir de dados extraídos da ONU (2013).

Nota: O arquivo “*Interpolated demographic indicators by major area, region and country*” contém os dados originais. Dados para o período 2010-2014 são projeções com base na variante média de fecundidade. Os códigos dos países seguem a recomendação ISO 3166-1 alpha-3. A linha tracejada indica o nível de reposição da TFT (2,1 filhos por mulher).

O que se conclui, a partir do Gráfico 5, é que os países europeus, os EUA e o Japão tiveram sua transição demográfica iniciada muito antes dos países da América Latina, da Ásia e da África; neste último continente, a transição está nos estágios primordiais, especialmente no caso dos países menos desenvolvidos, nos quais a fecundidade está alta. A queda mais acelerada nos países em desenvolvimento se explica – pensando nos fatores

elencados na Figura 5 – pela rapidez com a qual tais fatores foram absorvidos pela sociedade. Os países que experimentaram uma transição longa são também aqueles nos quais os fatores de redução da mortalidade e da fecundidade foram sendo criados e absorvidos de maneira gradativa. Já nos países de transição curta, tais fatores foram importados e – por terem sido aprimorados, por séculos, nos países desenvolvidos – mais rapidamente implementados.

Entretanto, um terceiro diferencial entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento diz respeito ao nível pré-transicional da natalidade, da fecundidade e da mortalidade. Este diferencial fica claro quando se compara, por exemplo, os níveis iniciais da TFT na Suécia e nos países da África, Ásia e América Latina por volta de 1950. Isto mostra que os níveis são bastante diferentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que também justifica a velocidade com a qual mortalidade e fecundidade caem.

Para Caldwell (1976), a elevada fecundidade nos países pobres seria fruto da alta mortalidade e do alto valor econômico das crianças – pois esta trabalharia, quando jovem, para o provimento do sustento familiar e, quando adulto, cuidaria de seus pais. Nestas sociedades pré-transição, a religião seria, junto às instituições sociais da época, o fator de manutenção dos altos níveis de fecundidade. Com a modernização e a laicização dos estados, tal ponto de vista seria estruturalmente alterado, dando margem a mudanças sociais.

Embora esta transição também esteja ocorrendo no Brasil, é importante separar o que aconteceu nos países desenvolvidos do que vem ocorrendo naqueles em desenvolvimento. É preciso realizar tal separação, pois, como pontua Caldwell (2008), os países europeus passaram, nos anos 1960, por um segundo declínio da fecundidade, inesperado e imprevisível, associado a mudanças ideológicas, culturais e econômicas. Como veremos adiante, estas mesmas mudanças foram o estopim da primeira (e contínua) queda da fecundidade no Brasil.

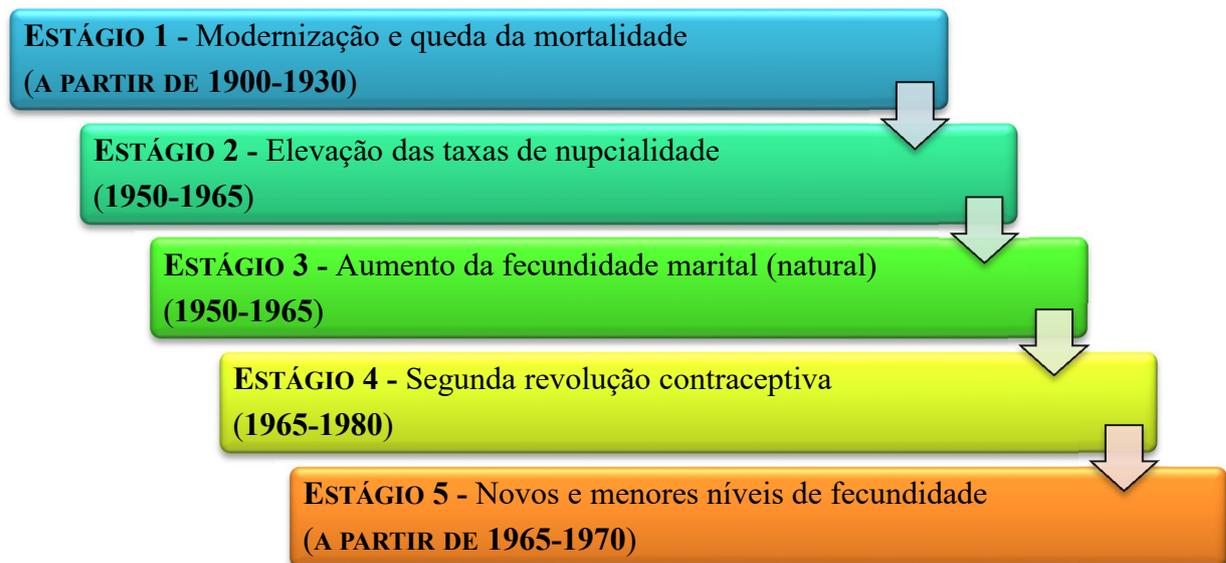
Complementarmente, a transição da mortalidade (associada à transição epidemiológica) aconteceu mais tarde e, muitas vezes, bem mais rápido, nos países em desenvolvimento como o Brasil. Isto fica claro a partir de Omran (1998; 1983), quando o autor separa os países em desenvolvimento dos desenvolvidos, pelo fato de os primeiros terem realizado sua transição epidemiológica em um período de 50 a 150 anos mais curto. Para Omran (1998, p. 114), o Brasil se insere no contexto de transição epidemiológica não-ocidental com velocidade intermediária – durando cerca de 100 anos.

Considerando o caso latino-americano, Zavala de Cosio (1995) afirma que o continente passa por mudanças demográficas severas a partir dos anos 1930: 1) redução da mortalidade (em todas as idades); 2) alterações no calendário da nupcialidade; e 3) redução significativa da fecundidade. Segundo a autora, a transição demográfica no continente

aconteceu em duas fases, tendo como ponto de inflexão – comum, como veremos, ao Brasil – o ano de 1965. Na primeira fase, a transição demográfica ter-se-ia justificado pelo duplo processo de industrialização e modernização das sociedades latinas. Na segunda fase, a transição se daria pela difusão dos métodos contraceptivos modernos.

A autora ressalta que, na América Latina, a transição não é uniforme. Embora todos os países da região tenham vivenciado o declínio da mortalidade em um período similar, a hipótese de Zavala de Cosio (1995, p. 31) é que a transição no continente tem “modalidades e ritmos diferentes”, mesmo que possamos considerar a existência de etapas genéricas. A Figura 6 resume as etapas genéricas, que mostram a diferença entre a transição demográfica nos países desenvolvidos e na América Latina. O maior diferencial entre os países desenvolvidos e a América Latina é que, nos países latino-americanos, no momento anterior à transição da fecundidade, aconteceu a elevação da proporção de casadas e do número de filhos por mulher.

Figura 6 – Etapas genéricas da transição demográfica na América Latina



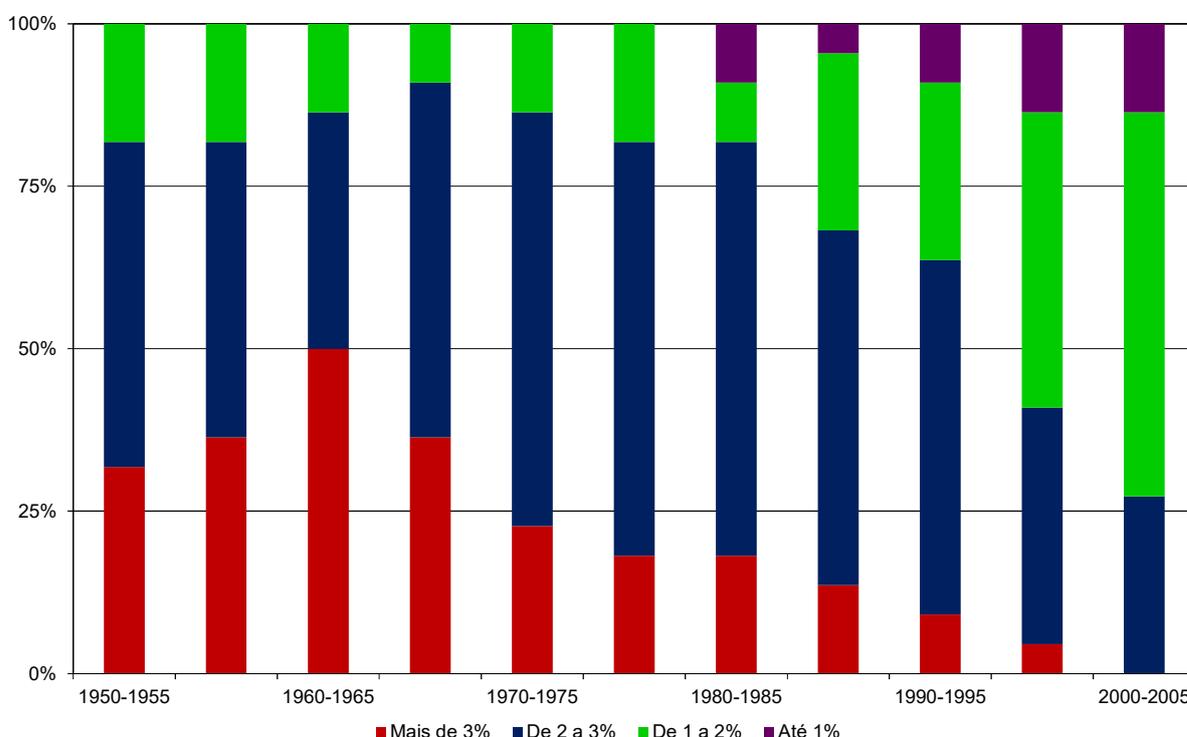
Fonte: Elaboração a partir de Zavala de Cosio (1995, p. 31-41).

Nota: A primeira revolução contraceptiva aconteceu entre 1870 e 1965, sendo caracterizada pela adoção de métodos tradicionais de contracepção. Já a segunda revolução contraceptiva diz respeito à difusão dos métodos modernos, como a pílula e o dispositivo intrauterino (ZAVALA DE COSIO, 1995, p. 40).

Guzmán et al. (2006) contribuem para a análise da transição na América Latina, trazendo dados a respeito das taxas de crescimento vegetativo da população, entre 1950 e 2005. O Gráfico 6 mostra a evolução na distribuição das taxas anuais de crescimento da população na América Latina e Caribe. O que se destaca é o padrão comum de crescimento intenso entre 1950 e 1970, com acentuada redução nas taxas a partir de 1985. Segundo

Guzmán et al. (2006), há quatro modelos de transição para o continente: 1) o “europeu”, que incorpora Argentina e Uruguai, com a transição iniciando precocemente (em relação ao continente) e seguindo o mesmo padrão da Europa; 2) o “africano”, com países em estágios iniciais da transição, incluindo Guatemala, Bolívia e Haiti; 3) o de início tardio da transição com queda brusca dos indicadores demográficos (que inclui países como Brasil e México); e 4) o intermediário, com o Chile de exemplo, que aponta para uma transição tardia, porém associada a níveis iniciais menores de fecundidade e mortalidade.

Gráfico 6 – Distribuição dos países da América Latina e do Caribe segundo nível da taxa média de crescimento natural (1950-2005)



Fonte: Tabela 4 de Guzmán et al. (2006, p. 526).

Nota: A taxa de crescimento natural indica a diferença entre TBN e TBM.

Para os autores, uma vez que a transição demográfica modifica radicalmente a estrutura etária da população, particularmente em função do declínio da fecundidade, as principais consequências da transição são duas: o dividendo demográfico (no curto prazo); e o envelhecimento (no longo prazo). Para os autores, o dividendo demográfico:

(...) caracteriza todas as sociedades que passam por mudanças na fecundidade e na mortalidade. É visto como um período de **oportunidade**, por causa do menor peso relativo da população jovem (...), permitindo a melhora das condições de vida e da qualidade dos serviços oferecidos à população. Isto permite colher os chamados ‘dividendos demográficos’, ou seja, o crescimento econômico acelerado e o desenvolvimento humano como **resultantes destas mudanças demográficas**

estruturais. Todavia (...), para que tal oportunidade seja explorada, os formuladores de políticas públicas devem fomentar a criação de empregos (...). (GUZMÁN et al., 2006, p. 554 e 558, tradução e grifo nossos).

A segunda etapa é o envelhecimento populacional, que se manifesta não só pela queda da fecundidade já concretizada, mas também pelo aumento na esperança de vida. Os efeitos do envelhecimento populacional, para Guzmán et al. (2006, p. 560), rebaterão no sistema de proteção social, com claros efeitos sobre a infraestrutura e o sistema de financiamento. O principal atingido será a previdência, com cada vez menos contribuintes contra o incessante aumento dos beneficiários. Em segundo lugar, quem sofrerá com o envelhecimento é a família, dado que, na América Latina, é ela quem cuida dos idosos.

Após trazer as questões a respeito da transição demográfica no mundo (como teoria) e na América Latina (como caso geral no qual se insere o Brasil), retoma-se Lee (2003) com o objetivo de evidenciar possíveis consequências do processo. Entende-se a transição demográfica como um processo, pois esta não se encerra em si, pois não há uma situação estática pós-transição. Como será ressaltado para o Brasil, a transição demográfica tem consequências importantes para a sociedade, os indivíduos e – ponto alto desta dissertação – as famílias (aqui entendidas como ponte entre a esfera pública e as questões individuais).

Figura 7 – Principais consequências da transição demográfica



Fonte: Elaboração do autor a partir de Lee (2003, p. 185-187).

Tais ponderações podem ser feitas apresentando-se a Figura 7, que resume o processo que a transição demográfica engendra. Como Lee (2003) pontua, o crescimento populacional não é o único produto da transição. Dado que tanto a fecundidade quanto a mortalidade se reduzem, o impacto obtido abrangerá as dimensões inerentes:

- 1) Ao indivíduo, em termos de extensão da vida (no caso da mortalidade) e de reprodução de gerações (no caso da fecundidade);
- 2) À sociedade, pensando no valor econômico dos filhos, no envelhecimento populacional e nas mudanças estruturais no mercado de trabalho;
- 3) À família, que passa por reestruturações (de tipos e de tamanho), além de contar com novos padrões de nupcialidade e mudanças nos cursos de vida;
- 4) Ao Estado, que, como entidade que unifica as diversas esferas de uma sociedade, passa a enfrentar novos dilemas, como os fluxos migratórios.

2.2 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL

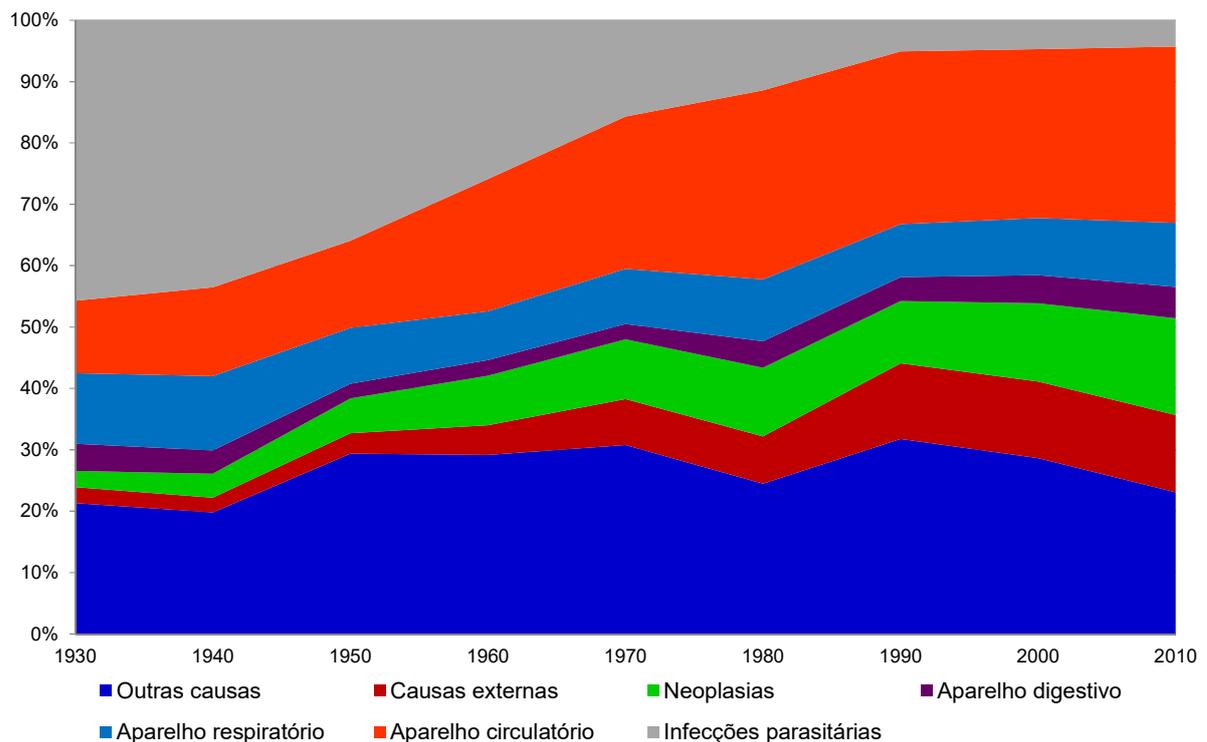
A transição demográfica brasileira pode ter seu início marcado no começo do século XX, quando os níveis de mortalidade passaram a declinar de maneira consistente (ALVES, 2008, p. 4). Enquanto isto, a fecundidade começa a se reduzir – de forma intensa – nos anos 1960 (BRITO et al., 2008a, p. 39), “acelerando o processo de transição demográfica no Brasil, dentro de um padrão diferente dos países mais desenvolvidos”, com impactos claros na estrutura etária (BRITO et al., 2008b, p. 63). Embora a transição seja um processo que se difundiu por todo o território nacional, seu início e sua duração foram diferentes de região para região (POTTER et al., 2010), havendo também variabilidade quanto a seu ritmo. Para entender o que aconteceu, é preciso analisar as suas principais componentes – a transição da fecundidade e a da mortalidade (sendo esta analisada a partir da transição epidemiológica).

A respeito da transição epidemiológica no Brasil, assim como nos outros países, esta é caracterizada por três elementos básicos, conforme Schramm et al. (2004, p. 898): “substituição das doenças transmissíveis por doenças não-transmissíveis e causas externas; deslocamento da carga de morbi-mortalidade dos grupos mais jovens aos grupos mais idosos; e transformação de uma situação em que predomina a mortalidade para outra na qual a morbidade é dominante”. Entretanto, como os autores reforçam, esta transição aconteceu, no Brasil, diversamente dos países desenvolvidos. Para Frenk et al. (1991, p. 493), assim como no México, o país tem um “modelo polarizado prolongado”, com quatro características:

- 1) A superposição de etapas de etapas iniciais e avançadas de transição;

- 2) A existência de uma contra-transição, que implica a realização da transição por um caminho não-linear e multidirecional;
- 3) A transição prolongada, caracterizada pela superposição de etapas durante um longo período de tempo;
- 4) A polarização epidemiológica, havendo – em termos sociais e geográficos – uma distribuição desigual da mortalidade.

Gráfico 7 – Mortalidade proporcional por grupos de causas, Brasil (1930-2010)



Fonte: Figura 1 de Araújo (2012).

Nota: Dados do autor até 1980. De 1990 a 2010, os dados são provenientes do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS).

Embora a transição epidemiológica tenha um perfil que pode se aplicar ao Brasil, Servo (2014) questiona sobre a possibilidade de se falar desta transição no país, especialmente pelos controversos movimentos de queda da mortalidade convivendo com a sobremortalidade masculina e a coexistência de doenças crônico-degenerativas e infectocontagiosas. Há mais de 20 anos, Prata (1992) já ponderava que a transição epidemiológica no Brasil seguia um padrão *sui generis*, com desigualdades socioeconômicas e regionais na queda da morbimortalidade, conforme o modelo de Frenk et al. (1991). Araújo (2012) apoia esta visão a partir de dados sobre a mortalidade proporcional, que reproduzimos e atualizamos no Gráfico 7. A redução

dos óbitos por doenças infecto-parasitárias, junto à tendência crescente de mortes por doenças relacionadas ao aparelho circulatório, são claros sinais da transição epidemiológica no Brasil.

Dentre os demógrafos, Carvalho e Sawyer (1978) reportam – entre 1940 e 1970 – a persistência de fortes diferenciais inter-regionais e, em termos intra-regionais, a existência de heterogeneidade social, embora se manifeste a redução da mortalidade (com elevação da esperança de vida). Os dados de Carvalho e Wood (1978) e Carvalho (1980;1974) sobre esperança de vida ao nascer e probabilidade de óbitos comprovam tanto as desigualdades regionais na mortalidade, como o acontecimento da transição epidemiológica no país.

Camarano; Kanso e Fernandes (2014a) – corroborando com os dados apresentados por Araújo (2012) no Gráfico 7 – apontam que, no período entre 1950 e 1970, o Brasil teve taxas de crescimento da população muito elevadas, as quais, todavia, não se deveram à migração internacional. No período:

Sob o impacto das campanhas sanitárias dirigidas ao combate das doenças infecciosas e parasitárias, bem como da expansão dos equipamentos sociais urbanos, da introdução dos antibióticos e das campanhas de vacinação (...), a mortalidade declinou e a expectativa de vida aumentou, enquanto a fecundidade manteve-se em níveis elevados (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014a:89).

Os dados que as autoras apresentam mostram que a queda na mortalidade (e a conseqüente elevação na esperança de vida) se deveu à redução dos óbitos infantis. As conseqüências demográficas desta redução se manifestam no padrão etário muito jovem da população brasileira, representando mais de 40% da população total no período de 1940 a 1970 (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014a, p. 94).

Outro efeito da transição epidemiológica no Brasil é o aumento da esperança de vida, tanto ao nascer como aos 60 anos. Kanso (2014) mostra os efeitos da transição ao apontar que a esperança de vida aos 60 anos, no Brasil, passou de 15 anos (em 1980) para 21 (em 2010); entretanto, o país se mantém atrás de outros países da América Latina e do mundo. Ademais, no período 1982-2012, segundo levantamento de Camarano; Kanso e Fernandes (2014b), a participação masculina no mercado de trabalho se reduziu, enquanto a feminina cresceu; concomitantemente, a esperança de vida aos 50 anos chegou às três décadas para ambos os sexos (com diferença de cerca de 5 anos a mais para as mulheres).

A permanência no mercado de trabalho se dá gradativamente por mais tempo, fruto do aumento da esperança de vida (tanto absoluta, como saudável). Entretanto, Camarano; Kanso e Fernandes (2014b, p. 390), a partir de estudos sobre os idosos norte-

americanos²⁶, lançam a hipótese adicional de que a permanência no mercado de trabalho se dá com trabalhos de horários flexíveis e de menor salário. Esta combinação garantiria um duplo efeito: de um lado, vive-se por mais tempo sozinhos; de outro, caso se viva dentro de uma família, pode-se ajudar na composição da renda familiar.

Quanto à fecundidade, sua queda no Brasil se inicia na década de 1960, como os dados de Fernandez e Carvalho (1986) mostram, embora existam indícios de queda suave já desde o início do século, conforme as estimativas de Horta; Carvalho e Frias (2000) e Frias e Carvalho (1994). A Tabela 10 deixa claro que, embora a queda nítida, esta não foi uniforme entre áreas urbanas e rurais do Brasil. Calculando-se a diferença entre as áreas, percebe-se a manutenção de uma distância média de aproximadamente 2,5 filhos.

Tabela 10 – TFT antes e depois do início da transição da fecundidade, Brasil (1957-1979)

	1957	1959	1961	1963	1965	1967	1969	1971	1973	1975	1977	1979
Brasil	5,98	6,07	5,97	5,97	5,81	5,43	5,00	4,83	4,60	4,45	4,33	4,15
Urbano	5,11	5,14	5,00	4,93	4,75	4,43	4,27	4,05	3,83	3,67	3,63	3,52
Rural	7,46	7,64	7,56	7,70	7,57	7,50	6,97	6,95	6,62	6,50	6,27	5,90
Diferença	2,35	2,50	2,56	2,77	2,82	3,07	2,70	2,90	2,79	2,83	2,64	2,38

Fonte: Tabelas A1 e A2 de Fernandez e Carvalho (1986).

Nota: Estimativas obtidas pelos autores a partir da técnica dos filhos próprios, usando os censos demográficos de 1970 e 1980. Dados correspondentes à média móvel de três anos. Para os anos de 1967 e 1969, foi tirada a média das estimativas dos autores (presentes nas Tabelas A1 e A2).

A queda da fecundidade se manteve, conforme Wong e Perpétuo (2009, p. 73), por cerca de 40 anos. Entretanto, os autores pontuam que tal descenso foi temporalmente desigual, com maior intensidade até o fim dos anos 1980, desaceleração no final da década de 1990 e retomada da queda acentuada nos anos 2000²⁷. Analisando os diferenciais temporais na queda da fecundidade, Potter et al. (2010) mostram que – desde antes de 1970 até meados dos 1990 – a TFT passou de 6,0 para 2,5 filhos por mulher, tendência generalizada no Brasil.

Ademais, os autores expõem que tal queda ocorreu em ondas, com: início antes dos anos 1960 no eixo SP-RJ; continuação nos anos 1960 no Sul e Sudeste; e, nos anos 1970 e 1980, início tardio para o Norte e Nordeste. Outros resultados encontrados pelos autores mostram que, nas regiões onde a transição da fecundidade se iniciou antes: os níveis de

²⁶ Ver Haider e Loughran (2001).

²⁷ Ver Miranda-Ribeiro (2007). Ademais, Berquó e Cavenaghi (2006) apontam este processo: de 1970 a 1991, a TFT caiu 53,4%; de 1991 a 2000, a redução foi de 11,1%; por fim, de 2000 a 2004 (usando os dados, para o último ano, da PNAD), a queda foi de 14,3%. A redução mais acentuada nos anos 2000 é confirmada por Coutinho; Morgan e Golgher (2014), que apontam para uma TFT de cerca de 1,80 a partir dos dados da DHS 2006, e por Araújo Jr; Salvato e Queiroz (2013), que indicam uma TFT de 1,86 para o censo de 2010.

fecundidade já eram menores (de 1 a 2 filhos por mulher a menos); e a duração da transição foi maior (em 5 a 10 anos, na média). Isto é confirmado pelos dados da Tabela 11.

Tabela 11 – Dados sobre a transição da fecundidade no Brasil

Início	Regiões		Transição da fecundidade				Duração (em anos)
	Número	Principais regiões	TFT		Variação TFT		
			Antes	Depois	%	Ao ano	
< 1960	88	SE/SU	5,4	1,9	- 64,8	- 0,097	36
1960-1964	77	SE/SU/CO	6,1	2,0	- 67,2	- 0,132	31
1965-1969	83		6,4	2,2	- 65,6	- 0,156	27
1970-1974	85	NO/NE	6,8	2,3	- 66,2	- 0,173	26
1975-1979	100		6,8	2,5	- 63,2	- 0,187	23
≥ 1980	69	NE	6,7	2,6	- 61,2	- 0,216	19

Fonte: Tradução e ampliação da Tabela 2 de Potter et al. (2010).

Nota: A coluna “Principais regiões” se refere às grandes regiões com maior número de ocorrências, dada a observação da Figura 4 do texto. A coluna “ao ano” se refere à variação anual média da TFT.

A fecundidade no Brasil passa a cair, de forma consistente, apenas a partir dos anos 1960, embora o Brasil já estivesse se urbanizando e industrializando desde os anos 1930 (FARIA, 1997/1998, p. 180). O autor mostrou que, na literatura sobre queda da fecundidade, se sobressaem três aproximações teóricas para justificar esta forte redução: 1) o papel dos métodos de regulação voluntária da fecundidade; 2) a expansão do trabalho assalariado e o empobrecimento dos menos abastados; e 3) o papel do planejamento familiar. Assim:

(...) a recente queda da fecundidade no Brasil pode ter tido como seu determinante próximo mais importante o uso disseminado de métodos contraceptivos (...); como causas estruturais mais profundas, a crescente proletarização e o relativo empobrecimento das camadas populares [*more modest social classes*]; e, por último, como um importante fator associado, a estratégica omissão do governo, que permitiu que agências privadas e internacionais tivessem um papel predominante na difusão dos métodos modernos de contracepção (FARIA, 1997/1998, p. 181, tradução nossa).

Embora houvesse uma combinação entre elementos novos (como a regulação voluntária da fecundidade) e as mudanças estruturais na economia brasileira (associadas ao pauperismo da classe baixa e ao maior acesso ao mercado de trabalho) e, para os militares, as questões populacionais fossem uma peça-chave, não houve qualquer tipo explícito de política de planejamento familiar ou de controle da natalidade (FARIA, 1997/1998, p. 196). O próprio Faria (1997/1998, p. 181, tradução nossa) ressalta que a omissão do Estado é “parte de uma implícita – e perversa – regulação política”. Percebe-se que esta omissão proposital do governo militar acabou por acelerar a queda da fecundidade, especialmente entre os mais

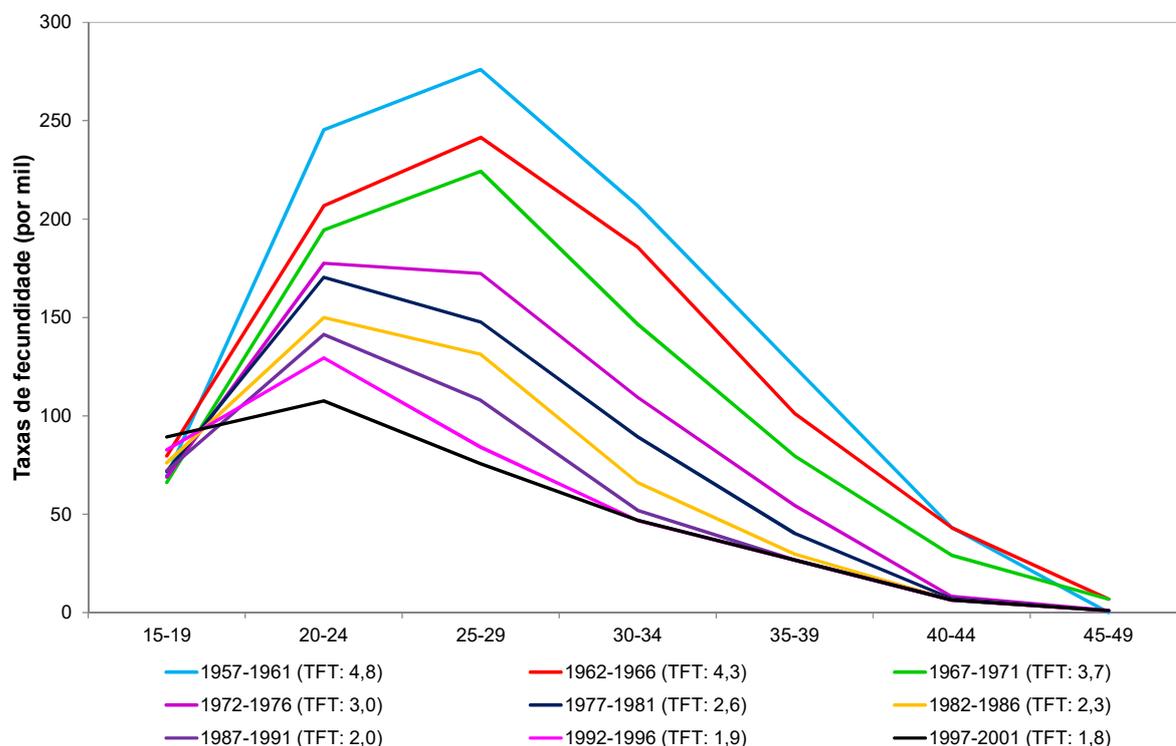
pobres, já que “a ação do Estado, ainda que indireta, foi estratégica para a institucionalização da demanda pela regulação da fecundidade” (FARIA, 1997/1998, p. 185, tradução nossa).

Em primeiro lugar (...), as importantes transformações materiais ocorridas no Brasil nos níveis socioeconômico, cultural e institucional, cujos resultados **convergentes** parecem ter sido bastante efetivos no sentido de aumentar a demanda por regulação da fecundidade. Segundo, especialmente no que diz respeito às mudanças cultural e institucional, as quatro políticas de governo [1) crédito para o consumo; 2) seguridade social; 3) telecomunicações; e 4) saúde] foram estratégicas em gerar, fortalecer e propagar estas mudanças [em termos de demanda por regulação da fecundidade] (...). Neste sentido, os impactos destas mudanças na fecundidade foram **consequências não antecipadas destas políticas**. (...) Terceiro, a falta de uma política **pública**, explícita e sujeita ao controle democrático, regulando a oferta de métodos de controle da fecundidade, permitiu que a demanda por estes métodos fosse sanada [*to be met*], fundamental, mas não exclusivamente, pelo mercado. Finalmente, é preciso salientar que todo o processo adquiriu um profundo caráter **discriminatório**. A pressão para aumentar a demanda pela regulação [da fecundidade] afetou ricos e pobres – especialmente estes últimos, considerando os efeitos não antecipados das políticas analisadas (FARIA, 1997/1998, p. 196-198, tradução nossa, grifos do autor).

A queda da fecundidade, mostrada na Tabela 10 para a população total, pode ser analisada por coortes, como fazem Wong e Perpétuo (2009) com dados da *Demographic and Health Survey* (DHS) de 1986 e 1996 e da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2006. Os resultados, exibidos no Gráfico 8, mostram o rejuvenescimento do padrão de fecundidade no Brasil, ao mesmo tempo em que se dá a queda sustentada de seu nível. Se, para mulheres de 15 a 19 anos no quinquênio 1957-1961, a TFT (registrada após o final do ciclo reprodutivo) foi de 4,8, a mesma taxa, para as jovens de 1997-2001 (cujo ciclo reprodutivo se encerrará em 2031-2035), foi projetada em 1,8. Esta taxa, provavelmente, será revisada para baixo até o fim do ciclo reprodutivo. Isto porque Wong e Perpétuo (2009, p. 79), ao completarem as taxas de cada coorte que ainda não terminou o ciclo reprodutivo, replicaram o último valor disponível diminuindo-o em 10%. Os dados de Alves e Cavenaghi (2012) corroboram esta hipótese, ao mostrarem uma TFT projetada para 2020 de 1,7.

As consequências da combinação do declínio rápido da fecundidade com a elevação da esperança de vida e a redução dos óbitos em idades avançadas são várias. No curto prazo, há o aparecimento da “janela de oportunidades” ou “dividendo demográfico”, conforme Wong e Perpétuo (2009). Já no médio e longo prazos, reaparece a maior razão de dependência, já que a mortalidade em idades adultas não é capaz de evitar que haja um cada vez maior contingente de pessoas com 65 anos e mais. Como Paiva e Wajzman (2005) indicam, com base nas projeções populacionais, a razão de dependência voltará a crescer perto de 2020, devido ao aumento da população idosa.

Gráfico 8 – Curvas de fecundidade para mulheres que tinham de 15 a 19 anos no quinquênio indicado e TFT, Brasil (1957-2001)



Fonte: Tabela 1 de Wong e Perpétuo (2009).

Respaldados pelo relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2004) sobre transição demográfica, Paiva e Wajnman (2005, p. 312) apontam que é preciso aproveitar este momento – até hoje único na história demográfica de qualquer país – para “potencializar os benefícios do dividendo demográfico”, a partir da definição de “políticas que possam ajudar o crescimento e melhorar a distribuição da renda”. Depreende-se, a partir da leitura de Wong e Carvalho (2006), que a fase de queda da razão de dependência é aquela em que se deve investir mais nos setores que mais demandarão na fase seguinte.

O que os autores querem chamar a atenção é que o Brasil passou por uma acelerada transição da fecundidade (WONG; CARVALHO, 2006, p. 7), o que comportou mudanças radicais na estrutura etária, já visíveis no censo de 1980 (BERCOVICH; VELLOZO, 1985). Os impactos da transição da estrutura etária (TEE) nas políticas sociais podem ser classificados, a partir de Wong e Carvalho (2006, p. 16-22), por grupo etário. Entre os mais jovens – população cada vez menor –, a queda da demanda deve ser aproveitada, desenvolvendo-se de vez os sistemas de atendimento à saúde infanto-juvenil e de acesso à escola. Na adolescência, ponto crítico do estudo dos autores, é preciso investir em educação secundária e terciária de melhor qualidade, para formar capital humano altamente capacitado.

Esta premente necessidade se justifica por quatro motivos: 1) pessoas mais qualificadas são mais produtivas e têm retornos maiores, com salários mais elevados e maior possibilidade de contribuição para a previdência; 2) o desenvolvimento do ensino – especialmente do terciário – pode ser feito em prol da formação de capital humano especializado em áreas que serão requisitadas com o envelhecimento populacional; 3) o maior salário também pode levar à procura por outras fontes de previdência complementar, desafogando o sistema público; e 4) pessoas mais qualificadas podem estar trabalhando por mais tempo, pelo fato de trabalhos de mais alta qualificação exigirem um esforço físico consideravelmente menor, se comparados a empregos de menor qualificação²⁸.

Quanto à população em idade ativa, Wong e Carvalho (2006, p. 19) a dividem entre adultos juniores e seniores, sendo que o grupo de maior preocupação é, novamente, o mais jovem. A justificativa é a redução, já em curso, deste grupo populacional (de 15 a 24 anos), que é “muito importante para o mercado de consumo, dado que seus membros estão no estágio de formação de família, quando surgem demandas por moradia, casas, móveis, automóveis e outros bens duradouros [*sic*]”²⁹. Aparentemente, tal problema não tem solução sem crescimento pelo lado da demanda – o que dificilmente se sustenta no médio prazo.

No que concerne a população em idade ativa (PIA) sênior, os autores ressaltam que este grupamento etário é o de maior poupança³⁰, contanto que as pessoas neste grupo sejam adequadamente empregadas. Com maior nível de poupança, se tem maior capacidade de investimento, o que traria mais recursos para a previdência (no sentido de desoneração do setor público) e para o desenvolvimento tanto educacional quanto tecnológico do Brasil.

Finalmente, no que diz respeito à população idosa, os problemas sociais são maiores e mais evidentes. Textualmente, Wong e Carvalho apontam que:

(...) em 2050, o Brasil defrontar-se-á com a difícil situação de atender uma sociedade mais envelhecida do que a da Europa atual, onde uma transição etária muito mais lenta, concomitante com o desenvolvimento social e econômico, não foi capaz, ainda, de convertê-la numa **sociedade justa para todas as idades**. A questão

²⁸ Ver o modelo de crescimento endógeno de Mankiw; Romer e Weil (1992), pelo qual o subdesenvolvimento seria fruto de um baixo nível de investimentos em capital humano. Ver também o modelo de crescimento endógeno de Romer (1990), o qual sugere que a falta de crescimento em economias subdesenvolvidas tem estreita relação com o baixo estoque de capital humano.

²⁹ É importante ressaltar o dinamismo da população de 15 a 29 anos, o que leva a datar historicamente este posicionamento. Ainda que o mercado consumidor da população de 15 a 24 anos seja relevante, este grupo consome cada vez mais outros bens (tecnologia, entretenimento e moda) e a compra da casa própria e do automóvel tem sido postergada, especialmente no caso de estas serem realizadas com recursos próprios.

³⁰ Embora não seja apontado pelos autores, esta ideia remete – em algum grau, e talvez com alguma ressalva – à hipótese de ciclo de vida de Franco Modigliani, hipótese essa que relaciona o quanto se poupa com a perspectiva de vida da pessoa. Nos períodos da vida associados a maiores ganhos, tende-se também a poupar mais, por já ter-se atingido o consumo desejado e por se preparar a velhice. Ver Modigliani e Brumberg (1954) e Ando e Modigliani (1963) para a formulação econômica e o arcabouço teórico da hipótese.

é saber se, num curto período de tempo, o Brasil – que tem uma distribuição, tanto de renda como de serviços sociais, notavelmente injusta – será capaz de enfrentar, com êxito, este desafio (WONG; CARVALHO, 2006, p. 20, grifo dos autores).

O enfrentamento do problema não passa apenas pelo que Wong e Carvalho (2006, p. 20) chamam de “envelhecimento ativo”, mas também: pelo investimento no ensino superior (sobretudo nas atividades ligadas aos idosos); pela alteração na idade mínima para se aposentar; pelo crescimento econômico pelo lado da formação bruta de capital fixo, com o qual também se garantiria o aumento das entradas no sistema da previdência social; e, por fim, pela crescente participação das “redes sociais” e do “suporte intergeracional” (WONG; CARVALHO, 2006, p. 22), o que pode reduzir os gastos com assistência social.

Tabela 12 – Estrutura etária da população, índice de envelhecimento e distribuição da população segundo grupo de renda familiar *per capita*, Brasil (2000-2010)

Renda familiar <i>per capita</i>	Distribuição (%)		Grupos etários (%)						Índice de envelhecimento	
			0 a 14		15 a 64		65 +			
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
0-0,5 SM	28,2	32,2	45,2	37,0	54,2	60,0	0,6	3,0	1,4	8,1
0,5-1 SM	23,0	27,0	36,7	23,6	54,8	67,9	8,6	8,4	23,3	35,6
1-2 SM	21,3	22,6	35,3	16,0	57,6	75,9	7,1	8,2	20,1	51,0
2-3 SM	9,1	7,5	32,3	13,2	61,6	78,3	6,1	8,4	19,0	63,6
3-5 SM	8,2	5,5	29,5	12,9	65,2	78,4	5,3	8,7	18,1	67,7
5-10 SM	6,2	5,2	25,1	11,7	69,7	78,0	5,1	10,3	20,4	87,8
10+ SM	3,9		20,0		73,7		6,3		31,4	
Brasil	100,0	100,0	29,8	25,1	64,8	68,4	5,4	6,5	18,3	25,8

Fonte: Tabelas 25 e 26 de Brito et al. (2008c) para 2000; Censo Demográfico de 2010 para 2010.

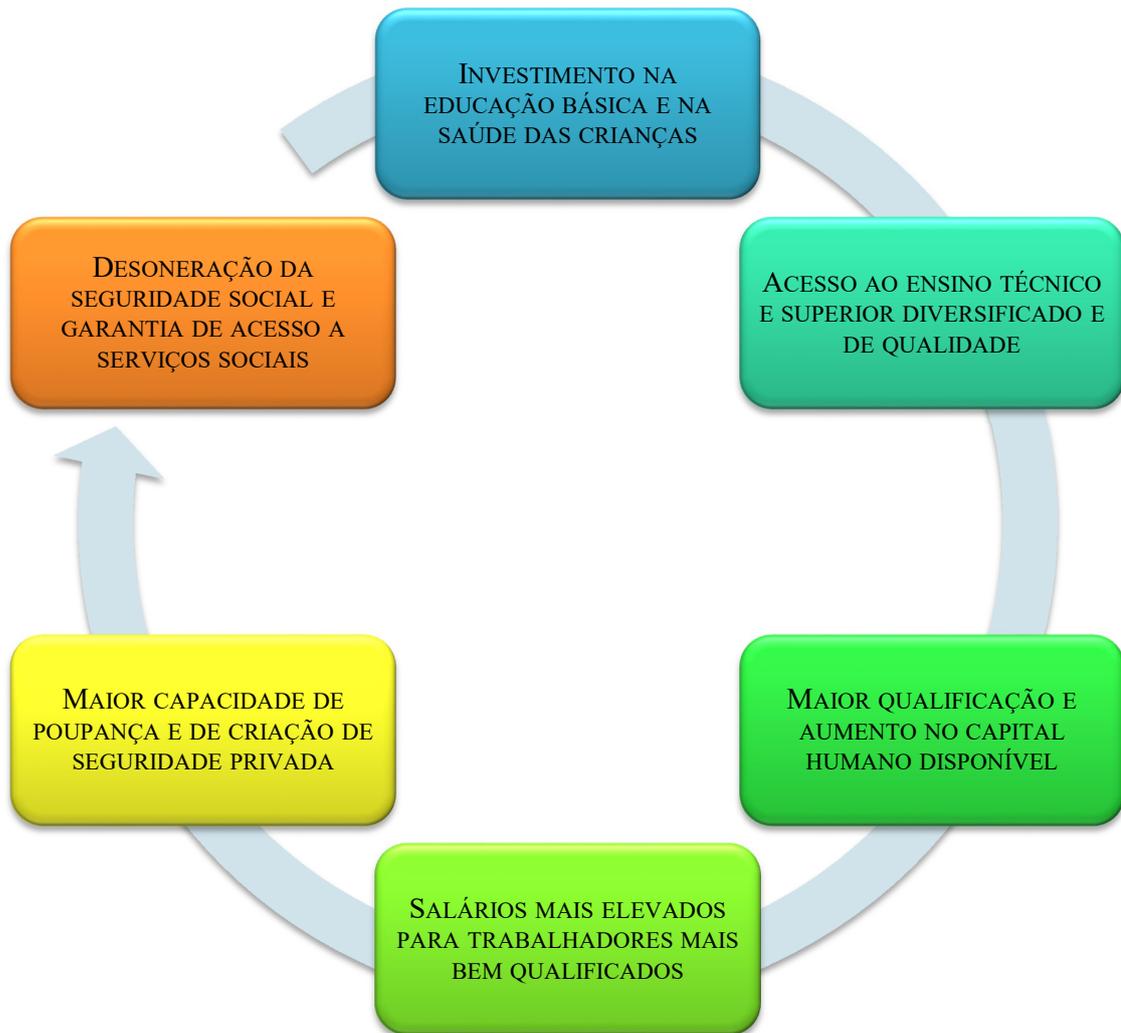
Nota: A categoria de renda familiar “0-0,5 SM” inclui os sem rendimentos. Dados a Reais correntes do ano analisado. O salário mínimo em 2000 era de R\$ 151,00 e, em 2010, de R\$ 510,00.

O impacto que a transição demográfica teve no Brasil já se faz sentir na estrutura etária da população – ainda mais quando se separa por estrato socioeconômico. Conforme os dados de Brito et al. (2008c, p. 119-120) – reproduzidos na Tabela 12 e atualizados para 2010 –, temos que a população brasileira tem menos de $\frac{1}{3}$ de jovens, com um índice de envelhecimento de 18,3 para 2000 e 25,8 para 2010. Entretanto, quando se desagrega a população por renda familiar *per capita*, tem-se que os mais ricos já têm apenas 20% de jovens e mais de 10% de idosos (correspondente a um índice de envelhecimento de 31,4).

Em suma, este período de transição da estrutura etária, combinação da queda rápida da fecundidade combinada com a transição epidemiológica – que culminará com a maior população idosa já vista no Brasil –, poderá ser enfrentado e mitigado a partir das ações

expostas nos parágrafos acima, resumidos na Figura 8. Elementos como os investimentos em saúde e educação básica, a ampliação do acesso aos ensinos técnico e superior e a maior e melhor capacitação da população jovem apta a ingressar no mercado de trabalho são elementos que, no longo prazo, ajudarão o Brasil a enfrentar o envelhecimento populacional.

Figura 8 – Possível estratégia de aproveitamento do bônus demográfico



Fonte: Elaboração do autor.

Ao cabo desta revisão da transição demográfica no Brasil, os dados de Vasconcelos e Gomes (2012) – ver Tabela 13 – resumem o que mudou desde 1950 (antes da transição) até 2010 (quando estamos, para Brito et al. (2008c, p. 113), na terceira fase da transição). Conclui-se que o cenário demográfico de décadas atrás – de acentuado crescimento populacional – se alterou de forma a se considerar a retração do tamanho populacional como uma questão atual para o século XXI. Para o então presidente da IUSSP:

(...) nos então países subdesenvolvidos (...), houve, de modo geral, **com ou sem** políticas explícitas ou implícitas de controle de natalidade ou de planejamento familiar, célere declínio da fecundidade – aliás, em muitos deles, vários com grandes populações, como China, Brasil e México, a partir de um nível muito alto e a um ritmo **nunca antes observado** nos países do Primeiro Mundo (CARVALHO, 2001, p. 7-8, grifos nossos).

Tabela 13 – Indicadores de estrutura etária, fecundidade e mortalidade, Brasil (1950-2010)

	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
População (mi.)	51,9	70,1	93,1	119,0	146,8	169,8	190,8
Idade mediana	18	18	19	20	22	25	27
<15 (%)	41,8	42,6	41,7	38,2	34,8	29,6	24,1
15-59 (%)	53,9	52,6	53,1	55,7	58,0	61,8	65,1
60+ (%)	4,3	4,8	5,2	6,1	7,3	8,6	10,8
IE (%)	10,3	11,2	12,4	15,9	20,9	28,9	44,8
RD (%)	85,5	90,0	88,3	79,5	72,5	61,7	53,6
RDJ (%)	77,6	81,0	78,6	68,6	60,0	47,9	37,0
RDI (%)	8,0	9,0	9,7	10,9	12,5	13,8	16,6
TFT (filhos)	6,2	6,3	5,8	4,4	2,9	2,4	1,9
TBN (por mil)	43,5	44,0	37,7	31,8	23,7	21,1	16,0
TBM (por mil)	19,7	15,0	9,4	8,9	7,3	6,9	6,1
TMI (por mil)	135,0	124,0	115,0	82,8	45,2	27,4	16,2
e₀ (anos)	45,5	51,6	53,5	62,8	65,8	70,4	73,5
Taxa de crescimento (%)		3,0	2,9	2,5	1,9	1,6	1,2

Fonte: Reprodução com adequações da Tabela 1 de Vasconcelos e Gomes (2012).

Nota: A taxa de crescimento se refere ao período entre um censo e o outro.

2.3 DESIGUALDADES NA QUEDA DA FECUNDIDADE

Após descrever os movimentos que compuseram a transição demográfica, vamos nos deter na principal responsável pelas mudanças na composição e no tipo de família: a fecundidade. Esta seção aborda duas dimensões da queda da fecundidade: os principais determinantes; e as principais desigualdades, socioeconômicas e espaciais. Para nortear a seção, lançamos mão da posição de Coutinho (2014, p. 5-6), que aponta dois motivos para haver queda da fecundidade: a econômica, associada a novos padrões de vida; e a cultural, a respeito de ter filhos. Ambas as dimensões, como será mostrado nos parágrafos a seguir, residem em nível individual-familiar, não sendo resultado explicitamente político.

Primeiramente, devem-se analisar os determinantes da queda da fecundidade no Brasil na segunda metade do século XX. Carvalho e Brito (2005) nos dão pistas das causas à luz do cenário internacional. “[D]uas dimensões fundamentais” cercavam as questões correlatas ao crescimento demográfico: o “binômio desenvolvimento-modernização”; e as

“relações estabelecidas entre o crescimento demográfico e o comportamento político das populações mais pobres” (CARVALHO; BRITO, 2005, p. 352-353).

Entretanto, tais dimensões foram utilizadas para que fosse encampada uma disputa (a nível nacional) entre pró e antinatalistas, enquanto “a história passava ao largo, alheia àquele radicalismo inócuo e à existência ou não de políticas de controle da natalidade ou de planejamento familiar” (CARVALHO; BRITO, 2005, p. 358). Curiosamente, de fato, a queda da fecundidade parece ter sido fomentada por políticas públicas de cunho econômico-social, que não tinham (pelo menos inicialmente) o objetivo de reduzir a fecundidade, já que:

A diversidade de opiniões dentro dos governos militares levou-os a uma **deliberada omissão**, que se, por um lado, **não os conduziu à formulação explícita de uma política de controle da natalidade**, por outro, possibilitou o livre trânsito no governo dos tecnocratas favoráveis ao controle da natalidade e o livre acesso à população de organizações privadas nacionais e internacionais de inspiração neomalthusiana, que agiam principalmente no Nordeste do país (CARVALHO; BRITO, 2005, p. 356, grifos nossos).

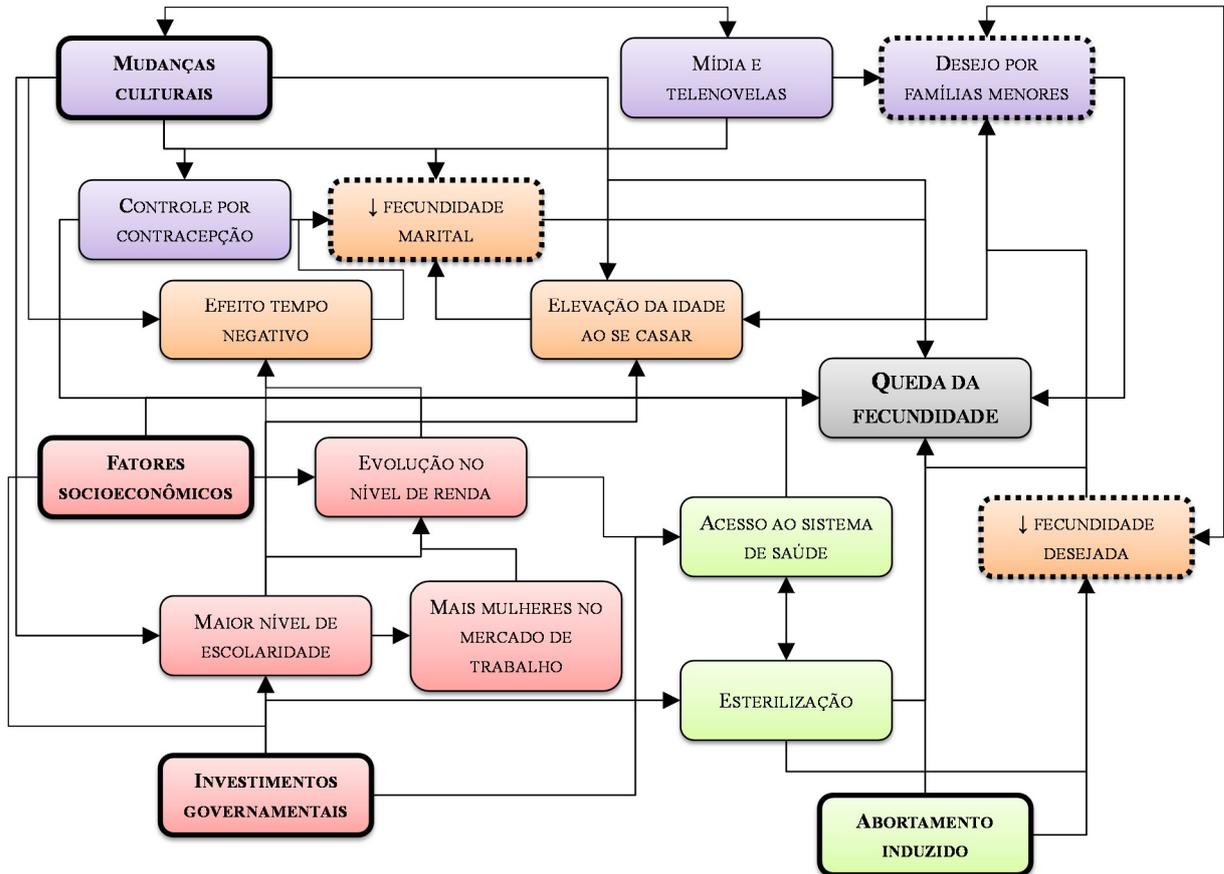
Depreende-se que a queda da fecundidade foi motivada, no Brasil, por elementos exógenos às políticas de população. Para entender os elementos causadores da queda, remonta-se a Merrick e Berquó (1983), os quais utilizam a metodologia de Bongaarts (1980), para estimar os “determinantes próximos da fecundidade”, e do Manual IX da ONU (1979), para avaliar a contribuição pós-decomposição da TBN. Merrick e Berquó (1983, p. 42) mostram que, entre 1960 e 1970, a queda da TBN se deveu à mudança na estrutura etária da população em idade reprodutiva e à distribuição no status marital. Já entre 1970 e 1976, a queda da TBN em 7,2% é quase que exclusivamente explicada pela mudança na fecundidade marital. Tal queda, quando os autores analisam os determinantes próximos de Bongaarts, se deveu: ao acesso a métodos contraceptivos modernos; e ao aborto (cujo efeito é imensurável).

Para o período entre 1980 e 2000, Miranda-Ribeiro; Rios-Neto e Carvalho (2013) analisam os efeitos tempo, *quantum* e parturição da fecundidade brasileira. Nestes vinte anos, os autores apontam a existência de um efeito tempo negativo (ou seja, se tem o adiantamento da fecundidade), que se dissipa no final dos anos 1990. Os modelos probabilísticos dos autores mostram uma tendência de o efeito tempo se tornar negativo (indicando a postergação da fecundidade, associada à redução da TFT).

Os fatores que, em conjunto, explicariam a queda da fecundidade no Brasil podem ser resumidos na Figura 9; com base nas colocações feitas na literatura a respeito do tema, busca-se traçar relações entre as principais questões e a queda da fecundidade no Brasil.

Estendendo o conceito de determinantes próximos da fecundidade³¹ para o caso da queda da fecundidade no Brasil, entende-se que fatores sociais, demográficos, socioeconômicos e relacionados à saúde concorrem para explicar o que aconteceu nos últimos 50 anos no país³².

Figura 9 – Determinantes próximos e distais da queda da fecundidade no Brasil



Fonte: Elaboração do autor com base em Merrick e Berquó (1983); Faria (1997/1998); Camarano (1996); Carvalho e Brito (2005); Miranda-Ribeiro, Rios-Neto e Carvalho (2013) e Coutinho (2014).

Nota: As cores indicam determinantes sociais (roxo), demográficos (laranja), relacionados à saúde (verde) e socioeconômicos (vermelho). Retângulos com borda grossa são os determinantes iniciais, enquanto retângulos com borda tracejada são determinantes diretamente relacionados à fecundidade.

O Gráfico 9 destaca o papel das questões econômico-culturais como sendo os principais fatores concorrentes para a redução da fecundidade no Brasil. A seguir, serão destrinchadas tais questões, a fim de entender as origens de tais determinantes. Faria e Potter (2002), ao introduzirem os motivos da queda da fecundidade no país, ressaltam que o progresso econômico (composto por elementos como a industrialização e a urbanização) teria

³¹ Os determinantes próximos da fecundidade têm origem em Bongaarts (1978), com base nas chamadas “variáveis intermediárias”, de Davis e Blake (1956).

³² É importante, todavia, ressaltar a colocação de Goldani (2009, p. 331, tradução nossa) a respeito das explicações para a queda da fecundidade no Brasil. Para a autora, “Muitos autores discutiram a multiplicidade de fatores por trás da rápida queda da fecundidade no Brasil, e a revisão destes estudos sugere que, embora deem uma importante contribuição, ainda estamos aquém da compreensão plena do fenômeno”.

sido um dos pilares – aqui chamados de fatores socioeconômicos – desta queda estrutural nos níveis de fecundidade.

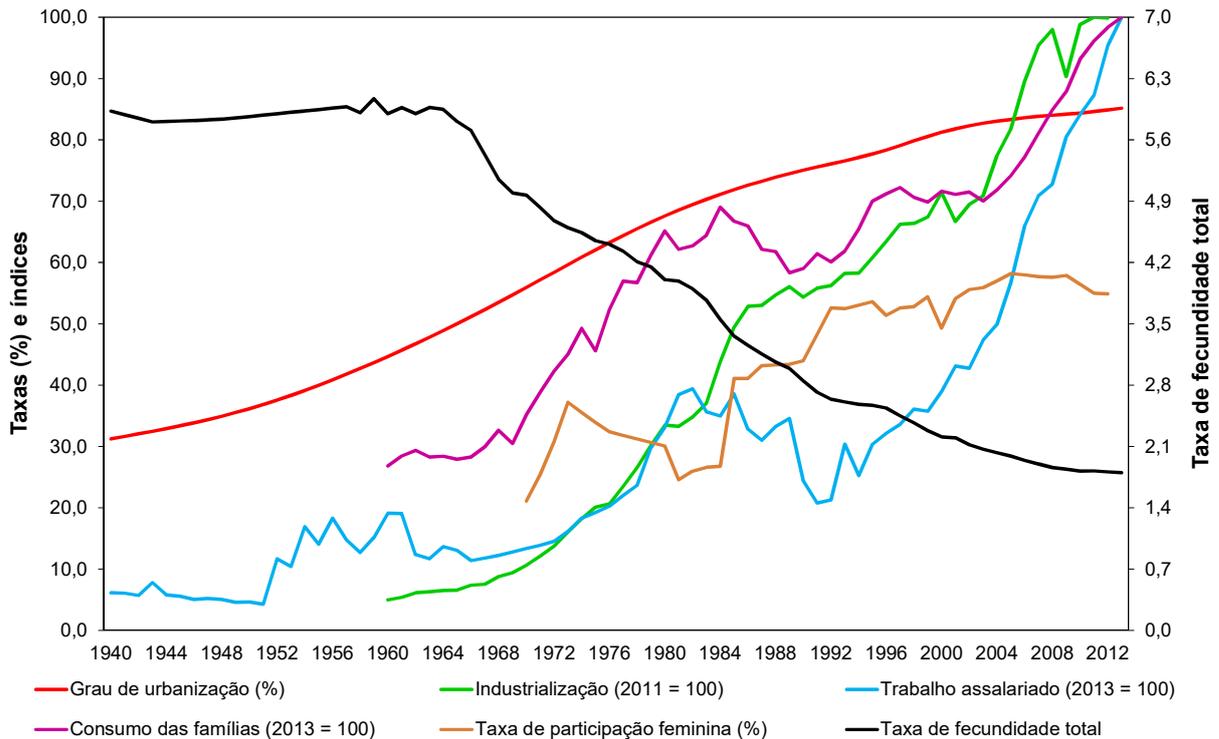
A respeito do progresso econômico, Wong (1986, p. 249-250) conclui, analisando a queda da fecundidade no início dos anos 1980, que esta teve início em regiões urbanas e metropolitanas, com um padrão associado aos diferenciais socioeconômicos. Esta perspectiva é confirmada por Goldani (2009), em relatório da ONU sobre fecundidade no mundo, que aponta a existência de uma estreita relação entre a queda da fecundidade por regiões e o resultado das variáveis socioeconômicas dos Censos de 1960 a 1991. Alguns elementos do “progresso econômico” são, para Camarano (1996, p. 37-38): a maior escolaridade (de mulheres e cônjuges); e a maior participação da mulher no mercado de trabalho.

Em termos culturais, Faria e Potter (2002, p. 28) apontam que a disseminação das telenovelas serviu para desconstruir as “construções mentais preexistentes”: as novelas e as publicidades passaram a veicular a ideia de que famílias pequenas e consumistas seriam o tipo ideal. O resultado foi a mudança na visão acerca do tamanho da família; como Faria e Potter (2002, p. 30) apontam, a partir dos resultados de Herzog (1994), “as ‘famílias da televisão’ eram pequenas, brancas, ricas (...) enquanto as retratadas como de ‘gente comum’ eram pobres, negras, tinham mais filhos (...)”. Os autores concluem que há uma relação direta entre queda da fecundidade e a contínua exposição às “famílias da televisão”. Como efeito colateral, o desejo por um número maior de filhos se reduz, já que o custo individual aumenta.

Tendo visto que a queda da fecundidade tem motivações econômico-culturais, é importante analisar tanto a evolução das variáveis socioeconômicas e da fecundidade no Brasil, quanto a evolução da fecundidade a partir de diferentes características, como nível de escolaridade e rendimento. Para tal, como feito no Gráfico 9, verificamos (por meio de proxies) as relações entre fecundidade, urbanização, industrialização, trabalho assalariado, consumo das famílias e participação feminina no mercado de trabalho.

Como se nota, há uma clara relação inversa entre urbanização, industrialização, consumo das famílias e fecundidade. Já ao comparar trabalho assalariado (aqui aproximado pelo salário mínimo real) e fecundidade, a relação não é clara, embora devesse ser inversa; quando, todavia, ajustamos o salário pela paridade de poder de compra, a relação inversa também se confirma. O que pode justificar esta diferença é a série de acontecimentos – descritos em detalhe no Capítulo 1 – a respeito da dinâmica da pobreza no Brasil no período, acompanhada de aumentos na desigualdade durante o período mais rígido da ditadura (1964-1979), o que deve ter influenciado negativamente o salário mínimo real.

Gráfico 9 – Taxa de fecundidade total, urbanização e proxies para industrialização, consumo das famílias, trabalho assalariado e participação feminina, Brasil (1940-2014)



Fonte: Para fecundidade: para 1940-1948, Horta; Carvalho e Frias (2000) e Frias e Carvalho (1994), completados por interpolação linear; para 1949-1958, os dados foram interpolados com base em 1948 e 1959; para 1959-1979, Fernandez e Carvalho (1986); para 1980-2000, Miranda-Ribeiro (2007); para 2001-2010, dados do DataSUS; para 2011-2014, dados da ONU (2013). Para os dados de urbanização, industrialização e salário mínimo: IPEAdata. Para os dados de consumo das famílias e de participação feminina: para 1970-1979, OIT, completados por interpolação linear; para 1980-2013, dados do Banco Mundial.

Nota: Dados de trabalho assalariado, consumo final das famílias e industrialização convertidos em índices (com base 100 no período mais recente). As proxies escolhidas foram: consumo industrial de energia em GWh (industrialização); salário mínimo ajustado à paridade do poder de compra, em dólares (trabalho assalariado); consumo final das famílias *per capita* em dólares de 2005 (mercado consumidor); e taxa de atividade feminina (taxa de participação feminina).

Quando se analisam as correlações de todas as variáveis com a fecundidade, nota-se a relação fortemente negativa, com coeficientes de correlação de Pearson, em termos absolutos, maiores que 0,80 para todas as variáveis. Assim sendo, a existência de determinantes econômico-culturais para a queda da fecundidade é reforçada. No gráfico acima, os elementos culturais seriam a participação feminina e o consumo das famílias, enquanto os econômicos, a industrialização e o trabalho assalariado.

A respeito de diferenciais socioeconômicos da fecundidade no Brasil, Oliveira, Vieira e Marcondes (2015), analisam os diferenciais de fecundidade para quatro características socioeconômicas: situação de domicílio, ocupação, escolaridade e renda domiciliar *per capita*. Os dados são sumarizados na Tabela 14, na qual se percebem diferenças significativas entre os grupos sociais nos anos 1970, as quais vão se dissipando até o ano de

2010³³. De forma complementar, Berquó e Cavenaghi (2005) apontam que, embora a fecundidade total tenha caído de 2,7 para 2,4, entre 1991 e 2000, os maiores diferenciais estão entre as mulheres de baixa renda (com rendimento domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo) e nas menos escolarizadas (aquelas analfabetas ou alfabetizadas em idade adulta).

Tabela 14 – Taxa de fecundidade total por variáveis socioeconômicas, Brasil (1970-2010)

Características socioeconômicas	1970	1980	1991	2000	2010
Urbano	4,6	3,6	2,4	2,2	1,8
Rural	7,7	6,2	4,3	3,5	2,6
Trabalha	3,2	2,7	1,9	1,8	1,6
Não trabalha	6,7	5,3	3,6	3,1	2,6
Ensino superior completo	1,9	2,3	2,5	1,9	1,9
Até fundamental completo	6,3	4,9	3,5	3,4	3,0
20% com maior rendimento	2,2	2,0	1,5	1,3	1,2
40% com menor rendimento	9,1	7,4	4,7	3,7	3,0

Fonte: Reprodução parcial da Tabela 1 de Oliveira, Vieira e Marcondes (2015).

Ao analisar os dados de fecundidade cruzados por renda e escolaridade, de 1991 a 2010 – a partir de Berquó e Cavenaghi (2005, p. 7) e Cavenaghi e Berquó (2014, p. 11) –, percebe-se que as quedas mais expressivas aconteceram entre mulheres menos escolarizadas e as mais pobres. Para justificar esta colocação, Alves e Cavenaghi (2013, p. 243) ponderam que o Bolsa Família, “ao garantir um mínimo de cidadania, ajudou no processo de transição da fecundidade e as populações socialmente excluídas a exercerem os seus direitos de cidadania”.

Especificamente entre 2000 e 2010, aconteceram, para Berquó e Cavenaghi (2014, p. 477), “mudanças importantes na estrutura educacional”, com “a potencialidade de afetar sobremaneira as estimativas de fecundidade de período, como a taxa total de fecundidade, visto que a educação das mulheres é a informação coletada no momento da pesquisa e não no momento que estas mulheres tiveram seus filhos”. Assim, as autoras padronizam as taxas pela estrutura educacional, chegando à conclusão que mais de 80% da queda da fecundidade (entre 2000 e 2010) se deveu à mudança na estrutura educacional.

³³ Os diferenciais regionais na queda da fecundidade são também relevantes: a este respeito, ver Potter et al. (2010). Na Tabela 4 do texto, os autores mostram que as primeiras regiões a terem queda na fecundidade (já no começo dos anos 1960) eram as mais urbanizadas, com menor participação de ocupados no setor primário e as mais escolarizadas (com exceção das regiões que iniciaram a transição após 1980). Complementarmente, remete-se à Tabela 12 desta dissertação (Seção 2.2).

Complementarmente, ao analisarem a distribuição populacional por rendimento domiciliar *per capita* – após deflacionar tais rendimentos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) –, Berquó e Cavenaghi (2014, p. 479) concluem que “a mobilidade de renda é ascendente, principalmente para os segmentos acima de meio salário mínimo *per capita*”; em outras palavras, aconteceu um duplo movimento. De um lado, se tem a clara redução da fecundidade nos estratos socioeconômicos inferiores. De outro, a mobilidade social levou as mulheres com mais filhos a subirem na escala de rendimentos, levando o maior número de filhos (tidos quando pobres) e, portanto, “inflando” a TFT do grupo. Dissecados os dados, todavia, aparece o papel dos programas de combate à pobreza e de inclusão cidadã – estudado por Alves e Cavenaghi (2013) –, com efeitos evidentes sobre a redução geral da fecundidade.

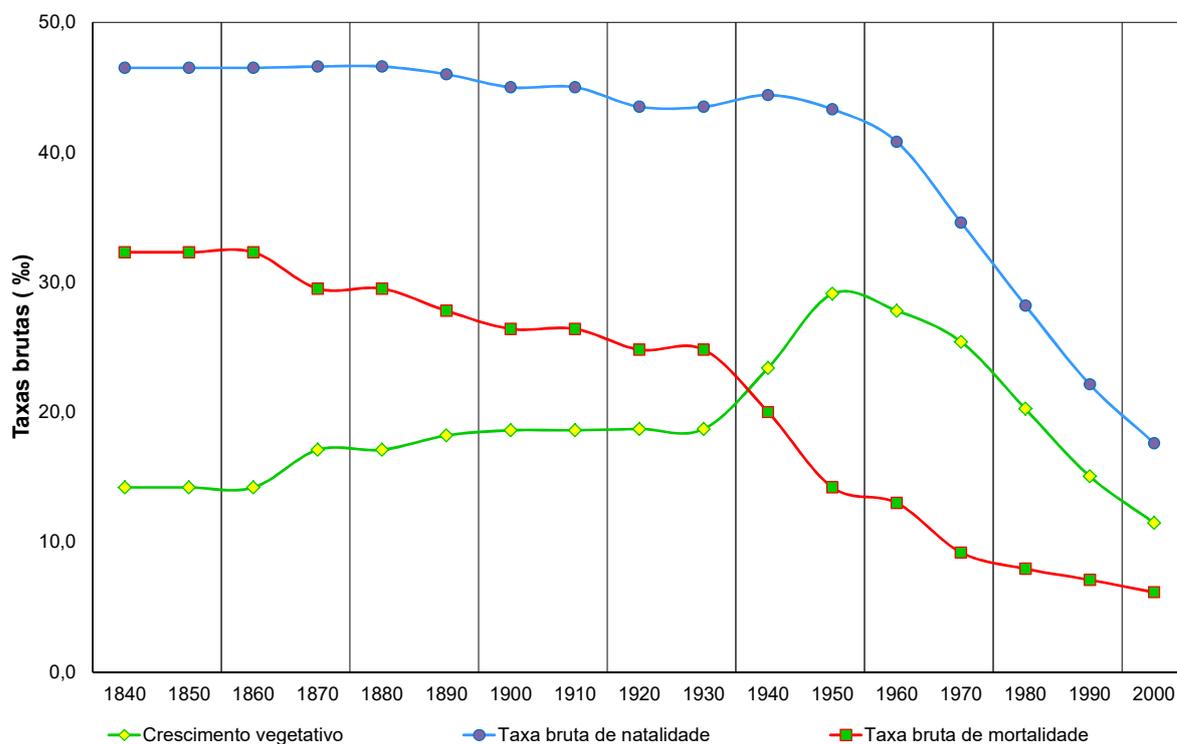
2.4 REARRANJO DAS FAMÍLIAS NO BRASIL (1980-2010)

Levando em conta a queda da fecundidade no Brasil, esta seção analisa os reflexos disto nas famílias. Como mudou a composição e o tamanho dos arranjos familiares no Brasil, de que forma se dá o surgimento (ou a consolidação) de novas famílias e quais os diferenciais socioeconômicos dos tipos de família são perguntas que serão respondidas neste tópico. Esta seção se propõe, com as colocações introdutórias que serão postas, a preparar o terreno para discutir as relações do Capítulo 3, especialmente aquelas relacionadas às relações entre família e pobreza.

Como apontado na Seção 2.2, a transição demográfica no Brasil aconteceu ao longo do século XX, com queda pronunciada da fecundidade a partir dos anos 1960-1970. O Gráfico 10 resume a transição demográfica no país, com dados estimados a partir de 1840. Como se vê, o crescimento vegetativo da população vinha acontecendo desde meados do século XIX, mas é só no século XX que este passa a acontecer em ritmo mais intenso, com ápice nas décadas de 1940 a 1980.

Antes de seguir adiante, é preciso fazer um breve adendo a respeito do que será considerado por família nesta seção. Os dados aqui trazidos dizem respeito à família domiciliar (também conhecida por família censitária). Esta definição de família leva em conta os laços de parentesco e de dependência que existem dentro de um espaço físico limitado, ao qual se dá o nome de domicílio. Esta visão de família não leva em conta a existência de parentes residentes em outros domicílios, além de que pessoas sem parentesco morando juntas e pessoas morando sozinhas eram consideradas famílias (até os Censos de 1991 e de 2000).

Gráfico 10 – Taxas brutas de natalidade e mortalidade e taxa de crescimento vegetativo médias por decênio, Brasil (1840-2010)



Fonte: Para dados até 1970, Merrick e Graham (1981). Para dados de 1971 a 1990, Séries Históricas do IBGE. Para dados de 1991 a 2010, DataSUS.

Os tipos de família que o Censo Demográfico levanta consideram a existência também de outros parentes – ou seja, cada arranjo familiar pode ter ou não parentes para além do “núcleo familiar” (WAJNMAN, 2012). No Censo, os arranjos familiares computados são: homem com filhos; mulher com filhos; casal com filhos; casal sem filhos; e outros. Todos estes arranjos se dividem em “com outros parentes” e “sem outros parentes”. Na PNAD, as possibilidades são: mulher com filhos; casal com filhos; casal sem filhos; e outros.

Os dados de Nascimento (2006), que aqui atualizamos inserindo os resultados do Censo de 2010, mostram duas tendências concomitantes no país: a redução da proporção de famílias “casal com filhos” (de mais de 70% em 1970 para menos de 55% em 2010); e o aumento das famílias monoparentais de chefia feminina (de menos de 10% para mais de 15%). Tais dados são apresentados na Tabela 15, comprovando as ponderações de Goldani (1994a) a respeito da redução do tamanho da família e da perda de importância das famílias biparentais em detrimento das monoparentais, especialmente daquelas de chefia feminina.

Tabela 15 – Total de famílias em domicílios particulares por tipo de arranjo familiar e presença de parentes, Brasil (1970-2010)

Arranjo familiar		1970	1980	1991	2000	2010
Casal com filhos	Sem parentes	10.825.428	15.234.267	19.619.291	23.915.114	24.690.256
	Com parentes	1.713.993	2.187.462	2.420.625	2.971.770	2.733.478
	Total (%)	71,7	69,6	63,2	61,1	54,9
Casal sem filhos	Sem parentes	1.916.609	2.978.420	4.086.788	5.783.249	8.859.442
	Com parentes	387.435	487.844	582.745	881.206	1.273.093
	Total (%)	13,2	13,8	13,4	15,1	20,3
Mulher com filhos	Sem parentes	1.376.580	2.278.095	4.118.381	6.047.642	6.093.226
	Com parentes	317.395	547.364	893.703	1.542.016	1.995.399
	Total (%)	9,7	11,3	14,4	17,3	16,2
Homem com filhos	Sem parentes	268.402	339.870	486.371	762.871	881.716
	Com parentes	93.717	102.600	126.768	187.324	283.596
	Total (%)	2,1	1,8	1,8	2,2	2,3
Outros	Total	581.555	890.197	2.559.858	1.902.478	3.165.729
	Total (%)	3,3	3,6	7,3	4,3	6,3

Fonte: Para 1970 e 1980, dados retirados de Nascimento (2006). Para 1991 a 2010, dados atualizados a partir do SIDRA/IBGE (dados dos Censos Demográficos).

Quanto ao número de famílias em cada unidade domiciliar, Goldani (1994a, p. 308-309) constata que, nas décadas de 1970 e 1980, se mantém o padrão familiar de convivência (isto é, os membros das famílias conviventes são parentes entre si). Todavia, com o passar do tempo, a autora percebe um processo de “nuclearização e cada vez menor participação de ‘outros parentes’ nas unidades domésticas”. Este resultado é corroborado na tese de Wajnman (2012), que mostra a redução do número médio de corresidentes entre 1960 e 2000. Neste mesmo período, a autora mostra que há uma importante redução no número de pais corresidentes, dado que aponta para o crescimento das famílias monoparentais no Brasil.

A respeito do tamanho dos arranjos, Berquó (1998) analisa o encolher das unidades, de 1950 a 1995, mostrando que se passou de arranjos domiciliares de mais de 5 membros para unidades com pouco mais de 3. A esta mudança se associam a redução da proporção de famílias com mais de 6 membros, com sensível crescimento das famílias de 2 a 4 pessoas. Estes elementos mostram o impacto da queda da fecundidade no Brasil: de um lado, a maior importância de famílias monoparentais e casais sem filhos dentre os arranjos familiares com 2 componentes; de outro, a maioria das famílias biparentais se concentram em arranjos de até 4 componentes, o que indica o menor número de filhos.

No período subsequente à transição da fecundidade no país, cresce a proporção de arranjos familiares antes menos comuns: os casais que não têm filhos e as famílias

monoparentais. É importante ressaltar que a família “casal sem filhos” pode ser fruto de quatro fatos marcantes: 1) a opção de não ter filhos; 2) a saída de casa do(s) filho(s); 3) a esterilidade; ou, 4) a morte da prole. Da mesma maneira, as famílias monoparentais podem se originar de viuvez ou divórcio do cônjuge, ou ainda da própria condição de solteiro.

Goldani (1994b, p. 17) mostra dados a respeito da evolução na distribuição das mulheres chefes de família entre 1960 e 1984: se, em 1960, metade das mulheres chefes de família eram viúvas ou separadas, em 1984 elas são predominantemente solteiras. De maneira complementar, Goldani (1994a, p. 323) sinaliza para a postergação na idade em que as mulheres se tornam mães. Comparando mulheres entre 45-49 anos e entre 30-34 anos em 1984, nota-se que houve um aumento da proporção de mulheres que se tornaram mães em idades tardias (após os 25 anos). Estes dados sinalizam a reestruturação das famílias, mostrando que alguns movimentos simultâneos aconteceram: redução do tamanho; postergação na idade em que as mulheres se tornam mães; e aumento da chefia feminina por divórcio ou solteirice³⁴.

Tabela 16 – Proporção (%) de famílias monoparentais por sexo, Brasil (1970-2010)

Sexo	1970	1980	1991	2000	2010
Mulher	82,3	80,9	89,1	88,9	87,4
Homem	17,7	19,1	10,9	11,1	12,6

Fonte: Reprodução parcial da Tabela 6 de Berquó (1998) e Censos Demográficos de 2000 e 2010, coletados do SIDRA/IBGE.

Finalmente, Berquó (1998) traz dados a respeito do estado civil das mulheres chefes em arranjos monoparentais, conforme a idade da mulher. O que se nota é a confirmação de que a monoparentalidade está se tornando um fenômeno cada vez menos preso à viuvez, especialmente entre as mulheres não-idosas. Em 1995, metade destas mulheres era divorciada, sendo que, entre mulheres com menos de 40 anos, a proporção era de 2 em cada 3. Até mesmo em mulheres mais velhas (entre 40 e 59 anos), a viuvez deixa de ser a condição *sine qua non* para a existência de famílias monoparentais de chefia feminina.

Ademais, a importância da monoparentalidade feminina é ressaltada por vários autores (GOLDANI, 1994a; 1994b; BERQUÓ, 1998; MEDEIROS; OSÓRIO, 2000). Os dados da Tabela 16, extraídos de Berquó (1998) e atualizados para 2000 e 2010, mostram que mais de 80% de todas as famílias monoparentais têm como responsável uma mulher. Embora

³⁴ Outro fenômeno em curso diz respeito ao aumento da proporção de famílias biparentais (com ou sem filhos) nas quais a mulher é indicada como a pessoa responsável. Se, no começo do século XXI, pouco mais de 2% das famílias estavam nesta situação, em 2009 já representam quase 10% do total. Ver IPEA (2010).

tenha um leve aumento, entre 1991 e 2010, na proporção de famílias monoparentais de chefia masculina, este arranjo ainda é uma realidade distante no Brasil.

Tabela 17 – Percentual de famílias em domicílios particulares permanentes por tipo de arranjo familiar e nível de renda familiar *per capita*, Brasil (1991-2010)

Arranjo	Ano	< 1 SM	De 1 a 2 SM	De 2 a 3 SM	De 3 a 5 SM	> 5 SM
Casal sem filhos	1991	50,5	20,7	10,2	8,3	10,3
	2000	38,5	23,1	11,9	11,2	15,3
	2010	42,2	28,0	11,1	8,6	10,1
Casal com filhos	1991	66,0	18,3	6,7	5,0	4,0
	2000	54,2	21,8	8,5	7,4	8,1
	2010	61,6	21,9	6,9	5,0	4,5
Mulher com filhos	1991	73,3	15,0	5,3	3,7	2,7
	2000	60,2	19,5	7,7	6,4	6,1
	2010	64,0	21,4	6,6	4,6	3,4
Homem com filhos	1991	63,6	18,7	7,5	5,3	4,8
	2000	53,1	21,5	8,7	7,6	9,1
	2010	55,4	24,2	8,2	6,1	6,1

Fonte: Dados dos Censos Demográficos de 1991 a 2010, coletados do SIDRA/IBGE.

Nota: Dados a preços correntes de cada ano.

Em termos de evolução das diferenças socioeconômicas nas famílias brasileiras, a Tabela 17 apresenta a distribuição das famílias por rendimento familiar *per capita* de 1991 a 2010, segundo arranjo familiar³⁵. Os resultados mostram uma tendência à queda da proporção de famílias com menos de 1 salário mínimo *per capita*, mesmo que tal proporção seja mais elevada entre as famílias “casal com filhos” e “mulher com filhos”.

Nota-se, pelos dados acima, que as famílias com maior renda *per capita* são as do tipo “casal sem filhos”, pois, ao mesmo tempo, são famílias menores em que ambos os cônjuges podem trabalhar. Ademais, por estas famílias não terem crianças a cargo, são aquelas que, além de terem maior renda *per capita*, precisam investir menos em demandas específicas das crianças (como escola e saúde infanto-juvenil). Uma importante diferença que precisaria ser explorada é o maior rendimento *per capita* nas famílias monoparentais de chefia masculina. Uma aproximação – que não será desdobrada neste trabalho – se refere aos diferenciais de gênero no mercado de trabalho.

³⁵ Os dados coletados para a Tabela 17 dizem respeito às famílias em sua concepção censitária. Com isto, é preciso ressaltar que, para constituir família, o Censo decompõe famílias ampliadas e polinucleares em mais de um núcleo reprodutivo dentro do domicílio. Depreende-se que, em boa parte dos casos, isto significa não levar em conta o fato de estes núcleos reprodutivos serem famílias conviventes dentro de uma família ampliada ou extensa que tem, naturalmente, mais de um núcleo reprodutivo.

Percebeu-se que, ao mesmo tempo em que o número de filhos por mulher cai, tem-se o fortalecimento da importância de “arranjos alternativos” à família nuclear: tanto não tendo filhos, como não tendo um dos pais. A introdução destes elementos quantitativos mostra a importância de se estudar estes arranjos emergentes. No caso desta dissertação – como será explicitado e debatido ao longo do Capítulo 3 – serão analisadas especificamente as famílias monoparentais de chefia feminina.

2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Assim como na esfera econômica, o Brasil passou por mudanças demográficas ao longo das últimas cinco décadas. Estas mudanças trouxeram consequências para a população como um todo. A redução significativa do número médio de filhos por mulher, a partir dos anos 1970, já seria motivo de grandes mudanças em termos demográficos, já que provocaria o envelhecimento – primeiro pela base, depois pelo topo da pirâmide etária – da população brasileira. Se esta mudança não fosse em si o bastante, a redução da taxa de fecundidade total esteve associada à reestruturação do papel da mulher na sociedade.

As mulheres, ao participarem de forma mais expressiva do mercado de trabalho e da contribuição para o sustento familiar, passaram a reconfigurar o que é a família, desconstruindo o ideal da família nuclear parsoniana que, segundo Bruschini (1989, p. 2), era um “pequeno grupo-tarefa, no qual os membros adultos desempenham papéis altamente diferenciados, assimétricos e complementares, o que possibilita a presença de modelos masculinos e femininos claramente definidos”. Arranjos alternativos ao célebre “casal com filhos” – no qual o homem era o provedor e a mulher, a cuidadora – passaram a representar parcelas cada vez maiores do leque de famílias brasileiras. Casais sem filhos, famílias monoparentais (majoritariamente de chefia feminina), famílias multigeracionais, famílias reconstituídas e arranjos do tipo *living apart together* deixam de ser eventos raros e passam a compor as preocupações dos estudiosos da Demografia da Família.

Um tipo de família tem assumido proporções cada vez mais relevantes ao longo dos anos (junto às famílias “casal sem filhos”): a família monoparental de chefia feminina. Há múltiplas formas de uma família *single-parent* se originar: viuvez (especialmente em idades avançadas), divórcios ou separações, migração ou desaparecimento do cônjuge e opção da pessoa são algumas formas pelas quais se pode pensar o surgimento da família monoparental. A importância de se estudar em profundidade estas famílias é relacionada ao possível maior risco de pobreza deste tipo em relação aos outros.

Pelo fato de estas famílias terem apenas um adulto – do sexo feminino –, o qual precisa cuidar da prole (muitas vezes ainda muito jovem) e prover o sustento, a preocupação dos que estudam família e pobreza é que as famílias monoparentais de chefia feminina sejam as mais pobres dentre todas as famílias pobres (BARROS; MENDONÇA, 1995b; LEONE, MAIA; BALTAR, 2010). Além disto, há a preocupação a respeito da formação da prole; pelo fato de os filhos contarem com apenas um dos genitores e de haver rendimentos menores na família, surge a preocupação de que os filhos entrariam precocemente no mercado de trabalho, com baixos níveis de escolaridade, ou passariam a atuar no crime, fruto de desequilíbrios emocionais intrafamiliares e estresse familiar (McLANAHAN, 1985; McLANAHAN; ASTONE; MARKS, 1988).

Estas preocupações circundam a ideia de que famílias chefiadas por mulheres são naturalmente mais vulneráveis do que as outras. Como veremos no Capítulo 3, a teoria da feminização da pobreza se vale de evidências empíricas encontradas em famílias monoparentais nos EUA para se sustentar. Seus críticos pontuam que alguns elementos estão sendo ignorados, como a rede de suporte (por exemplo, vizinhos), os laços de parentesco (pois as famílias monoparentais podem ter outros parentes em sua composição) e a convivência de núcleos reprodutivos aparentados entre si.

Até aqui, apresentou-se o contexto econômico-demográfico pelo qual passaram e no qual se inserem as famílias brasileiras de hoje. Mostrou-se que as famílias, com o passar das décadas, enfrentaram mudanças econômicas, sociais e demográficas, de sorte que, especialmente no Pós-Real, as políticas de combate à pobreza precisariam levar em consideração esta nova realidade. É neste contexto que o debate acerca da feminização da pobreza e o estudo das relações entre família e pobreza se inserem. No próximo capítulo, são abordadas ambas as questões, após definir qual a unidade de análise mais apropriada. Embora se tenha visto que as famílias conviventes têm um papel importante na discussão, este assunto será abordado em profundidade no Capítulo 4, quando se discute tanto o aporte metodológico como as variáveis utilizadas e a forma de captar as famílias.

CAPÍTULO 3 – FAMÍLIAS E POBREZA: RELAÇÕES E VISÕES

Foi constatado, a partir da contextualização feita no Capítulo 1, que há cada vez menos pobres no Brasil. Todavia, esta situação continua heterogênea, havendo diferenciais por sexo, raça/cor, tipo de família, situação do domicílio, região do país e nível de escolaridade, entre muitas outras variáveis. Estes diferenciais aparecem também no *timing* e na duração da transição demográfica sobre os diversos segmentos socioeconômicos da população, como se mostrou no Capítulo 2. Neste capítulo, será analisada a relação existente entre o tipo de família e a pobreza, incluindo-se – sempre que cabível – as outras variáveis, para descrever este cenário socioeconômico brasileiro ao longo do tempo.

Este capítulo se apresenta sobremaneira delicado, muito por causa do objeto de estudo em si, a família. O fato de cada pessoa desenvolver intuitivamente uma percepção própria do que é família – e de estarmos sempre expostos a diversos discursos ideológicos que defendem concepções divergentes sobre a definição de família – torna especialmente complexa a tarefa de abordá-la a partir de um ponto de vista puramente acadêmico-científico. Tendo-se consciência deste desafio, os objetivos que norteiam este capítulo são: 1) discutir as relações existentes entre família e pobreza; 2) apresentar diversas visões a respeito destas relações; 3) delimitar o objeto de estudo (se é família ou domicílio); 4) definir as hipóteses e os objetivos da pesquisa; e 5) preparar as bases para a discussão do aporte metodológico.

A preparação deste capítulo levou em conta a visão de Família como unidade de análise que requer (além de conhecimentos específicos – da Sociologia e da Antropologia – sobre o parentesco, a interação entre seus membros e as relações intergeracionais de poder e de gênero) a combinação de elementos da Economia e da Demografia. Ademais, dado que a dissertação tem suas fundamentas em análises quantitativas, o diálogo entre as áreas do conhecimento acima citadas com a Econometria é fundamental³⁶.

Para isto, este capítulo é dividido em seis seções, que abordam cada um dos elementos mencionados nos parágrafos anteriores. O primeiro tópico discute a respeito da unidade de análise a empregar: a escolha entre “família” e “domicílio” requer um estudo detido dos termos e de suas utilidades na pesquisa. A escolha influenciará o direcionamento do debate proposto no restante do capítulo. A segunda seção explora as relações entre a pobreza e as famílias monoparentais de chefia feminina, discussão pautada na escolha do objeto “família domiciliar” como unidade de análise.

³⁶ Os estudos econométricos caracterizam-se pela escolha, elaboração e execução apropriada de modelos que tenham por base elementos econômico-demográficos.

O terceiro tópico apresenta a teoria da feminização da pobreza, trazendo dados a respeito, para compor e estudar o quadro analítico de estudo das famílias monoparentais de chefia feminina. Em seguida, é delineado um aporte teórico crítico a esta teoria, de modo a mostrar suas limitações nacional e internacionalmente. Na quinta seção, traz-se uma síntese de objetivos, hipóteses e perguntas de pesquisa, bem como se explicita quais são as categorias de análise desta pesquisa. Finalmente, é feita uma breve síntese do que foi discutido ao longo deste capítulo, retendo os principais elementos e questionamentos para fomentar o desenho do aporte metodológico.

3.1 FAMÍLIA OU DOMICÍLIO?

Tendo em vista os objetivos deste capítulo, ainda que o próprio título da dissertação indique o estudo das relações entre “família” e “pobreza”, o primeiro passo é explicitar o porquê de se escolher a família (especificamente, a família domiciliar) como unidade de análise para este trabalho. Antes de tudo, é preciso entender que a importância de se usar a família como unidade de análise tem sido cada vez maior.

A importância da família como unidade de observação e análise é consenso entre os estudiosos de população, que procuram entender a **dinâmica demográfica como parte de um processo de transformação mais amplo da sociedade**. (...) a família **ressurge como categoria analítica na busca da integração entre os processos macro e micro**. Do caráter tradicional, de variável independente, **a família passa ao papel de instância mediadora**, onde atuaria como **estrutura de poder** e como **unidade na tomada das decisões**, no que se refere tanto ao comportamento reprodutivo biológico como ao social (GOLDANI, 1984, p. 247, grifos nossos).

De maneira geral, há três possibilidades comuns, em termos de unidade de análise: o indivíduo, o domicílio e a família. Destas três, a primeira é destarte descartada, pois se entende que não leva em conta as relações existentes entre indivíduos que moram sob o mesmo teto e têm dependência econômica entre si (domicílio), ou que compartilham laços de parentesco – sejam estes criados por consanguinidade, aliança ou adoção –, implicando uma série de direitos e deveres (família)³⁷.

Feita esta exclusão preliminar, é preciso discutir as diferenças existentes nas abordagens familiar e domiciliar a fim de escolher a unidade de análise que será empregada. Esta discussão deve levar em conta o que se entende, nas pesquisas domiciliares, por estas unidades. É preciso de antemão ressaltar que a família, entendida como um conjunto de dois ou mais indivíduos com laços de parentesco, é uma unidade que nem sempre corresponde ao domicílio. Há casos em que dentro de um domicílio há arranjos não familiares, como pessoas

³⁷ Estas definições preliminares de família e domicílio serão desenvolvidas ao longo desta seção.

morando sozinhas ou várias pessoas sem parentescos entre si (ALVES; CAVENAGHI, 2005), e casos em que, sob um domicílio, há mais de uma família, as quais são denominadas de famílias conviventes³⁸.

Em um domicílio, as relações existentes entre os seus residentes habituais podem ser tipificadas em: uma pessoa morando só; uma única família morando sozinha; um conjunto de pessoas sem parentesco entre si; uma família e uma ou mais pessoas sem parentesco; mais de uma família, com relações de parentesco entre si; e mais de uma família, sem relação de parentesco entre si. Para fazer a escolha entre domicílio e família, é preciso se aprofundar e entender a utilidade da unidade para os objetivos desta dissertação. A fim de escolher, é fundamental definir ambas as unidades. Este passo é necessário, já que:

(...) o reconhecimento de uma unidade intermediária é inevitável, porque **não é o indivíduo, mas o grupo no qual ele está inserido**, a unidade de análise relevante. São várias as possibilidades de escolha dessa unidade intermediária entre o indivíduo e a população, mas, desde meados do século passado, os **grupos familiar e domiciliar** têm recebido grande atenção (WAJNMAN, 2012, p. 14, grifos nossos).

Com base em Oliveira; Sabóia e Soares (2002, p. 3), entendemos que família e domicílio “são categorias essencialmente diferentes: a primeira se refere a um determinado tipo de agrupamento social ligado por laços de parentesco; a outra diz respeito à estrutura física que serve de moradia e abrigo às pessoas e/ou eventuais outras famílias que aí residam”. Além disto, é fundamental entender:

(...) a diferença de condição existente entre mulheres responsáveis por família e mulheres responsáveis por domicílio, que às vezes coincidem na mesma pessoa, às vezes não. No primeiro caso, responsável por família, a mulher **pode estar, eventualmente, numa situação de dependência social e econômica** em relação ao responsável pelo domicílio no qual reside. No segundo, ela é **responsável pela família e pelo domicílio** (OLIVEIRA; SABÓIA; SOARES, 2002, p. 11, grifos nossos).

O que fica claro é a visão (talvez grosseira, talvez simplista, porém útil como primeira aproximação) de domicílio como “unidade econômica” e de família como “unidade social”. Esta visão se aproxima da apresentada em Keyfitz e Caswell (2005, p. 462, tradução nossa), quando os autores pensam o domicílio como o *residential group* – “compartilhando cozinha, banheiro e outras instalações, sejam elas [as instalações] relacionadas ou não” – e a família como *kin group*.

³⁸ É imprescindível entender que famílias conviventes podem ou não ter vínculos de parentesco entre si; na grande maioria dos casos, as famílias conviventes são aparentadas, sendo raros os casos em que isto não acontece. Nesta dissertação, como será mostrado no Capítulo 4, não será feita diferenciação entre famílias ampliadas polinucleares e aquelas não aparentadas, sendo avaliada a importância da condição de convivência. Para uma discussão a respeito dos cuidados metodológicos a respeito das famílias conviventes, ver Alves (2005).

Para o caso brasileiro, Medeiros e Osório (2001) trazem definições de família e de domicílio alinhadas às pesquisas domiciliares realizadas no Brasil. Quanto ao domicílio (particular), este é uma moradia independente que atende aos critérios de separação e independência, no qual vivem pessoas que podem ter laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. Já a família, os autores a entendem como:

(...) organização formada por um conjunto de pessoas com **quaisquer laços reconhecidos de parentesco, independentemente de seu local de residência**. (...) os membros do que se considera uma família nem sempre coabitam (...), os membros de uma família continuam mantendo uma convivência bastante intensa e a distribuição de trabalho e recursos entre os membros que vivem separadamente é bastante importante na organização de suas vidas (MEDEIROS; OSÓRIO, 2001, p. 6, grifos nossos).

Embora o conceito de Medeiros e Osório (2001) não corresponda ao da família censitária, a diferenciação entre família e domicílio tem reflexos no Censo Demográfico e na PNAD³⁹. O conceito de família variou sensivelmente ao longo dos anos, especialmente nos últimos 20 anos. De forma genérica, a família pode ser entendida de diversas maneiras:

(...) a) unidade de produção (valores de troca) e de reprodução (de indivíduos e valores de uso); b) unidade de reprodução e consumo; c) **unidade de indivíduos com laços de consanguinidade** [*sic*]; d) unidade de solidariedade, afeto e prazer; e) pessoas que dividem o mesmo teto e a mesma cozinha; f) local da relação dialética entre dominação e submissão; g) **rede de parentesco** (independente da moradia conjunta); h) espaço de socialização, reprodução ideológica e conflito (...). (ALVES; CAVENAGHI, 2004, p. 4, grifos nossos)

Isto nos ajuda a entender como, ao longo do tempo, o IBGE pode alterar a definição de família para ajustá-la a mudanças socioeconômicas e culturais.

A definição básica de família, para o Censo, sempre parte do pressuposto de que essa se concentre em apenas um domicílio, não podendo ultrapassar seus limites físicos⁴⁰. Isto se justifica pela unidade de captação do Censo ser o próprio domicílio e a definição de família estar atrelada a este. Portanto, pessoas que sejam ligadas por laços de filiação e aliança e que moram em domicílios distintos são entendidas como duas famílias diferentes, o que pode limitar as análises em Demografia da Família. Isto porque não é possível captar laços de parentesco entre pessoas que não coabitam no mesmo domicílio.

Wajnman (2012) mostra que, na verdade, a família no domicílio é apenas parte da família como um todo. A autora chama esta de “família domiciliar”, composta por um núcleo – chefe, cônjuge e filhos, podendo não haver nem cônjuge, nem filho(s) – e por outros

³⁹ Para o caso da PNAD, pesquisa a ser trabalhada nesta dissertação, ver as definições de domicílio e de família adotadas pelo IBGE (2011, p. 31-33,77-81).

⁴⁰ A evolução da captação da família no Censo é mostrada por Barbosa (2014).

parentes que eventualmente corresidam. Em outros termos: de um lado, a família censitária tende a ser apenas a parte nuclear da família domiciliar; de outro lado, Alves e Cavenaghi (2004, p. 4) mostram que a família pode ser vista como “rede de parentesco (independente da moradia conjunta)”, já que cada pessoa tem parentes não corresidentes⁴¹.

No Censo de 1991, três grandes grupos residentes em domicílios particulares foram considerados como família: pessoas ligadas por parentesco, dependência doméstica e/ou econômica ou normas de convivência; pessoas que moram sozinhas; e conjuntos de até 5 pessoas sem dependência e/ou laços de consanguinidade. Ademais, foi feita a distinção entre famílias únicas e conviventes (que compartilham um mesmo domicílio permanente). Por fim, três grandes tipos de família foram estabelecidos: as nucleares (aquela em que os cônjuges moram com ou sem filhos, de maneira geral); as estendidas (em que os cônjuges têm parentes que não sejam os filhos, tais como pais, irmãos, netos, etc.); e as compostas (que têm agregados, pensionistas ou empregados domésticos morando junto a outras pessoas).

No Censo de 2000, houve algumas mudanças na interpretação do que é família, em relação a 1991, retirando-se o conjunto de pessoas sem laços de consanguinidade. Ademais, neste Censo, levou-se em consideração que, em domicílios coletivos, é possível ter famílias, desde que os membros tenham laços de parentesco ou de dependência doméstica/econômica. A possibilidade de identificar famílias nucleares, estendidas e compostas continuou, graças aos quesitos sobre relação com o responsável pela família.

Por fim, no Censo de 2010, aconteceu mais uma mudança na definição de família, já que a pessoa que mora sozinha não foi mais considerada um arranjo familiar, passando a ser incluída na lista de domicílios unipessoais. Deste modo, o único tipo de família existente é aquele em que um conjunto de pessoas é ligado por laços de parentesco, dependência doméstica/econômica ou normas de convivência, morando em domicílio particular. Ademais, a composição familiar do Censo de 2010 passou por importantes mudanças. Algumas das mudanças são apresentadas a seguir: 1) foi possível identificar cônjuges do mesmo sexo, o que também permitiu identificar se os filhos eram de ambos os cônjuges ou de um só deles; e 2) não se identificou a ordem da família convivente, sendo esta definida *a posteriori* a partir das relações de parentesco ou de conjugalidade.

É também importante ressaltar que não há mais, no questionário da Amostra, a pergunta sobre quem é o responsável pela família, nem o relacionamento dos moradores com este, sendo apenas identificado o responsável pelo domicílio e o relacionamento dos

⁴¹ De forma complementar, ver Medeiros e Osório (2001; 2000).

moradores com tal membro. Isto é compreensível à medida que as unidades de análise do Censo de 2010 foram o domicílio e a pessoa. Por este motivo, só foi possível determinar indiretamente os tipos de família, a partir de perguntas sobre a existência de mãe viva residente no domicílio e de algoritmos de definição do número e da ordem da família⁴².

Embora haja uma clara evolução nos últimos 20 anos, a conceituação da unidade nos leva à reflexão sobre como estudar mais a fundo as famílias. Primeiramente, temos um déficit em relação ao que seja família, já que, de maneira geral, se usa:

(...) o conceito de **família censitária** que são aquelas que **compartilham um domicílio** (...). Este tipo de definição difere, evidentemente, das abordagens teóricas que entendem a família como uma rede de relações entre parentes e não limitam o seu âmbito aos moradores de um domicílio. A forma de coleta dos dados de família nos censos do IBGE **não possibilita a reconstituição de famílias que morem em dois domicílios diferentes** (...) (ALVES; CAVENAGHI, 2004, p. 4, grifos nossos).

Neste sentido, entende-se que os estudos de família são prejudicados pela limitação da unidade ao espaço domiciliar. As restrições impostas pelos dados podem estar levando a um mapeamento limitado e parcial das questões de família no Brasil. Estudos mais aprofundados do tema só poderão ser feitos à medida que: novas perguntas forem inseridas no Censo; e esforços forem envidados para a superação do uso do conceito de família censitária. Esta evolução permitirá estudos mais precisos sobre a evolução desta no Brasil.

Na Figura 10, baseada em informações de Cavenaghi e Alves (2011), se resume a evolução do conceito de família para o Censo Demográfico do Brasil. Mostra-se, assim, a grande variação (nas últimas seis décadas) na forma de enxergar a família no Censo e as limitações implícitas a isto. Na PNAD, segundo as notas técnicas de 1995 a 2014, o conceito de família utilizado é o mesmo empregado no Censo de 1991. As informações apresentadas mostram um problema sério, que só aos poucos tem sido resolvido: a confusão analítica no uso dos conceitos “domicílio” e “família”. As recomendações da ONU (2008, p. 128-134) para estas duas unidades dão conta das seguintes sugestões para a coleta de informações:

- Os domicílios podem ser compostos por uma ou mais pessoas, as quais podem compartilhar seus recursos ou orçamentos;
- A família é identificada dentro do domicílio, sendo definida como o grupo de pessoas ligadas por consanguinidade, adoção ou aliança;
- Domicílios e famílias não formam uma identidade (ou seja, uma não é sinônimo matemático da outra), pois pode haver mais de uma família no mesmo domicílio, assim como pode não haver família;

⁴² Para saber mais a respeito do algoritmo, ver Saboia, Cobo e Matos. (2012).

- A família, geralmente, não se estende para além de um domicílio⁴³;
- A família é vista como um tópico derivado a partir da composição e enumeração dos domicílios;
- O núcleo familiar pode ser, a não ser indicações em contrário, de 4 tipos: casal com filhos, casal sem filhos, mãe com filhos, pai com filhos;
- Filhos são pessoas não-casadas que não têm filhos, de modo que a definição de filho tem mais a ver com o atual *status* do que com a idade *per se*;
- O núcleo reprodutivo não inclui outros membros do domicílio.

Figura 10 – A evolução do conceito de família no Censo Demográfico brasileiro

		1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Conjunto de pessoas	• Laço: parentesco, adoção, subordinação	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗
	• Tendo dependência doméstica	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗
	• Sob a direção ou proteção de um chefe	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗
	• Ligadas por parentesco	✗	✗	✓	✓	✓	✓	✓
	• Morando em domicílio particular	✗	✗	✓	✓	✓	✓	✓
	• Tendo dependência doméstica	✗	✗	✓	✓	✓	✓	✓
Grupo convivente	• Pessoas sem parentesco ou subordinação	✗	✓	✗	✗	✗	✗	✗
	• Vínculos de disciplina ou interesse	✗	✓	✗	✗	✗	✗	✗
	• Formado por até 5 componentes	✗	✓	✗	✗	✗	✗	✗
	• Sem parentesco ou dependência	✗	✗	✓	✓	✓	✗	✗
	• Morando em domicílio particular	✗	✗	✓	✓	✓	✗	✗
	• Formado por até 5 componentes	✗	✗	✓	✓	✓	✗	✗
Pessoa morando sozinha	• Em domicílio independente	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗
	• Em domicílio particular	✗	✗	✓	✓	✓	✓	✗

Fonte: Elaboração do autor a partir de Cavenaghi e Alves (2011, p. 45-46).

Nota: Em 2010, a família só pôde ser determinada indiretamente.

Embora tais recomendações visem facilitar a coleta de dados pelos censos, a família não se encerra nos limites do domicílio, assim como as responsabilidades dos filhos frente aos pais não se encerram no momento em que os filhos reproduzem ou se casam. Como salienta Bilac (2006, p. 57), o conceito de família censitária reduz o papel do parentesco, além de que a família (na forma captada pelo censo) é uma visão restrita, que difere da acepção sociológica do conceito. As relações entre domicílios só podem ser captadas, segundo a

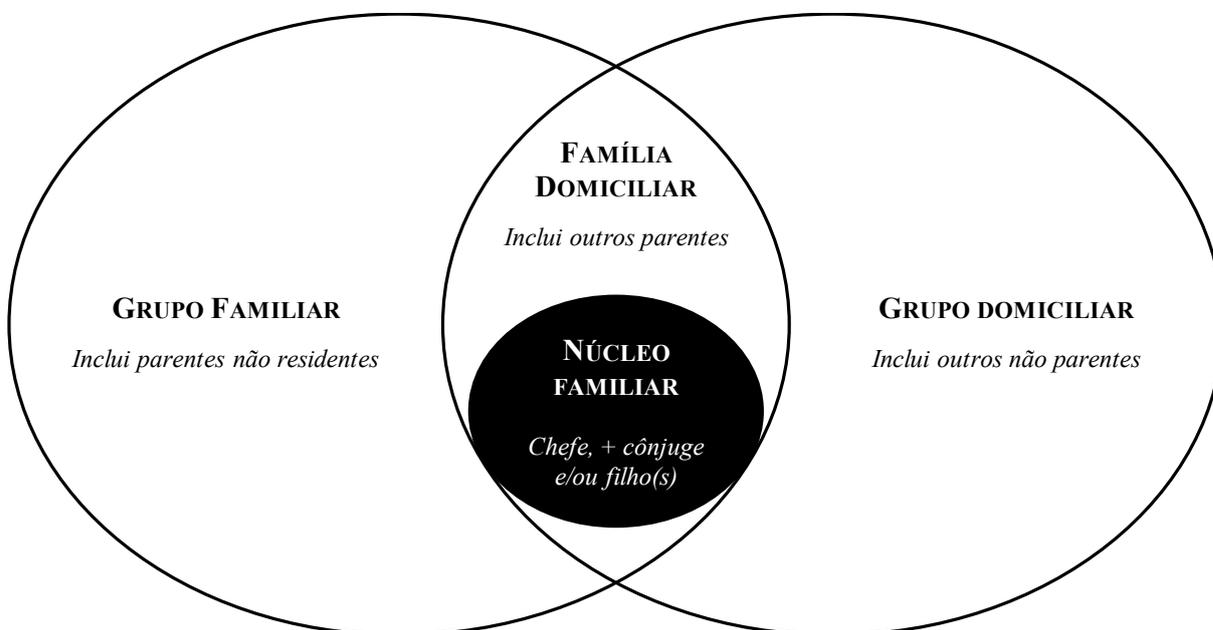
⁴³ Uma ampla discussão a respeito – que mostra bem a crítica a esta colocação da ONU (2008, p. 129, parágrafo 2.112) – é proposta por Wajnman (2012, p. 18-26).

autora, por meio de *surveys* ou pesquisas qualitativas, que captam a rede de suporte e podem definir mais claramente as famílias.

Ademais, uma pessoa costuma ser parte de várias famílias, entre as quais podemos distinguir, a partir de Keyfitz e Caswell (2005), a de orientação (onde as pessoas são geradas) e a de procriação (na qual as pessoas se tornam os pais). Pertencer a mais de uma família não é algo estático, já que uma pessoa pode ser de uma família ao longo de parte da vida e, depois, ser de outra. Esta ideia remete ao curso de vida tanto individual (a pessoa nasce em uma família e a família muda, até a morte do indivíduo) como familiar (pois uma família nasce se expande e morre, quando o último parentesco se dissolve)⁴⁴.

A partir dos elementos até aqui levantados, parece claro que a unidade “família” é mais apropriada, para os propósitos desta dissertação, do que o “domicílio”. Todavia, as definições de família apontadas por Alves e Cavenaghi (2004) não coincidem com família censitária, pois temos: 1) a família *de jure* (estabelecida por critérios legais); 2) a família *de facto* (que é a família censitária); e 3) a família “de consideração” (escolhida por cada um a partir de critérios como a convivência, o afeto, a consideração e a solidariedade).

Figura 11 – Relações entre grupos familiar e domiciliar



Fonte: Reprodução de Wajnman (2012, p. 19).

A Figura 11 reproduz esta diferença (limitada aos primeiros dois casos), mostrando que a família *de jure* é o grupo familiar, enquanto a *de facto* (mais próxima da

⁴⁴ Não será aqui dado um maior detalhamento à ideia de curso de vida. Remetemos a Oliveira (1980) e a Blanco (2011) para uma introdução, porém mais aprofundada.

família domiciliar e que pode ser composta pelo núcleo familiar e por outros parentes). Portanto, a unidade mais apropriada para se estudar a pobreza nesta dissertação corresponde parcialmente à família domiciliar em si: de um lado, se analisa a composição do núcleo familiar (que corresponde à família censitária); de outro, se adicionam as dimensões de famílias conviventes e de coresidência de outros parentes (sem, porém, ter-se a família domiciliar *stricto sensu*). Tendo assumido que esta é a unidade mais apropriada, nos referiremos a ela, de maneira mais simples, como “família”.

3.2 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS DE CHEFIA FEMININA E POBREZA

Após definir a unidade de análise como sendo a família domiciliar, é importante estudar as relações existentes entre o objeto de estudo (as famílias monoparentais de chefia feminina) e a pobreza. O intuito de discutir tais pontes é desembocar em uma das explicações possíveis para o fenômeno (a “feminização de pobreza”, objeto da próxima seção) e em suas respectivas críticas. Esta discussão faz sentido à medida que a família é *locus* de resolução de conflitos individuais e sociais; esta construção tem sentido quando se lembra que:

(...) as famílias cumprem as funções de **apoio social e proteção** perante crises econômicas, desemprego, enfermidades e morte de algum de seus integrantes. A família, como capital social, é um **recurso estratégico de grande valor**, já que a limitada cobertura social existente em alguns países latino-americanos (...) a converte na única **instituição de proteção social frente aos eventos traumáticos** (...) (ARRIAGADA, 2007, p. 125, tradução e grifos nossos).

A chefia feminina é um fenômeno que não é novo, seja no Brasil, seja na América Latina, ainda que as pesquisas domiciliares deem conta de mostrar que a grande maioria das famílias é chefiada por homens (*cf.* COSTA, 2000; KÜFFER; TEIXEIRA; COLANTONIO, 2009; SCOTT, 2013). A isto, é preciso associar alguns elementos que justifiquem a existência (embora com clara subestimação) da chefia feminina no continente há tempos: 1) a associação entre chefia e maior renda; 2) o atrelamento do papel de chefe ao de provedor; e 3) a carga ideológica intrínseca à palavra “chefe”. Deste modo, ainda que a chefia feminina seja elemento antigo na América Latina e no Brasil, a captação desta informação nas pesquisas domiciliares tem mostrado um aparente crescimento, como se o fenômeno fosse inédito, o que não necessariamente é verdade.

Por sua vez, o crescimento das famílias monoparentais de chefia feminina é um fenômeno que, pelo menos aparentemente, é mais recente – ainda que também não seja de fato inovador. Em 1970, 9,5% dos arranjos familiares eram deste tipo, proporção que atinge quase 15% em 1989 (GOLDANI, 1993, p. 12). A atualidade do tema se mostra a partir dos

dados levantados por Arriagada (2007). Na América Latina, no período de 1990 a 2005, as famílias monoparentais de chefia feminina já eram mais de 15% do total; ademais, cerca de 1 em cada 10 famílias em áreas urbanas já eram do tipo monoparental, com chefia feminina trabalhadora, enquanto de 5 a 6% das unidades eram também monoparentais femininas, mas nas quais a chefe não trabalha.

No caso brasileiro, Oliveira (1996) mostra que o crescimento da proporção de famílias chefiadas por mulheres quase dobrou entre 1970 e 1990, fruto da maior proporção de divórcios e separações⁴⁵, do não-recasamento e da manutenção da independência feminina. Ademais, Berquó (1998) pontua algumas características destas famílias: 1) a grande maioria é composta apenas pelo núcleo familiar; 2) a coabitação de outros parentes além dos filhos é mais comum do que em outros tipos de família; 3) a coresidência, no domicílio, de outras famílias (o que caracteriza a noção de família convivente).

Com base em autoras como Barroso (1978) e Bruschini (1986), Oliveira e Berquó (1989, p. 20) indicam que “fatores sociais contribuem para a associação da chefia feminina à pobreza, especialmente nas cidades. (...) A esse respeito, parece significativo o fato de as famílias chefiadas por mulheres serem relativamente mais frequentes [*sic*] em arranjos domésticos envolvendo mais de uma família convivendo no mesmo domicílio”. Este arranjo, segundo Bilac (2003, p. 12) é composto, na maioria das vezes, por “uma única família ampliada, envolvendo dois núcleos de reprodução”. Em estudo anterior, Arriagada (2001) já apontava para o crescimento das famílias monoparentais na América Latina como um todo. Adicionalmente, a autora mostra que, ao cabo do século XX, havia uma já clara diferenciação da importância das famílias por nível de renda. As famílias monoparentais de chefia feminina no continente, se concentram (embora não tão prementemente) nos quintis inferiores.

Há, no senso comum, a visão de que famílias chefiadas por mulher e, em especial, aquelas do tipo monoparental são mais pobres. Esta visão estaria associada a pelo menos três fatos. O primeiro, de a mulher ter que passar mais tempo se dedicando às tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos, enquanto o homem seria o provedor. O segundo, de as famílias

⁴⁵ Favaro (2013, p. 149) aponta, a partir de estudos anteriores dela mesma para a RMC (FAVARO, 2009), que a ruptura da união é majoritariamente explicitada pelo fato de os maridos deixarem de serem os provedores: “[a]s mulheres suportavam violência doméstica e descaso, mas não suportavam sustentar seus companheiros e, por isso, optavam pela ruptura da união”. Oliveira e Berquó (1989, p. 20) também apontam, como outro motivo para a ruptura da união (ou, até mesmo, a manutenção do *status* de solteira) a “incapacidade masculina de satisfazer as expectativas da divisão sexual do trabalho”. Complementarmente, dois elementos permeiam as famílias chefiadas por mulheres oriundas de separações ou divórcios: o fato de a guarda dos filhos ser dada, preferencialmente, às mães; e a maior rotatividade dos homens no mercado matrimonial.

monoparentais terem, muitas vezes, apenas um provedor adulto⁴⁶. Por fim, o terceiro fato estaria associado ao fenômeno chamado de “teto de vidro”, pelo qual:

(...) há barreiras invisíveis que impedem a progressão na carreira das mulheres no mercado de trabalho e (...) o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres apresenta uma aceleração para a parte final da função de distribuição, representando um impedimento no crescimento e nos rendimentos mais elevados das mulheres (MANGANELLI; JACINTO, 2013, p. 2).

Aparentemente (talvez apenas aparentemente), esta visão pode ser amparada nos dados de Bruschini e Ricoldi (2009); as autoras mostram que – no início dos anos 2000 – as mulheres declaravam 2 vezes mais cuidar dos afazeres domésticos do que os homens (89,9% contra 44,7%). Ademais, quando se desagrega por sexo, a proporção de mulheres que mais declaram executar tarefas do lar são pessoas de referência (92,2%) ou cônjuges (97,3%). Estes resultados apontam claramente para a persistência da chamada divisão sexual do trabalho.

Realizando uma análise comparativa por idade dos filhos, as mães cuidam muito mais do lar quando a prole é mais jovem; de mesmo modo, este resultado aparece quando se analisa a idade da mulher, dado que as mulheres mais velhas cuidam mais do lar do que as mais novas. Tudo isto resulta, conforme Bruschini e Ricoldi (2009, p. 107) apontam, no menor tempo despendido trabalhando fora de casa (em média, 6 horas a menos do que os homens). Estas diferenças continuam quando se desagregam as mulheres por nível de escolaridade, sendo que as que menos estudaram tendem a trabalhar mais em casa.

Como Montali (2014, p. 16) aponta – ao analisar a ocupação com base no arranjo familiar e em sua posição na família, entre 1991 e 2010 –, as mulheres (sejam responsáveis ou cônjuges na unidade) têm menores taxas de ocupação, o que é reflexo do “acúmulo de atividades produtivas e reprodutivas”. As ocupações sem carteira de trabalho ou para autoconsumo também são mais comuns entre as mulheres, o que estaria associado à busca de “atividades que lhes possibilitem a articulação entre casa e trabalho, com prejuízo da qualidade do emprego e da remuneração obtida” (MONTALI, 2014, p. 16).

Todos estes elementos, todavia, conforme os dados de Arriagada (2001, p. 25) para a América Latina, não se refletem, necessariamente, na efetiva ocorrência de chefia

⁴⁶ Em sua tese, Favaro (2013, p. 36), analisando a literatura sobre a participação feminina no trabalho, o papel das mulheres como provedoras e as relações trabalho-família, conclui que “1 - estamos diante do aumento da participação feminina no mercado de trabalho e, com isso, as mulheres unidas têm assumido parcial ou totalmente o provimento doméstico; 2 - a participação feminina no mercado de trabalho não faz com que os homens participem mais da realização dos afazeres domésticos; 3 - essa assimetria entre participação de homens e mulheres unidos nas atividades domésticas faz com que as mulheres possuam uma carga de trabalho bastante grande e pesada; 4 - apesar dessa grande carga de trabalho que as mulheres – principalmente as unidas – possuem, participar do mercado de trabalho na condição de ocupadas tem garantido a elas maior independência não só financeira, mas também maior poder de decisão dentro das famílias”.

feminina dentro dos domicílios. Para o continente, no começo do século XXI, somente algo em torno de $\frac{1}{4}$ das mulheres é chefe *de jure*, mesmo que elas sejam a principal fonte de rendimentos do domicílio em cerca de 30% dos casos. Complementarmente, Cerrutti e Binstock (2009) destacam que, em meados dos anos 2000, $\frac{1}{4}$ dos filhos menores de 15 anos mora em domicílios de chefia feminina.

No contexto brasileiro, Leone, Maia e Baltar (2010), ao analisarem a evolução da pobreza por tipo de família entre 1981 e 2006, chegam às seguintes conclusões:

- Aumentou sensivelmente a participação das famílias monoparentais de chefia feminina no total de famílias pobres;
- Mais de 30% das famílias “mãe com filhos” e “casal com filhos” são pobres, no século XXI;
- O aumento na participação (na pobreza) das famílias monoparentais de chefia feminina aconteceu mesmo com a redução no tamanho da família;
- Há relação inversa entre a participação (no total de famílias pobres) das famílias monoparentais de chefia feminina e a taxa de ocupação;
- O fato de viver em famílias do tipo “mãe com filhos menores de 14 anos” multiplica por 8 as chances de ser uma família pobre, quando comparada ao tipo “casal sem filhos” em 1981, relação esta que cai para 4 em 2006;
- No caso das famílias do tipo “mãe com filhos de 14 anos ou mais”, estas tinham, em 1981, 25% menos chances de serem pobres (se comparadas às do tipo “casal sem filhos”), sendo que, em 2006, estas têm quase 70% mais chances de sê-lo (ou seja, se inverte a tendência);
- De maneira geral, a presença do infante (filhos até 14 anos) resulta em probabilidades maiores de ser uma família pobre;
- O fato de a mulher estar ocupada, ao longo de toda a série histórica, reduz a chance de a família ser pobre, independente de qual seja tipo de família;
- Idade e escolaridade do responsável contribuem positivamente (e de maneira significativa) para reduzirem as chances de a família ser pobre.

Analisando relações entre trabalho e família, Montali e Lima (2013) mostram que, entre 2009 e 2011, aumentou a proporção de mulheres que eram chefes de famílias sem cônjuge e estavam inativas (especialmente por força destas mulheres no grupo etário 50 anos ou mais). Quando analisam estritamente as famílias monoparentais femininas, os autores mostram que o crescimento das ocupações não-precárias das chefes é pequeno, sendo que o

maior aumento na participação no mercado de trabalho (sendo uma ocupação precária ou não) destas famílias se deve aos filhos maiores de idade.

Estes resultados, segundo Montali e Lima (2013, p. 10), se devem “às atribuições familiares de chefes femininas e cônjuges femininas, definidas pela vigente divisão sexual do trabalho na família e no mercado”. A partir dos resultados de Montali e Tavares (2008), isto se reflete no rendimento domiciliar *per capita* – nas regiões metropolitanas, entre 2004 e 2006. O aumento no rendimento foi, para os arranjos “casal sem filhos”, de 10%, enquanto os casais com filhos tiveram aumento de quase 20%. A média brasileira de crescimento do rendimento domiciliar *per capita* foi de 16%, sendo que as famílias monoparentais (independente do sexo do chefe) ficaram abaixo da média (12% para as mulheres e 3% para os homens).

Os diferenciais de incidência da pobreza estão de certo modo associados ao fato que “os fatores determinantes do trabalho feminino mudaram” e que “um crescente número de mulheres com filhos, baixa escolaridade e cargas consideráveis de trabalho doméstico entraram nos mercados de trabalho” (CEPAL, 1994, p. 96, tradução nossa). Goldani e Lazo (2004, p. 287 *et seq.*), dão elementos que justificam a análise de alguns tipos de família:

- No fim dos anos 1990 e início dos 2000, mais de 80% das famílias têm filhos, embora nem sempre os pais sejam biológicos (o que abre margem para estudo das famílias reconstituídas);
- Em mais de $\frac{2}{3}$ de todas as famílias com filhos, as crianças têm menos de 15 anos de idade (embora com redução, na década, em $\frac{1}{3}$ do total);
- Entre os anos 1990 e 2001, houve redução na proporção de famílias de dois genitores, praticamente refletindo-se no aumento (na mesma proporção) das famílias monoparentais;
- A pobreza atinge de forma diferencial, no Brasil, quando se analisa a região de residência (Nordeste \times Sudeste), a fase do ciclo de vida em que se encontram (com maior incidência da pobreza entre famílias em expansão) e a raça/cor dos familiares (identificando-se mais pobreza entre não-brancos);
- As famílias monoparentais (as quais são predominantemente de chefia feminina) são as com mais pobres, embora estejam saindo mais rápido da pobreza, além de serem o tipo que mais cresceu nos anos 1990;
- As famílias deste tipo, diferentemente das biparentais, costumam estar em um estágio mais avançado do ciclo vital familiar.

Outro enfoque que se pode dar às relações entre família e pobreza é a partir da localização dos filhos: saber em que condições as famílias que têm filhos estão é uma forma de estudar as relações entre pobreza e família. Usando os dados da PNDS de 2006, Oliveira, Vieira e Barros (2011) mostram (como se vê na Tabela 18) que as famílias com filhos são predominantemente biparentais, embora as monoparentais apareçam com muito mais intensidade nas áreas urbanas.

Tabela 18 – Características das famílias com filhos, Brasil (2006)

		Casal com filhos	Monoparental		
			Feminina	Masculina	
Situação	Urbano (%)	79,2	18,0	2,8	
	Rural (%)	86,4	11,7	1,9	
Idade do responsável	Homem	Até 29 anos (%)	-	0,3	
		De 30 a 64 anos (%)	-	2,6	
		65 anos ou mais (%)	-	14,0	
	Mulher	Até 29 anos (%)	16,0	84,0	-
		De 30 a 64 anos (%)	8,9	91,1	-
		65 anos ou mais (%)	2,0	98,0	-
Anos de estudo do responsável		6,4	5,9	4,8	
Pessoas por domicílio		4,2	3,3	3,5	
RDPC média (US\$)		184,5	181,1	269,9	
RDPC vinda de não-trabalho (%)		13,8	32,8	36,5	

Fonte: Reprodução parcial com adequações das Tabelas 1 e 3 e reprodução parcial das Tabelas 4 a 6 de Oliveira, Vieira e Barros (2011).

Nota: Todos os tipos de família podem ter outros parentes para além do núcleo familiar. As proporções calculadas para “Situação do domicílio” e “Idade do responsável” levaram em conta os dados originais dos autores divididos pela soma das proporções de todas as famílias com filhos.

Além disto, quando se analisam o sexo dos responsáveis, os homens são majoritariamente responsáveis por famílias biparentais, enquanto as mulheres passam a ser responsáveis quando a família é monoparental (por motivos já discutidos anteriormente). Os diferenciais por escolaridade são mais claros entre famílias monoparentais (sendo que as mulheres têm maior número de anos estudados), assim como a renda domiciliar *per capita* (no caso, com vantagem masculina). Quando se analisa a porcentagem da renda Domiciliar *per capita* (RDPC) vinda de fontes que não sejam o trabalho, a diferença não é tão grande, assim como em termos de número de moradores por domicílio.

Quando Oliveira; Vieira e Barros (2011) analisam a distribuição das famílias mono e biparentais por tipo (únicas ou conviventes), percebem que, dividindo as famílias conviventes em principal e secundária, as secundárias são proeminentemente monoparentais.

Ademais, a presença destas em domicílios de famílias conviventes é característico, já que, em metade de todos os casos, a família convivente é monoparental. Para os autores:

(...) famílias secundárias estão geralmente **vinculadas ao responsável do domicílio** por algum **grau próximo de parentesco**. Em 83,7% dos casos, se trata de uma família de um filho do responsável pelo domicílio, **mais precisamente uma filha** [o que caracteriza a família de chefia feminina] (...) (OLIVEIRA; VIEIRA; BARROS, 2011, p. 246, tradução e grifos nossos).

Dados da PNDS organizados pelos autores mostram que, em mais de 70% dos casos de famílias conviventes secundárias, a mulher é a responsável pelo núcleo, enquanto a proporção cai quando a família é única ou convivente principal (13,9% e 31,9%, respectivamente).

Ao longo desta seção, percebeu-se que a pobreza atinge de forma heterogênea os diversos tipos de família, variando também ao se levar em conta: 1) região e situação de residência; 2) raça/cor e sexo dos responsáveis; 3) presença de filhos e idade destes; e 4) tipo de família. Outros elementos tidos como relevantes foram: 1) a idade do responsável; 2) o fato de estar ou não ocupado e em que setor; 3) a presença de idosos e sua condição na família⁴⁷.

Perante estas variáveis, percebe-se que um tipo específico de família e algumas das características elencadas saltam aos olhos como mais fortemente associadas à pobreza: as famílias que têm filhos, especialmente se são pequenos (sendo início de família no início do ciclo vital); e as famílias monoparentais (especialmente as de chefia feminina). Na seção a seguir, nos centraremos no segundo caso, estudando pobreza e monoparentalidade feminina a partir da teoria da “feminização da pobreza”.

Mostrou-se que a literatura tem divergências (e, portanto, é uma questão em aberto) a respeito das relações entre famílias monoparentais de chefia feminina e pobreza; especificamente, este tipo de família está comumente associado à teoria da “feminização da pobreza”. O que seria esta teoria, suas características, as visões críticas e como se vê a família monoparental chefiada por mulher são assuntos das próximas seções. O intuito é mostrar os elementos (a favor e contrários) que compõem os argumentos desta linha de raciocínio.

3.3 A TEORIA DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

Para começar a compreender o que é feminização da pobreza, é preciso remontar à origem do termo. A literatura dá conta de que Pearce (1978) tenha sido a cunhadora da

⁴⁷ Camarano et al. (2004) mostram que, em 2000, nas famílias de idosos (nas quais o idoso é chefe de família), o rendimento médio do idoso é o dobro do rendimento do mesmo idoso em famílias com idosos (nas quais o idoso não é o chefe). Nas famílias de idosos, $\frac{2}{3}$ da renda domiciliar depende do idoso e pouco mais de 40% da renda familiar depende de aposentadoria e/ou pensão. Em sua grande maioria, as famílias de idosos são do tipo “casal com filhos” ou “casal sem filhos” (somando 85,9% dos tipos de família em 2000), enquanto as famílias com idosos são ou “casal com filhos”, ou famílias monoparentais, ambas em arranjos extensos (somando 64,7%).

expressão; para a autora, a pobreza havia se tornado, ao longo das décadas, um fenômeno feminino. De um lado, a maior independência da mulher, fruto de sua maior participação no mercado de trabalho, estaria desencadeando o processo de pauperização e dependência da aparelhagem do Estado – notadamente, de programas como o *Aid to Families with Dependent Children* (AFDC). De outro lado, a combinação da segregação ocupacional com salários mais baixos, pagos para ocupações com maioria de mulheres, estariam contribuindo para que estas mulheres se tornassem sistematicamente mais pobres. Segundo dados do *Bureau of Census* levantados pela autora (para os anos 1970), metade de todas as famílias pobres é monoparental chefiada por mulher. Assim sendo:

(...) as mulheres são **responsáveis** por uma proporção cada vez maior de pessoas economicamente desfavorecidas. O que estas estatísticas [do *Bureau of Census*] não revelam é que, enquanto muitas mulheres são pobres porque vivem em domicílios chefiados por homens, um crescente número [de mulheres] está se tornando **pobre de maneira independente** [*in their own right*]. (...) quais são as consequências econômicas e sociais de **ser mulher** que resultam em maiores taxas de pobreza? (PEARCE, 1978, p. 28, tradução e grifos nossos).

Alguns elementos pelos quais a pobreza atingiria sobremaneira as mulheres, especialmente as que são chefes de famílias monoparentais, seriam, segundo Pearce (1978): a desigualdade de gênero, em termos de menores salários; o maior nível de desemprego das mulheres; a menor rotatividade no mercado laboral (refletida em períodos mais longos sem emprego); a falta de suporte para criação da prole (os pais não pagariam pensões nem contribuiriam para o crescimento dos filhos); e o fato de as mulheres receberem menos transferências intergeracionais, quando solteiras ou divorciadas.

De lá para cá, as colocações dos especialistas se dividiram entre os que argumentam a favor da teoria e os que a criticam, como será colocado ao longo desta e da próxima seção. Este debate perpassa gerações e transpõe barreiras geográficas, sendo também colocado no Brasil, embora (aparentemente) numa escala menor do que na literatura norte-americana. Esta diferença também se justifica pelo fato de o casamento formal e a família nuclear enquanto valor terem menor peso na formulação da agenda política e nas definições legais em relação ao que se vê nos EUA.

De antemão, é importante termos uma noção do que se entende por “feminização da pobreza”. Fuchs (1986, p. 2, tradução nossa) a descreve como o “aumento na proporção de adultos pobres que é mulher”, ou, ainda, como o “aumento na probabilidade de uma mulher

ser pobre relativamente à probabilidade de um homem ser pobre”⁴⁸. Valendo-se da primeira definição, dos censos de 1959, 1969 e 1979 e das *Current Population Survey* de 1979 e 1984, Fuchs (1986) mostra que há mais mulheres e famílias chefiadas por mulher, com filhos, em condição de pobreza. Em 1984, mais de 60% de todos os pobres são mulheres, resultado similar quando se desagrega por cor (brancos e pretos).

O que explicaria este aumento na proporção de mulheres pobres, para Fuchs (1986, p. 11, tradução nossa), são “as mudanças na distribuição da população por tipo de domicílio [família domiciliar], e não o aumento nos diferenciais por sexo na incidência da pobreza em tipos específicos de domicílio”. Outra forma de se ver a feminização da pobreza é a maior redução (entre 1959 e 1984) da incidência da pobreza nos homens em relação às mulheres. Estes resultados, entretanto, se invertem quando o segmento populacional analisado não são todos os maiores de idade, mas sim as pessoas de 25 a 64 anos.

Estes resultados, todavia, não dão conta de uma dimensão relevante, apontada por Costa et al. (2005, p. 21) e apenas sugerida por Fuchs (1986): as evidências podem mudar conforme se dá a “distribuição intrafamiliar da renda”. Outro problema a ser enfrentado é a forma como se dá a seleção do responsável (ou, até certo tempo atrás, chefe) da família ou do domicílio. Prudentemente, Buvinić e Gupta (1997) alertam sobre estes problemas de captação:

Primeiro, os países usam diferentes e, muitas vezes não comparáveis, definições para os termos “domicílio” e “chefe de domicílio” em seus censos. Segundo, há uma **ambiguidade inerente ao termo “chefe de domicílio”**, quando a atribuição da chefia é de responsabilidade dos membros do domicílio. Os membros podem usar **diversos critérios para fazer a atribuição**, fazendo com que as comparações intranacionais se tornem inválidas. A identificação confiável dos domicílios chefiados por mulher é ademais agravada pelo fato de a **chefia feminina poder ser um fenômeno transitório do ciclo de vida familiar**. A terceira e, talvez, a mais séria limitação é que **o termo “chefe do domicílio” não é neutro**. Este é carregado de significados adicionais que refletem a ênfase tradicional no **domicílio como unidade indiferenciada** [no sentido de não ter conflitos em seu “contrato familiar implícito”⁴⁹], com um sistema patriarcal de governança e conflitos internos na **alocação de recursos** (BUVINIĆ; GUPTA, 1997, p. 260, tradução e grifos nossos).

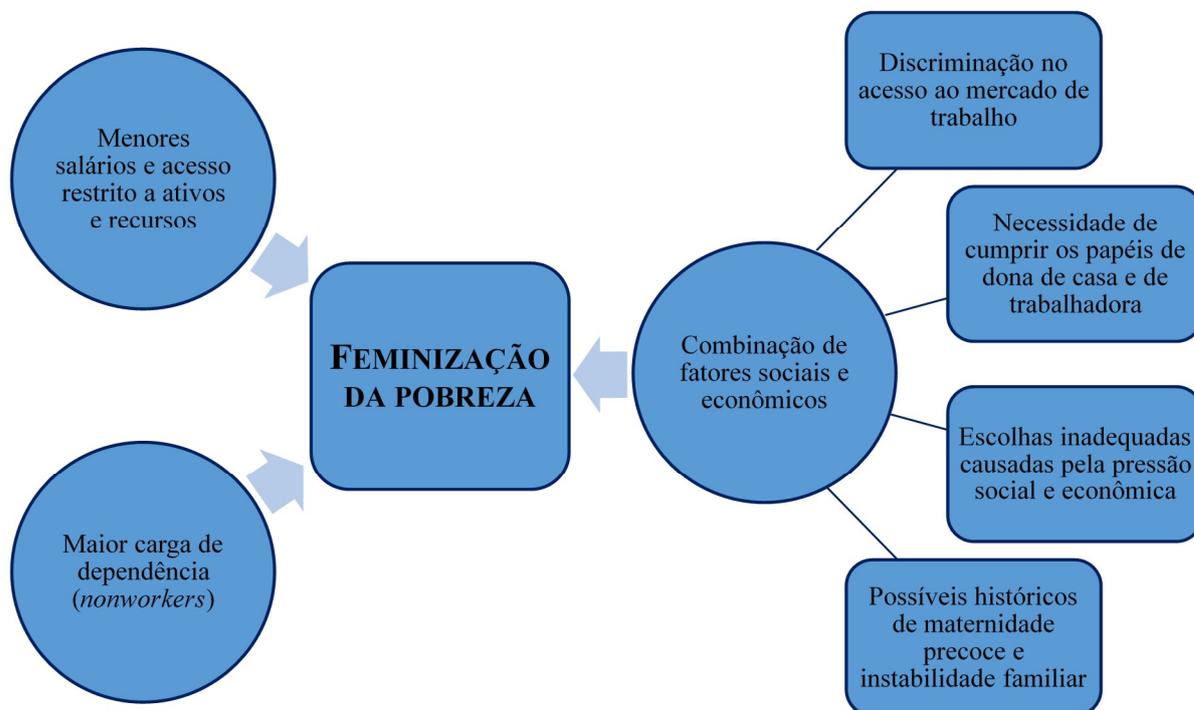
⁴⁸ Deve-se ressaltar que as pesquisas domiciliares não informam a respeito das populações de rua e encarcerada. Além disso, homens adultos que voltem a morar com os pais, mas sem os seus filhos e/ou a companheira, não são contados como família secundária. Finalmente, todas as pesquisas levam em conta apenas os sobreviventes, o que mascara a sobremortalidade masculina, especialmente entre os jovens adultos.

⁴⁹ O “contrato familiar implícito” tradicional é um sistema heteronormativo que rege a família, baseado em direitos e deveres socialmente construídos e pautado em relações hierárquicas, de gênero e de geração. Quando a família se reinventa, devido à transição da fecundidade e às mudanças no “sistema nupcial” de um país (com a legalização do divórcio, por exemplo), arranjos familiares outrora menos comuns aparecem com mais força. Nestes (mas também nos tracionais), o contrato se reformula, necessariamente, pois este é originalmente pensado para a família “casal com filhos”. A respeito do tema, ver Goldani (2005) para um maior detalhamento a respeito das questões relacionadas às “famílias reinventadas” e ao “contrato familiar implícito”.

Buvinić e Gupta (1997) levantam dados para vários países do mundo e mostram que a chefia feminina é um fenômeno majoritariamente crescente. O que explicaria esta tendência são dois elementos (BUVINIĆ; GUPTA, 1997, p. 262-263, tradução nossa): de um lado, “a ruptura do tradicional sistema de governança patriarcal, que enfraquece os contratos explícitos e implícitos que garantem a transferência de renda dos pais para seus filhos”; e, de outro, “o declínio da renda domiciliar real e o aumento da pobreza, geralmente associados a crises econômicas, ‘forçando’ os homens a renunciarem à responsabilidade de manter a família”. Para o caso latino-americano, segundo os autores, a crise econômica dos anos 1980 teria levado ao aumento do número de domicílios dependentes da renda do trabalho feminino.

As relações entre chefia feminina e pobreza são analisadas por Buvinić e Gupta (1997) a partir de 61 estudos. Os autores detectam que, em 53 trabalhos, ou as famílias chefiadas por mulher são sobrerrepresentadas na pobreza (38 casos), ou a pobreza está associada a algum tipo de chefia feminina (15 casos). Os motivos que associam a chefia feminina à pobreza são três, segundo os autores, como mostra a Figura 12.

Figura 12 – Os motivos que explicam a feminização da pobreza pelo mundo



Fonte: Elaboração do autor a partir de Buvinić e Gupta (1997, p. 264-265).

Como os autores ponderam, nem todas as famílias de chefia feminina são pobres, embora vistas como exceções à regra. As exceções computadas por Buvinić e Gupta (1997, p.

265) são três: 1) aquelas mulheres que, providas de meios econômicos, optam por chefiar a família; 2) as esposas de homens poligâmicos (como no caso da Costa do Marfim); e 3) as famílias nas quais a herança é baseada na matrilinearidade (como na Indonésia). Portanto, parece que a pobreza atinge mais as mulheres em sociedades que estão passando por momentos de transição e em que há o questionamento do patriarcado e da patrilinearidade, mas que ainda não romperam completamente com este sistema.

A discussão sobre feminização da pobreza cresceu com o aumento das famílias monoparentais; o cerne parece ser os reflexos de morar em uma *mother-only family*⁵⁰. Os autores mostram que, entre os anos 1950 e 1980, muito se avançou no debate, mudando constantemente o que se podia considerar como *mainstream*. Em fins dos anos 1980, havia, em algum grau, consenso em torno das seguintes evidências (McLANAHAN; ASTONE; MARKS, 1988, p. 2-5):

- Pertencer a uma família de mãe vivendo só tenderia a estimular a reprodução do padrão, com fecundidade precoce (muitas vezes pré-marital) e casamentos antecipados (com rupturas precoces);
- Os filhos de famílias rompidas ou de mães sozinhas teriam menos chances de concluir os estudos e, portanto, mais chances de ganhar menos, além de terem maior propensão ao consumo de drogas e à delinquência;
- O casamento e a parentalidade (“*parenthood*”) seriam vistos como válvulas de escape para criação de uma identidade própria;
- As restrições econômicas levariam as crianças a assumirem, de forma prematura, as responsabilidades dos adultos, por necessidade;
- Estes resultados continuam válidos mesmo controlando por raça/cor e status socioeconômico da família.

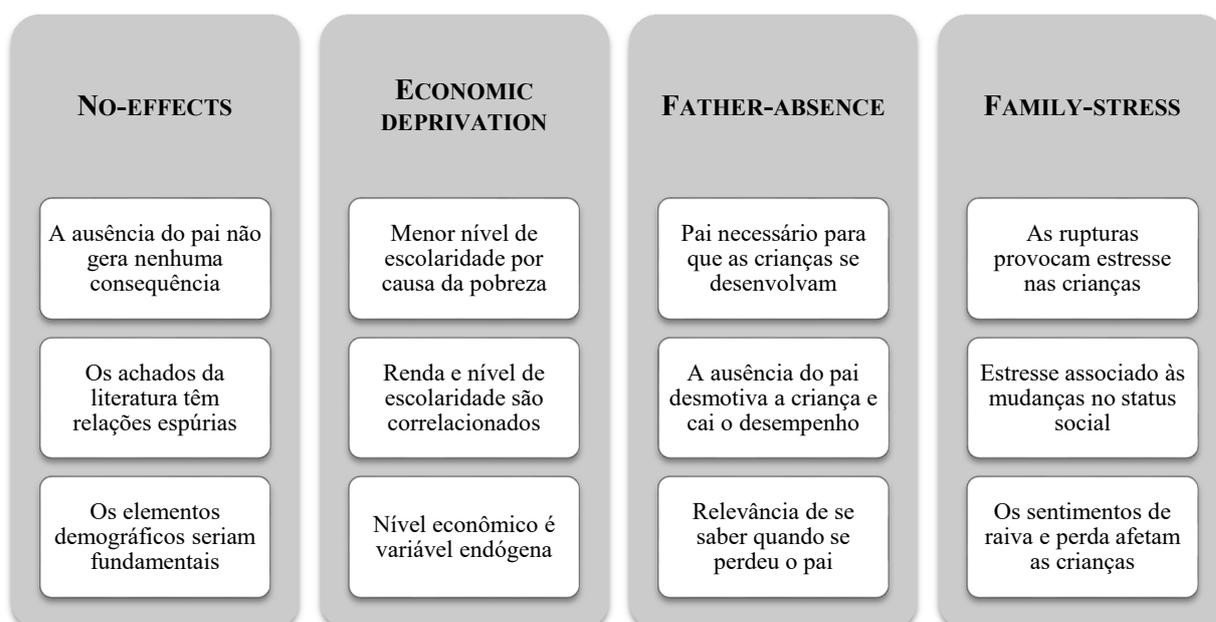
Fato é, segundo os autores, que as *mother-only families* são mais pobres até mesmo que outros grupos vulneráveis (como os idosos e as famílias com pessoas portadoras de incapacidades). Entre 1967 e 1983, os autores apontam que a pobreza nas famílias monoparentais de chefia feminina manteve seu nível, mas a participação destas famílias no

⁵⁰ Cohen et al. (2015) apresentam um estudo a respeito dos 50 anos do relatório Moynihan, o qual apontava que o aumento da proporção de famílias monoparentais causaria o aumento da pobreza, da desigualdade e da violência. O que os autores mostram, todavia, é que nos últimos 50 anos: 1) a proporção de *single-mother families* pobres passou de 60% em 1967 para 35% nos anos 2010; 2) embora famílias monoparentais sejam mais propensas a serem pobres, mudanças na estrutura familiar não explicam, desde os anos 1990, flutuações nas taxas de pobreza. Embora as famílias monoparentais (especialmente as femininas) sejam mais susceptíveis à pobreza (e a ter crianças em tal situação), a estrutura familiar não explica por si só o fenômeno. Elementos como raça/cor (ver Figura 7 dos autores) são significativos para estudar as famílias pobres.

total aumentou, devido à saída da pobreza dos outros grupos. Este fenômeno seria uma prova de que estaria ocorrendo (pelo menos no período) a feminização da pobreza (McLANAHAN; ASTONE; MARKS, 1988).

McLanahan (1985), ao estudar o porquê de os filhos de famílias que passaram por experiências de ruptura conjugal não alcançarem o mesmo nível educacional dos filhos cujos pais permaneceram casados/unidos, a autora oferece quatro hipóteses, exploradas na Figura 13: 1) privação econômica; 2) relação espúria; 3) ausência do pai; e 4) estresse familiar. Os argumentos por trás destas hipóteses podem também nos ajudar a explicar o porquê de famílias monoparentais de chefia feminina terem piores condições de vida, quando comparadas aos outros tipos de arranjo.

Figura 13 – Hipóteses para explicar a relação entre famílias monoparentais e a dificuldade de acesso das crianças ao ensino superior



Fonte: Elaboração do autor a partir de McLanahan (1985, p. 877-880).

Quanto à rede de suporte e à vizinhança, há também um porém, colocado por McLanahan e Booth (1989, p. 568), quando as autoras discorrem sobre o “argumento da vizinhança” no contexto norte-americano nos anos 1980: as *mother-only families* tendem a viver em regiões isoladas, econômica e socialmente, limitando o acesso à aparelhagem estatal (escolas, hospitais, etc.). Estas restrições favoreceriam a saída dos filhos da escola e a gravidez precoce, perpetuando o ciclo vicioso da pobreza, além de criar “bolsões de pobreza”, no sentido de esta se concentrar em regiões específicas das cidades (WILSON, 1987).

A maior disparidade entre famílias mono e biparentais, para McLanahan e Booth (1989), é o bem-estar econômico, conforme os dados que as autoras apresentam. Este diferencial não se origina apenas após a ruptura da união, mas é uma condição às vezes herdada do casamento⁵¹. Outro fator gerador de desigualdade entre estes tipos de família é a forma como o Estado enxerga a família monoparental. Pelo menos nos EUA:

O Personal Responsibility and Work Opportunity Reconciliation Act (PRWORA) de 1996 decisivamente “acabou com o welfare como nós [norte-americanos] o conhecíamos”. O Act eliminou o direito à ajuda em dinheiro para as mães solteiras, o qual esteve em vigor por 60 anos. Uma mãe sozinha não pode mais recusar uma oferta de emprego e se manter apenas com a ajuda em dinheiro; o beneficiário que se recusar a procurar emprego ou cooperar com o welfare agency [“serviço social”] é punido tendo seu benefício reduzido ou encerrado (DANZIGER; DANZIGER, 2010, p. 261, tradução e grifos nossos).

Para a América Latina, o debate teórico é também vivo e sem um consenso, especialmente nos dias de hoje (cf. LLOYD, 1998; ARRIAGADA, 2001). Ademais, “os domicílios chefiados por mulheres têm suscitado uma importante discussão acadêmica e institucional vinculada à sua condição de grupo vulnerável”, por serem vistos com “relativa aptidão/propensão [idoneidad] para se converterem em uma forma de identificação do conjunto dos pobres urbanos” (ARIZA; OLIVEIRA, 2004, p. 161, tradução nossa).

Especificamente, o século XXI parece trazer para este debate um caráter heterogêneo, isto é, com resultados cada vez menos conclusivos a favor da feminização da pobreza, sobretudo quando se analisa não só a renda do trabalho, mas também o acesso a rendimentos não laborais, como remessas e transferências de renda (ARIZA; OLIVEIRA, 2004). Deste modo, não só o debate em torno da feminização da pobreza tem se aprofundado, mas também o instrumental quantitativo necessário para estudar o tema. De fato:

Como destacam García e Oliveira (2004), a associação entre chefia feminina de domicílio e pobreza se sustentou, na maioria das vezes, ao se examinarem as **rendas do trabalho**. Estudos posteriores questionaram a idoneidade deste índice para dar conta de medir o nível de bem-estar relativo destes domicílios (...) estes fatores complexificaram as dimensões analíticas associadas ao estudo da chefia feminina de domicílio, as quais **transitaram dos aspectos estritamente econômicos para os da dinâmica intrafamiliar**, para incluir uma avaliação dos padrões de autoridade e solidariedade interna, da violência familiar, da situação dos menores e da carga doméstica das mulheres; dimensões estas direcionadas para avaliar a **qualidade de vida familiar que estes domicílios oferecem**. No mesmo teor, a **noção de pobreza**

⁵¹ McLanahan e Booth (1989, p. 59) reportam as estimativas de Duncan e Hoffman (1985), segundo as quais a renda das mães após a ruptura da união é $\frac{2}{3}$ da renda pré-ruptura, enquanto a dos homens é apenas 10% menor. Além disto, os pais não-residentes não contribuem, geralmente, com o sustento dos filhos; ver, a respeito, Garfinkel e McLanahan (1986). É preciso ponderar, todavia, que este cenário (de não pagamento de pensões) mudou substancialmente dos anos 1980 para os dias de hoje. No Brasil, cada vez mais se faz valer a Lei de Alimentos, que estabelece prisão para quem não cumprir com suas obrigações perante a justiça (BRASIL, 1968).

tem se ampliado para incluir aquela mais abrangente de bem-estar (ARIZA; OLIVEIRA, 2004, p. 162, tradução e grifos nossos).

Podemos deduzir, portanto, que a teoria da feminização da pobreza tem também se aprimorado e modernizado, buscando se adequar às novas formas de se enxergar a pobreza. É relevante perguntar, ao cabo desta reconstituição de elementos relacionando pobreza e famílias monoparentais de chefia feminina⁵²: o que entendemos, nesta dissertação, por feminização da pobreza? À luz do que foi aqui levantado e a partir de McLanahan; Garfinkel e Watson (1988, p. 113), concluímos que a feminização da pobreza se manifesta quando há:

- O declínio (ou a piora) dos padrões de vida das famílias monoparentais de chefia feminina (FMCF), frente às outras;
- A melhora no nível e no padrão de vida dos outros tipos de família, enquanto as FMCF mantêm-se estagnadas;
- O aumento (ou seja, a concentração) da proporção de pessoas pobres vivendo em famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Em outros termos, a feminização da pobreza se manifesta quando aumenta a razão entre a proporção de famílias monoparentais femininas pobres e a proporção de outras famílias pobres. McLanahan e Kelly (1999, p. 129, tradução nossa) interpretam isto como sendo “o estado desigual das taxas de pobreza de homens e mulheres e o processo pelo qual o risco de pobreza das mulheres tem excedido crescentemente o dos homens”. Para as autoras, isto seria fruto de três mudanças estruturais (família, economia e estado de bem-estar social).

Para encerrar a seção, resumimos as definições de “feminização da pobreza” nas 6 apresentadas por Costa et al. (2005). A articulação destas definições, como se pode observar, permite uma aproximação quantitativa ao conceito, o que possibilita a mensuração, a análise e a discussão a partir das fontes de dados demográficos atualmente disponíveis:

(...) a) aumento da proporção de mulheres entre os pobres; b) aumento da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres; c) aumento absoluto na incidência ou na intensidade da pobreza entre as mulheres; d) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre mulheres e homens; e) aumento na incidência ou na intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres; e f) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres e de famílias chefiadas por homens (COSTA et al., 2005, p. 15-16).

⁵² Esta revisão teórica é limitada, no sentido de não esgotar a discussão, servindo de apresentação de elementos favoráveis, além daqueles contrários (como será feito na próxima seção), sobre feminização da pobreza.

De forma complementar, Chant (2007, p. 25) traz as principais características que norteiam o conceito e a teoria da feminização da pobreza (Quadro 1), as quais serão usadas como um norte tanto para a análise como para a discussão dos resultados desta dissertação.

Quadro 1 – Características comuns associadas à feminização da pobreza

As mulheres, quando comparadas aos homens:

- Sofrem maior incidência e experimentam pobreza mais profunda/severa
- São mais propensas a sofrerem de pobreza mais persistente e duradoura
- Têm sentido relativamente um peso cada vez mais desproporcional da pobreza
- Encaram mais barreiras para sair da pobreza

Além disto, há elementos adicionais:

- A ‘feminização da pobreza’ está atrelada à ‘feminização da chefia do domicílio’
- Os domicílios chefiados por mulheres são os ‘mais pobres dentre os pobres’
- Domicílios chefiados por mulheres transmitem a pobreza para as crianças
- Nestes domicílios acontece a transferência intergeracional da desvantagem

Fonte: Extraído do Box 1.1 de Chant (2007, p. 1, tradução nossa), com adaptações.

3.4 CRÍTICAS E EVIDÊNCIAS CONTRÁRIAS

A partir dos elementos teóricos apresentados e da leitura da literatura internacional sobre a “feminização da pobreza”, apresentam-se, a seguir, críticas a esta teoria, tecidas tanto no Brasil, como no exterior. Esta abordagem crítica trata não só de argumentos quantitativos contra a teoria, como também de apresentar elementos de discussão a respeito da elaboração teórica do próprio arcabouço da feminização da pobreza em si.

Inicialmente, podemos analisar o que foi produzido no Brasil sobre esta temática. Lavinias (1996) destaca que, no Brasil dos anos 1980 e 1990, há um nível considerável de desigualdade de renda entre homens e mulheres que não se altera quando se analisam pobres e não-pobres. Ademais, entre as famílias pobres chefiadas por mulher, a situação é heterogênea nas regiões metropolitanas. Nas regiões Norte e Nordeste, a proporção é sempre superior a 45% do total de famílias, enquanto nas outras regiões metropolitanas (especialmente no Sul e Centro-Oeste), a proporção é menor ou igual a 25%.

Em suma, não há indícios, para a autora, de feminização da pobreza nem de sobrerrepresentação feminina, já que a proporção de famílias pobres chefiadas por mulher é semelhante à proporção de domicílios pobres, independente do segmento analisado. Todavia, é preciso ressaltar que a análise feita por Lavinias (1996) não leva em conta especificidades como raça/cor, presença de filhos e nível de escolaridade. A respeito, pode-se dizer que:

(...) generalizações são **difíceis de fazer** acerca dos domicílios chefiados por mulheres no Brasil (...). Todavia, há uma questão em comum entre domicílios chefiados por mulher no Brasil – aqueles com filhos (menos de metade do total) têm

uma **muito maior probabilidade de serem pobres**. Para os domicílios chefiados por mulher que são pobres, a principal razão para a menor renda não são o menor número de trabalhadores *per capita*, mas o menor poder que estes trabalhadores têm de ganhar dinheiro. Dado que as mulheres tendem a ganhar menos que os homens, em média, no Brasil, um domicílio sem um homem trabalhador **simplesmente tem muito mais chances de ser pobre**⁵³ (BARROS; FOX; MENDONÇA, 1997, p. 232-233, tradução e grifos nossos).

Barros; Fox e Mendonça (1997) analisam a PNAD de 1984, separando domicílios chefiados por mulheres e comparando-os com o total de domicílios no meio urbano. Os resultados aos quais os autores chegam mostram que, nos domicílios chefiados por mulheres: 1) a proporção de mulheres é significativamente maior (30 pontos percentuais a mais do que no total de domicílios); 2) a chefe é, em média, sete anos mais velha; 3) o rendimento médio da chefe é duas vezes menor do que no total de domicílios; e 4) o número médio de anos estudados é inferior em relação à média geral.

Ao estudarem três regiões metropolitanas (Recife, São Paulo e Porto Alegre) pela PNAD de 1984, Barros; Fox e Mendonça (1997, p. 243) encontram indícios de sobrerrepresentação dos domicílios chefiados por mulheres no extremo inferior de renda. A pergunta que os autores se fazem, então, é porque tais domicílios são os mais pobres. As possíveis explicações seriam três: 1) há menos adultos com atividade econômica remunerada; 2) quem trabalha está ganhando menos do que poderia; e 3) a razão de dependência é maior. Por meio de simulações, os autores concluem que a menor renda nos domicílios chefiados por mulheres é fruto da falta de pessoas com o mesmo privilégio de ganhar – decorrente da discriminação existente entre homens e mulheres – que os homens têm.

Um claro ponto de crítica ao trabalho de Barros; Fox e Mendonça (1997) – que chega sim a conclusões favoráveis à feminização da pobreza – é seu anacronismo, dado que os resultados e a publicação do trabalho têm quase 15 anos de diferença. O próprio contexto socioeconômico do Brasil havia mudado, como foi discutido amplamente no Capítulo 1: de um lado, questões econômicas como a hiperinflação e a instabilidade econômica haviam sido derrotadas; de outro lado, políticas sociais focalizadas para o combate à pobreza já estavam sendo empreendidas. Complementarmente, em termos demográficos, a composição das famílias esteve em constante mudança nas décadas de 1980 e 1990, de sorte a se concluir que os arranjos familiares da década de 1980 tinham idiosincrasias que não necessariamente se mantiveram até o fim do século XX.

⁵³ Esta afirmativa não leva em conta as famílias *dual earner couple*, apenas as famílias biparentais com um dos dois ganhando e as famílias monoparentais. Ademais, a afirmação dos autores está considerando a presença de filhos nas famílias monoparentais, não abordando que as biparentais também têm filhos.

Outra crítica é, sem dúvida, o resultado isolado no tempo; as conclusões às quais Barros; Fox e Mendonça (1997) chegam dizem respeito a um ponto no tempo, do que pouco se pode depreender em termos de dinâmica. Uma análise diferente é feita por Costa et al. (2005), se valendo as definições de feminização da pobreza expostas anteriormente e analisando também a desigualdade intrafamiliar. Os autores, analisando o conjunto das PNAD de 1983 até 2003, concluem que não há indícios de feminização da pobreza, nem de sobrerrepresentação feminina, sendo a única exceção quando se simulam distribuições intrafamiliares de renda desiguais. Embora tenham alcançado este resultado, os autores sugerem que as políticas de combate à pobreza não devem ser neutras em termos de gênero, pois homens e mulheres têm necessidades diferenciadas:

- Para os homens, é necessário promover o maior acesso à educação médio-superior, devido à maior evasão masculina;
- Para as mulheres, é preciso reduzir a desigualdade no mercado de trabalho, devido à menor chance de ascensão e de altos salários frente aos homens.

Outro ponto relevante de crítica à feminização da pobreza é posto pelo trabalho de Macedo (2008). A autora, após analisar uma ampla literatura sobre o tema – incluindo estudos quantitativos que concluem a favor da feminização da pobreza –, ressalta que:

(...) é preciso problematizar o risco da generalização de leituras que reforçam estereótipos de vulnerabilidade e pobreza, homogeneizadores de uma realidade que – sem negar as dificuldades objetivas enfrentadas por esse grupo social – não é monocromática e demanda, portanto, uma análise capaz de reconhecer a existência de uma complexidade que não pode ser contida em modelos estereotipados como “mais pobre entre os pobres”⁵⁴ (MACEDO, 2008, p. 395).

De maneira complementar, Sabóia e Soares (2004, p. 66) apontam que “a utilização do conceito de chefia nas análises do fenômeno da pobreza é extremamente importante, mas problemática. (...) não se pode associar o crescimento da proporção de mulheres chefes como um elemento característico da pobreza”. Como as autoras provam, a falta de cônjuge não é sinônimo de pobreza, além de que estas famílias têm melhor infraestrutura, se comparadas às famílias de chefia masculina, no início do século XXI.

Embora tenha sido aqui apontado que a literatura não é homogênea a respeito da feminização da pobreza, Macedo (2008, p. 396), com base em Chant (2004), mostra que se criou, “com relação a esse processo [de feminização] (...) um ‘tema ortodoxo’, pois se formou um grande consenso”, segundo o qual “entre as populações pauperizadas, as mulheres chefes de família comporiam a maior parte do seu contingente mais vulnerável”. Para Macedo

⁵⁴ Ver Lavinás (1996) e González de la Rocha (1999).

(2008, p. 397), que é crítica de tal consenso, há um problema nos estudos na área por focarem estritamente a dimensão socioeconômica, o que torna “incontestável o dado sobre a maior pobreza das mulheres chefes de família”. Para a autora, a teoria da feminização da pobreza trouxe a “associação negativa entre chefia feminina e pobreza, como se o crescimento desses domicílios fosse símbolo de quebra dos valores familiares e da desorganização familiar”.

A respeito da relação entre pobreza (aqui entendida em termos monetários) e as famílias chefiadas por mulheres, Lavinias e Nicoll (2006) mostram que, para 2003, há uma sobrerrepresentação⁵⁵ de famílias do tipo “mãe com filhos” nos decis inferiores de renda familiar *per capita*. Quando os autores analisam a distribuição das famílias chefiadas por mulheres por tipo de família, ¼ de todas as famílias “mãe com filhos” estão no primeiro quintil, enquanto 20% das famílias “casal sem filhos” estão abaixo da mediana e pouco menos de ⅓ das famílias “casal com filhos” estão nos dois quintis inferiores.

Todavia, Sorj e Fontes (2008) apresentam vários dados da PNAD pelos quais as condições de vida das famílias monoparentais de chefia feminina são iguais (muitas vezes até melhores) às das famílias biparentais nas quais o chefe de família é o homem. Estes resultados são consonantes com a discussão teórica de Chant (2003), a qual é enfática ao dizer que a feminização da pobreza é fruto da cegueira perante as diferenças existentes entre as mulheres, o que levou à criação de estereótipos, à elevação da corrente ao status de “ortodoxia virtual nas décadas recentes” (CHANT, 2003, p. 25, tradução nossa).

Saindo da dimensão nacional em busca de padrões (seja nos resultados obtidos, seja nos estudos realizados), Medeiros e Costa (2008) fazem um levantamento ostensivo da literatura sobre feminização da pobreza e sobrerrepresentação feminina na pobreza. Os principais achados da literatura desfavoráveis a ambos os arcabouços, sistematizados pelos autores, são quatro, a saber:

- Não há um padrão mundial que relacione, satisfatoriamente, domicílios chefiados por mulheres e sua sobrerrepresentação na pobreza;
- Não é comum, nos países em desenvolvimento, uma maior incidência da pobreza em domicílios de chefia feminina;
- Em países subdesenvolvidos, há pouca ou nenhuma evidência de maior incidência da pobreza em domicílios chefiados por mulheres;

⁵⁵ Sobrerrepresentação feminina e feminização da pobreza não são a mesma coisa, embora sejam fenômenos imbricados, como nos lembram Costa et al. (2005, p. 15): “Enquanto o primeiro diz respeito à constatação de uma maior pobreza entre as mulheres ou entre as famílias por elas chefiadas em um determinado momento, o segundo refere-se a mudanças que ocorrem entre dois pontos na história. O processo de feminização da pobreza consiste no crescimento (absoluto ou relativo) da pobreza no universo feminino ao longo do tempo”.

- Em termos de feminização da pobreza, não há evidências suficientes que sustentem sua ocorrência no mundo.

Um ponto de crítica relevante, o qual escapa da simples dicotomia incidência-ausência da feminização da pobreza, diz respeito à abordagem dada à pobreza em si nestes estudos. No artigo, Medeiros e Costa (2008) entendem que os achados acima relatados dizem respeito a apenas uma dimensão da pobreza (a monetária). Esta ponderação está em consonância com a posição de Baden e Milward (1997), para os quais “uma abordagem unidimensional [*moneymetric*] da pobreza tem algumas limitações para os estudos de gênero, já que é insensível a formas específicas de privação sofridas pelas mulheres, como a violência doméstica e a falta de autonomia” (MEDEIROS; COSTA, 2008, p. 118, tradução nossa). A respeito desta limitação, Fukuda-Parr (1999) é mais incisivo:

Pobreza pode significar mais do que a ausência do que é necessário para o bem-estar material. É na privação experimentada pelas pessoas que se manifesta a pobreza em si. Pobreza pode ser definida como a negação das mais básicas oportunidades e escolhas da vida humana (...). Este conceito de pobreza, denominado de “pobreza humana”, é distinto de “pobreza de renda”. Pobreza humana é multidimensional. A falta de meios materiais para um padrão decente de vida é uma importante dimensão da pobreza, mas não é a única. Assim como privações em outras dimensões não podem ser explicadas meramente por rendimentos baixos. Uma pessoa ou um domicílio sem uma renda adequada não necessariamente é excluído da participação na vida da comunidade (...) (FUKUDA-PARR, 1999, p. 100, tradução nossa).

Após apresentarem os principais achados da literatura e discutirem criticamente a abordagem unidimensional da pobreza para averiguar a hipótese de feminização da pobreza, Medeiros e Costa (2008), usando escalas de equivalência e índices da classe FGT⁵⁶, concluem que não há diferenciais significativos entre sexos, em termos de incidência, intensidade e severidade da pobreza. Este resultado se verificou de maneira quase generalizada, levando em conta os dados para 8 países da América Latina e Caribe no período entre 1983 e 2003, tanto quando se analisa a feminização da pobreza pela ótica dos diferenciais por sexo da pessoa como pela perspectiva do sexo do responsável pelo domicílio.

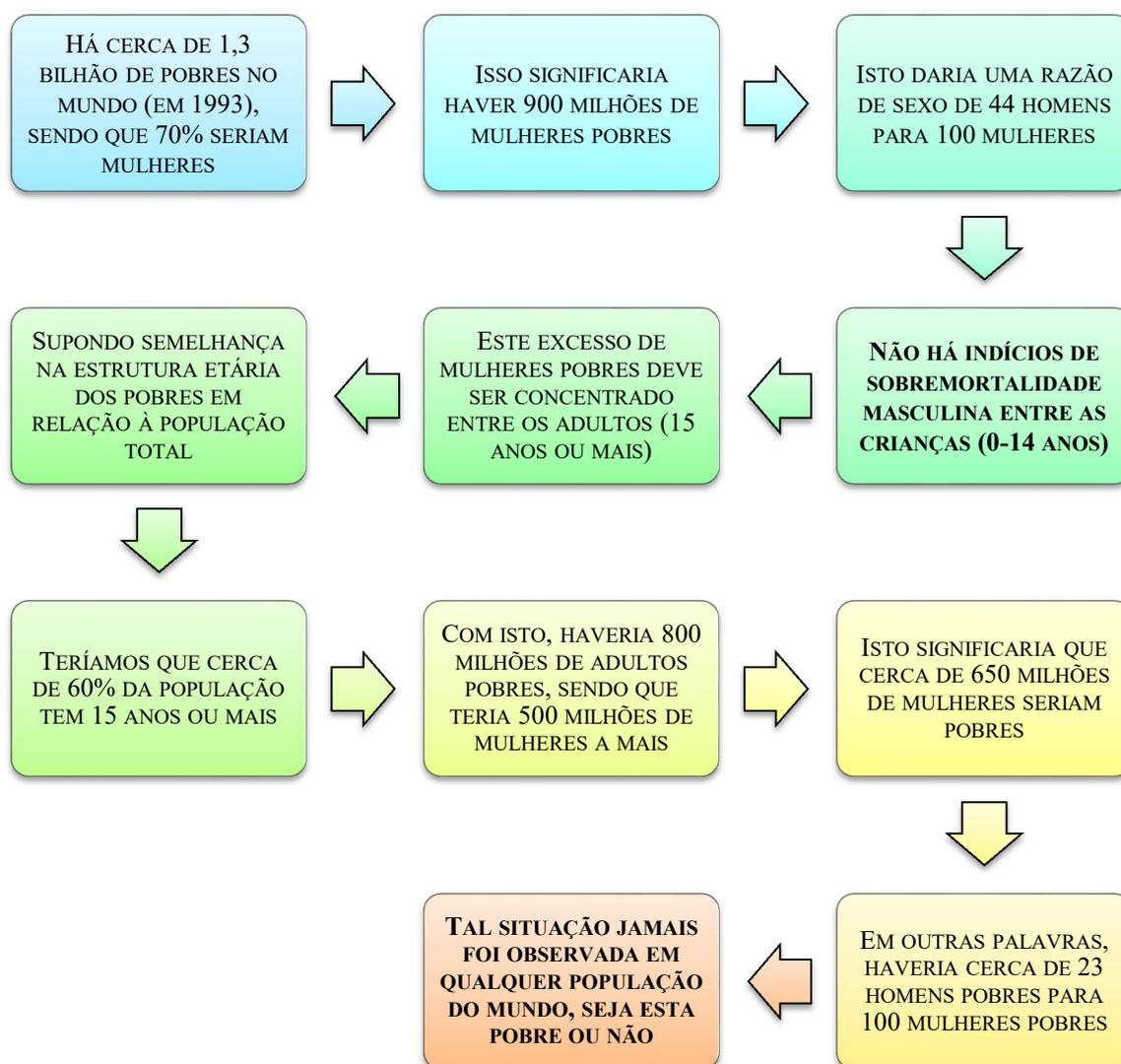
Complementarmente, os autores também concluem – por meio de análises de sensibilidade – que os resultados acima expostos não se alteram ao mudar: 1) a linha de pobreza; 2) a escala de equivalência (incluindo também a renda *per capita*); e 3) o nível de desigualdade intradomiciliar (MEDEIROS; COSTA, 2008). Em suma, como reforçam os autores quando analisam a sensibilidade dos resultados e os achados da pesquisa:

⁵⁶ A sigla FGT representa a primeira letra dos sobrenomes dos autores que formularam os índices, atualmente reconhecidos como referência para análise unidimensional de pobreza. Os três índices mais comuns são os de ordem 0 (incidência da pobreza), 1 (intensidade) e 2 (intensidade quadrática ou severidade). Ver Foster; Greer e Thorbecke (1984) para o desenvolvimento algébrico desta classe de índices.

A análise de sensibilidade mostra que os valores das linhas de pobreza, os pressupostos a respeito das desigualdades intradomiciliares e o uso de escalas de equivalência **são de importância secundária** para o estudo. (...) estas modificações **não resultam em alterações substanciais nas tendências apresentadas** (...). Mudanças ocorrem apenas em poucas estimativas, mas **em níveis irrelevantes**. (...) se não levarmos em conta as pequenas variações e ambiguidades resultantes do uso de diferentes conceitos de feminização, medidas de pobreza, linhas de pobreza e da metodologia usada para tratar a renda domiciliar, podemos concluir que **não há evidências sólidas** em favor de um processo de feminização da pobreza na região da América Latina (MEDEIROS; COSTA, 2008, p. 123, tradução e grifos nossos).

Uma última crítica relevante abarca o estudo da dimensão demográfica, a fim de avaliar a factibilidade e a viabilidade da feminização da pobreza pelo mundo. A partir de dados da ONU e do PNUD, Marcoux (1998) desenvolve uma linha de raciocínio (Figura 14) que mostra, por silogismo, que a feminização da pobreza é demograficamente inverossímil.

Figura 14 – Processo dedutivo para provar a inverossimilhança da feminização da pobreza



Fonte: Elaboração do autor a partir de Marcoux (1998, p. 131).

Além de desenvolver este raciocínio lógico, o autor também prova, por meio de dados demográficos para os que chama de “países em desenvolvimento” e “países em transição”⁵⁷, que não tem como haver tamanha disparidade entre homens e mulheres na pobreza. Isto é, a proporção de 7 mulheres pobres para cada 3 homens é irreal, ainda que outros fatores sociodemográficos sejam levados em conta. Tampouco é verossímil acreditar, segundo o autor, que a desigualdade intradomiciliar seja responsável por tamanha feminização da pobreza (MARCOUX, 1998, p. 134-135). Em suma:

Uma vez que as diferenças intra-domiciliares no número de homens e mulheres devido ao diferencial de mortalidade são limitados, a maior parte da diferença entre homens e mulheres em famílias pobres chefiadas por mulheres seria devido à saída dos homens por meio de migração, separação e outras razões. Mas, deste modo, os homens ausentes deveriam ser necessariamente encontrados em famílias chefiadas por homens (incluindo as unipessoais), que tenderiam a ter desproporcionalmente mais homens. Disto resulta que famílias pobres chefiadas por mulheres contribuem para o excesso de pobreza feminina apenas na medida em que os homens ausentes não são eles mesmos pobres. Mas muitos dos homens ausentes são, provavelmente, pobres também (MARCOUX, 1998, p. 134, tradução nossa).

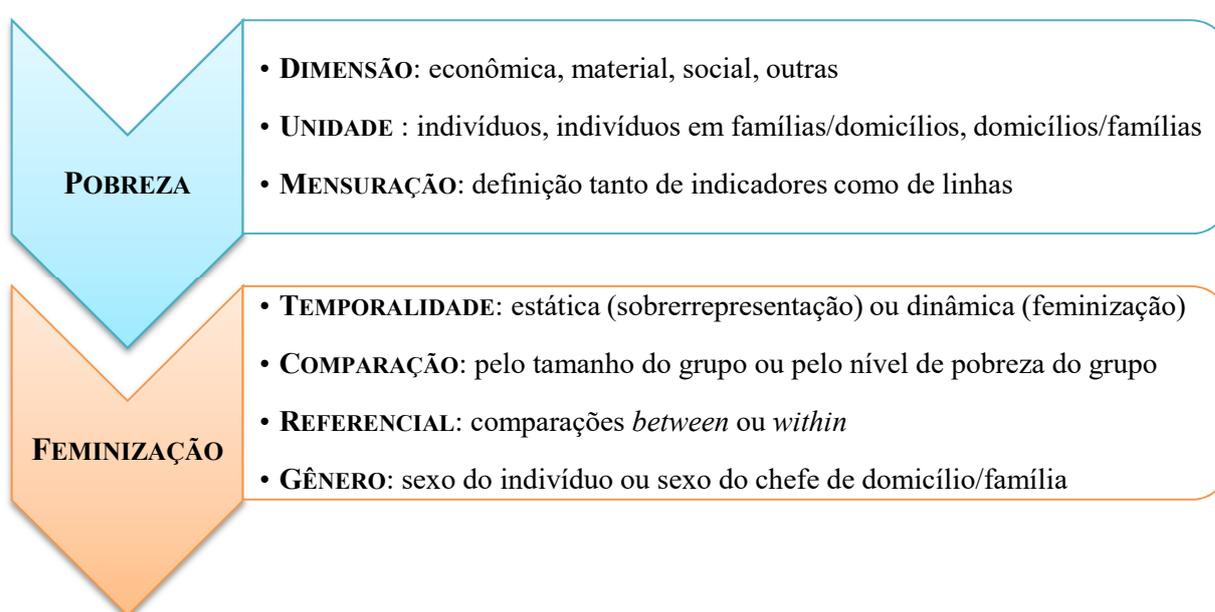
Finalmente, é preciso fazer ponderações a respeito das críticas à teoria da feminização da pobreza *stricto sensu*. Chant (2003) aponta que a tese da feminização da pobreza ganhou força graças à disparidade de direitos e deveres entre os homens e as mulheres mundo afora. Outra visão muito contestada é a de “famílias chefiadas por mulheres são as mais pobres dentre as pobres” (CHANT, 2003, p. 29, tradução nossa). Embora concorde com Kabeer (1996) quanto ao fato de haver estatísticas que provem a maior vulnerabilidade das mulheres em termos de renda, Chant (2003) não concorda com seu uso, por serem utilizados de forma a sugerir que a pobreza seja um fenômeno “confinado às chefes de domicílio que estão sozinhas” (CHANT, 2003: *ibidem*, tradução nossa).

Outra crítica é a generalização da feminização da pobreza como conceito de privação econômica. O principal ponto de Medeiros e Costa (2010) é que “feminização” e “pobreza” se referem a elementos ora vistos como estáticos, ora como dinâmicos, dependendo da forma como estes são identificados. Para tanto, os autores fazem uma investigação a respeito das dimensões inerentes à feminização e à pobreza, a qual é resumida na Figura 15. Estes elementos precisam ser pensados antes de se dizer a respeito do que estamos falando quando nos referimos à “feminização da pobreza”, além de ser necessário abordá-los para se deixar claro quais dimensões serão abordadas e sob qual enfoque os dados disponíveis serão trabalhados e analisados.

⁵⁷ Nestes grupos, estão incluídas as seguintes regiões do mundo: Sudeste Asiático, Leste Europeu, Ásia Central, América Latina e Caribe, Oriente Médio e África.

Um exemplo de operacionalização da Figura 15 é apresentado por Sen (2010). A autora destaca que pessoas morando no mesmo domicílio (ou sendo parte de uma mesma família) podem ter divergências de cunho econômico, de modo que as medidas domiciliares escondem desigualdades entre seus membros. Com isto, seria preciso, como já colocado em momentos anteriores, reconhecer a desigualdade intradomiciliar/intrafamiliar, sobretudo no caso de a pobreza não ser definida meramente em termos monetários; todavia, é preciso reconhecer que é difícil resolver este problema apenas com dados de pesquisas domiciliares.

Figura 15 – Categorias analíticas para “feminização” e “pobreza”



Fonte: Elaboração do autor a partir de Medeiros e Costa (2010, p. 95-99).

Crítica da feminização da pobreza, Sen (2010) entende este conceito como forma de ressaltar o entendimento de os domicílios femininos serem mais pobres do que os outros. As evidências existentes são raras e bem limitadas, levando a generalizações que não mostram a complexidade das relações de gênero. Nem todos, em um mesmo domicílio, são igualmente pobres (ou, ainda, são pobres de fato), pois pode ter má distribuição de recursos, seja esta intencional ou não (SEN, 2010).

Ademais, é preciso levar em conta que as experiências de gênero diferenciadas, pois: 1) há diferenças na pobreza masculina e na feminina, assim como entre jovens, adultos e idosos; 2) o tipo de resposta é diferenciado quando se trata de limitação nos recursos econômicos; 3) pode haver algumas dimensões da pobreza entre apenas alguns membros da família; e 4) é claro o impacto diferencial das políticas de combate à pobreza (SEN, 2010).

Em suma, o uso do arcabouço teórico da feminização da pobreza pouco considera ou explora tais diferenças nas experiências de gênero, além de ser muito simplista a respeito das próprias relações de gênero.

Outra crítica vem de Davids e Van Driel (2010, p. 105, tradução nossa), segundo os quais o conceito se baseia em um processo de “redução do gênero à mulher e [n]a abordagem *top-down* da globalização”, sendo que ambos “podem ser encontradas na tese da ‘feminização da pobreza’”. Os autores afirmam que:

Domicílios chefiados por mulheres **não são comparados** a domicílios chefiados por homens nos quais o homem não tem a parceira e tem que fazer o trabalho doméstico e os cuidados não pagos. É assumido que os domicílios chefiados por mulheres **combinam o trabalho remunerado** [*“breadwinning”*] e **as tarefas reprodutivas**, e esta combinação aparece então como um **desvio da norma**. Ao relacionar domicílios chefiados por mulheres de forma acrítica [*“unproblematically”*] à feminização da pobreza e caracterizando esta última como **resultado da globalização e fenômeno global**, representações unilineares e universais das mulheres e da globalização são formuladas e reproduzidas como ortodoxia global (DAVIDS; VAN DRIEL, 2010, p. 105-106, tradução e grifos nossos).

O principal ponto dos autores é que, ainda que esta teoria seja muito debatida na literatura especializada, “as fracas premissas teóricas e empíricas sobre as quais convencionalmente repousa persistem na formulação e execução de políticas sociais” (DAVIDS; VAN DRIEL, 2010, p. 105, tradução nossa).

A partir das colocações de Davids e Van Driel (2010), duas possíveis críticas adicionais à teoria são: 1) analisar as famílias monoparentais chefiadas por mulheres com famílias biparentais; e 2) comparar famílias monoparentais e biparentais assumindo que nas biparentais é o homem quem faz a diferença. Ambas as críticas, igualmente importantes, salientam o valor e o papel excessivo atribuído às famílias do tipo *male breadwinner*, sendo que não só as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, mas também as *dual earner couple* têm tido cada vez mais relevância.

Todas as críticas aqui expostas – sobretudo aquelas associadas à captação falha das relações de gênero dentro do *household* (aqui visto como domicílio) – são válidas para os estudos não só da feminização da pobreza, como também da pobreza em si. Como salienta Deere (2010, p. 347, tradução nossa), “uma análise de gênero da pobreza é geralmente limitada em analisar as diferenças entre homens e mulheres que são chefes de domicílio, ou entre homens e mulheres, baseado [simples e unicamente] em indicadores *per capita*”. A exploração destas críticas e das evidências contrárias à feminização da pobreza permite delinear com maior acurácia, dentre outras coisas, os métodos de investigação da pobreza.

3.5 HIPÓTESES DE PESQUISA E OBJETO DE ESTUDO

A ancoragem do objeto de interesse aos problemas de pesquisa e às questões específicas do trabalho pode ser feita pensando-se a pobreza como fenômeno socialmente desigual e concentrado. A importância de estudar este tipo de família remonta às discussões sobre a maior incidência da pobreza nas famílias com apenas um dos pais, sendo este do sexo feminino. Pode-se atrelar o objeto de estudo às atuais questões sobre o tema, já que o debate sobre a “feminização da pobreza” não está encerrado.

O objetivo desta dissertação é concentrar as pesquisas em análise de pobreza, atendo-se a aspectos mais demográficos do que econômicos, como a composição do núcleo familiar e seu tamanho, para assim elaborar um retrato da pobreza brasileira no período de estabilização econômica (1995-2014). O questionamento que guia a pesquisa remete ao entendimento de como se dão as relações entre tamanho/estrutura das famílias e pobreza. Formulando a problemática em perguntas, o objetivo é responder a três questionamentos:

- a) As famílias monoparentais de chefia feminina são as mais pobres?
- b) Entre 1995 e 2014, o *gap* entre famílias mono e biparentais se reduz?
- c) Há relação, no período, entre tamanho/estrutura familiar e pobreza?

A partir dos elementos teóricos apresentados ao longo dos primeiros três capítulos, levando-se em conta as perguntas acima, os objetivos gerais da pesquisa são:

- Estudar a evolução das famílias monoparentais de chefia feminina, no Brasil, no período pós-inflacionário (1995-2014);
- Desenhar um quadro a respeito da evolução da família brasileira e da pobreza nos anos de estabilidade macroeconômica;
- Avaliar a relação entre estas mudanças e o padrão de pobreza (tanto em termos quantitativos, como em termos qualitativos);
- Dimensionar a pobreza em famílias monoparentais e compará-la com o nível encontrado em outros tipos de família;
- Verificar onde e como se aloca a pobreza, como esta evoluiu no período de estabilidade e quais as suas características.

É importante entender que esta pesquisa não procura por pistas para acusar as famílias monoparentais de chefia feminina de serem as mais pobres. Embora se usem – como será visto no próximo capítulo – as hipóteses de McLanahan (1985), deve-se relativizar tal uso: não se assume nesta dissertação, portanto, o compromisso de gerar ou alimentar um debate político sobre a feminização ou não da pobreza.

Toda pesquisa é norteada pelas três hipóteses abaixo, que surgiram da revisão da literatura e dos conhecimentos anteriormente acumulados em outros estudos realizados:

- a) Famílias monoparentais de chefia feminina tendem a ter maior nível de pobreza, se comparadas a famílias com ambos os genitores.
- b) O *gap* entre famílias monoparentais femininas e biparentais não se reduziu (em termos relativos), embora tenha caído (em termos absolutos) graças à participação da mulher no mercado de trabalho, ao maior acesso à escolarização e às transferências de renda;
- c) O tamanho da família encolheu e novas estruturas apareceram, mas ainda há forte correlação entre tipo de família e pobreza.

Cabe também ressaltar que as hipóteses não cobrem todas as possibilidades existentes a partir dos dados; sendo assim, as hipóteses têm o papel de direcionar os esforços de pesquisa e de recortar a abordagem dada ao tema.

Esta dissertação de mestrado procura conjugar elementos que comprovem a hipótese de feminização da pobreza no Brasil, no período do “Pós-Real” (1995-2014). Para tal, os nexos a serem contestados são dois: 1) a inexistência de relação entre família chefiada por mulher (especialmente, as monoparentais de chefia feminina) e pobreza; e 2) a redução do *gap* existente entre famílias monoparentais e biparentais, especialmente em termos de renda. A contestação de tais nexos leva às hipóteses apresentadas na figura acima; neste sentido, postulam-se as seguintes relações entre os conceitos envolvidos:

- A pobreza (em termos multidimensionais) é um fenômeno associado a um tipo de arranjo familiar, as famílias monoparentais de chefia feminina;
- O tamanho da família é um agravante para a pobreza, especialmente no caso das famílias monoparentais de chefia feminina;
- A feminização da pobreza se manifesta à medida que, ao medir-se pobreza multidimensional, as famílias monoparentais de chefia feminina são aquelas que terão os piores indicadores que compõem o índice multidimensional.

As perguntas acima apresentadas trazem algumas categorias analíticas que precisam ser estabelecidas para definir a metodologia: famílias monoparentais; chefia feminina; pobreza; tamanho familiar; e estrutura da família. É importante descrever tais categorias, pois o conhecimento de seus detalhes permitirá uma análise metodológica mais criteriosa e com olhar mais atento aos resultados obtidos.

O primeiro conceito a ser analisado é o de famílias monoparentais; deste, em seguida, deriva-se a ideia de chefia feminina, para depois combinar os conceitos nas “famílias

monoparentais de chefia feminina”⁵⁸. Por “família monoparental”, se entende o tipo no qual há apenas um dos pais convivendo com seus filhos, havendo ou não outros parentes e/ou não-parentes. Por “chefia feminina”, entende-se que o responsável pela família é do sexo feminino. Esta categoria é sobremaneira importante para a análise de famílias monoparentais, pois 9 em cada 10 famílias do tipo são chefiadas por uma mulher (BERQUÓ, 1998).

A ideia de “família monoparental” se define como aquele arranjo familiar que conta apenas com um dos pais. Berquó (2001) aponta que, na maioria dos casos, estas famílias contam apenas com filhos, sendo mais rara a existência de outros parentes. O conceito de “chefia feminina” aponta para diversas direções, mais do que aquelas existentes por trás do conceito de “família monoparental”. A própria Berquó (2001) aponta para as direções que o conceito pode assumir; para que se denote a chefia feminina, é preciso ter uma mulher como responsável pela família, não importando se há cônjuge, filhos ou outros parentes ou não-parentes.

A junção dos termos dá origem ao objeto de estudo em si, as “famílias monoparentais de chefia feminina”. Dados de Berquó (1998) indicam que, de 1970 a 1995, as famílias monoparentais passaram de pouco mais de 10% para quase 18%, sendo que 90% destas são chefiadas por mulheres. Complementarmente, Goldani (1994b) indica – com dados para o período 1950-1989 – que a proporção de famílias chefiadas por mulheres passa de 12 para 20%; de todas as famílias monoparentais (que são, nos anos 1980, aproximadamente 15% do total de famílias), 9 em cada 10 são sem outros parentes.

O conceito “pobreza” pode ser entendido como a condição de privação de um indivíduo, uma família ou um domicílio; uma definição é dada por Hagenars e De Vos (1988), os quais a dividem entre objetiva, relativa e subjetiva. A pobreza objetiva (ou absoluta) é aquela pela qual se é pobre por um critério previamente definido (as chamadas linhas de pobreza); a relativa, por sua vez, é quando se tem menos que os outros na sociedade. Por fim, a pobreza subjetiva é quando o entrevistado acredita não ter o suficiente para seu sustento⁵⁹. O estudo da pobreza demanda outros enfrentamentos teóricos, como a seleção de uma linha de pobreza, a escolha entre a versão monetária ou a multidimensional, a análise das relações entre pobreza e desigualdade e a escolha de um bom medidor de pobreza⁶⁰.

⁵⁸ Uma ampla discussão sobre as famílias monoparentais, a chefia feminina e a combinação destes termos é feita por Woortmann e Woortmann (2002).

⁵⁹ Especialmente para o caso da pobreza subjetiva, a análise de Narayan et al. (2000) é relevante.

⁶⁰ Para tais questões, Atkinson (1987) e Hagenars (1987) dão conta de uma revisão consistente a respeito dos questionamentos acima. Para se entender a evolução de uma visão unidimensional para a multidimensional, a revisão a respeito da história do pensamento econômico da pobreza é feita por Codes (2008).

Finalmente, os conceitos de tamanho e estrutura familiar são estritamente relacionados. A ideia de tamanho familiar está associada ao número de componentes de uma família, incluindo outros parentes. O tamanho da família pode ou não levar em conta a idade dos componentes, para montagem das escalas de equivalência. Já o conceito de estrutura familiar pode ser visto como um quase-sinônimo de “tipo de família”, levando em conta características adicionais, como “idade dos filhos”, “tipo de parentes”, de modo a categorizar os diversos tipos de família e seus subtipos.

Por tamanho da família, entendendo-se como o número de componentes, incluindo parentes e não-parentes –, mas que deve ser conceituado à luz de algum tipo de teoria. Sabe-se que tamanho se refere ao número de pessoas que compõe uma família, sendo importante – no caso – o porquê por trás do tamanho desejado e/ou escolhido. Becker (1981), por exemplo, dá mostras de que o tamanho da família está relacionado a escolhas economicistas, havendo certo *trade-off* entre quantidade de filhos e qualidade da formação destes. McLanahan (1985), complementarmente, aponta que – sob a hipótese de privação econômica – os filhos mais velhos se veriam obrigados a assumirem as tarefas dos adultos para garantirem o sustento na família, abandonando a escola.

Além do tamanho da família, outro conceito relevante a ser esclarecido é a estrutura familiar. Considerando a ideia de estrutura como a composição por sexo e idade de uma família, tipo de família e arranjo familiar são termos impropriamente usados como sinônimos. Woortmann e Woortmann (2002, p. 29) apontam uma diferença severa entre “estrutura” e “arranjo”, a qual deve ser enfrentada agora. Textualmente, “o conceito de ‘estrutura’ se refere a algo permanente (ou com relativa permanência), enquanto ‘arranjo’ diz respeito a situações conjunturais”. Isto nos remete à questão de que, ao longo do tempo, uma mesma família pode passar por diversos arranjos e por grandes e profundas transformações em sua estrutura. Tais mudanças envolvem a mudança no número de filhos, o divórcio e a separação, o recasamento e, por fim, a morte. Todos estes elementos afetam a composição por sexo e idade das famílias.

Independente do conceito analisado, Barros e Mendonça (1995b), ao analisarem as relações entre pobreza e família, pontuam que a própria família toma decisões sobre seu tamanho e sua composição. Considerando-se a terminologia “arranjo familiar” – e deixando de lado as divergências etimológicas –, entende-se este conceito como a composição da família em si: 1) a existência de cônjuges, filhos e outros parentes; e 2) o sexo e a idade dos componentes da família.

3.6 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Ao longo dos dois primeiros capítulos da dissertação, foi feita uma detalhada reconstituição histórica da evolução econômico-demográfica do Brasil, com a finalidade de delinear o contexto no qual as famílias brasileiras se encontram atualmente e pelo que passaram. Neste terceiro capítulo, o intuito foi mostrar como a conjunção das trajetórias econômicas com a transição demográfica (e o rearranjo das famílias) resulta em uma análise necessária da evolução das famílias pobres. Especificamente, se mostrou que há certo debate em torno de um tipo específico de família, as *single-parent families*.

Dentre estas, as mais estudadas e discutidas são as famílias monoparentais de chefia feminina. A relação entre pobreza e famílias monoparentais é muitas vezes definida como direta, justificando-se isto pela menor capacidade de geração de renda e pela desigual inserção no mercado de trabalho do genitor sozinho (especialmente aquele do sexo feminino). A literatura a respeito do tema não é unânime e o debate não está encerrado, havendo argumentos tanto favoráveis como críticos à teoria da feminização da pobreza.

Este capítulo é necessário para mostrar a multiplicidade de visões a respeito da teoria da feminização da pobreza. Para isto, em primeiro lugar, foi necessário definir a unidade de análise a ser usada no restante da dissertação, especialmente para os próximos capítulos. O restante do capítulo serviu para costurar as relações entre Economia e Demografia, analisando como a literatura discute a pobreza nas famílias brasileiras.

Um elemento que precisa ser salientado, a partir dos elementos levantados nas seções 3.2 a 3.4, diz respeito à abordagem de favoráveis e críticos da feminização da pobreza à questão dos privilégios e das desigualdades de gênero. Para os teóricos que se posicionam a favor da feminização da pobreza, o principal problema é a falta do indivíduo detentor de privilégios nos arranjos familiares vulneráveis (seja este um homem, o marido ou o pai).

Esta corrente teórica, como mostrou-se na seção 3.3, tende a encontrar na família biparental (que podemos interpretar como sendo uma “família intacta”) a solução para os problemas das famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Estes arranjos tenderiam a ser fragilizados, mais vulneráveis e propensos a situações de privação, quando comparados àquelas famílias que têm ambos os pais. Neste sentido, políticas de fortalecimento da família são geralmente as preferidas pelos teóricos que advogam a favor da feminização da pobreza, pois uma família composta por dois genitores garantiria melhores condições de vida e um desenvolvimento mais saudável das crianças.

Os críticos à teoria da feminização da pobreza, como visto na seção 3.4, consideram que o principal problema não é a ausência do indivíduo privilegiado, mas sim o

fato de que grupamentos populacionais específicos tenham privilégios no mercado de trabalho. Neste caminho, os críticos à teoria consideram que a família monoparental não é frágil em sua essência, sendo os maiores problemas a discriminação no mercado de trabalho e as desigualdades de gênero existentes. Tais desigualdades e discriminações levam os homens a serem privilegiados e a terem maior renda.

Deste modo, os que posicionam de maneira contrária à teoria da feminização da pobreza entendem que as políticas públicas não devem ser direcionadas para a manutenção de famílias intactas. Pelo contrário, os críticos advogam a favor de políticas públicas que promovam a inserção feminina no mercado de trabalho, além de garantir a igualdade de condições e salários em relação aos homens. Esta divergência (dos críticos em relação aos favoráveis à feminização da pobreza), pontuada acima, mostra que não há um tipo melhor ou ideal de família. Em outros termos, o tipo de família não é condicionante natural da pobreza, pois não é o arranjo em si que favorece a condição de privação.

Como se pontuou acima, o principal elemento de divergência entre favoráveis e contrários à feminização da pobreza está associado à questão do privilégio; todavia, as duas correntes podem ser interpretadas e empregadas de forma complementar. A discussão teórica sobre o tema ajuda a selecionar variáveis que auxiliem na averiguação de qual das vertentes seria a verificada, se houve migração de uma para outra ao longo do período, ou se ambas se manifestam (em maior ou menor grau) em um determinado local e período.

A ponte entre as relações família-pobreza e a apresentação do debate teórico em torno da teoria da feminização da pobreza serviram para justificar o estudo detalhado das famílias monoparentais de chefia feminina, a fim de verificar se estas são de fato as mais pobres no Brasil. A discussão da teoria da feminização da pobreza (e de suas críticas) serviu para definir os objetivos de pesquisa e as hipóteses a partir das quais será conduzido o restante da dissertação. Assim sendo, este capítulo serviu para plantar as bases sobre as quais, no Capítulo 4, será construída a metodologia e se definirão as variáveis a usar.

Portanto, tendo por base a evolução dos elementos econômicos e demográficos (nos Capítulos 1 e 2) e a construção dos objetos de estudo (no Capítulo 3), propõe-se a arquitetura do arcabouço metodológico e da seleção de variáveis no Capítulo 4, com o propósito de verificar as hipóteses propostas e de alcançar os objetivos descritos na – 3.4 desta dissertação. Ao cabo de toda esta construção teórica e histórica, ainda cabe responder, assim, a última – e mais importante – pergunta: as famílias monoparentais de chefia feminina são as mais pobres no Brasil do Pós-Real (1995-2014)?

CAPÍTULO 4 – MATERIAL E MÉTODOS

O estudo proposto para esta dissertação é do tipo longitudinal com dados empilhados. Os dados são oriundos dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Cada observação do banco de dados criado corresponde a informações de uma família. As famílias não são necessariamente as mesmas nos diferentes períodos de tempo. O critério de elegibilidade para o estudo foi a existência do arranjo familiar; deste modo, domicílios unipessoais e aqueles em que duas ou mais pessoas sem parentesco residiam em conjunto não foram levados em consideração para o estudo.

Os critérios de exclusão empregados foram cinco: 1) a idade do responsável pela família não era declarada; 2) a escolaridade do responsável não era informada; 3) não era possível determinar o número de pessoas na família; 4) a renda familiar total não tinha sido declarada; 5) a raça/cor do responsável não era identificada. As famílias restantes foram irrestritamente incluídas no banco de dados utilizado nesta dissertação⁶¹. A amostra total foi de 1.736.240 famílias que, expandidas, correspondem a um total de 842.747.177 arranjos.

4.1 FONTES DE DADOS

Foram utilizados os microdados da PNAD de 1995 a 2014⁶². A PNAD é uma pesquisa domiciliar realizada todos os anos pelo IBGE, coletando informações sobre características socioeconômicas e demográficas da população brasileira a partir de dois questionários. O primeiro, permanente, avalia as características gerais da população, como família, escolaridade, condições de trabalho, trabalho infantil, fecundidade e migração, rendimentos auferidos e condições de habitação. Já o segundo, com periodicidade variável, é um questionário suplementar que investiga assuntos de interesse específico, atendendo demandas de órgãos governamentais, ministérios e da comunidade científica.

Os levantamentos passam a ser anuais nos anos 1970, com realização no último trimestre do ano (geralmente, em Setembro), deixando de ir a campo quando da realização do Censo (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Em termos geográficos, a PNAD passou a incorporar e a representar, gradativamente, todas as regiões do país; de 2003 para 2004, passa a ter

⁶¹ Agradeço à Pesq.^a Dr.^a Gláucia dos Santos Marcondes pelo auxílio na elaboração da rotina para identificação e caracterização dos arranjos familiares na PNAD.

⁶² Esta pesquisa usa os microdados disponibilizados pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM-FFLCH/USP), de maneira pública e gratuita, sendo necessário apenas um simples cadastro para obtê-los. Os microdados podem ser coletados a partir do *link*: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/1146> (acesso em: 15/11/2015). Até a conclusão desta dissertação, os microdados para 2014 não estavam disponíveis no CEM, sendo obtidos em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados/2014/ (acesso em: 15/11/2015).

representatividade nacional ao incluir as áreas rurais da Região Norte. Apesar da abrangência nacional, ao contrário do Censo, a PNAD não entrevista toda a população, sendo realizada a partir de um levantamento amostral estratificado.

A PNAD se estabelece com o propósito de atender ao planejamento econômico, acompanhando de perto a dinâmica socioeconômica e demográfica do país. O Censo, embora completo e geograficamente representativo até mesmo para pequenas áreas (menores que os municípios), tem o problema de ser realizado decenalmente. Assim, a PNAD surge como uma pesquisa para suprir o período intercensitário, se configurando como uma pesquisa que pudesse fornecer informações demográficas, sociais e econômicas regulares.

Em termos de vantagens e desvantagens em relação ao Censo, as principais vantagens são: a possibilidade de suprir a falta de informações sobre a população no período intercensitário; e estudar variáveis que são importantes em períodos curtos e voláteis (como o mercado de trabalho). Por sua vez, as desvantagens da PNAD são a não-representatividade geográfica de pequenas áreas e o fato dos erros amostrais serem maiores em relação ao Censo.

4.2 VARIÁVEIS SELECIONADAS

Para execução do modelo de regressão logística, é preciso delimitar as variáveis independentes (e suas eventuais categorias) e a variável dependente. Em primeiro lugar, disserta-se a respeito da variável dependente, sua origem e utilidade. Em seguida, apresentam-se os regressores escolhidos e sua associação às questões já discutidas.

4.2.1 Variável dependente

Quanto à variável dependente, optou-se por um índice multidimensional de pobreza, para captar as dimensões monetária e material⁶³. Para a América Latina, Santos *et al.* (2015) propuseram um índice deste tipo, adaptado aos dados das pesquisas domiciliares do continente, considerando: as *capabilities* e a visão dos pobres sobre a pobreza; e os avanços, na agregação, de medidas multidimensionais (ALKIRE; FOSTER, 2011). A respeito:

⁶³ No Capítulo 1, a discussão sobre a evolução da pobreza no Brasil foi feita em termos unidimensionais por serem aqueles que cobrem, de maneira completa e satisfatória, um período tão longo de tempo. A escolha de se usar, para o tratamento dos dados e a interpretação dos resultados, uma medida multidimensional é uma tentativa de: 1) construir uma série temporal de médio prazo sobre pobreza multidimensional no Brasil; 2) realçar a relevância e a importância de se compreender tal fenômeno como multifacetado e complexo; e 3) fornecer informações mais consistentes sobre a dinâmica da pobreza no país em sua vertente multidimensional. Uma das críticas postas no início do Capítulo 1 diz respeito à fragmentação dos estudos na área, os quais sim apresentam indicadores multidimensionais, mas que se limitam a estudos de casos com diferentes índices em casa trabalho.

(...) a multidimensionalidade da pobreza tem sido crescentemente reconhecida como fundamental para mensurar a pobreza, por vários motivos. Primeiro, há o reconhecimento que ganharam novos quadros conceituais, como a abordagem dos direitos e das *capabilities*, nas últimas duas décadas (...). Segundo, novas metodologias de mensuração da pobreza multidimensional foram desenvolvidas recentemente para transpor alguns problemas em agregar diversas privações (...). Terceiro, os ODM por si só representam um chamado internacional para um olhar compreensivo às privações de modo a revelar vários aspectos que estão no cerne da pobreza (SANTOS et al., 2015, p. 1, tradução nossa).

As variáveis do IMP-AL de Santos et al. (2015) são 5: 1) moradia; 2) serviços básicos; 3) padrão de vida; 4) educação; e 5) emprego e proteção social. No Quadro 2, apresentam-se os indicadores de cada dimensão e os pesos atribuídos pelos autores.

Os indicadores são binários, assumindo valor 1 no caso de privação e 0 nos casos contrários. As componentes têm peso de 7,4%, exceto “recursos monetários” (com 14,8%) e “proteção social” (3,7%). A explicação de Santos et al. (2015, p. 17-18, tradução nossa) é que a componente “proteção social” tem menor peso por ir “além da tradicional concepção de pobreza na região [América Latina]”, enquanto a componente “recursos monetários” tem maior peso por “ser um indicador sintético, presumivelmente sumarizando várias privações”.

Quadro 2 – Dimensões do IMP-AL, indicadores de privação e pesos atribuídos

Componente	Indicador de privação	Peso
<i>Dimensão 1: moradia</i>		2/9
Materiais da residência	Paredes ou telhado precários	2/27
Pessoas por cômodo	Ter 3 ou mais pessoas por cômodo	2/27
Posse da habitação	Moradia cedida ou emprestada	2/27
<i>Dimensão 2: serviços básicos</i>		2/9
Fonte de água	<ul style="list-style-type: none"> • Água não vem de rede geral de distribuição (urbano) • Água não vem de rede geral ou de poço/nascente (rural) 	2/27
Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> • Sem banheiro, com banheiro compartilhado, ou com banheiro privativo não conectado à rede de esgoto ou à fossa séptica (urbano) • Sem banheiro, com banheiro compartilhado, ou com banheiro privativo com esgoto direto para vala, fossa rudimentar ou fonte de água (rural) 	2/27
Eletricidade	Domicílio sem acesso à eletricidade	2/27
<i>Dimensão 3: padrões de vida</i>		2/9
Recursos monetários	Renda <i>per capita</i> insuficiente para necessidades alimentícias e não-alimentícias	4/27
Bens duráveis	Domicílio sem carro, geladeira ou máquina de lavar roupa	2/27

(continua...)

(continuação)

Dimensão 4: educação		2/9
Frequência escolar	Pelo menos uma criança ou adolescente (de 6 a 17 anos) fora da escola	2/27
Atraso escolar	Pelo menos uma criança ou adolescente (de 6 a 17 anos) com mais de 2 anos de atraso em relação à série que deveria frequentar	2/27
Escolaridade dos adultos	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos uma pessoa entre 20 e 59 anos com menos de 8 anos de estudo • Pelo menos uma pessoa de 60 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo 	2/27
Dimensão 5: emprego e proteção social		1/9
Emprego	Pelo menos uma pessoa entre 15 e 65 anos desempregada, empregada sem remuneração ou considerada inativa na semana de referência	2/27
Proteção social	<ul style="list-style-type: none"> • Ninguém recebendo pensão ou aposentadoria • Ninguém contribuindo para o sistema de previdência social 	1/27

Fonte: Santos et al. (2015, p. 7-8, tradução nossa).

Notas: Pesos transformados em frações para resultarem em um total de 100%. Considerou-se como telhado precário aquele feito de madeira aproveitada, palha ou outro material. Adotou-se como parede precária aquela feita por taipa não revestida, madeira aproveitada, palha ou outro material. Para as áreas rurais, se requer o poço ou a nascente localizados na propriedade. O valor da renda *per capita* utilizado para atribuir privação na componente “recursos monetários” (dimensão 3) é de ½ salário mínimo a preços de 2014. O deflator utilizado foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com base 100 centrada em dezembro/1993; o valor adotado para cada ano se refere ao mês de setembro. No índice proposto por Santos et al. (2015), a componente “bens duráveis”, da dimensão 3, conta também com a presença de automóvel; como esta variável não está presente em todo o espectro temporal adotado, esta foi retirada da lista de bens duráveis.

4.2.2 Variáveis independentes

Como o tipo e o tamanho da família não são suficientes para analisar o problema em questão, inserem-se variáveis adicionais. Estas foram definidas a partir dos estudos de Bilac (2006); Spijker e MacInnes (2013); McLanahan (1985); Montali (2010; 2004) e Wright (1994), para tentar captar as hipóteses de McLanahan (1985) apresentadas na Figura 13. Com tais variáveis, procura-se analisar possíveis relações entre pobreza e famílias monoparentais. As variáveis independentes apresentadas no Quadro 3 e foram divididas em quatro grupos: 1) tipo de família; 2) dimensão socioeconômica; 3) privação econômica; e 4) estresse familiar.

Para o grupo *tipo de família*, são selecionadas: 1) o tipo de composição familiar; 2) o grupo etário do responsável pela família; e 3) tipo de família. Para a *dimensão socioeconômica*, são escolhidas as variáveis: 1) raça/cor; 2) escolaridade do responsável; e 3) a região de residência da família. Para analisar a *privação econômica*, seleciona-se: 1) o setor do domicílio; 2) o setor de atividade do responsável; e 3) a tipologia dos dependentes. Por fim, para avaliar o *estresse familiar*, usa-se: 1) a idade presumida do responsável ao primeiro filho; 2) o tamanho da família; e 3) se tem outros parentes ou não.

Além destas variáveis independentes, dado que se trabalhará um período extenso e heterogêneo, é preciso levar em conta que existem diferenciais implícitos, entre as famílias, com base no momento em que estas são analisadas. A este fenômeno damos o nome de “efeito-período”, o qual será captado levando em conta que a heterogeneidade se dá entre períodos de governo, e não dentro de cada período. Como houve 5 governos de 1995 a 2014,

empregamos quatro variáveis binárias τ_i (com i variando de 1, para o governo FHC I, a 4, para o governo Lula II), que assumem valor 1 quando se está no i -ésimo governo.

Quadro 3 – Grupos, variáveis selecionadas e respectivas categorias

Grupos	Variável e tipo	Categorias da variável
TIPO DE FAMÍLIA	Tipo de família (σ_1 – variável nominal)	<ul style="list-style-type: none"> • Pai com filhos • Casal sem filhos (responsável homem) • Casal com filhos (responsável homem) • Mãe com filhos * • Casal sem filhos (responsável mulher) • Casal com filhos (responsável mulher)
	Grupo etário do responsável (σ_2 – variável ordinal)	<ul style="list-style-type: none"> • 15-29 anos (jovem) • 30-49 anos (adulto) • 50-64 anos (pré-idoso) • 65 anos ou + (idoso) *
	Condição de convivência (σ_3 – variável nominal)	<ul style="list-style-type: none"> • Única * • Convivente principal • Convivente segunda ou mais
DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	Raça/cor do responsável (ρ_1 – variável nominal)	<ul style="list-style-type: none"> • Branco * • Preto • Pardo • Amarelo • Indígena
	Anos de estudo do responsável (ρ_2 – variável ordinal)	<ul style="list-style-type: none"> • 0 anos • De 1 a 7 anos • De 8 a 10 anos • De 11 a 14 anos • 15 anos ou mais *
	Região de residência (ρ_3 – variável nominal)	<ul style="list-style-type: none"> • Norte • Nordeste • Sudeste * • Sul • Centro-Oeste
PRIVAÇÃO ECONÔMICA	Setor do domicílio (δ_1 – variável nominal)	<ul style="list-style-type: none"> • Urbano * • Rural
	Setor de atividade (δ_2 – variável nominal)	<ul style="list-style-type: none"> • Não trabalha ou atividades mal definidas • Primário (agricultura) • Secundário (indústria) • Terciário (serviços) *
	Tipologia dos dependentes (δ_3 – variável nominal)	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhum grupo dominante * • Maioria de crianças (0-14) • Maioria de jovens (15-17) • Maioria de idosos (60+)

(continua...)

(continuação)

ESTRESSE FAMILIAR	Idade presumida ao primeiro filho (φ_1 – variável ordinal)	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem filhos * • 10-19 anos (precoce) • 20-29 anos (jovem) • 30-49 anos (tardio) • 50 anos ou mais (muito tardio)
	Tamanho da família (φ_2 – variável ordinal)	<ul style="list-style-type: none"> • Pequena (2 a 3 pessoas) • Média (4 a 5 pessoas) • Grande (6 pessoas ou mais) *
	Composição da família (φ_3 – variável nominal)	<ul style="list-style-type: none"> • Tem outros parentes (família estendida) * • Não tem outros parentes (família nuclear)

Fonte: Elaboração do autor.

Notas: Com um asterisco estão indicadas as categorias utilizadas como referência no modelo de regressão. A variável “idade presumida ao primeiro filho” calcula a diferença de idade entre a pessoa responsável pela família e o filho mais velho que ainda reside no domicílio e pertença àquela família. Eventuais filhos mais velhos que não residam com o responsável não são computados. A categoria “não tem filho” indica tanto os casos em que não há filhos por nunca terem nascido, como aqueles nos quais os filhos não corresidem mais. Ademais, admitiu-se como *proxy* que todas as pessoas na qualidade de “filho” (código 3 da variável V0402) são atribuíveis ao responsável pela família.

4.3 METODOLOGIA QUANTITATIVA

Após definir as variáveis dependente e independentes, apresenta-se a análise estatística empregada na dissertação. Primeiramente, é mostrada a forma pela qual é calculado o nível de privação de cada família e como se obtêm as categorias da variável dependente. Em seguida, a partir das variáveis independentes apresentadas na seção 4.2 e da categorização do nível de privações, apresenta-se o modelo de regressão logística ordinal. Por fim, mostra-se como é calculado o IMP-AL a partir dos níveis de privação anteriormente derivados.

No capítulo 5, a evolução dos níveis de privação (apresentados e calculados na seção 4.3.1) é amplamente analisada, tanto em termos gerais, como por meio da comparação a partir de algumas das variáveis independentes do Quadro 3. Além da análise descritiva *stricto sensu* do nível de privação contínuo e de sua categorização, se desenha um perfil da evolução na participação das 5 dimensões do nível de privação apresentadas no Quadro 2.

Esta análise, assim como a realizada para o nível de privação em si, é feita tanto em termos médios como usando algumas variáveis do Quadro 3. Ademais, realiza-se uma análise de correlação para verificar se há ortogonalidade entre as dimensões. Finalmente, antes de analisar o modelo de regressão logística, é mostrada a evolução do índice de pobreza multidimensional, assim como da incidência e da intensidade, para cada tipo de família. Complementarmente, se analisa a evolução do índice para famílias monoparentais de chefia feminina, a partir de algumas das variáveis apresentadas no Quadro 3.

4.3.1 Categorização do nível de privações

Conforme definem Santos et al. (2015, p. 5) – realizando algumas adaptações –, a formulação do IMP-AL é definida a partir do equacionamento a seguir. Para cada unidade $i = 1, \dots, n$ há uma componente de privação $j = 1, \dots, d$, sendo que o valor x_{ij} é comparado ao chamado “*deprivation cutoff*” z_j . Deste modo, o índice de privação g_{ij}^0 é definido como:

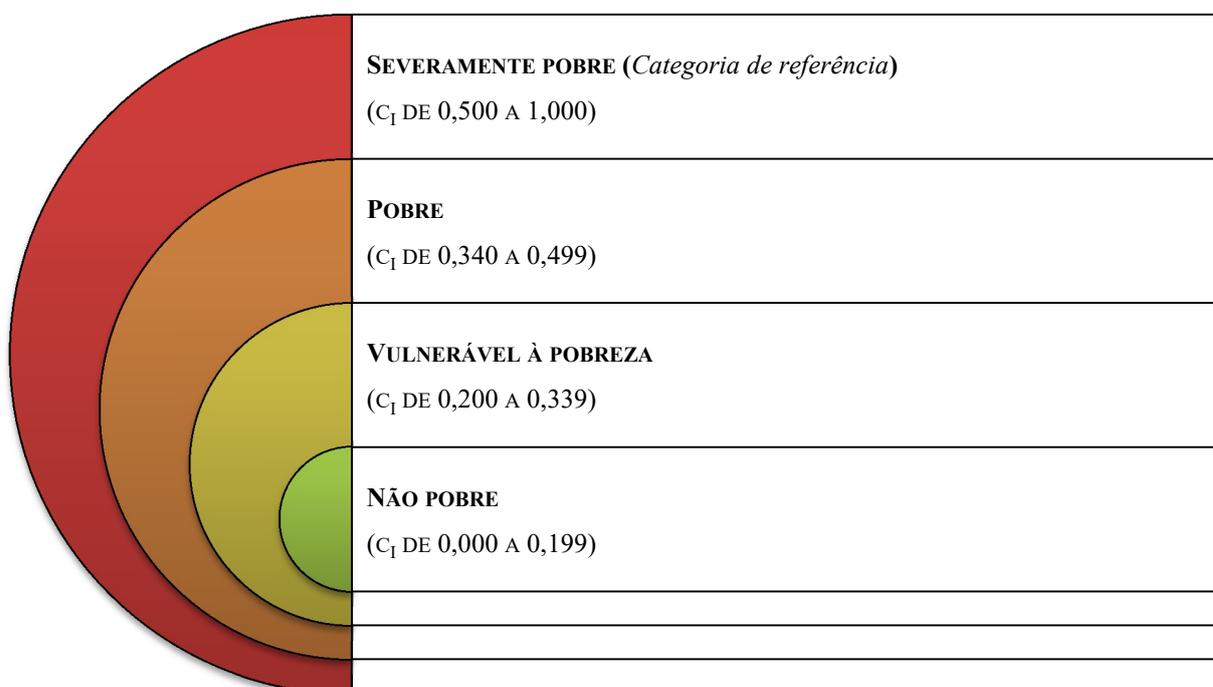
$$\begin{cases} g_{ij}^0 = 1, & x_{ij} = z_j \\ g_{ij}^0 = 0, & x_{ij} > z_j \end{cases}, \quad x_{ij} \in \mathbb{R}_+ \quad (1)$$

Para cada índice de privação é atribuído um peso ω , informado no Quadro 2, a partir do qual se obtém a soma ponderada c das privações, para cada unidade i .

$$c_i = \sum_{j=1}^d \omega_j g_{ij}^0, \quad \sum_j \omega_j = 1 \quad (2)$$

Segundo a proposta original do IMP (atualizada para 2014) de Alkire, Conconi e Seth (2014), o nível de privação c_i é categorizado em 4 grupos: não pobre; vulnerável à pobreza; pobre; e severamente pobre. Os limiares (*cutoffs*) utilizados pelos autores são apresentados na Figura 16.

Figura 16 – Categorização da soma ponderada de privações



Fonte: Elaboração do autor a partir de Alkire, Conconi e Seth (2014).

Como Santos et al. (2015) não apresentam *cutoffs* específicos⁶⁴, adotaremos os limiares originais de Alkire; Conconi e Seth (2014) para categorizar a variável dependente do modelo de regressão logística ordinal.

4.3.2 Regressão logística ordinal

Como se pretende avaliar a chance de uma família ser ou não pertencente a uma determinada classe de pobreza multidimensional, a modelagem utilizada foi a regressão logística ordinal⁶⁵. A popularidade da regressão logística em geral, segundo Kleinbaum e Klein (2010, p. 6) é o fato de sua função retornar uma probabilidade, a qual é – por definição – entre 0 e 1, o que a diferencia de outros modelos (lineares ou não).

Conforme Hosmer, Lemeshow e Sturdivant (2013, p. 36), em sua formulação mais simples, a regressão logística múltipla é descrita como segue, onde $g(\mathbf{x})$ é conhecido como *logit*, $\pi(\mathbf{x})$ é a média condicional de Y dado o vetor \mathbf{x} , β_0 é o intercepto, β_i são coeficientes angulares e D são as variáveis binárias criadas para contemplar variáveis nominais (sendo que cada variável binária D_j tem k_j categorias).

$$g(\mathbf{x}) = \ln\left(\frac{\pi(\mathbf{x})}{1 - \pi(\mathbf{x})}\right) = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \sum_{l=1}^{k_j-1} \beta_{jl} D_{jl} + \beta_p x_p \quad (3)$$

A estimação dos parâmetros, nestes modelos, é realizada pelo método da máxima verossimilhança. Como explicam Hosmer, Lemeshow e Sturdivant (2013, p. 8), o método é preferido ao de mínimos quadrados, por este último quebrar as propriedades do teorema de Gauss-Markov⁶⁶ em casos nos quais a variável dependente é dicotômica (ou, como se verá para as regressões logísticas ordinais, politômica).

O modelo de regressão logística permite variáveis independentes de todo tipo: contínuas, discretas, ordinais e nominais. No caso de alguma variável independente ser

⁶⁴ O trabalho de Santos et al. (2015, p. 18) procura identificar os multidimensionalmente pobres, usando um *poverty cutoff* preferencial de 25%. Como os autores descrevem na metodologia, o objetivo é analisar os pobres na América Latina, para tal: “as privações dos que não são identificados como pobres são ignoradas; tecnicamente, eles são censurados” (SANTOS et al., 2015, p. 5, tradução nossa). É preciso ressaltar que, em econometria, a censura é uma restrição aos dados. Gujarati e Porter (2009:574, tradução nossa) definem que a amostra censurada se dá quando “a informação sobre a variável dependente é disponível apenas para algumas observações”, enquanto a amostra truncada é aquela em que “a informação sobre o regressor só é disponível se a variável dependente é observada” (GUJARATI; PORTER, 2009, p. 574, nota 36, tradução nossa).

⁶⁵ Para discutirmos a modelagem, seguiremos Hosmer, Lemeshow e Sturdivant (2013), Kleinbaum e Klein (2010) e O’Connell (2006).

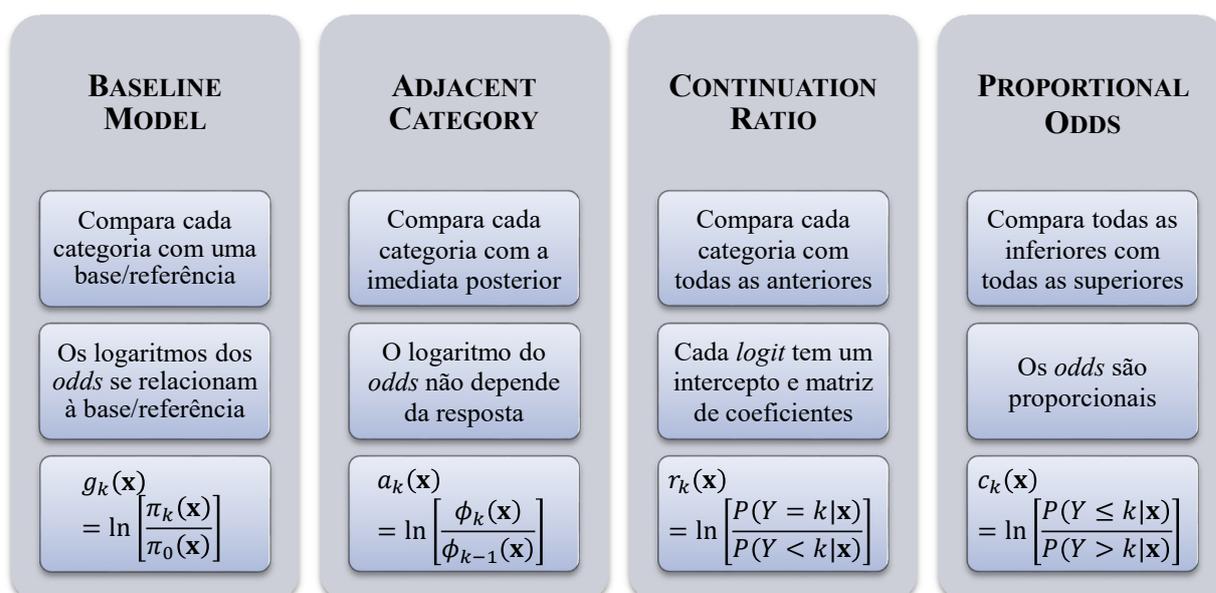
⁶⁶ As principais propriedades do teorema, quebradas quando da aplicação do método de mínimos quadrados no caso de variáveis dependentes dicotômicas ou politômicas, são: ausência de normalidade nos erros (o que causa problemas sérios de inferência); heterocedasticidade (pela qual os estimadores deixam de ser os mais eficientes); e ausência de relação linear entre regressores e variável dependente (o que caracteriza o viés de especificação).

nominal, Hosmer, Lemeshow e Sturdivant (2013, p. 36) alertam que o recomendado é inserir um total de $k - 1$ variáveis *dummy* que representam as k categorias da variável em questão, já que o valor numérico de cada categoria da variável nominal é desprovido de significado. A estas variáveis os autores dão o nome de “*design variables*”, e, geralmente, são representadas por D_{jl} , sendo l cada uma das $k_j - 1$ categorias da variável nominal original j .

Quando a variável dependente, embora categórica, assume mais de dois valores e estes guardam entre si uma relação (implícita ou não) de hierarquia, o modelo adequado é o de regressão logística ordinal. No caso desta dissertação, a variável dependente é o valor categorizado de c_i (conforme foi exposto na Figura 16), de modo que o modelo apontado é o adequado e preferido em relação aos modelos logísticos multinomiais; Hosmer, Lemeshow e Sturdivant (2013, p. 289, tradução nossa) ressaltam que escolher uma regressão logística multinomial não considera “a natureza ordinal da variável dependente e, conseqüentemente, os *odds ratios* estimados podem não solucionar as questões propostas pela análise”.

Tendo em mente que a regressão logística ordinal é o modelo adequado para este tipo de variável dependente, é preciso escolher o método pelo qual o modelo será estimado. Hosmer, Lemeshow e Sturdivant (2013, p. 290-292) apresentam os quatro principais modelos para se trabalhar com variável dependente ordinal: *baseline model*; *adjacent category*; *continuation ratio*; e *proportional odds*. Estes modelos são apresentados na Figura 17.

Figura 17 – Principais estratégias para executar uma regressão ordinal



Fonte: Hosmer; Lemeshow e Sturdivant (2013, p. 290-292, tradução nossa).

O’Connell (2006) descreve extensamente todos os modelos acima – exceto o primeiro, descrito por Hosmer; Lemeshow e Sturdivant (2013) –, o que nos permite escolher a melhor estratégia para lidar com a variável dependente. O problema inicial é o fato de os modelos ordinais, diferentemente dos binários, terem uma noção diferente (pensável de inúmeras formas) de “sucesso”, o que dificulta as formas pelas quais se pratica a modelagem (O’CONNELL, 2006, p. 40). Uma forma de tornar mais simples as regressões ordinais é o pressuposto de *odds* paralelos; ou seja, para todas as categorias da variável dependente, o efeito (*odds ratio*) de uma variável independente é constante (O’CONNELL, 2006, p. 41).

Segundo O’Connell (2006, p. 47-48), aplicar uma regressão ordinal pelo método *cumulative odds* precisa da comprovação de um pressuposto muito forte: as *odds ratios* devem ser proporcionais. Muitas vezes, este pressuposto é irrealista, o que leva à inutilidade desta estratégia. Supor *odds* proporcionais implica afirmar que as variações entre categoriais da variável dependente são constantes. Pressupor esta proporcionalidade para os dados desta pesquisa é, intuitivamente, muito forte; um motivo simples é o fato de as categorias de c_i (apresentadas na Figura 16) não serem equiparáveis, por terem tamanhos diferentes. Isto, implicitamente, nos dá indícios de que há heterogeneidade, tanto entre os grupos, quanto dentro de cada um destes.

As duas outras alternativas (*continuation ratio* e *adjacent category*) também têm pressupostos relevantes. O modelo *continuation ratio*, como salienta O’Connell (2006, p. 55) tem por base dois elementos: 1) a probabilidade condicional, o que faz este modelo ser similar ao de riscos proporcionais de Cox (1972); e 2) a transformação da variável dependente em dicotômica, dividindo as observações entre quem alcançou ou não certos níveis⁶⁷.

Já o modelo *adjacent category* parte do pressuposto sobre o qual se lança o modelo de regressão logística multinomial: a comparação de uma categoria com uma base. No caso das regressões ordinais que seguem este modelo, a base é móvel (ou seja, o modelo sofre restrição), sendo sempre a categoria imediatamente precedente (O’CONNELL, 2006, p. 76). Para escolher dentre estas duas alternativas, Allison (2012) apresenta uma justificativa razoável para a escolha do modelo, aplicável para o caso desta dissertação:

(...) [o modelo *continuation ratio*] é mais apropriado quando as categorias ordenadas representam uma progressão através de estágios, de modo que os indivíduos precisam passar por cada nível inferior antes de alcançar os níveis superiores. Nestas situações, o modelo *continuation ratio* é mais atraente do que os outros dois [*adjacent category* e *proportional odds*] (ALLISON, 2012, p. 180, tradução nossa).

⁶⁷ Este processo, conforme O’Connell (2006, p. 55) citando Fox (1997, p. 342), é de análise de “*nested dichotomies*”, que, em uma tradução livre, indica “dicotomias aninhadas”.

O modelo *continuation ratio*⁶⁸, salienta Allison (2012, p. 188), é semelhante aos modelos de tempo discreto para análise de sobrevivência, nos quais a progressão se dá pelos anos que se passam até o evento se realizar. A escolha de não usar este modelo se justifica pelo fato de a hipótese de progressão, gradual e linear, de “severamente pobre” para “não pobre” ser forte demais. Em outras palavras, a migração de uma categoria inferior para a imediatamente acima, embora possa parecer o caso comum, é um pressuposto forte demais e para o qual não temos evidências empíricas.

Por este motivo, opta-se, nesta dissertação, por utilizar a estratégia *baseline*, entendida como mais apropriada para a execução do modelo. Nestes modelos, semelhantes aos do tipo *adjacent category*, a comparação é feita entre duas categorias possíveis; a diferença é que, no caso do *baseline*, a referência é fixa, enquanto no *adjacent* esta é móvel. Com isto, o *baseline* permite a estimação de uma matriz de coeficientes única para cada comparação, enquanto o *adjacent* monta uma matriz generalizada. A notação genérica da regressão ordinal pelo modelo *baseline logit* é expressa abaixo, seguindo a modelagem de Hosmer; Lemeshow e Sturdivant (2013, p. 290).

$$g_k(\mathbf{x}) = \ln \left[\frac{\Pr(Y = k|\mathbf{x})}{\Pr(Y = 0|\mathbf{x})} \right] = \ln \left[\frac{\pi_k(\mathbf{x})}{\pi_0(\mathbf{x})} \right] = \beta_{k0} + \mathbf{x}'\boldsymbol{\beta}_k, \quad k = 1, 2, \dots, K \quad (4)$$

Nesta notação, k é a categoria da variável dependente Y (sendo que há, ao todo, K categorias e que $Y = 0$ indica a *baseline*), \mathbf{x}' representa a matriz transposta de variáveis independentes, $\boldsymbol{\beta}$ é a matriz de coeficientes angulares (única para cada uma das k categorias), β_{k0} é o intercepto e $\pi_k(\mathbf{x})$ é uma notação genérica para a probabilidade condicional de Y ser igual a k , dadas as restrições impostas pela matriz \mathbf{x} de variáveis independentes.

O modelo proposto nesta dissertação conta com 16 variáveis independentes, como mostrado no Quadro 3. Estas variáveis são distribuídas da seguinte forma: quatro ordinais (σ_2 , ρ_2 , φ_1 , φ_2) e doze nominais (σ_1 , σ_3 , ρ_1 , ρ_3 , δ_1 , δ_2 , δ_3 , φ_3 , τ_1 , τ_2 , τ_3 , τ_4), sendo que, destas, as variáveis para captar o efeito-período (τ_i) e outras duas (δ_1 e φ_3) são binárias.

Como foi colocado que há um conjunto de variáveis τ para captar o efeito-período, entende-se que os bancos de dados da PNAD estão sendo empilhados. A PNAD é uma amostra obtida por meio de estratificação, indo a campo a cada ano; como pontua Wooldridge (2012, p. 448), amostras aleatórias obtidas periodicamente guardam independência entre si, permitindo que sejam empilhadas. Entretanto, é preciso lembrar, como faz Wooldridge (2002, p. 128-129), que as observações são independentes, não identicamente

⁶⁸ Este modelo foi proposto por Fienberg (1980).

distribuídas (INID); isto significa que as observações não se repetem no tempo, necessariamente – o que diferencia a técnica de dados empilhados dos dados em painel.

Modelos empilhados podem ser de três tipos: 1) com todos os coeficientes constantes, quando há o pressuposto de manutenção das relações de causa e efeito ao longo do tempo; 2) com intercepto variável, quando se supõe que as relações se mantêm, mas muda o nível inicial (intercepto); e 3) com alguns (ou todos os) coeficientes angulares e o intercepto são variáveis. Como não há evidências de que as relações das variáveis dependentes mudaram estruturalmente ao longo dos últimos 20 anos, mas também se sabe que o tempo exerce um papel relevante na análise, será adotado o segundo tipo de modelo empilhado, de modo que o valor do coeficiente τ_i será adicionado ao intercepto variável e aos coeficientes fixos.

O nível de confiança adotado é de 95% para todos os testes de hipótese que serão realizados. A interpretação dos modelos é feita com base nas razões de chances (*odds ratios*) e suas respectivas significâncias estatísticas, computados para cada variável. Os *odds ratios* Θ , para o valor k da variável-resposta e o valor i de uma das variáveis independentes, são assim construídos – adaptando de Hosmer; Lemeshow e Sturdivant (2013, p. 273) –, para o caso de regressões ordinais pelo modelo *baseline logit*. Entende-se que X representa uma das variáveis independentes do modelo, a qual pode assumir $i = 1, \dots, N$ possíveis respostas, as quais não necessariamente são ordenadas:

$$\Theta_{X_i,k} = \frac{\Pr(Y = k|X = i) \times \Pr(Y = 0|X = 0)}{\Pr(Y = 0|X = i) \times \Pr(Y = k|X = 0)}, \quad \begin{cases} k = 1, 2, \dots, K \\ i = 1, 2, \dots, N \end{cases} \quad (5)$$

A interpretação do valor $\Theta_{X_i,k}$ é: o fato de uma observação ter valor $X = i$ ao invés de $X = 0$ faz com que suas chances de $Y = k$ sejam $\Theta_{X_i,k}$ vezes – ou, alternativamente, $(\Theta_{X_i,k} - 1) \times 100\%$ – as chances de ser $Y = 0$. Por exemplo, para a variável independente “idade do responsável ao ter filho” (X , no caso) igual a 3 (categoria “50+ anos”) e o valor de $Y = 3$ (categoria “família severamente pobre”), dizemos que, se $\Theta_{X_i,k} = 0,85$, o fato de ter tido filho após os 50 anos reduziu as chances de a família ser considerada extremamente pobre (ao invés de não-pobre) em 15% – $(0,85-1,00) \times 100\%$ –, em relação ao caso de ter tido o primeiro filho entre 10 e 19 anos.

A estratégia de modelagem adotada levou em consideração o fato de a amostra ser grande e todas as variáveis escolhidas terem respaldo na literatura. Com isto, optou-se por não usar nenhum critério de entrada ou permanência de variáveis no modelo: deste modo, todas as variáveis indicadas no Quadro 3 foram inseridas simultaneamente no modelo de regressão. A

ponderação das observações foi feita criando um peso amostral que levasse em conta o peso pré-existente (V4729 da PNAD) e o fato de estar sendo empilhados 18 anos de dados (de 1995 a 2014, excetuando os períodos censitários de 2000 e 2010). Um exemplo de cálculo do peso é dividir a variável original de ponderação pelo número de anos utilizados⁶⁹.

Por fim, dado que foi realizado empilhamento, os desenhos amostrais anuais perdem sua validade no agregado; por isto, optou-se por não inserir o plano amostral. Portanto, as estimativas obtidas são válidas apenas isoladamente, dado que seus erros-padrão (e, conseqüentemente, seus intervalos de confiança) são enviesados e subestimados. Ainda que a amostra seja suficientemente grande tanto para garantir a significância das estimativas pontuais como para ter um intervalo de confiança relevante, este intervalo é enviesado e, por isto, não pode ser adotado.

4.3.3 Cálculo do IMP-AL

De forma complementar ao modelo de regressão logística ordinal, podem-se tecer comparações adicionais, por meio dos resultados do IMP-AL para os diversos tipos de família. Para isto, é preciso avançar na metodologia empregada por Santos et al. (2015, p. 5), a partir dos valores de c_i . Como os autores apontam que as privações dos não-pobres não são analisadas, é preciso definir um “*poverty cutoff*” k ; no caso da América Latina, Santos et al. (2015, p. 18) definem-no em 25%.

$$c_i(k) = \begin{cases} c_i, & c_i \geq 0,25 \\ 0, & c_i < 0,25 \end{cases} \quad (6)$$

A partir disto, obtém-se o IMP a partir da mesma estrutura do chamado *adjusted headcount ratio* M_0 . Esta é uma das medidas de pobreza multidimensional que segue a metodologia Alkire-Foster (ALKIRE e FOSTER, 2011), como explicitam Santos et al. (2015).

$$IMP-AL = M_0 = H \times A = \frac{q}{n} \times \left[\frac{1}{q} \sum_{i=1}^n c_i(k) \right] = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^d \omega_j g_{ij}^0(k) \quad (7)$$

Como elucidam Santos et al. (2015, p. 5), o IMP é composto por dois sub-índices: a incidência H , que é a proporção de multidimensionalmente pobres em relação ao total; e a intensidade A , a privação média da população pobre. Para cada ano, região e tipo de família, é possível obter o IMP-AL e seus sub-índices, o que permite avaliar a evolução da pobreza

⁶⁹ Esta estratégia é aplicada em pesquisas como a *Integrated Health Interview Survey* (IHIS). O resultado diz respeito a uma amostra (no caso, o total de famílias), cujo tamanho corresponde ao meio do período analisado. Para mais informações, consultar: https://www.ihis.us/ihis/userNotes_weights.shtml (acesso em: 09/12/2015).

multidimensional. Dada a facilidade de calcular o índice, é possível realizar: uma análise geral do IMP-AL, para averiguar se as famílias monoparentais de chefia feminina têm maiores índices de pobreza em relação às outras; e uma análise por característica, para verificar se, dentre as famílias monoparentais, há um perfil específico de famílias pobres.

4.3.4 Softwares utilizados

Para realizar as análises estatísticas e a criar os índices de pobreza, foi utilizado o pacote estatístico SAS[®], em sua versão 9.3. O processo de modelagem foi feito com auxílio dos trabalhos de Allison (2012) e de Stokes; Davis e Koch (2012), os quais descrevem como realizar regressões logísticas por meio do SAS[®]. Os algoritmos para determinação das variáveis de família foram escritos utilizando o pacote estatístico SPSS[®], em sua versão 18.0. Também por meio deste *software* foram realizadas as análises de correlação e a obtenção dos resultados para os gráficos das seções 5.1 e 5.2 desta dissertação.

CAPÍTULO 5 – EVOLUÇÃO DA POBREZA FAMILIAR NO BRASIL (1995-2014)

À luz da reconstituição histórica da situação econômica e demográfica do Brasil (Capítulos 1 e 2), e da elaboração teórico-quantitativa apresentada para analisar as inter-relações entre família e pobreza (Capítulos 3 e 4), apresentam-se os resultados e as análises a seguir. Ao cabo deste capítulo, espera-se ter respostas (ou, pelo menos, indícios) para as questões colocadas na seção 3.5. Para tal, este capítulo apresenta e discute, de maneira ostensiva, os resultados obtidos a partir das técnicas apresentadas no Capítulo 4. Este esforço técnico e quantitativo é dividido em cinco seções, com o intuito de cobrir a maior diversidade possível de temas que os próprios resultados permitem enxergar e analisar.

Na primeira seção, é feita uma abordagem descritiva das famílias, a partir do nível de privação c_i , base para o IMP-AL (ver seção 4.2.1 e 4.3.1). O intuito é apresentar um perfil da pobreza multidimensional no país e sua evolução entre 1995 e 2014, a partir de algumas variáveis socioeconômicas e demográficas selecionadas, como raça/cor, presença de famílias conviventes, região de residência e estrato (urbano ou rural). Estes resultados são mostrados para todas as famílias, de modo a permitir comparações entre os diversos arranjos e as famílias monoparentais de chefia feminina (FMCF).

A segunda seção propõe uma análise mais detida em torno do IMP-AL, discutindo os resultados obtidos para suas cinco dimensões e comparando os resultados, ao longo do tempo, para os diversos arranjos familiares estudados, realizando também cortes por algumas características sociodemográficas relevantes. O objetivo, deste modo, é – tendo em mente os resultados apresentados na seção precedente – comparar a média brasileira e os diversos tipos de família com as FMCF, para encontrar diferenciais significativos em termos de componentes e analisar o que faz, ao longo dos anos, uma família ser pobre no Brasil.

De maneira complementar, são mostrados os resultados para o IMP-AL (conforme apresentado na equação 7), a partir do qual também é possível comparar os diversos arranjos familiares e sua evolução no Pós-Real (1995-2014). Os resultados obtidos para este índice são analisados tanto para todas as famílias como para apenas as FMCF: no primeiro caso, o estudo é feito em termos comparativos (ou seja, entre os diversos arranjos); no segundo caso, a discussão é em termos analíticos, avaliando os níveis de pobreza das FMCF com base nas diversas características socioeconômicas e demográficas disponíveis.

A terceira seção traz os resultados do modelo de regressão logística ordinal (ver seção 4.3.2), a partir dos quais se pode analisar a influência das diversas variáveis (descritas na seção 4.2.2) na probabilidade de uma família pertencer a uma das quatro categorias do

nível de privações (Figura 16) no período 1995-2014. Para esta seção, foi implementado um modelo de regressão único, com todas as famílias, de modo a avaliar o impacto causado tanto pela componente “tipo de família”, como por cada uma das variáveis do modelo (Quadro 3), na probabilidade condicional de uma família pertencer a um grupo de privação (Figura 16).

À luz dos resultados apresentados, se encerra com a discussão e a revisão das hipóteses desta pesquisa, objeto das seções 3.3, 3.4 e 3.5. Após a apresentação dos resultados nas três seções precedentes, este tópico procura sumarizar e agrupar os achados, analisando enfim as hipóteses levantadas no Capítulo 3 e que serviram de embasamento para os modelos e a análise quantitativa descritos no Capítulo 4. Ademais, a revisão das hipóteses permitirá mostrar de que modos esta dissertação avançou no debate sobre a feminização da pobreza no Brasil. Este encerramento procura construir relações entre os argumentos apresentados e os resultados obtidos, servindo de ponte para as conclusões desta dissertação.

5.1 EVOLUÇÃO DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BRASIL

A respeito da evolução da pobreza multidimensional no Brasil⁷⁰, a fim de verificar as hipóteses desta dissertação, o primeiro passo é analisar a evolução da distribuição das famílias por arranjo e sua distribuição por nível de pobreza. No que diz respeito à evolução da proporção de famílias por tipo, nota-se que o período 1995-2014 é de forte redução na participação dos arranjos “casal com filhos” nos quais o homem é o responsável. Ademais, percebe-se o aumento substancial na participação das famílias “casal sem filhos” e das FMCF, além do maior crescimento daquelas “casal com filhos” nas quais a mulher é responsável (de 0,5% em 1995 para 11,3% em 2014).

No período Pós-Real, o total de famílias cresceu 2,3% ao ano (variação de 51,3% no período 1995-2014), sendo as contribuições de cada arranjo (e suas respectivas taxas de crescimento) explicitadas abaixo (Tabela 19). Pelos dados a respeito das taxas de crescimento, nota-se que o aumento no número de famílias se deve especificamente à crescente participação, em termos relativos e absolutos, das famílias chefiadas por mulheres, sobretudo aquelas nas quais há a presença de cônjuge. Seu crescimento, expressivamente maior do que o apresentado pelas famílias chefiadas por homens, se reflete em alterações significativas: tanto no que tange a distribuição de famílias por tipo de composição; quanto na redistribuição dos diversos tipos segundo o sexo do responsável.

⁷⁰ No Apêndice A é apresentada a distribuição dos diversos tipos famílias por grupo do IMP-AL, além do valor assumido pelo índice, de 1995 a 2014.

Outro fator a ser levado em conta diz respeito à mudança de nomenclatura na captação das relações familiares e domiciliares. Embora, nas PNAD utilizadas (ou seja, pelo menos desde 1995), o termo utilizado para identificar o responsável seja “pessoa de referência”, o censo demográfico mudou sua nomenclatura na década de 1990: até 1991, usou-se a palavra “chefe”, enquanto, a partir de 2000, o termo “pessoa responsável” passou a ser adotado. Esta mudança, embora pareça singela, altera a forma pela qual se vê a pessoa que é tida como a referência na unidade: junto com a mudança de termo, acontece também a alteração na interpretação que é dada àquele termo⁷¹.

Tabela 19 – Evolução, taxa de crescimento e variação do número de famílias por sexo do responsável e tipo de arranjo, Brasil (1995-2014)

Sexo do responsável	Tipo de família	Número de famílias (milhares)				Crescimento (%)	
		1995	2001	2008	2014	Taxa	Varição
Homem	Monoparental	742,7	1.057,3	1.315,9	1.408,5	3,6	89,7
	Casal s/ filhos	5.234,1	6.755,5	8.862,7	10.595,3	4,0	102,4
	Casal c/ filhos	23.475,3	26.326,8	25.423,9	22.719,5	-0,2	-3,2
Mulher	Monoparental	6.482,8	9.078,4	10.482,7	10.994,8	3,0	69,6
	Casal s/ filhos	70,1	316,2	1.428,4	2.833,1	22,8	3.940,1
	Casal c/ filhos	194,1	911,9	4.154,5	6.209,1	21,2	3.099,8
Total de famílias		36.199,1	44.446,1	51.668,1	54.760,4	2,3	51,3

Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014.

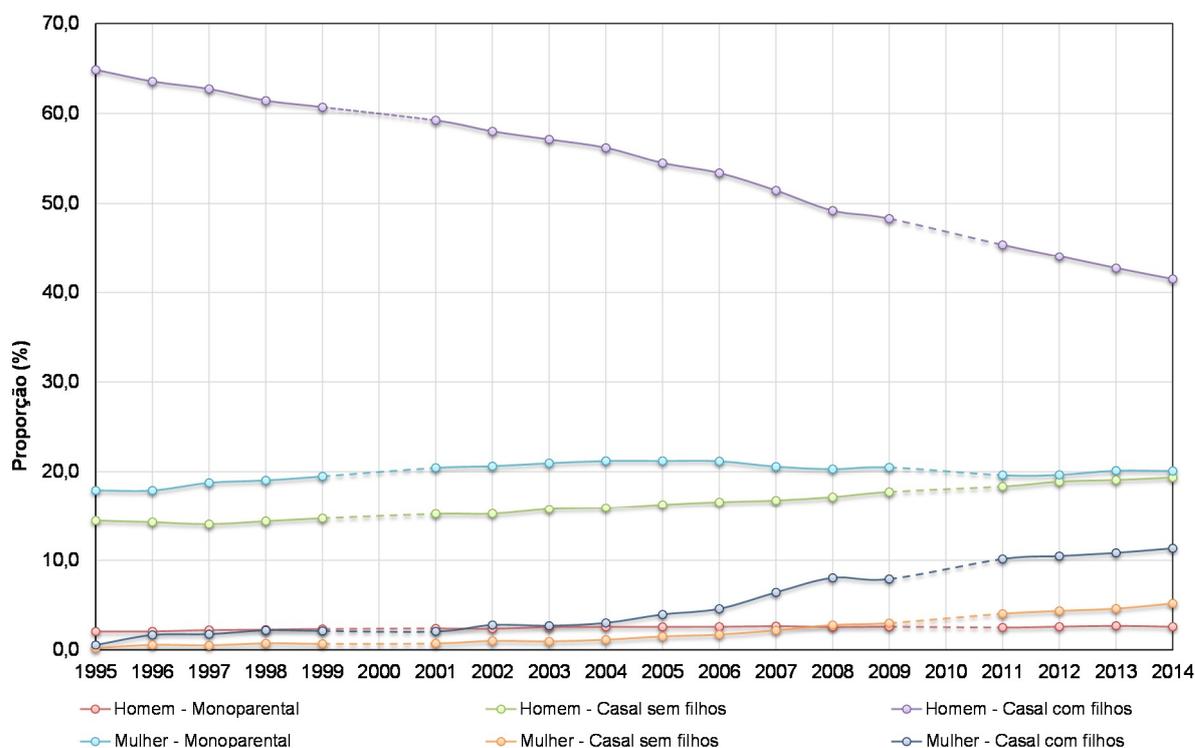
Nota: Taxas de crescimento calculadas pelo método geométrico. Foram excluídos domicílios unipessoais e outros tipos de família que não se enquadram nas categorias acima, como o conjunto de duas ou mais pessoas morando juntas sem parentesco. Para obtenção dos dados, não foi empregada a variável V4723 (tipo de família), presente na PNAD.

Ao observar os dados da tabela, nota-se que algumas tendências (em termos de taxa e variação relativa) ficam mascaradas ao analisar os limites da série temporal. No caso específico das famílias “casal com filhos” com responsável do sexo masculino, percebe-se que, pelo menos até meados da década de 2000, seu número absoluto continuou aumentando, ainda que a participação no total já estivesse caindo. O crescimento das famílias chefiadas por mulheres, no período, é tal que a participação no total dobra, passando de 18,6% em 1995 para 36,6% em 2014. Tais resultados justificam a queda constante e sustentada da participação das famílias “casal com filhos” com responsável homem na população brasileira (Gráfico 11).

⁷¹ A este respeito, ver a nota de rodapé 35 de Oliveira (2003, p. 42-43), na qual a autora faz uma recuperação de como evoluíram, entre os censos de 1950 e 2000, os significados das palavras “chefe”, “cônjuge” e “pessoa responsável” (sendo que esta última só aparece a partir do censo de 2000). Ademais, a autora faz ponderações a respeito das mudanças que ocorreram na sociedade ao longo do período em questão, de modo a mostrar que a evolução do entendimento a respeito das definições de “chefe” e “pessoa responsável” passa, inexoravelmente, por reconfigurações dentro da própria sociedade.

A visualização gráfica permite vislumbrar que não só as FMCF cresceram de forma significativa, como também os arranjos sem filhos nos quais o homem é o responsável.

Gráfico 11 – Distribuição das famílias por tipo de arranjo e sexo, Brasil (1995-2014)



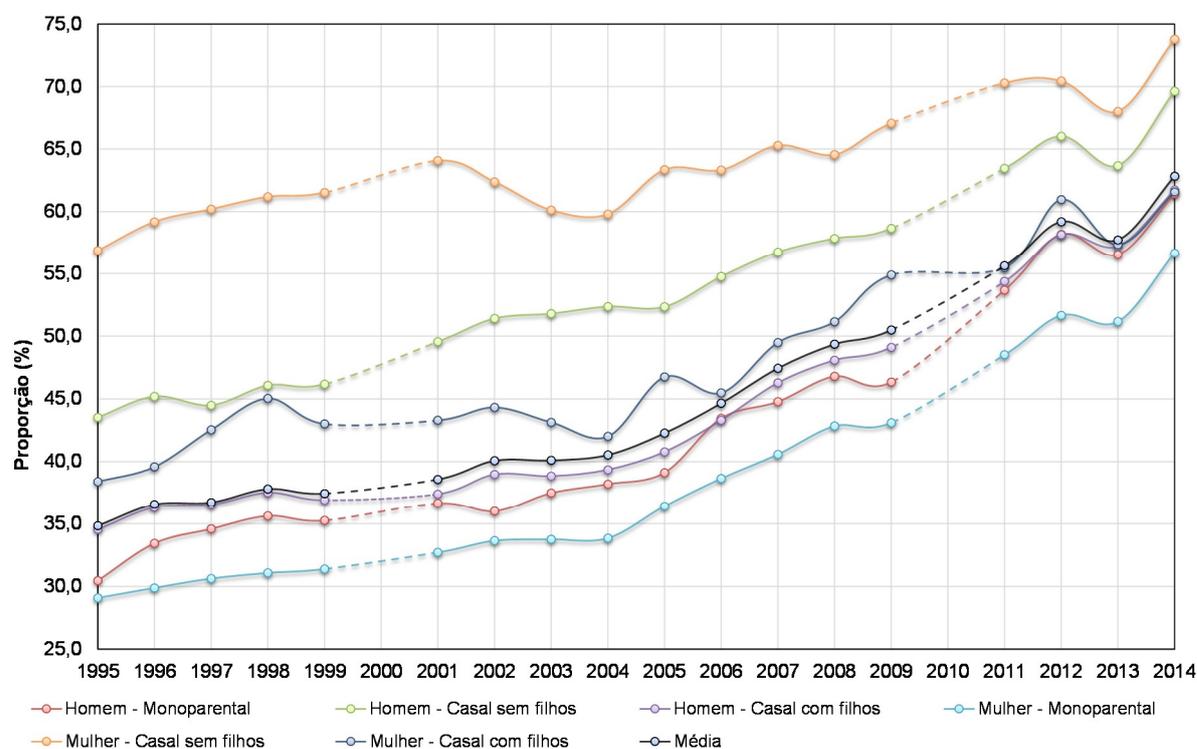
Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014.

Analisando, especificamente, a proporção de famílias não-pobres (em relação ao total de cada arranjo) por tipo de família (Gráfico 12), podem se perceber algumas tendências específicas do período. Em 1995, a distância entre a proporção de famílias “casal sem filhos” com responsável mulher e as famílias monoparentais de chefia feminina (FMCF) era de pouco menos de 30 pontos percentuais. Após 20 anos, era pouco mais de 15 pontos, indicando que a desigualdade se reduziu. Outro ponto relevante diz respeito à proporção de famílias monoparentais não-pobres: nota-se que, ao longo de todo o período, não há diferenças tão expressivas entre as FMCF e as FMCM. Isto mostra que: 1) a ausência do/a cônjuge, combinada com a presença de filhos (muitas vezes pequenos), coloca mais famílias em situação de pobreza; 2) esta condição não é específica de famílias chefiadas por mulheres.

O tipo de família que tem maior proporção de não-pobres é o “casal sem filhos” no qual a mulher é a responsável; este arranjo guarda a maior discrepância em relação a seu par com responsável homem. Outro comparativo diz respeito à proporção de famílias do tipo “casal com filhos” com responsável mulher em relação às famílias “casal sem filhos” com

responsável homem. Nota-se, assim, que as famílias chefiadas por mulheres estão em igual ou até melhor condição em relação às famílias chefiadas por homens.

Gráfico 12 – Proporção de famílias não pobres, por tipo de arranjo e sexo do responsável pela família, Brasil (1995-2014)



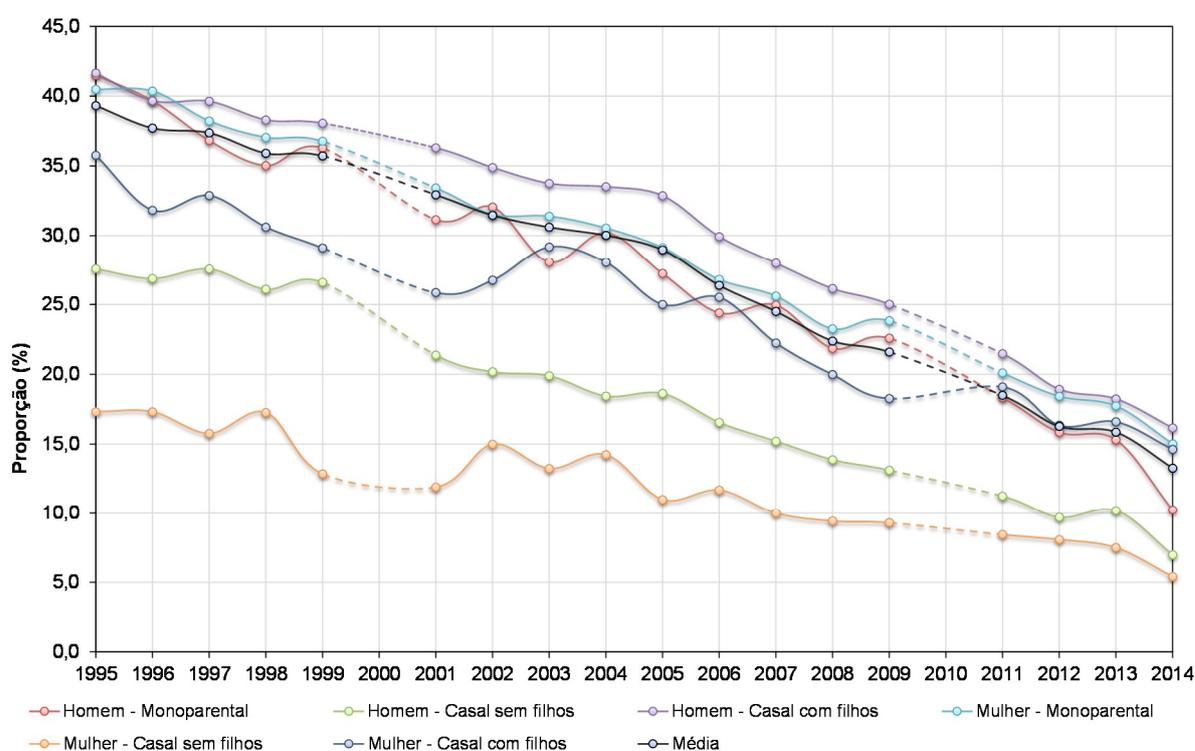
Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014

No que diz respeito à proporção de famílias pobres e extremamente pobres em termos multidimensionais (Gráfico 13), percebe-se que os tipos FMCF, FMCM e “casal com filhos” com responsável homem têm as maiores proporções, estando o último arranjo acima da média nacional. Novamente, as famílias “casal sem filhos” com responsável mulher são as que têm menor proporção de pobres e extremamente pobres, ainda que a oscilação no início da década de 2000 seja notável. Isto, associado à maior redução da proporção de famílias “casal sem filhos” chefiadas por homens, fez com que o hiato entre estas famílias se reduzisse sensivelmente. O pico (para as famílias não-pobres) e o vale (no caso das famílias pobres e extremamente pobres) que aparecem em 2012, com leve inflexão em 2013, são reflexo de uma estagnação na melhora das condições de vida da população, fruto de uma das ondas da crise econômica mundial, engendrada entre 2007 e 2008⁷².

⁷² A situação que será observada para 2015 é ainda incerta; provavelmente, os dados mostrarão nova inflexão (como a ocorrida entre 2012 e 2013), porém fruto de políticas de governo malsucedidas.

Após ter apresentado os resultados dos níveis de privação c_i (ver equação 2, seção 4.3.1) para os diversos tipos de família ao longo do tempo, é analisada, também em termos longitudinais, a evolução deste índice de pobreza multidimensional para as seguintes variáveis: 1) estrato (urbano/rural); 2) região de residência; 3) raça/cor; 4) presença de famílias conviventes; 5) nível de escolaridade; e 6) tamanho da família. Para estas análises, serão estudados os níveis de privação dos principais tipos de família, das FMCF e, também, da média para todas as famílias.

Gráfico 13 – Proporção de famílias pobres e extremamente pobres, por tipo de arranjo e sexo do responsável da família, Brasil (1995-2014)

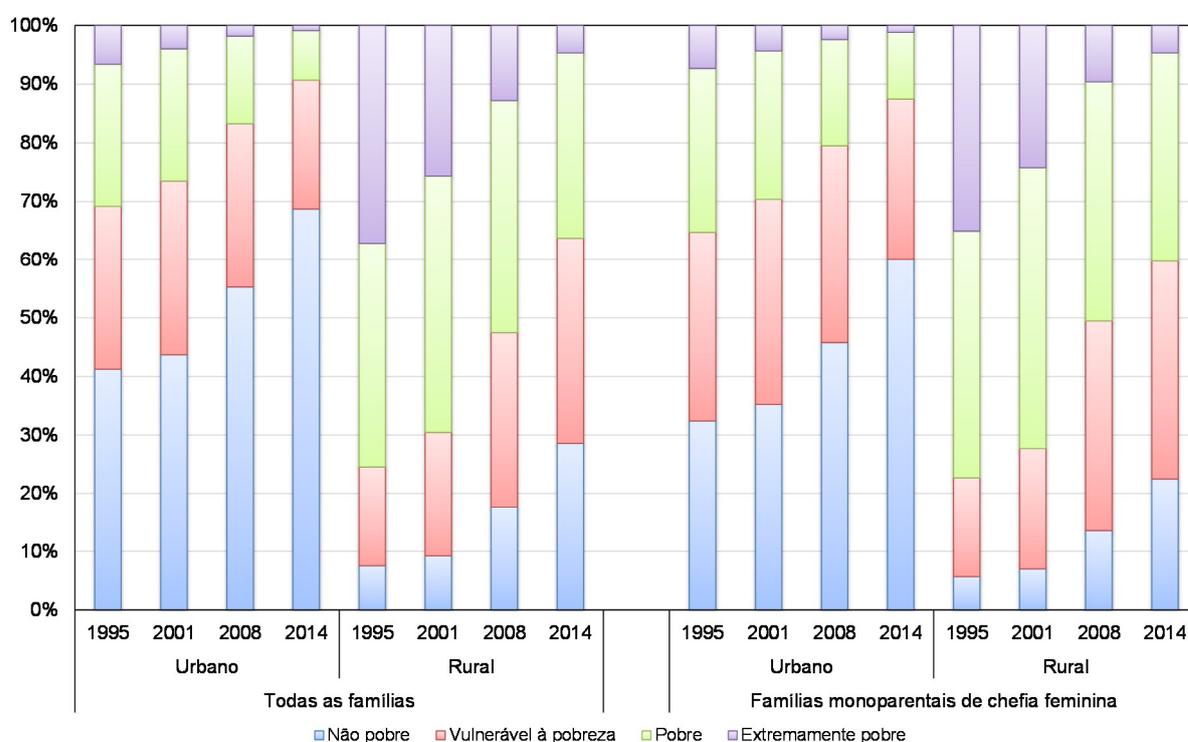


Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014

Iniciando pela comparação a partir dos estratos de residência, contrastam-se, em primeira instância, as FMCF com a média brasileira, para depois confrontar as famílias do tipo “casal com filhos” a partir do sexo da pessoa responsável. Independentemente do tipo de família analisado e do estrato de residência, percebe-se há uma elevação considerável na proporção de arranjos não-pobres ou, no máximo, vulneráveis à pobreza. Na média brasileira (Gráfico 14), em 2014, mais de $\frac{2}{3}$ das famílias urbanas se enquadra na categoria não pobre, situação bastante distinta em relação às áreas rurais, nas quais menos de $\frac{1}{3}$, no mesmo ano, se encontra na mesma situação.

O padrão de evolução da pobreza no Brasil para as FMCF é parecido, em grandes linhas, com o encontrado para a média nacional, ainda que este arranjo familiar em especial tenha resultados, em média, piores. Todavia, os resultados anuais e a tendência não mostram que, embora sejam famílias mais pobres, não há uma situação de feminização da pobreza. Nota-se, outrossim, que as famílias das áreas rurais estão muito mais em situações de pobreza: a proporção de famílias pobres no rural é similar à proporção de famílias vulneráveis à pobreza nas áreas urbanas.

Gráfico 14 – Distribuição das categorias do nível de privação para a média das famílias brasileiras e as FMCF, segundo estrato de residência e ano, Brasil (1995-2014)



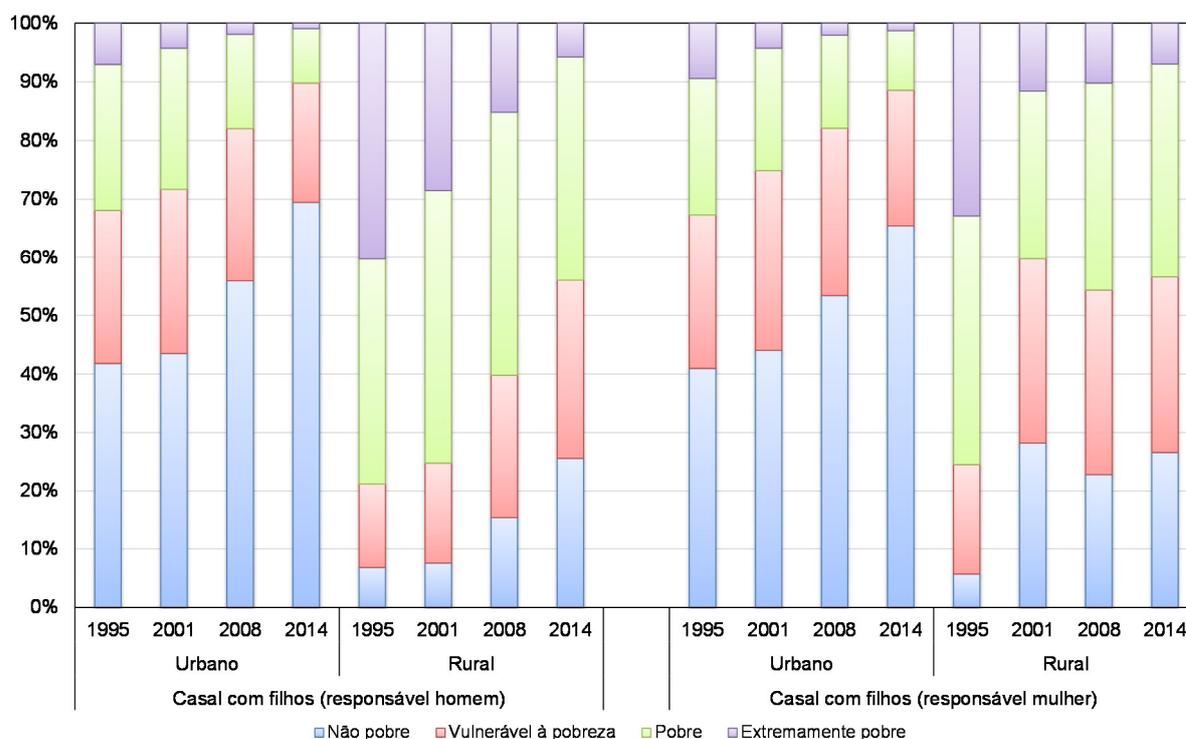
Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014.

Nota: As áreas rurais em 1995 e 2001 excluem aquelas da região Norte.

Analisando, em termos comparativos, as famílias do tipo “casal com filhos” pelo sexo da pessoa responsável (Gráfico 15), é possível vislumbrar, ao contrastar os resultados obtidos para estas famílias no quadro geral (Gráfico 12 e Gráfico 13), que a situação das famílias com filhos chefiadas por mulheres, pelo menos até 2013, é tão boa (e, em alguns casos, até melhor) pois elas: 1) estão em condições sensivelmente melhores nas áreas rurais do país; 2) terem situação semelhante nas áreas urbanas. Percebe-se também, ao combinar os resultados para o Brasil e para os estratos urbanos e rurais (Gráfico 12 e Gráfico 13), que a

situação das famílias “casal com filho” com responsáveis do sexo feminino tem sido melhor historicamente, convergindo, de fato, apenas na década de 2010.

Gráfico 15 – Distribuição das categorias do nível de privação para famílias do tipo casal com filho, segundo sexo do responsável, estrato de residência e ano, Brasil (1995-2014)



Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014.

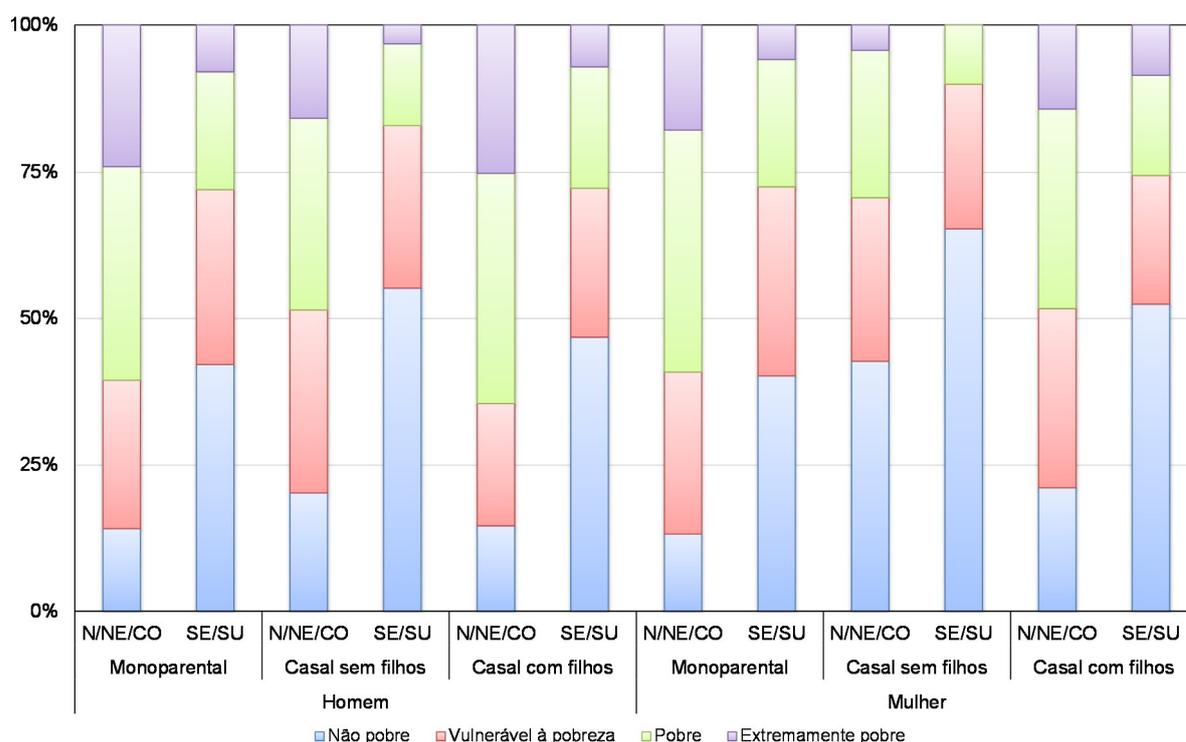
Nota: As áreas rurais em 1995 e 2001 excluem aquelas da região Norte.

Ao comparar as famílias em termos de UF de residência, agregando os estados das regiões Sul e Sudeste e aqueles das outras regiões do Brasil, é possível perceber, para os anos de 1995 e de 2014, as fortes discrepâncias – para qualquer tipo de família – entre o Norte e o Sul do país. Por sua vez, ao se comparar a distribuição do índice de pobreza para as famílias monoparentais em relação àquelas do tipo “casal com filhos”, nota-se que a diferença entre tipos é reduzida (Gráfico 16).

Deve-se ressaltar também que o padrão de distribuição das famílias é similar ao variar o sexo do responsável. Ademais, de maneira geral, as famílias chefiadas por mulheres (independentemente do tipo de composição) têm iguais ou até menores proporções de pobres e extremamente pobres, quando comparadas às dos homens. Isto evidencia que não há indícios, também a partir destes resultados, de feminização da pobreza para qualquer tipo de família e ano estudados. No final do período estudado (2014), nota-se uma sensível melhora nas condições de vida de todos os tipos de família Brasil afora, ainda que alguns elementos

chamem a atenção para os acontecimentos ocorridos ao longo do tempo. Antes de realizar as devidas comparações, é preciso ressaltar que o ano de 2013 é um ponto de inflexão em termos de redução da pobreza no Brasil, ainda que isto não tenha se confirmado nos resultados observados para o ano de 2014 (Gráfico 12) e seja necessário esperar os anos a partir de 2015 para ter um diagnóstico mais preciso da evolução da pobreza na década de 2010.

Gráfico 16 – Distribuição das categorias do nível de privação, segundo sexo do responsável, tipo de família e região de residência, Brasil (1995)



Fonte: Elaboração a partir dos microdados da PNAD de 1995.

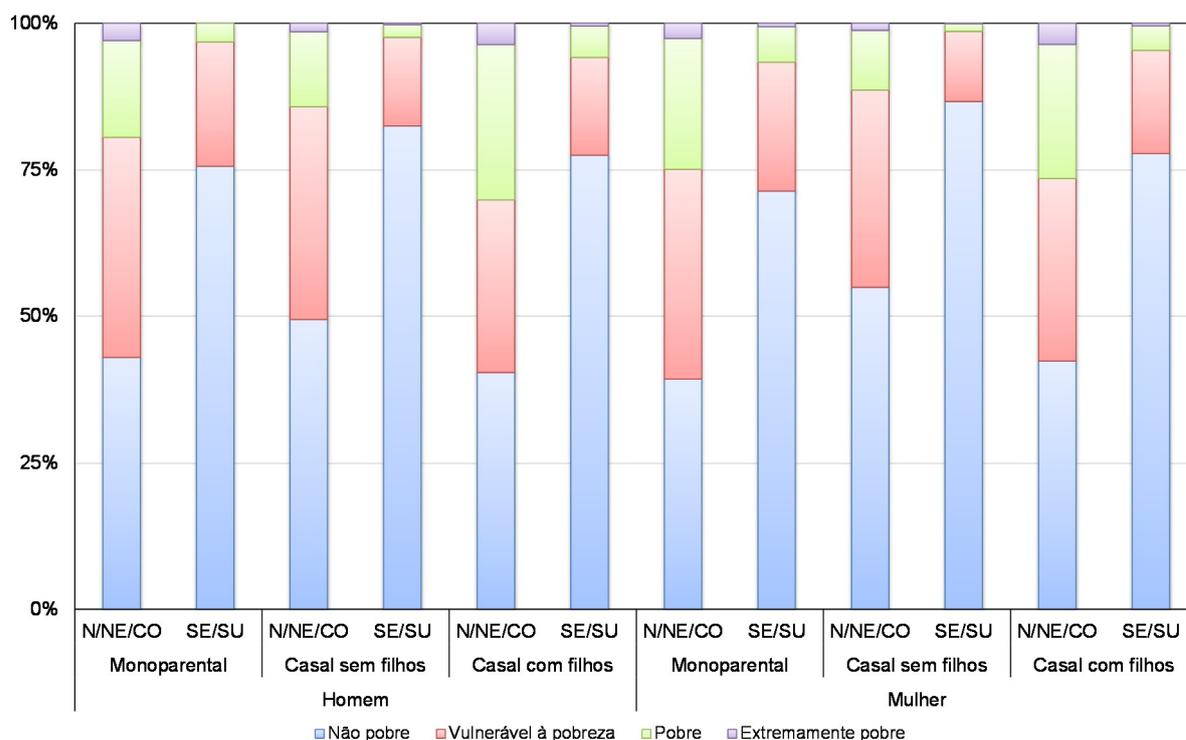
Deste modo, é possível inferir que, em relação aos anos de 2011 e 2012, a situação retratada é pior em 2013 e significativamente melhor em 2014. Ainda assim, é possível verificar que, no período Pós-Real, a proporção de famílias consideradas como pobres ou extremamente pobres diminuiu sensivelmente, especialmente no Norte do país (Gráfico 17): assim, concluímos que a tendência do período foi de melhora estrutural e indiscutível.

Outro ponto de continuidade é o fato de não haver diferenciais significativos na proporção de famílias pobres quando varia o sexo do responsável, o que também pode servir de elemento para rejeitar a hipótese de feminização da pobreza no Brasil. Finalmente, ao se compararem as diferenças nos resultados de 1995 e 2014 para as famílias do tipo “casal com filho” e “casal sem filho”, é possível observar que a proporção de famílias com filhos que são

pobres ou extremamente pobres foi a que mais caiu no período (especialmente no caso daquelas famílias chefiadas por homens).

Este fenômeno pode ser associado a alguns fatores. Primeiramente, à queda da fecundidade, que reduz o número de filhos por mulher e, portanto, de crianças por família. Em segundo lugar, ao envelhecimento da população, que também se reflete em famílias com filhos que já não são mais crianças (e, portanto, menos dependentes). Por fim, à recolocação da mulher no mercado de trabalho, do que se depreende que, no caso de as famílias “casal com filhos” chefiadas por homens, a cônjuge passa a contribuir com o sustento da unidade, deixando-se assim de lado a dicotomia “homem-provedor/mulher-cuidadora”.

Gráfico 17 – Distribui o das categorias do nível de priva o, segundo sexo do responsável, tipo de família e região de residência, Brasil (2014)

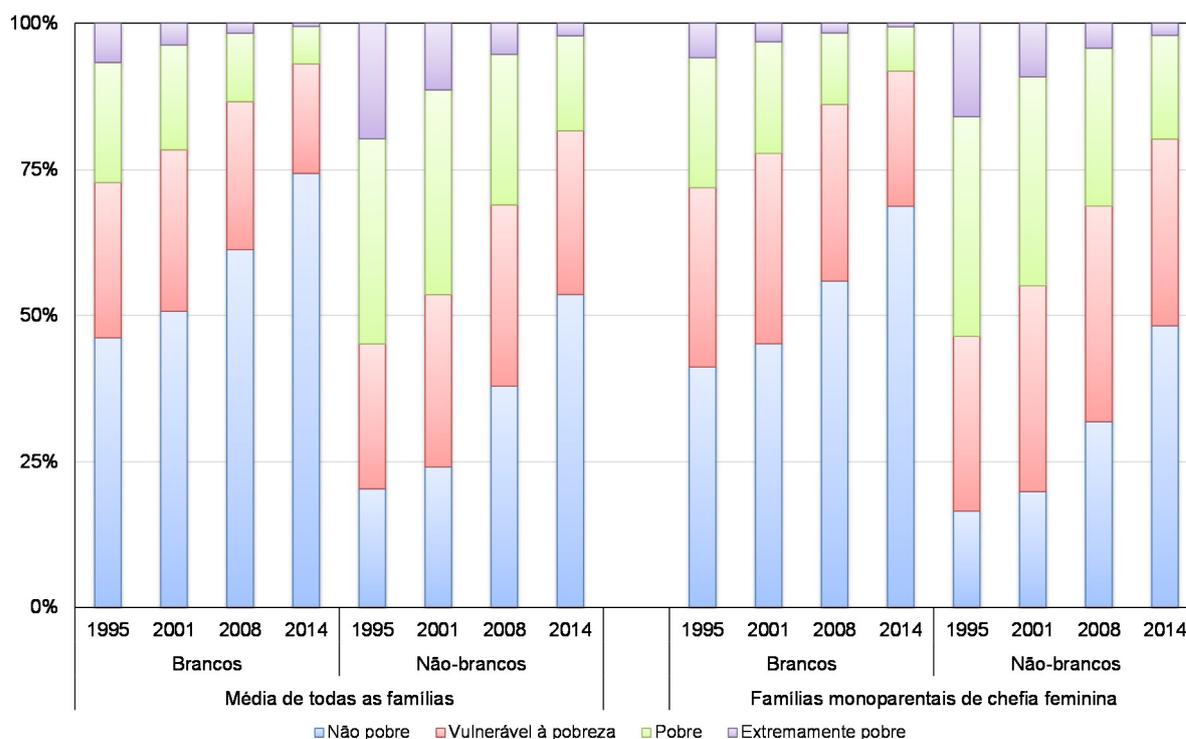


Fonte: Elabora o a partir dos microdados da PNAD de 2014.

No que tange a análise por raça/cor, os resultados a seguir – para todas as famílias, para as FMCF e para as do tipo “casal com filhos” – mostram que a situa o de pobreza   mais presente em arranjos cujo responsável não se declara branco. Este resultado parece não guardar rela o com o tipo de família, nem com o sexo do responsável. Quando se comparam as FMCF com os resultados para a média das famílias (Gráfico 18),   possível notar que,

embora as famílias monoparentais tenham uma menor proporção de unidades não-pobres, sua tendência de crescimento é similar à média nacional e as diferenças são reduzidas.

Gráfico 18 – Distribuição das categorias do nível de privação, segundo tipo de família, raça/cor e ano, Brasil (1995-2014)



Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014.

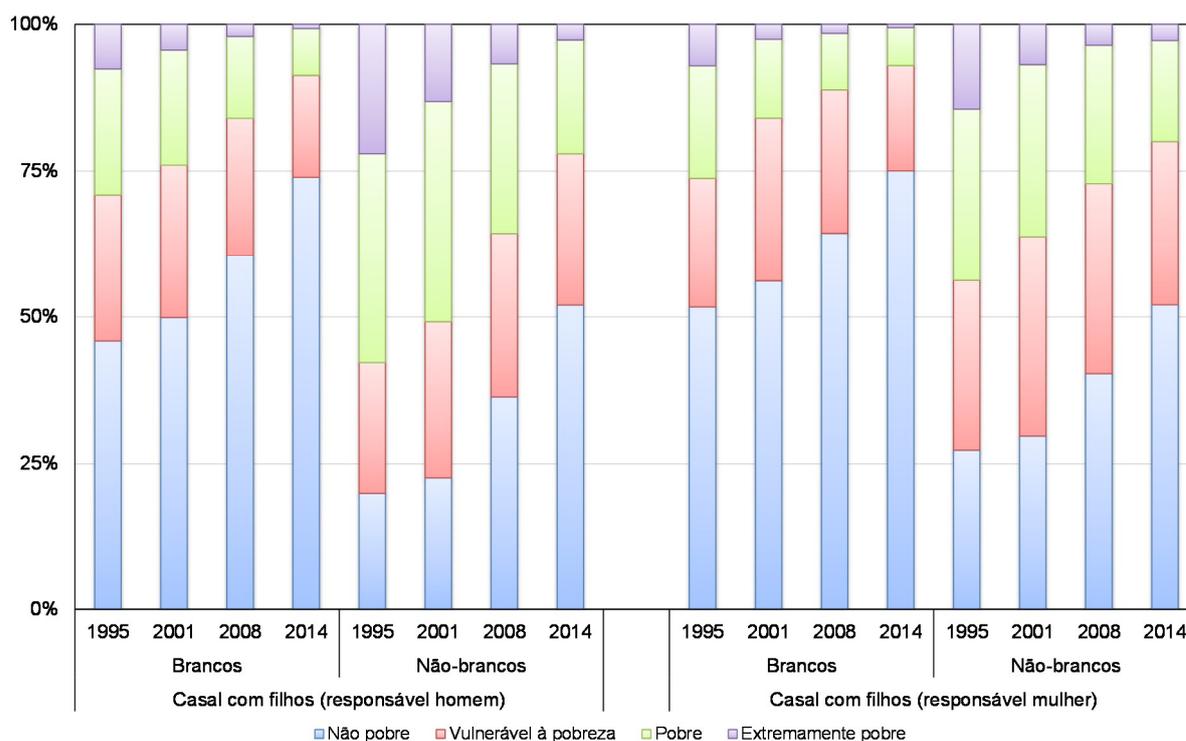
Nota: A categoria “não-brancos” inclui responsáveis pretos, pardos, amarelos e indígenas.

A comparação, por sexo do responsável, das famílias do tipo “casal com filhos” é tão emblemática quanto as anteriores, à medida que é possível notar a constante melhor condição dos arranjos chefiados por mulheres. Apenas no ano de 2014 – fato já justificado (ver Gráfico 12 e Gráfico 13) –, a distribuição para as famílias chefiadas por homens é mais próxima daquela encontrada para as famílias chefiadas por mulheres (Gráfico 19). Este resultado geral não depende da raça/cor do responsável pelo arranjo. Nota-se que, além de não haver indícios para sustentar a hipótese da feminização da pobreza no Brasil – quando se compara a situação do mesmo tipo de família, mudando apenas o sexo do responsável – as famílias chefiadas por mulheres tendem a apresentar resultados melhores.

Em suma, a discussão das relações entre família e pobreza, pelo menos para o caso brasileiro no Pós-Real, não pode levar em conta o sexo do responsável, já que esta variável não guarda em si um fator intrínseco e determinante da pobreza. Diferenças muito mais expressivas são guardadas entre brancos e não-brancos e áreas urbanas e rurais. Até

mesmo a comparação entre tipos de família não apresenta diferenças tão expressivas hoje como foi no passado. Deste modo, a heterogeneidade da pobreza não pode ser explicada por diferenciais demográficos de sexo e/ou arranjo familiar.

Gráfico 19 – Distribuição das categorias do nível de privação, segundo sexo do responsável em famílias do tipo “casal com filhos”, raça/cor e ano, Brasil (1995-2014)



Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014.

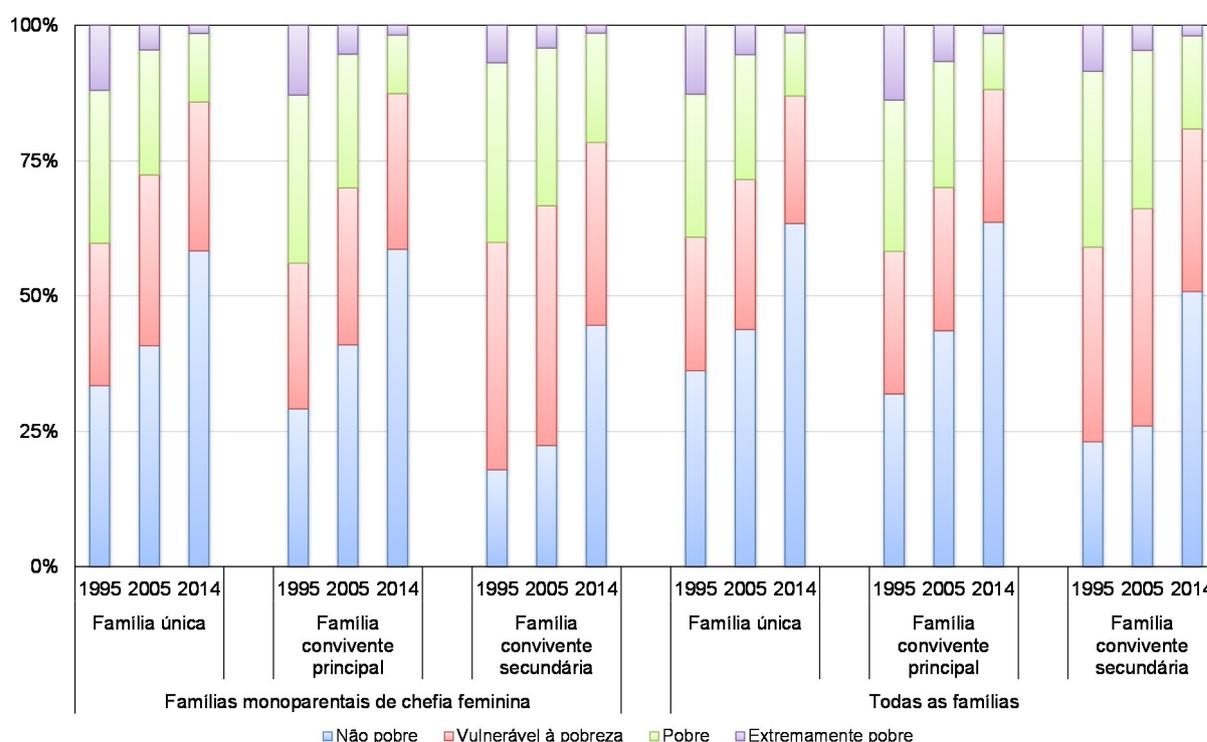
Nota: A categoria “não-brancos” inclui responsáveis pretos, pardos, amarelos e indígenas.

Antes de encerrar esta seção mostrando um panorama geral da evolução da pobreza familiar no Brasil Pós-Real, uma última componente relevante que precisa ser mencionada e discutida é o papel das famílias conviventes sob um mesmo domicílio. Um ponto de dissenso levantado no Capítulo 3, a respeito das FMCF, diz respeito ao fato de estas não compartilharem domicílio com outras famílias, o que as deixaria em condições ainda piores, pois combinariam: 1) a ausência do cônjuge; 2) a presença de filhos, muitas vezes em idade jovem; e 3) a ausência de suporte externo à família dentro do domicílio. O papel da família convivente no domicílio pôde ser estudado dividindo-as em principal e secundárias, para depois serem comparadas às famílias únicas (aquelas que não compartilham o domicílio com outra). Os resultados para as três categorias (Gráfico 20) – nos anos 1995, 2005 e 2014 – mostram algumas tendências interessantes.

Em primeiro lugar, se observa que as FMCF únicas estão em condições muito semelhantes às conviventes principais; isto nos indica que o fato de uma FMCF não dividir

domicílio com outra família não implica ter maior nível de pobreza. Em segundo lugar, a proporção de FMCF extremamente pobres é convergente, independentemente da condição de convivência; a única grande diferença está na proporção de famílias vulneráveis à pobreza e pobres, no caso das conviventes secundárias. Ambos os resultados dão indícios de que as famílias monoparentais de chefia feminina, ainda que tenham proporções ligeiramente maiores de pobres do que a média das famílias, não têm na condição de convivência um fator explicativo suficientemente forte para sustentar a hipótese de feminização da pobreza.

Gráfico 20 – Distribuição das categorias do nível de privação, segundo tipo de família, condição de convivência e ano, Brasil (1995-2014)

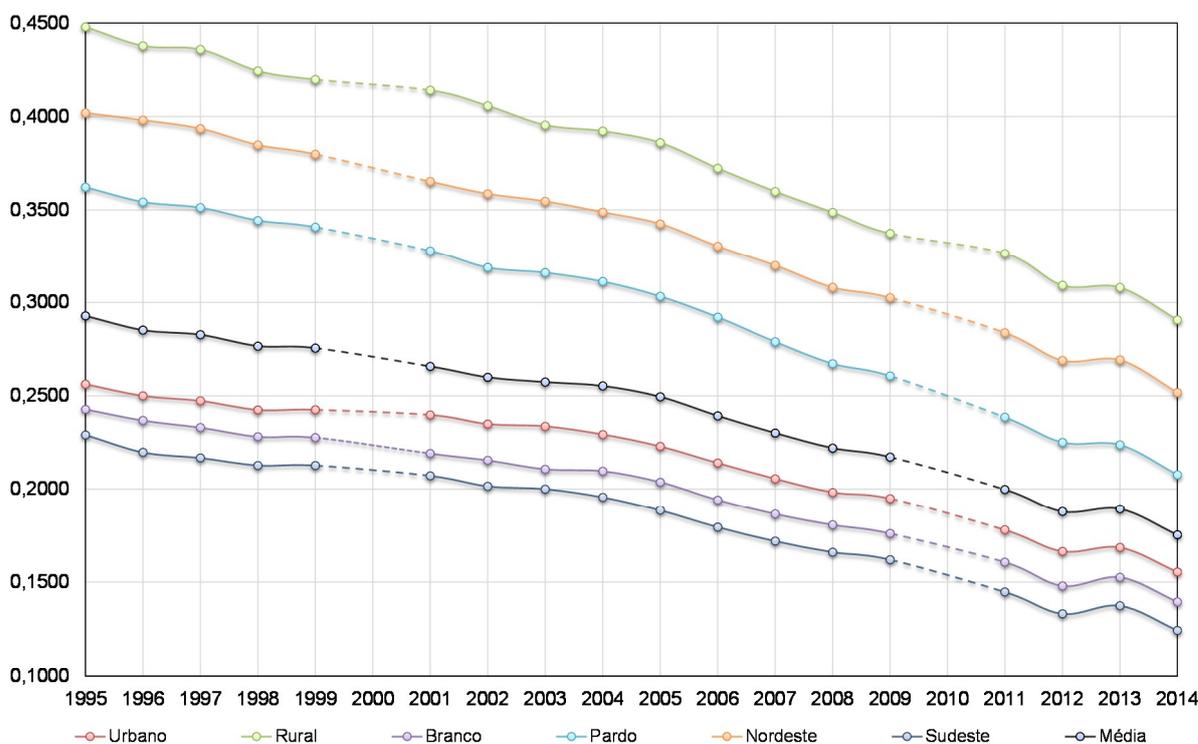


Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014.

Concluindo esta análise preliminar dos resultados para o nível de privações, é possível realizar um estudo comparativo do nível de privação médio para as famílias em geral e para os três tipos aqui analisados, divididos por sexo. Os primeiros resultados apresentados mostram a evolução do nível médio de c_i para o total das famílias brasileiras, no período Pós-Real (Gráfico 21). Os resultados mostram que tal nível foi caindo sensivelmente nos últimos 20 anos – ainda que haja uma tendência de oscilação em curso aparente na década de 2010 –, independente da variável de análise selecionada. Além disto, é perceptível a discrepância

ainda existente entre brancos e não-brancos, Nordeste e Sudeste e estratos urbano e rural, sendo esta última a mais gritante.

Gráfico 21 – Nível médio de privação das famílias brasileiras, segundo raça-cor, região de residência e estrato, Brasil (1995-2014)



Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014.

Nota: As áreas rurais entre 1995 e 2003 excluem aquelas da região Norte.

Realizando a desagregação do nível médio de privação por tipo de família, sexo do responsável e outras características sociodemográficas e espaciais (Tabela 20), é possível notar que a redução de c_i é incontestável. Todavia, algumas tendências, ao se compararem os mesmos arranjos variando apenas o sexo do responsável, também são claras. Em primeiro lugar, as FMCM, independentemente da variável de desagregação, tiveram redução média do nível de carência acima da experimentada pelas FMCF. Entretanto, se pode vislumbrar que as famílias monoparentais estão em situação muito semelhante à experimentada pelas famílias do tipo “casal com filho” (para responsáveis de ambos os sexos). Este fato tende a comprovar não só a inexistência de feminização da pobreza, como também a não veracidade do mito pelo qual as famílias sem um dos cônjuges seriam as mais pobres dentre as pobres.

Tabela 20 – Nível médio geral de privação das famílias e segundo raça/cor, região de residência e estrato, por arranjo familiar, sexo do responsável e ano, Brasil (1995-2014)

Arranjo	Ano	Média	Raça/cor		Região		Estrato		
			Branco	Pardo	Nordeste	Sudeste	Urbano	Rural	
Família monoparental	Homem	1995	0,310	0,262	0,368	0,405	0,240	0,269	0,460
		2001	0,269	0,228	0,317	0,367	0,203	0,244	0,414
		2008	0,231	0,180	0,280	0,325	0,171	0,206	0,359
		2014	0,177	0,141	0,208	0,240	0,131	0,160	0,278
	Mulher	1995	0,301	0,251	0,357	0,389	0,245	0,280	0,446
		2001	0,273	0,228	0,324	0,353	0,221	0,259	0,414
		2008	0,234	0,191	0,274	0,305	0,185	0,223	0,341
		2014	0,190	0,152	0,220	0,255	0,140	0,179	0,302
Casal sem filhos	Homem	1995	0,254	0,217	0,321	0,359	0,195	0,220	0,389
		2001	0,228	0,194	0,287	0,325	0,173	0,202	0,357
		2008	0,196	0,169	0,237	0,278	0,148	0,172	0,305
		2014	0,157	0,135	0,182	0,223	0,114	0,135	0,253
	Mulher	1995	0,210	0,171	0,276	0,300	0,166	0,196	0,412
		2001	0,173	0,159	0,212	0,244	0,142	0,170	0,249
		2008	0,169	0,150	0,196	0,232	0,130	0,163	0,249
		2014	0,144	0,119	0,170	0,208	0,102	0,135	0,226
Casal com filhos	Homem	1995	0,299	0,247	0,372	0,415	0,232	0,257	0,460
		2001	0,275	0,225	0,341	0,381	0,212	0,243	0,430
		2008	0,230	0,185	0,279	0,325	0,167	0,197	0,368
		2014	0,180	0,140	0,216	0,267	0,124	0,152	0,308
	Mulher	1995	0,279	0,232	0,323	0,347	0,243	0,267	0,437
		2001	0,240	0,197	0,287	0,315	0,203	0,236	0,315
		2008	0,211	0,168	0,252	0,283	0,160	0,202	0,321
		2014	0,178	0,134	0,211	0,257	0,122	0,163	0,310

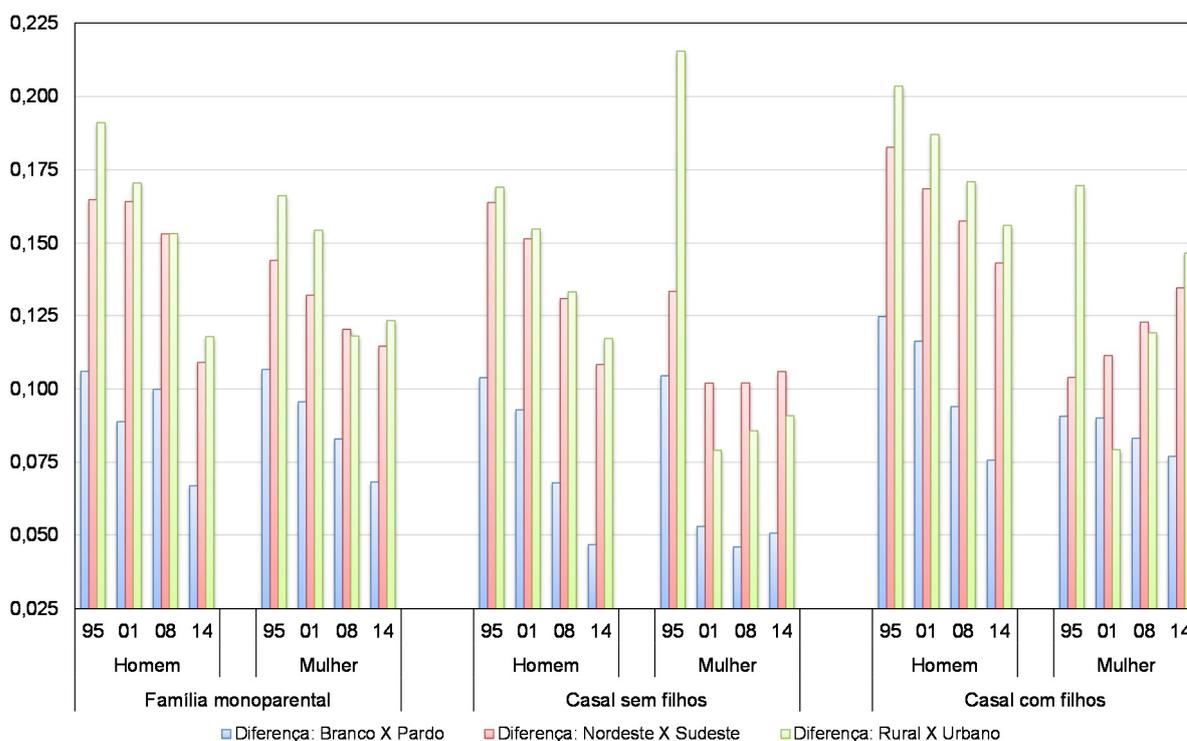
Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014.

Nota: As áreas rurais em 1995 e 2001 excluem aquelas da região Norte.

Em segundo lugar, é possível perceber que as diferenças entre responsáveis brancos e pardos, estrato de residência urbano e rural e, por fim, localização da moradia no Nordeste ou no Sudeste tiveram comportamentos semelhantes. Tomando-se a diferença entre cada um dos três grupos da Tabela 20, é possível realizar uma análise de convergência entre as categorias de cada grupo para os tipos de família analisados (Gráfico 22). Nota-se que, de maneira geral e para todos os tipos de família, há uma tendência generalizada de convergência fraca (ou seja, com oscilações no intervalo entre o ano inicial e o final do período). Nos casos

em que a diferença oscilou, isto é devido não ao fato de os níveis médios de privação terem aumentado, mas sim à menor taxa de redução em um grupo frente ao outro.

Gráfico 22 – Distância absoluta entre níveis de privação por tipo de família, raça-cor, região de residência e situação do domicílio, Brasil (1995-2014)



Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014.

Nota: As áreas rurais em 1995 e 2001 excluem aquelas da região Norte.

Pode-se concluir, a partir dos dados acima apresentados, que as FMCF, ainda que não tenham as menores discrepâncias, têm uma tendência consistente de redução das desigualdades, quando comparadas com as famílias “casal com filhos” e “casal sem filhos” chefiadas por mulheres. Ademais, ao se comparar as FMCF com as famílias “casal sem filhos” chefiadas por homens, a diferença absoluta em cada categoria é cada vez mais próxima. Isto nos mostra que, além de não haver indícios de feminização da pobreza no Brasil Pós-Real, há elementos para se comparar a trajetória de convergência de ambos os arranjos familiares. A maior diferença dentro dos diversos tipos de família se dá ao comparar as diversas variáveis socioeconômicas, o que nos elucida a respeito da maior importância destas para definir heterogeneidade da pobreza do que o sexo do responsável.

5.2 PERFIL FAMILIAR DA POBREZA NO PÓS-REAL

Depois de ter discutido profundamente os resultados obtidos para o nível de privação – elemento que compõe o resultado final do IMP-AL –, abre-se espaço para uma análise, novamente a partir dos arranjos familiares, para discutir quatro frentes relevantes a respeito do perfil familiar da pobreza no período Pós-Real:

- 1) A evolução das cinco dimensões da privação por família;
- 2) A correlação entre os grupos do nível de privação;
- 3) A evolução do nível de pobreza multidimensional;
- 4) A análise das duas componentes do IMP-AL.

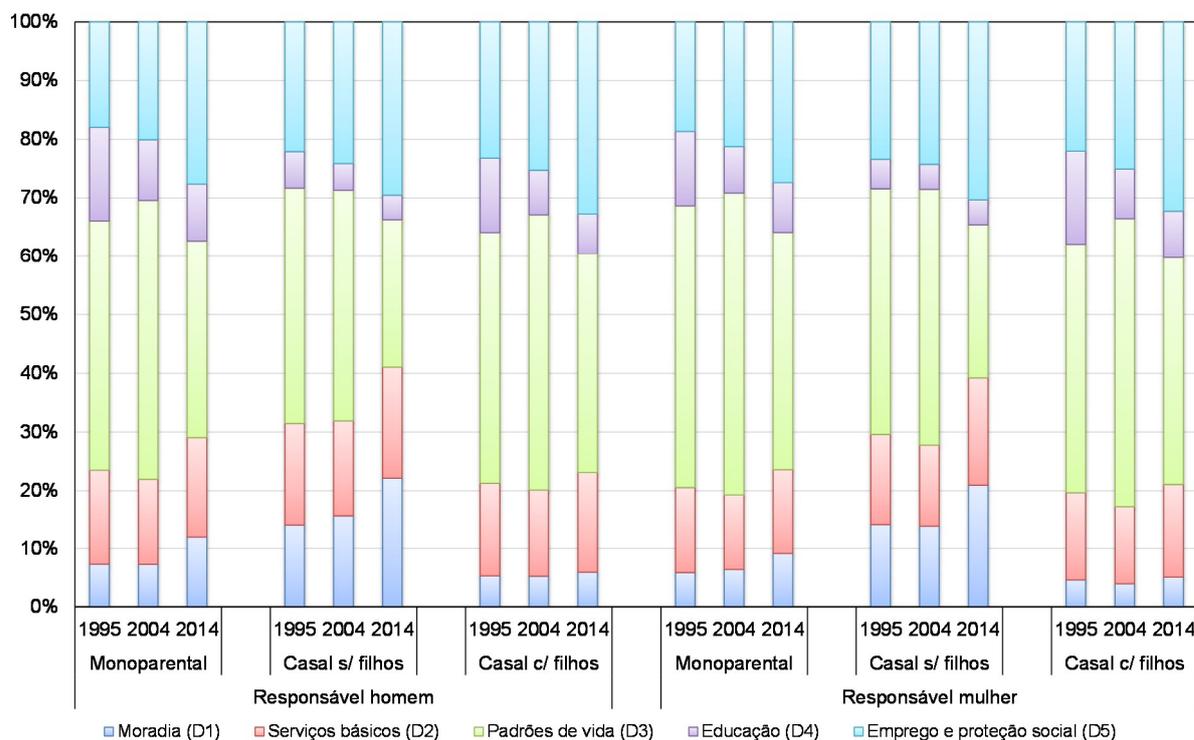
Antes de prosseguir, é preciso ressaltar que há uma diferença relevante entre “dimensões” (que são as mesmas do nível de privação) e “componentes” do IMP-AL. Na seção 4.3.3 (ver equação 7), aparecem as componentes do IMP-AL, enquanto na seção 4.2.1 (ver Quadro 2) aparecem as dimensões que compõem o índice.

O primeiro passo a ser dado consiste na análise de cada uma das cinco dimensões do nível de privação c_i (e do IMP-AL). Estas são: 1) moradia; 2) serviços básicos; 3) padrões de vida; 4) educação; 5) emprego e proteção social. Em primeiro lugar, se observa a evolução da participação relativa de cada dimensão no nível de privação de cada arranjo (Gráfico 23). Deve-se frisar que, se uma dimensão tem taxa de redução maior do que outras, sua participação tenderá a cair; com isto, esta análise mostra a evolução temporal da importância de cada dimensão para explicar a pobreza familiar no Brasil.

De modo geral, é possível observar que, para todas as famílias, a participação das dimensões 1 (moradia) e 5 (emprego e proteção social) foram as que de fato tiveram algum crescimento no período. A dimensão 4 (educação) tem tido a mais clara redução de relevância nos últimos 20 anos, refletindo o crescimento, gradual e inclusivo, do acesso à educação formal em níveis mais elevados, além de haver uma redução expressiva nos atrasos e nas evasões escolares dos jovens.

A dimensão 3 (padrões de vida) é mais expressiva entre todas as famílias, refletindo a ainda grande importância que os recursos monetários assumem em arranjos mono e biparentais (com ou sem filhos). A dimensão 1 (moradia) tem maior importância no caso das famílias “casal sem filhos”, talvez refletindo as fases iniciais do curso de vida familiar, em que o casal está em busca de moradia própria. Por fim, a dimensão 2 (serviços básicos) apresenta certa estabilidade no período, além de um alto grau de homogeneidade em termos de participação nas composições familiares.

Gráfico 23 – Evolução da participação de cada dimensão do nível de privação das famílias brasileiras, segundo arranjo familiar e sexo do responsável, Brasil (1995-2014)



Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014.

Além de observar a participação relativa das cinco dimensões, é possível analisar a evolução do valor médio de cada grupo, mostrando as tendências gerais do período (Gráfico 24). Com poucas exceções, as famílias do tipo “casal sem filhos” (especialmente as chefiadas por mulheres) são as de menores índices. A respeito da dimensão 1, nota-se certa estabilidade no nível médio para todas as famílias; neste grupo, as famílias monoparentais se inserem entre as famílias biparentais, com e sem filhos. No caso da dimensão 2, a redução da privação é generalizada, o que também se reflete em convergência absoluta entre os diversos tipos de família. Neste grupo, as FMCF e as famílias “casal com filho” chefiadas por homens tiveram a maior redução no período, o que se explica, muito provavelmente (como já colocado neste capítulo) pela maior independência da mulher e sua inserção no mercado de trabalho.

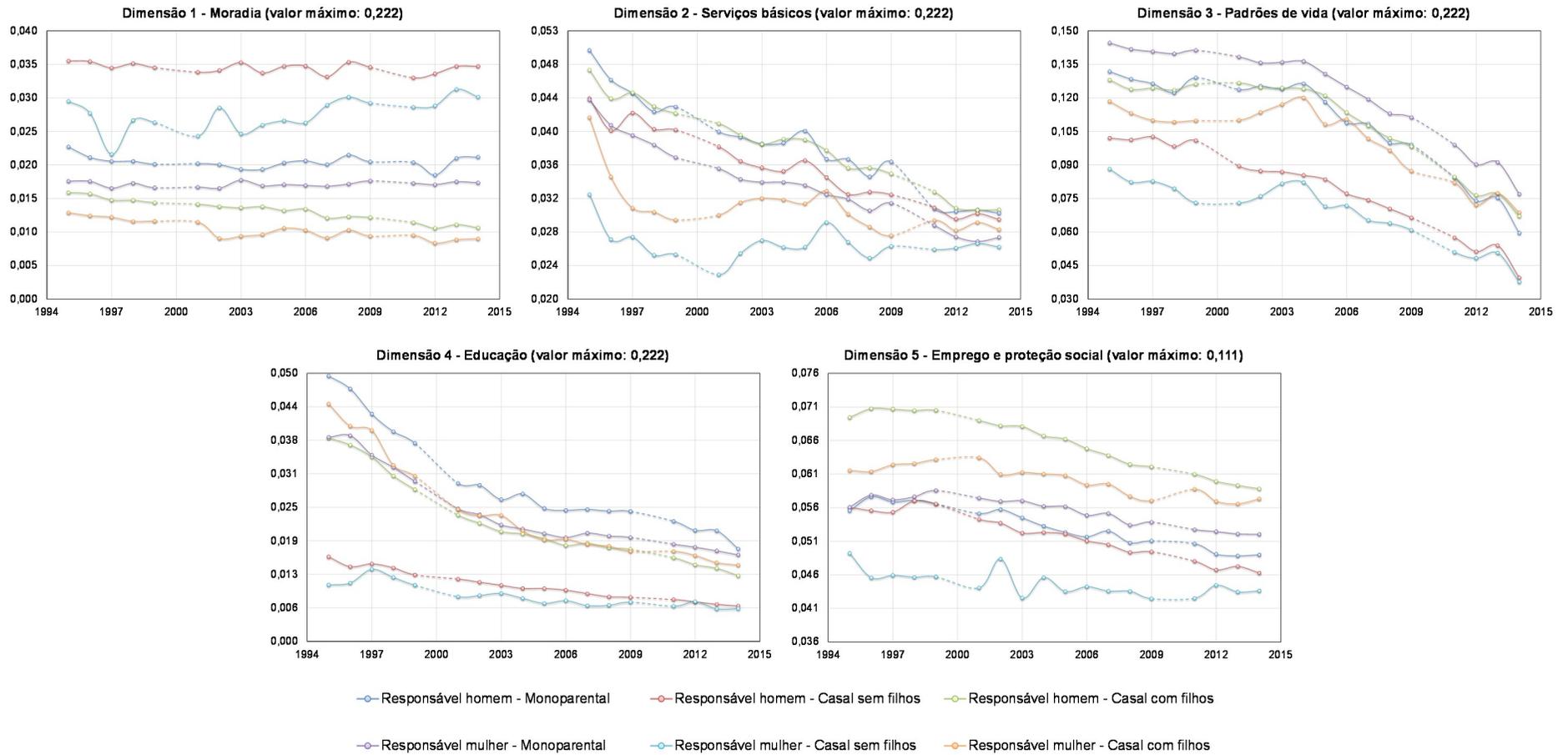
A dimensão 3, que tange também a renda familiar, reflete – de certo modo – a dinâmica da evolução da pobreza monetária no Brasil⁷³. Nos períodos FHC I e FHC II (1995-2002), observa-se uma clara estagnação da privação média nesta dimensão; a partir do governo Lula I (2003-2006), observa-se uma recuperação sistemática do padrão de vida, convergindo para a situação de meados dos anos 1990. Por fim, desde o fim dos anos 2000 até

⁷³ Sugere-se retomar o gráfico 1 de Rocha (2013), além do Gráfico 1 e do Gráfico 4 desta dissertação.

2014, a política de valorização real do salário mínimo teve efeitos significativos na redução da carência na dimensão 3. Neste quesito, as FMCF são as que têm maior privação média, situação que não se repete em nenhum outro caso. No que tange a dimensão 4 (educação), a dinâmica é semelhante à da dimensão 2 (serviços básicos), ainda que a convergência seja menos premente naquele caso do que neste. Além disto, nota-se, assim como nas dimensões 3 e 5, uma clara separação das famílias biparentais sem filhos e relação às outras.

Finalmente, a dimensão 5 (emprego e proteção social) é aquela (junto à dimensão 3) que tem os maiores níveis, levando-se em conta que seu máximo é metade do possível nos outros quatro grupos. A forte discrepância entre as famílias “casal sem filhos” chefiadas por mulheres e as do tipo “casal com filhos” chefiadas por homens reflete um “pséudo-vício” desta dimensão, já que o nível de carência será maior no caso de os filhos serem pequenos. Este ponto é necessário de existir, pois reflete a vulnerabilidade à pobreza de uma família que não pode contar com os filhos, pois não podem trabalhar. No caso específico desta dimensão, o papel da família convivente pode ser crucial para reduzir o nível médio de privação registrado. Possivelmente, o fato de as famílias biparentais com filhos chefiadas por homens serem as mais privadas nesta dimensão reflete o caso de, nestas famílias, a cônjuge não estar inserida no mercado de trabalho.

Gráfico 24 – Evolução do valor médio para as cinco dimensões do nível de privação das famílias brasileiras, segundo arranjo familiar e sexo do responsável, Brasil (1995-2014)



Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014.

Nota: As escalas para cada dimensão não são iguais.

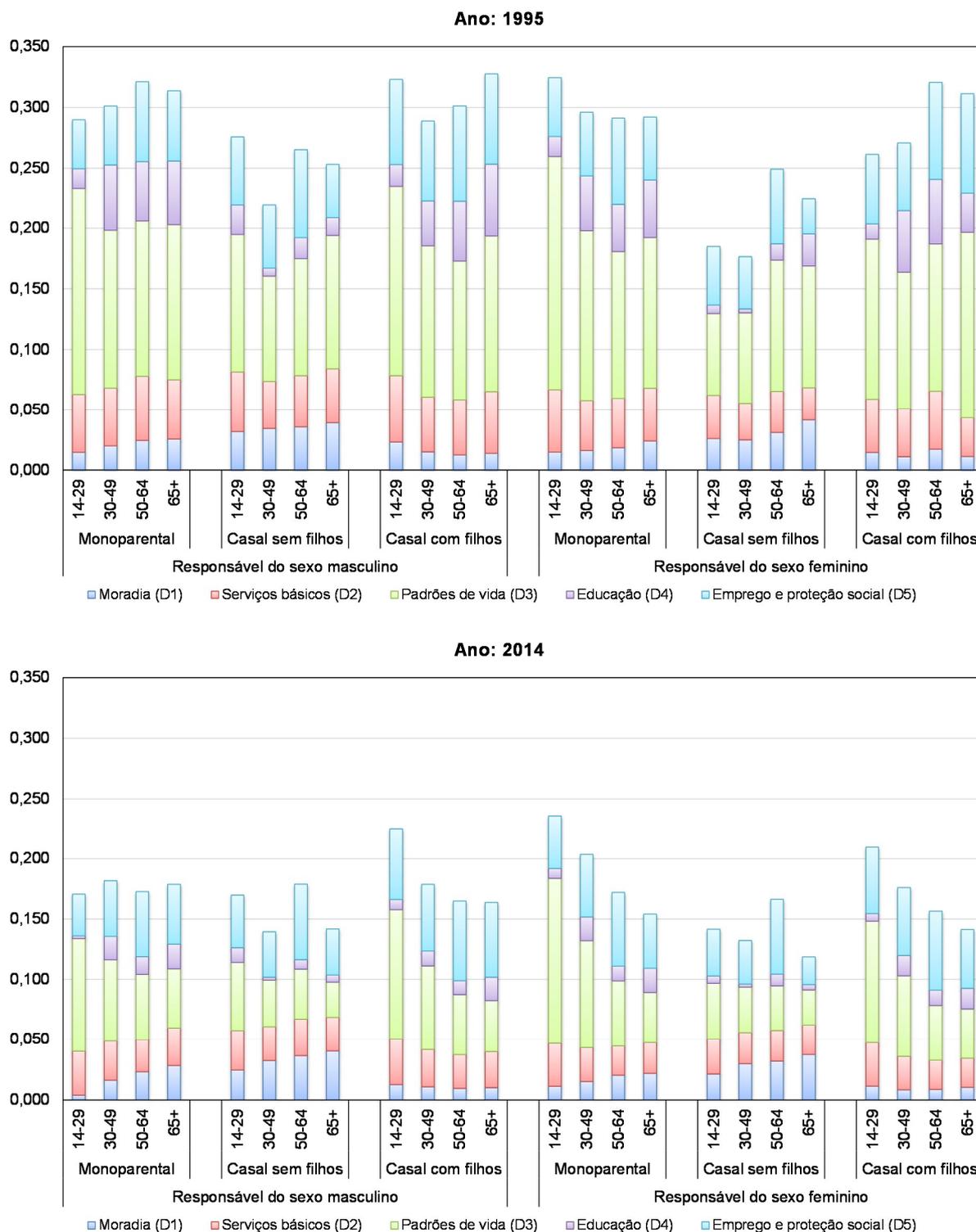
Após analisar a evolução das dimensões em termos gerais, é possível realizar um comparativo temporal destas com base em algumas das variáveis do modelo (Quadro 3). As variáveis escolhidas para esta etapa foram: 1) idade do responsável; 2) presença de família convivente; 3) nível de escolaridade; e 4) família estendida. As outras 8 variáveis que compõem o modelo podem também ser utilizadas para a realização destas análises; optou-se por se selecionarem estas por guardarem relação ou com a família em si, ou com a pessoa responsável pelo arranjo. As análises a seguir são feitas para os anos de 1995 e 2014; optou-se por mostrar apenas os extremos, pois, como já se mostrou ao longo deste capítulo – ainda que com oscilações –, a tendência é de constante redução dos níveis de privação.

Com base na idade do responsável (Gráfico 25), é possível perceber que o que gera a maior diferença no nível médio de privação são a dimensão 3 (principalmente) e a 1 (em menor grau). Ainda que o valor médio de c_i tenha se reduzido significativamente entre 1995 e 2014, é possível notar que há um padrão, diferenciável a partir da presença de filhos. Nas famílias com filhos, ainda que esta não seja uma tendência estritamente homogênea, responsáveis mais velhos (com mais de 50 anos) se associam a menores níveis de privação. Já nas famílias sem filhos, este resultado está ligado a responsáveis mais novos (entre 30 e 49 anos, no caso dos homens, e entre 14 e 49 anos, no caso das mulheres).

Em suma, a partir de uma análise detalhada da idade do responsável, é possível perceber que, ainda que o nível de privação esteja se reduzindo com o passar dos anos, a escassez de renda é o principal fator a distinguir famílias de mesma composição. Analisando as famílias monoparentais, há padrões distintos diferenciando por sexo: nas FMCM, a idade é um fator que piora a privação média, ainda que a dimensão 3 tenha seu nível reduzido com o tempo; entre as FMCF, responsáveis mais velhas estão associadas a menores privações.

Ademais, um último ponto a notar diz respeito à dimensão 4 (educação). Ao se desagregarem as famílias por idade do responsável, se nota o peso crescente desta dimensão no nível de privação. Este resultado, todavia, se altera com a presença de filhos: em famílias do tipo “casal sem filhos”, a dimensão 4 assume valores menores do que em famílias com filhos. Já ao comparar famílias mono e biparentais com filhos, a diferença é irrelevante. Em suma, se percebe que, ainda que a privação de renda diminua com a idade, a privação por baixa (ou falta de) escolaridade é crescente. Ao se somarem as duas dimensões, todavia, a renda ainda responde pela maior parte da privação das famílias.

Gráfico 25 – Evolução do nível médio de privação familiar por dimensão, segundo sexo e grupo de idade do responsável e arranjo familiar, Brasil (1995-2014)

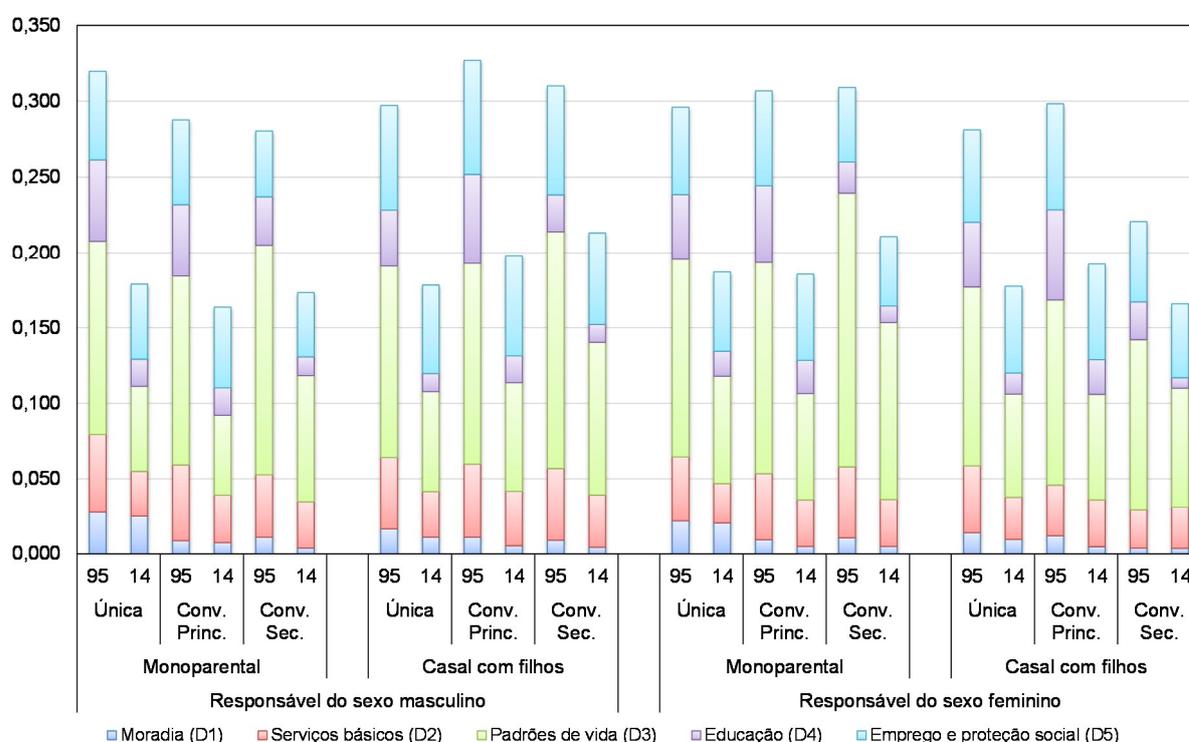


Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 e 2014.

A análise da condição de convivência (Gráfico 26) mostra uma realidade diferente da apresentada por idade do responsável. Centrando-se nas famílias monoparentais e nas

biparentais com filhos, a redução da pobreza no período é notória. Comparando os arranjos no tempo, com base na presença de famílias conviventes, nota-se que a dimensão 3 é a que mais pesa nas conviventes secundárias. Não há, como se percebe, discriminação pelas outras dimensões, sendo que, no caso das condições de moradia, as famílias conviventes tendem a ter situação melhor do que famílias únicas. De maneira geral – assumindo que os resultados abaixo dizem respeito a médias para o Brasil –, as famílias monoparentais conviventes têm iguais ou menores níveis de carência quando comparadas às famílias únicas.

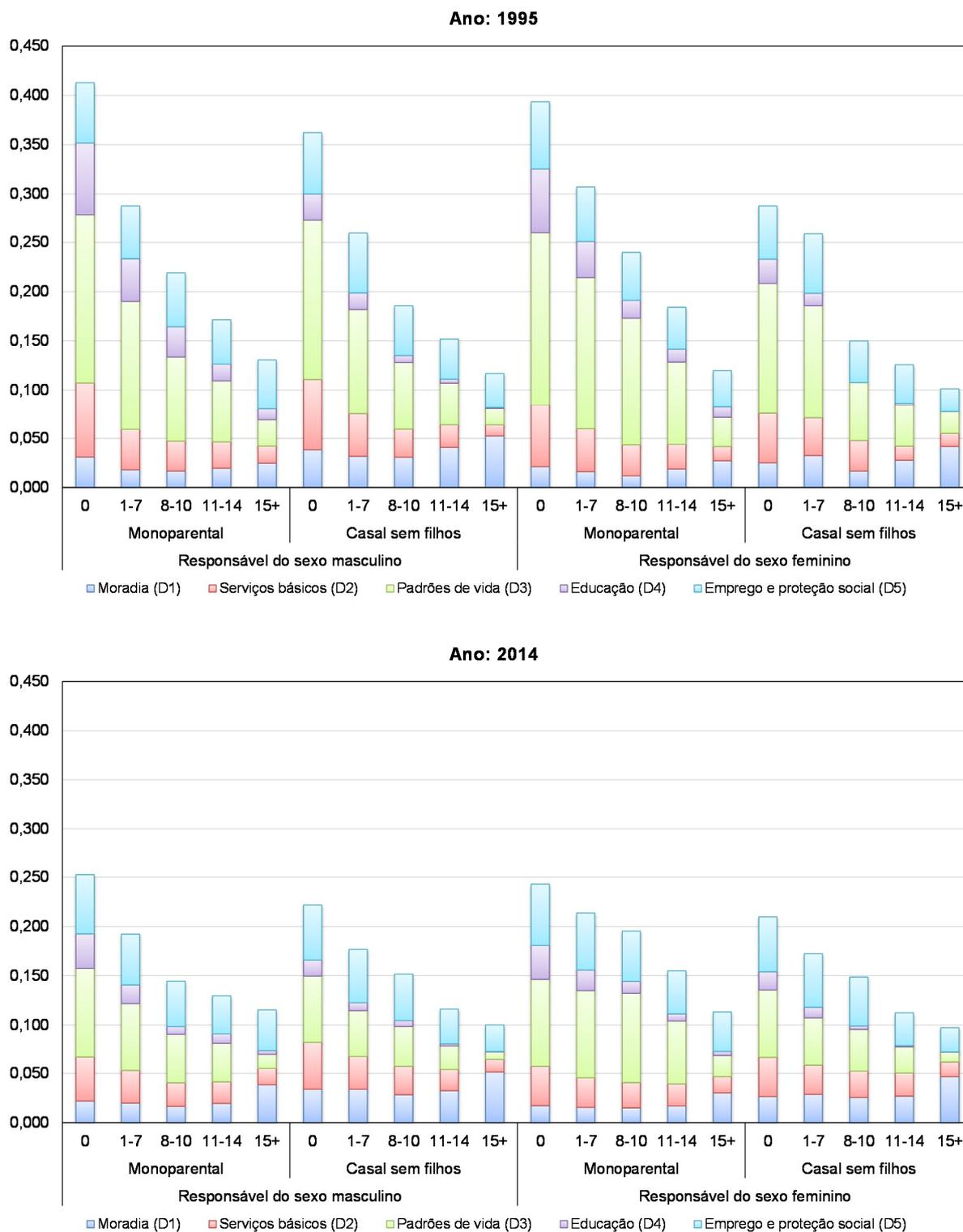
Gráfico 26 – Evolução do nível médio de privação familiar por dimensão, segundo sexo, arranjo familiar e presença de família convivente, Brasil (1995-2014)



Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 e 2014.

A respeito da comparação de famílias monoparentais com as do tipo “casal sem filhos” por estudo (Gráfico 27), nota-se que o nível médio de privação é generalizadamente decrescente para todos os tipos de família, ainda que as monoparentais tenham níveis maiores. Ademais, FMCM e FMCF têm médias bem próximas, o que descarta a hipótese de as famílias monoparentais femininas serem as mais pobres dentre as pobres. No período 1995-2014, é de se notar que a distância entre os arranjos analisados se reduziu, com a maior variação sendo registrada nas famílias em que o responsável tinha menos de 8 anos de escolaridade.

Gráfico 27 – Evolução do nível médio de privação familiar por dimensão, segundo sexo, arranjo familiar e número de anos de estudo do responsável, Brasil (1995-2014)



Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 e 2014.

Outro ponto relevante diz respeito à menor importância das dimensões 2 e 3 conforme aumenta o número de anos estudados. Independentemente do tipo de família

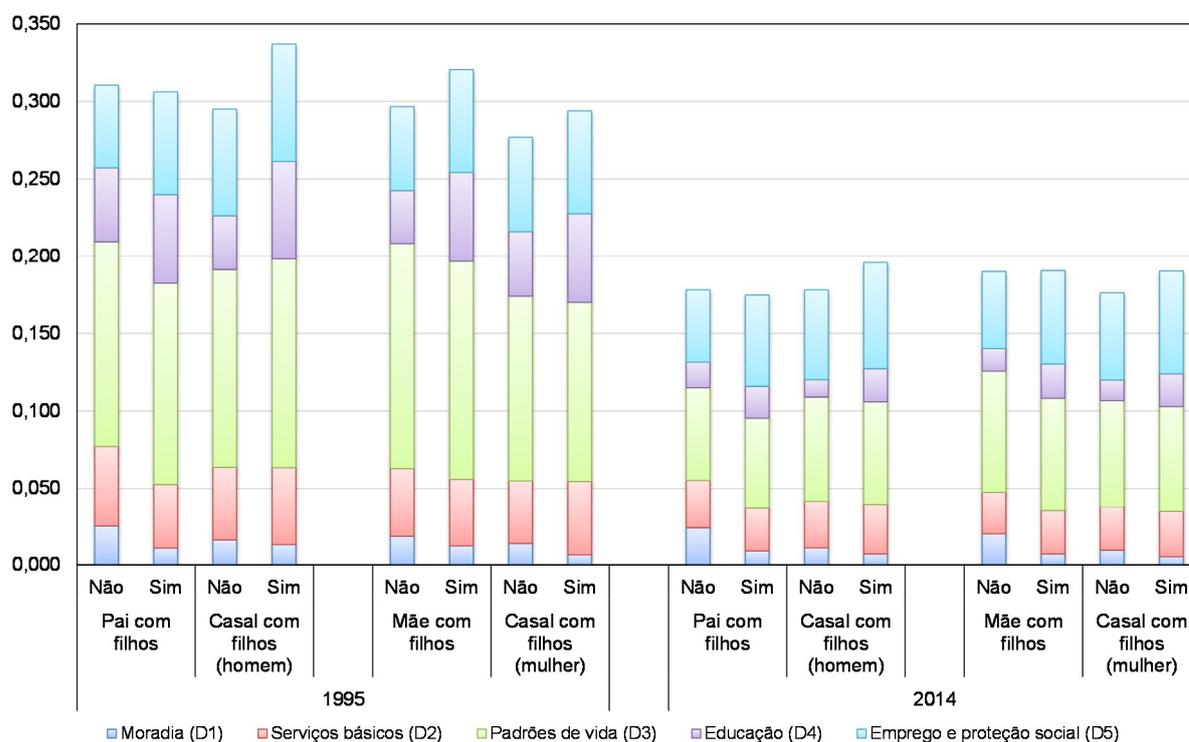
avaliado, maior escolaridade se traduz em melhores padrões monetários de vida e maior acesso a serviços básicos. De 1995 para 2014, a discrepância, por nível de escolaridade, na dimensão 2 se reduziu sensivelmente, enquanto a tendência da dimensão 3 se mantém como relevante. A partir destes resultados, mostra-se com facilidade que as famílias monoparentais (que podem ser usadas como representativas das famílias que têm filhos, por terem níveis parecidos) e as do tipo “casal sem filhos” têm tido cada vez menos diferenças, com níveis médios de carência dissimilares em, no máximo, 5 pontos percentuais para 2014.

Finalmente, o último ponto de análise – antes de prosseguir com a discussão sobre correlação – diz respeito ao fato de a família ser estendida ou não. Uma análise geral do nível de privação sob esta égide (Gráfico 28) mostra, ao comparar os quatro tipos de família com filhos, que: 1) há uma ligeira desvantagem das famílias estendidas em relação àquelas que não o são; 2) para todas as famílias, o nível de privação foi reduzido no período; 3) não é a dimensão associada a padrões de vida que discrimina estas famílias, mas sim aquela que está relacionada com educação; e 4) independentemente de a família ser ou não estendida, não se encontram indícios suficientes para afirmar que a monoparentalidade provoca maiores níveis de pobreza no período.

Evidentemente, mais cruzamentos de dados são possíveis; por exemplo, um cruzamento múltiplo entre condição de convivência, o fato de a família ser estendida e o tipo de família (incluindo o sexo do responsável) traria mais ferramentas para discutir o papel de outros parentes na evolução da pobreza no período. De modo geral, todavia, se observa que a presença de pessoas para além da díade genitor-filho, na média para todo o país, não produziu efeitos de escala significativos. Em outros termos, ter mais pessoas na família não é sinônimo nem de melhora, nem de piora das condições de vida; este fato pode ser justificado por uma dupla relação, que pode assumir contornos economicamente perversos.

De um lado, mais pessoas (adultas, geralmente) dentro de uma família podem contribuir para que a situação econômica seja melhor; de fato, ao se analisarem os dados para as dimensões econômicas da privação (1 a 3), especialmente nas famílias monoparentais, os resultados são melhores. De outro lado, todavia, os membros adicionais da família não contribuem para a redução da privação na dimensão 4 (educação) e mantêm níveis muito semelhantes às famílias não estendidas na dimensão 5 (emprego e proteção social). Disto, pode-se inferir – com alguma margem de segurança – que os membros adicionais têm nível de escolaridade não tão alto e, conseqüentemente, salários menores aos desejados/esperados.

Gráfico 28 – Evolução do nível médio de privação familiar por dimensão, segundo sexo, arranjo familiar e condição de família estendida, Brasil (1995-2014)



Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 e 2014.

Dada por encerrada a discussão sobre a evolução das dimensões da privação, cabe uma breve nota sobre a correlação entre estes cinco grupos que compõem o índice aqui usado. Recapitulando, estes são: 1) moradia; 2) serviços básicos; 3) padrões de vida; 4) educação; 5) emprego e proteção social. Um índice fiável precisa garantir uma propriedade essencial para as variáveis que o compõem: a ortogonalidade. Em outras palavras, é esperado que as diversas dimensões guardem pouca ou nenhuma correlação entre si, para que um resultado negativo em uma delas não tenha efeito dobrado, o que pode contaminar o índice e sua interpretação.

Para testar a hipótese de ortogonalidade, realizou-se a análise de correlação entre as cinco dimensões do IMP-AL, por meio do coeficiente de correlação linear de Pearson. Abaixo, apresentam-se os resultados para todo o banco de dados, sem discriminar por ano ou qualquer variável (Tabela 21). Para o conjunto das famílias observadas no período Pós-Real (aqui estendido até 2014), se observa que a maior correlação encontrada não chega a 0,40, entre as dimensões 2 e 3. Este resultado é de certo modo lógico, pois o acesso a serviços pode também ser entendido como possível se há acesso à renda; não se explicita aqui, entretanto, nenhum tipo de causalidade entre estas dimensões.

Tabela 21 – Coeficientes de correlação linear de Pearson para as dimensões do IMP-AL, Brasil (1995-2014)

	Dim. 1	Dim. 2	Dim. 3	Dim. 4	Dim. 5	IMP	IMP_a
Dim. 1	1,000	0,082	-0,006	-0,010	-0,025	0,222	0,287
Dim. 2	0,082	1,000	0,355	0,204	0,190	0,609	0,480
Dim. 3	-0,006	0,355	1,000	0,289	0,345	0,849	0,456
Dim. 4	-0,010	0,204	0,289	1,000	0,211	0,538	0,531
Dim. 5	-0,025	0,190	0,345	0,211	1,000	0,561	0,306
IMP	0,222	0,609	0,849	0,538	0,561	1,000	1,000
IMP_a	0,287	0,480	0,456	0,531	0,306	1,000	1,000

Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014.

Nota: Todos os coeficientes são significativos a um nível de 0,1%. A variável “IMP” indica o nível de privação c_i obtido para todas as famílias, enquanto a variável “IMP_a” representa exclusivamente o nível de privação $c_i(k)$ das famílias com $IMP \geq 0,25$, conforme descrito na equação 6. O banco tem, para o período 1995-2014, um total expandido de 842.747.177 famílias para as correlações; somente no caso das correlações com a variável “IMP_a”, o banco tem um total expandido de 372.775.035 famílias.

Adicionalmente, ainda que não sejam aqui explicitadas, foram realizadas análises de correlação para todas as variáveis do modelo e para todos os anos estudados. Os resultados obtidos mostraram que, independentemente da variável utilizada (ver Quadro 3) e sem fazer desagregações por ano, a maior correlação é menor ou igual a 0,40, e é sempre entre as dimensões 2 e 3. Ademais, analisando a correlação entre estes dois grupos ao longo do tempo (sem discriminar por nenhuma outra variável), percebe-se que essa era maior no começo da série (em torno de 0,42) e seu valor foi caindo no período (chegando perto de 0,25 em 2014).

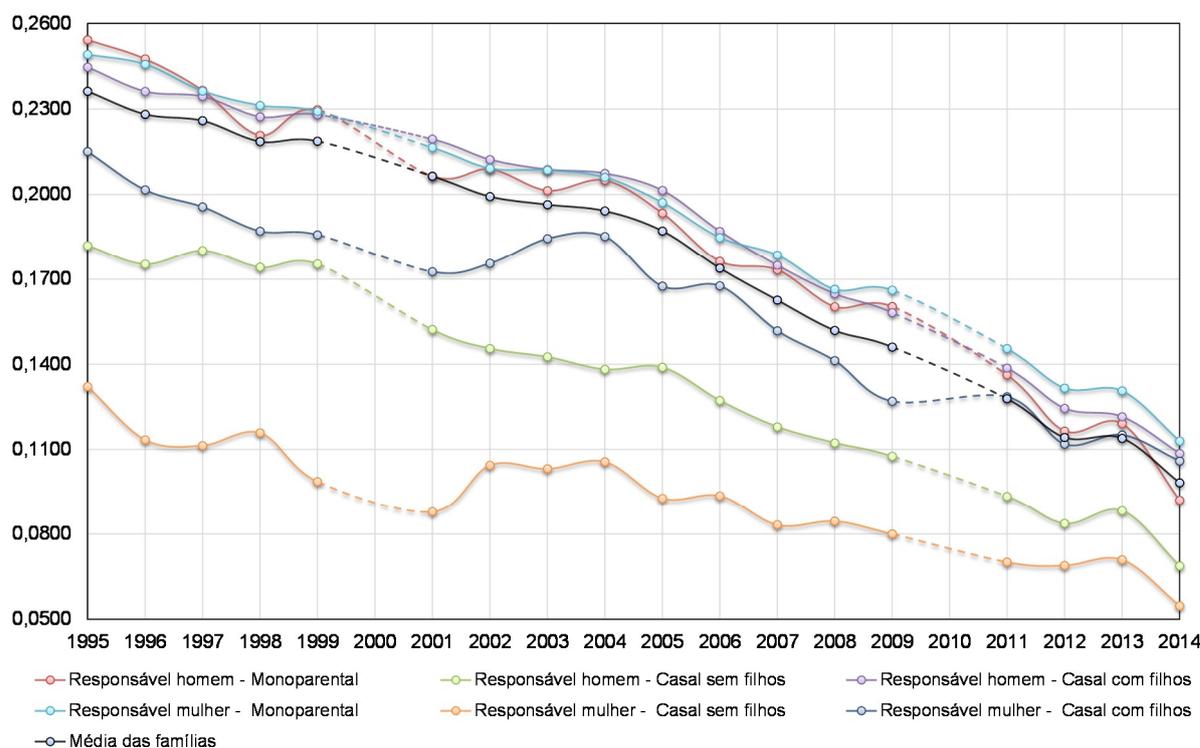
Um último ponto relevante acerca da matriz de correlação diz respeito à forte associação que se guarda entre a privação média (representada por “IMP”) e as dimensões, exceto a 1. Como é de se esperar, a correlação entre cada dimensão e o IMP é positiva, mas há diferenças significativas entre os valores encontrados para cada grupo. As dimensões guardam correlações distintas com o índice global e a maior correlação nos grupos 2 e 3 nos mostra que, quando analisamos a pobreza em termos de bens materiais e renda, temos uma aproximação razoável, porém incompleta e imperfeita, para a pobreza como fenômeno social. Ademais, o fato de as dimensões 4 e 5 também terem correlação expressiva (próxima de 0,5) em relação ao IMP mostra alguma associação, não desprezível, entre ser escolarizado e ter acesso a serviços e bens, tangíveis e intangíveis.

Após apresentar a discussão geral sobre as dimensões do nível de carência e se analisar a correlação entre os diversos grupos para testar a consistência do índice, o próximo passo é analisar o IMP-AL *stricto sensu* (conforme mostrado nas equações 6 e 7). Em seguida, se analisa o papel e a evolução das duas componentes do índice (incidência e

intensidade) para, finalmente, mostrar os resultados obtidos. O primeiro passo é computar os valores do IMP-AL a partir das equações acima recordadas, para depois analisar a evolução do índice em si nos diversos tipos de família estudados. Os resultados obtidos para a equação 6 separam os multidimensionalmente pobres dos não-pobres, tendo como *cutoff* um nível de 0,25 (ver seção 4.3.3); a partir desta divisão, a equação 7 apresenta o cálculo do índice em si, analisando a pobreza multidimensional sob as óticas da incidência e da intensidade.

A respeito da evolução do nível de pobreza multidimensional (Gráfico 29), percebe-se que a distância absoluta entre as famílias se reduziu significativamente nos últimos 20 anos (de 12,1 para 5,4 p.p.). As famílias monoparentais têm os maiores índices, ainda que sua distância em relação à média das famílias brasileiras seja bem menor que a discrepância observada entre esta e as famílias do tipo “casal sem filhos”. Outro ponto relevante a se destacar é o fato de não haver distinção significativa entre FMCF e FMCM. Em outras palavras, as FMCF, ainda que tenham níveis ligeiramente maiores de pobreza em relação às FMCM, não guardam diferenças em relação às correspondentes monoparentais masculinas.

Gráfico 29 – Índice multidimensional de pobreza para América Latina (IMP-AL), segundo tipo de família e ano, Brasil (1995-2014)



Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 e 2014.

De maneira geral, fato também visível, as famílias chefiadas por mulheres, tenham filhos ou não, têm menores níveis de pobreza multidimensional, ainda que a

discrepância entre as famílias “casal sem filhos” seja muito maior que a observada entre as “casal com filhos” e a convergência tenha sido mais clara neste último caso e não no primeiro. Em suma, é possível concluir que: 1) as famílias chefiadas por mulheres têm condições melhores quando comparadas às famílias chefiadas por homens; e 2) ainda que famílias monoparentais femininas sejam mais pobres que suas correspondentes masculinas e sejam, em média, mais pobres que os outros arranjos, a diferença não é suficiente para justificar um processo de feminização da pobreza no Brasil, no período Pós-Real.

Os resultados do IMP-AL podem ser desagregados pelas duas componentes que o definem: incidência (H) e intensidade (A). No período 1995-2014, para todos os tipos de família, a incidência teve variação muito maior do que a intensidade (Tabela 22). Analisando estritamente os seis arranjos, as maiores reduções na incidência foram registradas nas famílias monoparentais chefiadas por homens e nas do tipo “casal sem filhos”. Por sua vez, a maior queda na intensidade foi registrada entre as famílias monoparentais chefiadas por homens. Todavia, as FMCM partiram de patamares maiores de intensidade e similares de incidência, o que já sinaliza que as famílias monoparentais de chefia feminina não são – ainda mais sob a ótica multidimensional – as mais pobres dentre as pobres.

Tabela 22 – Componentes “incidência” e “intensidade” do IMP-AL, segundo tipo de família e sexo do responsável, Brasil (1995-2014)

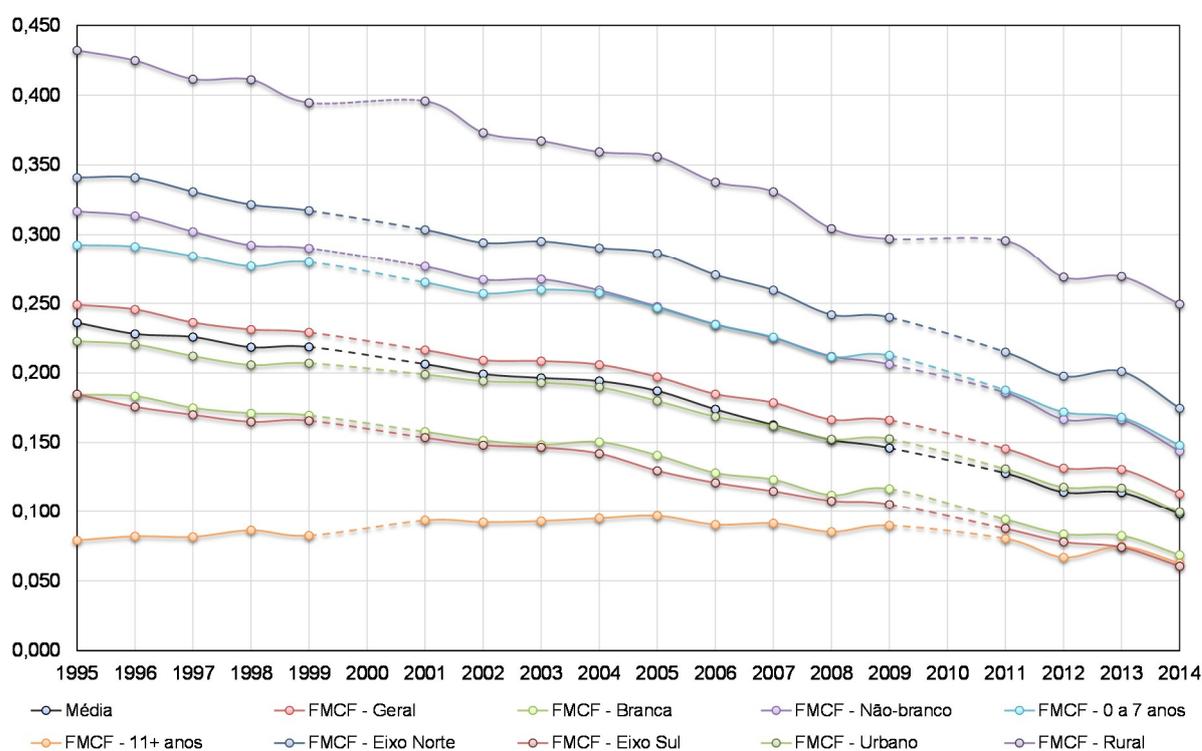
Ano	Responsável homem						Responsável mulher						Média das famílias	
	Monoparental		Casal sem filhos		Casal com filhos		Monoparental		Casal sem filhos		Casal com filhos			
	H	A	H	A	H	A	H	A	H	A	H	A	H	A
1995	0,599	0,424	0,459	0,396	0,569	0,430	0,617	0,404	0,363	0,364	0,511	0,421	0,561	0,421
1996	0,587	0,422	0,446	0,393	0,554	0,426	0,609	0,404	0,309	0,367	0,497	0,405	0,547	0,417
1997	0,572	0,414	0,456	0,395	0,552	0,424	0,595	0,397	0,294	0,379	0,479	0,408	0,545	0,415
1998	0,540	0,409	0,447	0,389	0,542	0,419	0,586	0,394	0,310	0,373	0,468	0,399	0,534	0,410
1999	0,565	0,406	0,449	0,391	0,551	0,414	0,586	0,391	0,278	0,354	0,478	0,389	0,540	0,405
2001	0,525	0,393	0,400	0,380	0,540	0,406	0,568	0,381	0,248	0,354	0,452	0,382	0,520	0,397
2002	0,534	0,391	0,387	0,376	0,526	0,403	0,554	0,377	0,287	0,364	0,460	0,382	0,507	0,393
2003	0,530	0,380	0,379	0,377	0,524	0,398	0,555	0,376	0,292	0,353	0,479	0,385	0,504	0,389
2004	0,529	0,387	0,372	0,371	0,519	0,400	0,551	0,374	0,296	0,357	0,491	0,377	0,499	0,389
2005	0,509	0,380	0,374	0,371	0,505	0,399	0,528	0,373	0,265	0,349	0,442	0,379	0,483	0,388
2006	0,470	0,375	0,348	0,366	0,475	0,394	0,500	0,370	0,265	0,353	0,441	0,380	0,454	0,383
2007	0,450	0,385	0,325	0,363	0,446	0,392	0,482	0,370	0,239	0,347	0,407	0,373	0,427	0,381
2008	0,428	0,375	0,311	0,361	0,424	0,389	0,456	0,365	0,246	0,343	0,382	0,370	0,403	0,377
2009	0,429	0,373	0,301	0,357	0,409	0,387	0,454	0,366	0,232	0,345	0,345	0,368	0,389	0,375
2011	0,370	0,368	0,266	0,351	0,363	0,381	0,401	0,363	0,202	0,347	0,345	0,373	0,345	0,371
2012	0,317	0,368	0,240	0,349	0,329	0,378	0,366	0,360	0,200	0,345	0,303	0,370	0,311	0,367
2013	0,332	0,358	0,253	0,349	0,324	0,375	0,364	0,358	0,209	0,340	0,314	0,366	0,312	0,365
2014	0,267	0,345	0,203	0,339	0,291	0,373	0,318	0,356	0,163	0,336	0,287	0,369	0,272	0,362
Variação	-55,4%	-18,8%	-55,9%	-14,4%	-48,8%	-13,3%	-48,5%	-11,9%	-55,1%	-7,7%	-43,8%	-12,5%	-51,6%	-14,0%

Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 e 2014.

Nota: H indica a componente “incidência”, enquanto A representa a componente “intensidade”.

Para encerrar a seção, apresenta-se um perfil do nível do IMP-AL para as FMCF, objeto de estudo desta dissertação, comparando os resultados com o valor médio para todas as famílias (Gráfico 30). O intuito desta comparação é averiguar a presença de discrepâncias significativas entre a média e os valores para o caso de famílias monoparentais femininas. Para este comparativo, apresenta-se, para as FMCF, o resultado do índice para as variáveis: escolaridade (até 7 anos e acima de 11 anos); raça/cor da responsável (brancas e não-brancas); situação do domicílio (urbano e rural); e região de residência (Norte e Sul).

Gráfico 30 – Índice multidimensional de pobreza para América Latina (IMP-AL), segundo características sociodemográficas da FMCF, Brasil (1995-2014)



Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014.

Nota: As áreas rurais em 1995 a 2003 excluem aquelas da região Norte. A categoria “não-brancas” inclui responsáveis pretas, pardas, amarelas e indígenas. A categoria “Eixo Norte” inclui as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A categoria “Eixo Sul” inclui as regiões Sul e Sudeste.

Como é possível notar, as FMCF com responsáveis brancas, residentes nas regiões Sul e Sudeste, ou de escolaridade elevada têm um IMP-AL menor até mesmo do que a média das famílias brasileiras. No caso destas famílias, especificamente após 2010, o nível multidimensional de pobreza é próximo do encontrado para a média dos arranjos do tipo “casal sem filhos” (ver Gráfico 29). Ainda que discrepâncias gritantes possam ser observadas para as famílias monoparentais em geral (e, especificamente no caso desta dissertação, para aquelas chefiadas por mulheres), há vários perfis específicos que têm níveis de pobreza

compatíveis – e, muitas vezes, em queda mais evidente – com os valores encontrados para os arranjos biparentais, com ou sem filhos.

De fato, como os resultados gráficos apontam, as FMCF das áreas rurais, que residem nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com ensino fundamental incompleto, ou nas quais a responsável é não-branca são as mais pobres. Todavia, como já foi mostrado neste capítulo, este padrão não é exclusividade das famílias monoparentais, sendo traços característicos da pobreza no Brasil desde que dados quantitativos fiáveis estão disponíveis. Ainda que os níveis, no caso destas variáveis, difiram entre os diversos tipos de família, não se pode afirmar que há feminização da pobreza no período Pós-Real.

5.3 EXISTE FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL?

Para encerrar a discussão sobre a feminização da pobreza no Brasil, o intuito é agora apresentar os resultados do modelo de regressão logística ordinal estimado. São apresentados tanto as razões de chances para as categorias das diversas variáveis como são calculadas algumas probabilidades condicionais relevantes. Ao cabo da seção, o objetivo é definir, derradeiramente, se há ou não fatores que possam estar associados a uma possível feminização da pobreza no Brasil Pós-Real (1995-2014). A seguir, são analisadas e interpretadas as razões de chances do modelo de regressão logística ordinal (Tabela 23)⁷⁴.

*Não pobre x Extremamente pobre*⁷⁵

A respeito da composição familiar, na qual a categoria de referência foi a família monoparental de chefia feminina (FMCF), as razões de chances obtidas mostram que pertencer a qualquer outro tipo de família que não a FMCF aumenta as chances desta estar no grupo “não pobre” frente à categoria “extremamente pobre”. Comparando as famílias monoparentais entre si, as chefiadas por homens têm 32,0% mais chance de estar no grupo de privação “não pobre” do que as chefiadas por mulheres.

Quando se comparam as FMCF com os outros arranjos chefiados por mulheres, pertencer a uma família biparental sem e com filhos aumenta, respectivamente, em 3,2 e 2,8 vezes a chance de ser um arranjo “não pobre” e comparativamente ao “extremamente pobre”. Por sua vez, ser de uma família biparental, respectivamente sem e com filhos, tendo um

⁷⁴ É de extrema importância ressaltar que todas as análises aqui realizadas são estáticas, no sentido de que cada variável (em cada grupo de privação) é estudada *coeteris paribus*. Para ter uma visão global dos resultados, é preciso recordar que cada observação (que corresponde a uma família) tem dados para todas as variáveis, e só a partir desta análise conjunta é possível saber qual o nível de privação esperado para cada família.

⁷⁵ Neste sub-tópico, todos os coeficientes analisados foram significativos a um nível de 0,01%. Deste modo, esta informação não será novamente apresentada.

responsável do sexo masculino aumenta em 1,9 e 2,1 vezes as chances de estar no grupo de menor privação. Os arranjos chefiados por mulheres são mais fortemente relacionados à categoria não pobre em relação ao extremamente pobre do que aquelas chefiadas por homens.

No que concerne a idade do responsável (agrupada em grandes grupos etários e na qual a categoria de referência adotada foi a de “65 anos ou mais”), quando se analisa o grupo “não pobre” em comparação ao “extremamente pobre”, nota-se que ter menos de 50 anos reduz entre 72,9% e 89,5% as chances de ser não pobre, dependendo da idade do responsável (30-49 e 15-29 anos, respectivamente). Já os responsáveis com idades entre 50 e 64 anos têm 36,8% menos chances de terem suas famílias enquadradas como “não pobres” e não como “extremamente pobres”, quando comparados com responsáveis acima de 65 anos.

A respeito da condição de convivência – isto é, se a família reside sozinha no domicílio (à qual se deu o nome de família única) ou se tem outras corresidentes –, adotou-se como referência a família única, de modo a avaliar melhor o papel da convivência nas chances de ter menores níveis de pobreza. Os resultados mostram que as famílias conviventes principais têm 22,2% mais chances de serem enquadradas como não pobres em relação à condição de sobrevivência única. Por sua vez, ser conviventes secundárias têm 10,1% menos chances. Isto mostra que a convivência é um fator que favorece significativamente a redução dos níveis de privação de todas as famílias, ainda que isto seja um fator específico – no caso dos dados acerca do grupo “não pobres – das conviventes principais.

Quando a variável analisada é a raça/cor autodeclarada, a categoria de referência adotada foi o responsável ser da cor branca. Iniciando a análise pelos responsáveis amarelos, os que se autodeclaram desta cor têm 73,1% mais chances do que os brancos de estarem no grupo de famílias “não pobre”, contra a categoria “extremamente pobre”. Ao se estudarem as famílias com responsáveis pretos, pardos ou indígenas, é preciso uma nova segmentação, devido às diferenças perceptíveis nas razões de chance: de um lado, temos os pretos e pardos, com comportamentos muito semelhantes; de outro, os indígenas, com níveis razoavelmente distintos. Embora tenhamos feito esta divisão, mostra-se sensível e não desprezível a diferença entre as três identificações raça/cor e os amarelos⁷⁶.

No que tange os indígenas, um responsável identificado com esta raça/cor tem 75,3% menos chances – do que uma família com responsável branco – de estar no grupo de privação “não pobre” em relação ao grupo “extremamente pobre”. A grande redução nas

⁷⁶ Sugere-se a leitura da reportagem “*O que o mapa racial do Brasil revela sobre a segregação no país*”, (disponível em: <http://bit.ly/1NSx3fH>, acesso em: 28/12/2015), que conta com mapas interativos para mostrar a segregação racial seja no Brasil como um todo, seja em cidades ou regiões de interesse.

chances de ter níveis de privação menores quando uma família é chefiada por uma pessoa indígena é tal que, analisada isoladamente, esta característica tenha um grande peso para alocar estas famílias na pobreza extrema. Este efeito é compartilhado por responsáveis pretos e pardos, mas o impacto é significativamente menor. A respeito destes últimos, nota-se que ser destas cores reduz, respectivamente, em 54,5% e 54,3% as chances de a família ser tida como “não pobre” e não como “extremamente pobre”, em relação às com responsáveis brancos.

A respeito do número de anos estudados ter de 11 a 14 anos de estudo foi o fator mais fortemente relacionado com a família estar no grupo “não pobre”, quando comparada a famílias onde o responsável estudou 15 anos ou mais. Para os responsáveis que estudaram entre 11 e 14 anos, a chance de a família se enquadrar como “não pobre” é reduzida em 85,6%. Ainda que estes resultados apontem para uma alta discrepância entre ter ou não ensino superior, nota-se que ter ensino médio já faz grande diferença para a condição de privação, já que não ter sequer ensino médio reduz em mais de 95,0% as chances de uma família ser enquadrada como “não pobre” ao invés de “extremamente pobre”.

No que concerne a análise por grandes regiões, nota-se que há três grupos distintos, separados pela semelhança nas razões de chance obtidas e pelo grau de proximidade em relação à região Sudeste (que é a categoria de referência): Norte e Nordeste; Centro-Oeste; e Sul. Em comparação com o Sudeste, a família residente no Norte ou no Nordeste reduz suas chances de estar no grupo “não pobre”, em relação à categoria de referência, em 94,1% e em 90,6%, respectivamente. Quando se analisa o Centro-Oeste, se percebe que este é um meio-termo entre os estados das primeiras duas regiões e aqueles do Sul e Sudeste. Residir no Centro-Oeste, em comparação às famílias do Sudeste, reduz as chances de estar nos grupos de privação “não pobre” (contra o grupo “extremamente pobre”) em 78,0%. Já os resultados para a região Sul mostram uma situação consideravelmente melhor em relação à experimentada nas outras três regiões. Ainda assim, a razão de chance de uma família do Sul ser “não pobre”, ao invés de “extremamente pobre”, é 30,3% menor em relação às famílias do Sudeste.

Feito este panorama sobre as regiões brasileiras, a interpretação dos resultados por situação do domicílio se torna não só mais imediata, como complementar e a partir da qual dá para obter diversas conclusões adicionais. Morar em áreas rurais, independentemente da região e das outras variáveis utilizadas no modelo, reduz – em comparação com as famílias urbanas – em 86,4% as chances de uma família ser tida como “não pobre”, em comparação com a categoria “extremamente pobre”. Isto nos diz que, se não levarmos em conta nenhuma outra variável, a simples informação sobre situação do domicílio já é um fator que consegue diferenciar expressivamente o nível de privação de uma família.

A respeito do setor de atividade do responsável, adotou-se como categoria de referência o terciário (que aqui inclui atividades como construção, comércio, transporte, administração pública, educação, saúde e serviços domésticos). Analisando primeiramente o setor secundário em relação ao terciário, é possível ver que estar ocupado no primeiro aumenta as chances de a família estar no grupo “não pobre” (ao invés de pertencer ao “extremamente pobre”) em 6,2%. Em contrapartida, responsáveis ocupados no setor primário tem 87,5% menos chances, do que os que trabalham no setor terciário, de terem suas famílias enquadradas como “não pobres”. Quando se analisa o grupo de responsáveis com atividades mal definidas ou que não estão empregados, esta condição reduz, quando comparados com os trabalhadores do setor terciário, em 74,1% as chances de a família estar no grupo de privação “não pobre” em relação à categoria “extremamente pobre”.

A variável que analisa o impacto dos dependentes de uma família para o nível de privação da mesma teve como categoria de referência a ausência de um grupo dominante, o que desemboca em duas possibilidades: 1) famílias nas quais não há dependentes; e 2) famílias nas quais há, por exemplo, tanto crianças como idosos. A análise das razões de chance precisa ser feita dividindo as categorias de dependência, devido à divergência nos resultados alcançados: de um lado, a maioria de crianças ou jovens, casos nos quais as razões de chances são inferiores a 1; de outro, a maioria de idosos, com *odds ratios* acima de 1.

Iniciando pelas famílias em que a maioria dos dependentes é idosa, nota-se que estes arranjos têm, em comparação àqueles sem grupo dominante, 3,1 vezes mais chances de serem enquadrados como “não pobres” ao invés de “extremamente pobres”. Por sua vez, a análise das razões de chance mostra que, em comparação às famílias nas quais não há um grupo dominante, aquelas com crianças e com jovens têm, respectivamente, 18,4% e 76,7% menos chances de estarem no grupo “não pobres” do que no “extremamente pobres”.

Ainda que, quando há mais dependentes menores do que idosos, há menos chances de a família ser considerada “não pobre”, nota-se a existência de uma associação entre jovens e mercado de trabalho, a qual aparenta assumir uma conotação negativa. Assumindo que crianças não podem trabalhar (ainda que este seja um fenômeno não totalmente erradicado no Brasil), estas contribuem em nada com o sustento da família, enquanto os jovens (aqueles com 16 anos ou mais), sim. Todavia, dentre as famílias com maiores níveis de privação, estes jovens podem estar subempregados ou ganhando menos do que poderiam, o que transformaria o efeito do jovem trabalhando em algo negativo. Ademais, a menor chance de uma família com adolescentes estar com menores níveis de pobreza pode estar associada ao fato de as variáveis de mercado de trabalho terem sido construídas usando

informações sobre semana de referência, e não sobre o ano, o que também pode refletir a maior volatilidade do emprego entre jovens.

A respeito da idade presumida ao primeiro filho, esta variável foi construída levando em conta que todos os membros enquadrados na categoria “filho” em uma família podem ser do responsável. Ademais, é preciso considerar que esta informação só trata daqueles filhos que ainda corresidam com o responsável – já que a PNAD não capta a idade dos filhos que já morreram ou não moram mais com os pais. Neste sentido, esta variável busca captar com quantos anos a pessoa responsável teria tido seu filho mais velho com o qual ainda convive. No caso de não haver filhos na família, esta categoria compreende duas possibilidades: 1) família que nunca teve filhos; e 2) família onde todos os filhos já morreram ou saíram de casa. Para esta variável, esta categoria (“não tem filho”) foi adotada como referência e as idades foram calculadas como sendo a diferença entre a idade atual do responsável e a do filho mais velho convivente, para depois serem agrupadas.

Os resultados das razões de chances mostram uma tendência quadrática em relação à idade, com máximo global para as famílias nas quais o responsável teve seu filho mais velho quando tinha entre 20 e 29 anos. Ademais, os grupos etários podem ser separados em três categorias: 1) os sem-filhos e os que tiveram entre 20 e 29 anos; 2) os que o tiveram quando tinham entre 10 e 19 anos ou entre 30 e 49 anos; e 3) aqueles que tiveram seu filho mais velho ainda corresidente após os 50 anos. O primeiro grupo é o que tem mais chances, ao analisar apenas esta variável, de ter os menores níveis de privação. O segundo grupo é intermediário, com menores chances, e o terceiro é o mais desfavorecido.

Começando pelo grupo etário 20-29 anos, os responsáveis – independentemente de seu sexo – que tiveram o filho mais velho corresidente nestas idades dão às suas famílias, em relação às que não têm filhos consigo, 47,8% mais chances de pertencerem ao grupo de privação “não pobre” contra o grupo “extremamente pobre”. Por sua vez, os grupos etários 10-19 e 30-49 apresentam algumas semelhanças entre si: famílias cujo responsável teve seu filho mais velho nestas idades têm, respectivamente, 16,0% e 8,0% menos chances de estarem no menor grupo de privação do que as famílias sem filhos corresidentes.

Finalmente, as famílias nas quais o filho mais velho nasceu com o responsável já tendo 50 anos ou mais são aquelas com menos chances de terem menores níveis de privação. Isto pode ser explicado por uma possível combinação entre o responsável ser próximo da terceira idade (e, portanto, ter mais chances de ser já aposentado) com este filho mais velho ainda ser uma criança, ou seja, dependente. Famílias enquadradas nesta categoria têm, em

relação àquelas que não têm filhos consigo, 80,1% menos chances de estarem no grupo de privação “não pobre”, frente ao grupo “extremamente pobre”.

As últimas duas variáveis sobre família a analisar dizem respeito ao seu tamanho e à condição de família estendida. O número de membros da família foi agrupado em três grandes categorias, assim nomeadas: família pequena (2 a 3 pessoas); média (4 a 5 pessoas); e grande (6 pessoas ou mais). Definir a família pequena como tendo até 3 membros procura incluir tanto arranjos do tipo “casal com filhos”, onde há um só filho, como aqueles monoparentais, onde pode haver dois filhos ou um filho e outro parente. Para esta variável foi adotada como categoria de referência a família grande.

Por sua vez, a variável que capta a característica de família estendida é binária, a qual só assume “sim” quando há pelo menos um parente que não seja filho ou cônjuge dentro da família. Para esta variável, assumiu-se como categoria de referência a resposta “sim”, de modo que a interpretação das razões de chance diz respeito à ausência de outros parentes dentro de uma família. É importante ressaltar que esta variável não necessariamente guarda relação com o tamanho da família, pois não é obrigatório ter uma família grande para ter outros parentes corresidentes.

Analisando as razões de chance para o tamanho da família, é possível notar que famílias com menos de 6 pessoas são extremamente mais propensas a serem classificadas como “não pobres” (22,6 vezes mais chances para as famílias pequenas e 7,8 vezes mais para as médias) do que como “extremamente pobres”. Complementarmente, famílias pequenas têm 3,2 vezes mais chances do que as médias de estarem no grupo “não pobre”. No que tange a condição de família estendida, é possível perceber que não ter outros parentes não altera significativamente em favor da família ser “não pobre” ao invés de “extremamente pobre”.

A última variável do modelo a ser estudada diz respeito ao período de governo. Esta procura captar efeitos omitidos do modelo, como políticas sociais, taxa de crescimento da economia e inflação. Nela, se adotou como categoria de referência o governo Dilma I (2011-2014), de modo a ter interpretações para os governantes com mandatos já encerrados. Interpretando as razões de chance para o grupo de privação “não pobre”, pode-se notar que, durante os 8 anos do governo FHC, houve pouca melhora. No período, mantendo-se todos os outros fatores constantes, as chances de qualquer família estar no menor nível de privação (e não entre as extremamente pobres) é entre 88,5 e 92,2% menor em relação à mesma família no governo Dilma I. Já durante os governos Lula, pode-se perceber que as razões de chances se elevam, especialmente durante o segundo mandato.

Qualquer família, durante o primeiro governo de Lula, tinha 81,9% menos chances de estar no grupo “não pobre” (em relação ao grupo “extremamente pobre”) do que a mesma família durante o governo Dilma. Entre o primeiro e o segundo mandato, as chances de ser uma família com baixo nível de privação aumentam 1893 p.p. Por fim, a evolução entre os governos Lula II e Dilma I é mais intensa, havendo um crescimento de 2,8 vezes nas chances de qualquer família ser “não pobre” (e não como “extremamente pobre”).

Vulnerável x Extremamente pobre⁷⁷

A respeito da composição familiar, comparando as famílias monoparentais entre si, ter o responsável do sexo masculino (ao invés de ser mulher) aumenta em 9,2% as chances de estar no grupo de privação “vulnerável” contra a categoria “extremamente pobre”. Quando se comparam as FMCF com os outros arranjos chefiados por mulheres, pertencer a uma família biparental sem e com filhos aumenta, respectivamente, em 2,1 e 1,5 vezes as chances de a família ser considerada “vulnerável” ao invés de “extremamente pobre”. Já as chances de famílias chefiadas por homens pertencerem ao grupo “vulnerável”, contra a categoria “extremamente pobre”, aumentam em 1,6 vezes para famílias casal sem filhos e 1,3 vezes para as que têm filhos, frente às famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

No caso da idade do responsável, quando se analisam os coeficientes para a categoria de privação “vulnerável”, a interpretação é diferente da obtida para a categoria “não pobre”. No atual caso, ter menos que 50 anos reduz as chances de uma família ser enquadrada como “vulnerável” ao invés de “extremamente pobre”: 43,9% para aqueles entre 30 e 49 anos; e 67,0% para aqueles de 15 a 29 anos de idade. Já uma família com responsáveis entre 50 e 64 anos tem 1,6% mais chances do que aquelas de responsáveis idosos de ser “vulnerável” ao invés de “extremamente pobre”. Isto mostra que ser mais velho aumenta as chances de ter maior nível de privação, mantendo tudo o mais constante, enquanto há uma relação parabólica entre a idade e as chances de a família ser considerada “não pobre” ao invés de “extremamente pobre”, com máximo global entre os adultos mais velhos (50 a 64 anos).

No que tange a análise da condição de convivência, ser parte de uma família convivente principal (e não ser, assim, família única) aumenta em 3,1% as chances de estar no grupo “vulnerável” contra o grupo “extremamente pobre”. Esta razão de chance, ainda que maior do que 1, é inferior à averiguada para o grupo de privação “não pobre”. Isto mostra que, dado que a referência da variável dependente é a categoria de privação “extremamente

⁷⁷ Neste sub-tópico, todos os coeficientes analisados foram significativos a um nível de 0,01%. Deste modo, esta informação não será novamente apresentada.

pobre”, pertencer a uma família convivente é um fator que favorece melhores condições de vida, havendo maior força deste efeito para enquadrar uma família como “não pobre” do que como “vulnerável”.

Já no caso das famílias conviventes secundárias, a evolução das razões de chance pelo nível de privação assume um formato não-linear. No grupo “vulnerável”, ser uma família convivente secundária aumenta as chances de pertencer a este nível de privação em 31,4%. Uma possível interpretação deste resultado diz respeito a uma combinação de dois fatores: de um lado, há bem menos famílias conviventes (sobretudo aquelas de ordem superior a 2) do que famílias únicas; de outro lado, é de fato possível que estas famílias experimentem situações intermediárias em termos de níveis de privação.

A análise da variável raça/cor mostra resultados semelhantes aos levantados na categoria de privação “não pobre”, embora com diferenças notáveis em termos de intensidade das chances. Iniciando pelos responsáveis amarelos, os que se autodeclararam desta cor têm 43,3% mais chances do que os brancos de estarem no grupo “vulnerável” ao invés de pertencerem à categoria “extremamente pobre”. Este resultado é menos intenso do encontrado no caso da categoria “não pobre” (75,3% mais chances de famílias com responsáveis amarelos estarem nesse grupo e não de maior privação do que os brancos). Isto nos mostra que as famílias chefiadas por pessoas amarelas, mantendo tudo o mais constante, têm maiores chances de menor privação do que famílias chefiadas por pessoas brancas.

No que tange os indígenas, uma pessoa responsável identificada com esta raça/cor, se comparada a uma família com responsável da cor branca, tem 68,2% menos chances de estar na categoria “vulnerável” do que no grupo “extremamente pobre”. Analisando, por sua vez, os responsáveis pretos e pardos, nota-se que ser destas cores reduz as chances de uma família se enquadrar no grupo “vulnerável” (e não no de maior privação) em, respectivamente, 37,5% e 37,4%, em relação às famílias chefiadas por pessoas brancas.

Ao analisar a variável sobre número de anos na escola, assim como foi para a categoria “não pobre”, ter menos de 11 anos de estudo reduz em mais de 85,0% as chances de a família estar tanto no grupo “vulnerável”, quando comparadas a famílias onde o responsável estudou 15 anos ou mais. Já no caso de famílias com responsáveis que passaram entre 11 e 14 anos na escola, suas chances de serem enquadradas como “vulnerável” são reduzidas em 73,5% em relação à categoria “extremamente pobre”.

Os resultados para região de residência e situação do domicílio nos mostram, de novo, que a segmentação entre Norte-Nordeste, Centro-Oeste e Sul-Sudeste é necessária, assim como a importância de se distinguir o urbano do rural. Avaliando primeiramente os

resultados por regiões, em relação ao Sudeste, a família residente no Norte ou no Nordeste reduz suas chances de estar no grupo “vulnerável” em 79,9% e 72,8% (em comparação à categoria “extremamente pobre”). Por sua vez, residir no Centro-Oeste, em comparação às famílias do Sudeste, reduz as chances de estar no grupo de privação “vulnerável” (frente ao “extremamente pobre”) em 58,2%.

Antes de prosseguir com a análise urbano-rural, os resultados para a região Sul mostram, também no caso do nível de privação “vulnerável”, uma situação melhor em relação à encontrada nas três regiões anteriores. Quando se analisam as razões de chance de estar nos grupos “vulnerável”, residir no Sul (ao invés de morar no Sudeste) reduz as chances de uma família pertencer a este grupo (e não ao “extremamente pobre”) em 20,7%. Ainda que tenha sido encontrada forte significância estatística, podemos considerar que há pouca diferença *de facto* entre famílias com nível de privação intermediário que moram no Sul e no Sudeste.

Por fim, se nota que morar em áreas rurais (em comparação ao morar no urbano), independentemente da região e das outras variáveis do modelo, reduz em 73,7% as chances de uma família ser “vulnerável” em comparação com a categoria “extremamente pobre”. Como esta redução, nas chances de estar no grupo de privação intermediário, é tão grande e similar à verificada no caso do nível de privação “não pobre” (86,4%), concluímos que, sem considerar outras variáveis explicativas, saber que uma família reside na área rural de um município aumenta significativamente as chances de, no mínimo, estar no grupo de privação “pobre”.

Analisando a variável acerca do setor de atividade do responsável, é possível ver que estar ocupado no setor secundário (ao invés do terciário) reduz as chances de a família ser “vulnerável” (e não “extremamente pobre”) em 12,3%. Por outro lado, trabalhar na agricultura reduz, em comparação com o trabalhador no setor de serviços, as chances de a família ser “vulnerável” ao invés de “extremamente pobre” em 69,4%. É possível afirmar, a partir destes resultados, que, assim como morar nas áreas rurais, o trabalho no setor agrícola é um fator característico das famílias mais pobres no Brasil.

Quando, por sua vez, se avalia o grupo de responsáveis com atividades mal definidas ou que não estão empregados, esta condição reduz, quando comparados com os trabalhadores do setor terciário em 58,4% as chances de a família estar no grupo de privação “vulnerável” em relação à categoria “extremamente pobre”. Ainda que este resultado também seja bastante desfavorável, é consideravelmente melhor do que o obtido para famílias com responsáveis empregados na agricultura.

No que tange a tipologia dos dependentes, nota-se que arranjos familiares com maioria de dependentes idosos têm, em comparação àqueles sem grupo dominante 3,2 vezes

mais chances de serem enquadrados como “vulneráveis” ao invés de “extremamente pobres”. Já aquelas com crianças e com jovens têm, em comparação com famílias nas quais não há um grupo dominante, 27,9% mais chances e 56,7% menos chances de serem enquadradas como “vulneráveis” do que como “extremamente pobres”, respectivamente.

Quando a variável analisada é a idade presumida ao primeiro filho – lembrando que esta capta apenas os sobreviventes e corresidentes – os resultados novamente apresentam um comportamento não linear. No caso do grupo 20-29 anos, os responsáveis que tiveram o filho mais velho corresidente nestas idades dão às suas famílias, em relação às que não têm filhos consigo, 45,9% mais chances de estarem no grupo “vulnerável” do que no grupo “extremamente pobre”. Por sua vez, as famílias onde os responsáveis tiveram seu primeiro filho aos 10-19 e aos 30-49 anos têm, em relação aos arranjos sem filhos corresidentes, 5,3% mais chances e 6,4% menos chances de estarem no grupo de famílias vulneráveis à pobreza (ao invés de estarem entre as extremamente pobres) do que a categoria de referência, respectivamente. Finalmente, as famílias nas quais o filho mais velho nasceu com o responsável tendo 50 anos ou mais têm 63,7% menos chances de estarem no grupo “vulnerável” (e não no “extremamente pobre”), quando comparadas com aquelas onde não há filho corresidente.

Em relação à variável que capta o tamanho da família, é possível notar que famílias com menos de 6 pessoas têm entre 4,4 e 8,9 vezes mais chances de estarem no grupo “vulnerável” (ao invés do grupo “extremamente pobre”) do que as famílias grandes. Complementarmente, famílias pequenas têm 2,3 vezes mais chances de pertencerem à categoria “vulnerável” do que aquelas médias. No que tange a condição de família estendida, é possível perceber que não ter outros parentes além dos filhos aumenta em 16,1% as chances de ser “vulnerável”, em relação ao grupo “extremamente pobre”. Com isto, concluímos que a presença de outros parentes atua como fator que favorece menores níveis de privação, algo que pode ser associado ao fato de tais parentes serem, na maioria das vezes, adultos que, portanto, podem contribuir com o sustento familiar.

Finalmente, a respeito do período de governo, a análise das razões de chance para o grupo de privação “vulnerável” pode ser feita de maneira semelhante ao realizado para o grupo “não pobre”. Entre 1995 e 1998, as chances de qualquer família eram 86,2% menores, do que as tidas pelas mesmas famílias no período 2011-2014, de estar no grupo “vulnerável” (em relação ao grupo de maior privação). No quadriênio subsequente, as chances de qualquer família passaram a ser 79,0% menores de estar no grupo das vulneráveis. No primeiro governo Lula (2003-2006), as chances eram 68,1% menores e, no seu segundo governo,

houve uma elevação nas razões de chance, de sorte que qualquer família tinha 71,4% mais chances de estar no grupo “vulnerável” do que a mesma família no quadriênio anterior.

*Pobre x Extremamente pobre*⁷⁸

Iniciando a análise das razões de chance entre “pobre” e “extremamente pobre” pelo tipo de família, os resultados mostram que, comparando as famílias monoparentais entre si, aquelas chefiadas por homens têm 4,4% menos chance de estar na classe “pobre” (e não na classe de referência) do que as monoparentais femininas (FMCF). Ademais, comparando a FMCF com os outros arranjos chefiados por mulheres, pertencer a uma família biparental sem e com filhos aumenta, respectivamente, em 59,8% e 14,2% as chances de estar no grupo de famílias pobres (contra a categoria de referência). No caso das famílias biparentais chefiadas por homens sem e com filhos, estas têm, respectivamente, 41,0% e 20,5% a mais de chance de estarem entre as pobres (e não entre as extremamente pobres) do que as FMCF.

Ao avaliar o papel da idade do responsável, ter menos que 65 anos aumenta em 25,3% para os que têm entre 50 e 64 anos e em 6,4% para aqueles entre 30 e 49 anos e reduz em 11,8% para aqueles de 15 a 29 anos de idade as chances de uma família ser enquadrada como pobre. Isto mostra que ser mais velho aumenta as chances de ter maior nível de privação, mantendo tudo o mais constante, enquanto há uma relação parabólica entre a idade e as chances de a família ser considerada “não pobre” ao invés de “extremamente pobre”, com máximo global entre os adultos mais velhos (50 a 64 anos).

No que tange a condição de convivência, ser parte de uma família convivente principal (quando comparada a uma família única) aumenta em 2,4% as chances de estar no grupo de privação “pobre” (contra o grupo “extremamente pobre”). Já no caso das famílias conviventes secundárias, esta categoria de convivência aumenta as chances de ser enquadrado como pobre em 6,7%. Isoladamente, a condição de convivência é, portanto, um fator que favorece expressivamente a melhora das condições de vida de todas as pessoas que moram dentro de um domicílio, especialmente para aquelas indicadas como conviventes principais.

A respeito da raça/cor do responsável, famílias com pessoa de referência amarela têm 17,1% mais chances do que aquelas com responsável branco de estarem no grupo de privação “pobre” e não no grupo “extremamente pobre”. O fato de esta razão de chance ser próxima de 1,00 mostra certa concentração destas famílias nos estratos inferiores de privação. No caso das famílias com responsável indígena, a situação é invertida: estas famílias têm, em

⁷⁸ Neste sub-tópico, todos os coeficientes analisados foram significativos a um nível de 0,01%. Deste modo, esta informação não será novamente apresentada.

comparação às de responsável branco, 61,9% menos chances de estarem no grupo “pobre”. Analisando, enfim, o caso dos responsáveis pretos e pardos, se identificar com uma destas cores reduz em 23,7% para os pretos e em 20,5% para os pardos (em comparação com as famílias chefiadas por responsável branco) a chance de pertencer ao grupo de privação “pobre” (contra o grupo “extremamente pobre”)

No que concerne o número de anos de estudo, percebe-se que as razões de chance para a categoria de privação “pobre” são maiores – em relação aos obtidos para os níveis “não pobre” e “vulnerável” –, mas ainda se mantém a melhor situação das famílias com responsáveis que estudaram pelo menos 11 anos. Ainda que não ter ensino superior completo reduza a chance de a família estar no grupo de privação “pobre”, em detrimento do grupo “extremamente pobre”, em 26,1%, estas famílias têm de 1,5 a 2,4 vezes mais chances de estarem nesta categoria (que ainda é melhor do que a de referência) do que aquelas famílias nas quais o responsável estudou entre 1 e 10 anos.

No que diz respeito às variáveis de região de residência e situação do domicílio, nota-se que morar no Norte ou no Nordeste (em relação às famílias que vivem no Sudeste) têm, respectivamente, 48,1% e 28,5% menos chances de estarem no grupo de privação “pobre” (contra o grupo “extremamente pobre”). Por sua vez, no caso das famílias que moram no Centro-Oeste, estas – em comparação às do Sudeste – têm 31,0% menos chances de estarem neste grupo de privação. No caso das famílias residentes no Sul, morar nesta região reduz a chance de estar no grupo “pobre” em 4,4%. Assim como para as razões de chance das outras categorias de privação, nota-se o assemelhar entre Norte e Nordeste, o caráter intermediário do Centro-Oeste e a proximidade do Sul em relação ao Sudeste. Por fim, independentemente da região de residência, morar no rural reduz em 54,9% as chances de uma família ser “pobre” (em relação ao nível de privação “extremamente pobre”).

Ao analisar o setor de atividade do responsável, o fato de trabalhar no setor secundário ao invés do terciário reduz as chances de estar na categoria de privação “pobre” (contra a categoria “extremamente pobre”) em 7,3%. Para as famílias nas quais o responsável está ocupado no setor primário – sempre em relação ao setor terciário –, as chances de estarem no grupo de privação “pobre” são 43,0% menores. Finalmente, quando se analisa o grupo de responsáveis com atividades mal definidas ou que não estão empregados, esta condição reduz, quando comparados com os trabalhadores do setor terciário, em 24,2% as chances de a família estar no grupo de privação “pobre”.

A respeito da tipologia dos dependentes, as famílias nas quais a maior parte dos dependentes é idosa têm 1,9 vezes mais chances (em relação àquelas sem grupo dominante)

de estarem no grupo de privação “pobre” (ao invés de estarem no grupo “extremamente pobre”). No caso das famílias com maioria de crianças e de jovens, elas têm, respectivamente, 51,0% mais chances e 40,5% menos chances de estarem na categoria de privação “pobre” (ao invés da categoria “extremamente pobre”) em relação às que não têm um grupo de dependentes dominante.

Quanto à idade presumida ao primeiro filho, as famílias nas quais o responsável teve seu primeiro filho ainda corresidente aos 20-29 anos têm (em comparação àquelas que não tiveram filhos ou os quais não corresidem) 48,1% mais chances de estarem na categoria de privação “pobre” (contra a categoria “extremamente pobre”). No caso das famílias com filhos tidos entre 10-19 e 30-49 anos, as chances aumentam, respectivamente, em 13,7% e 10,3%. Por fim, no caso das famílias nas quais o responsável teve o primeiro filho após os 50 anos têm, em relação àquelas sem filhos, 36,8% menos chances de estarem no grupo de privação “pobre” do que no “extremamente pobre”.

Analisando as razões de chance para o tamanho da família, é possível notar que famílias com menos de 6 pessoas tem de 2,4 (no caso das médias) a 3,3 vezes (no caso das pequenas) mais chances de estarem no grupo de privação “pobre” do que no “extremamente pobre”; ou seja, as maiores famílias são claramente menos propensas do que as menores de estarem neste grupo do que no de maior privação. Já a respeito da condição de família estendida, não ter outros parentes além dos filhos reduz em 19,1% as chances de estar no grupo de privação “pobre” em relação à categoria de referência, o que podemos considerar como uma diferença pouco relevante em termos práticos.

Por fim, a variável sobre período de governo mostra que, entre 1995-1998, as famílias tinham 72,0% menos chances de serem consideradas “pobres” em relação ao grupo “extremamente pobres”, em comparação às mesmas famílias no governo Dilma I. No segundo governo FHC, as chances eram 60,6% menores, enquanto nos dois governos Lula as chances foram 48,5% e 32,3% menores, respectivamente. Isto mostra que, só considerando o período de governo, houve uma melhora substancial nas condições médias de vida das famílias.

Tabela 23 – Coeficientes e *odds ratios* para as variáveis, e respectivas categorias, do modelo de regressão logística ordinal, Brasil (1995-2014)

Grupo	Variável	Categoria	Coeficientes			<i>Odds ratios</i> (em relação à categoria de referência)		
			Não pobre	Vulnerável	Pobre	Não pobre	Vulnerável	Pobre
-	Intercepto		9,2598	6,3652	2,8851			
TIPO DE FAMÍLIA	Tipo de família	Monoparental – masculina	0,2778	0,0884	-0,0454	1,32 (1,31 - 1,33)	1,09 (1,08 - 1,10)	0,96 (0,95 - 0,97)
		Casal sem filhos - masculina	0,6336	0,4462	0,3439	1,88 (1,84 - 1,93)	1,56 (1,53 - 1,60)	1,41 (1,38 - 1,44)
		Casal com filhos - masculina	0,7301	0,2293	0,1868	2,08 (2,07 - 2,09)	1,26 (1,25 - 1,26)	1,21 (1,20 - 1,21)
		Monoparental – feminina						
		Casal sem filhos – feminina	1,1745	0,7543	0,4689	3,24 (3,13 - 3,35)	2,13 (2,06 - 2,20)	1,60 (1,55 - 1,65)
		Casal com filhos – feminina	1,0186	0,4018	0,1332	2,77 (2,74 - 2,80)	1,50 (1,48 - 1,51)	1,14 (1,13 - 1,15)
	Idade do responsável	De 15 a 29 anos	-2,2561	-1,1094	-0,1260	0,11 (0,10 - 0,11)	0,33 (0,33 - 0,33)	0,88 (0,87 - 0,89)
		De 30 a 49 anos	-1,3038	-0,5786	0,0620	0,27 (0,27 - 0,27)	0,56 (0,56 - 0,57)	1,06 (1,06 - 1,07)
		De 50 a 64 anos	-0,4596	0,0163	0,2254	0,63 (0,63 - 0,64)	1,02 (1,01 - 1,02)	1,25 (1,24 - 1,26)
		65 anos ou mais						
Condição de convivência	Única							
	Convivente principal	0,2004	0,0308	0,0239	1,22 (1,21 - 1,23)	1,03 (1,03 - 1,04)	1,02 (1,02 - 1,03)	
	Convivente secundária	-0,1158	0,2728	0,0647	0,89 (0,88 - 0,90)	1,31 (1,31 - 1,32)	1,07 (1,06 - 1,07)	
DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	Raça/cor do responsável	Branco						
		Preto	-0,7883	-0,4706	-0,2700	0,46 (0,45 - 0,46)	0,63 (0,62 - 0,63)	0,76 (0,76 - 0,77)
		Pardo	-0,7823	-0,4690	-0,2297	0,46 (0,46 - 0,46)	0,63 (0,62 - 0,63)	0,80 (0,79 - 0,80)
		Amarelo	0,5488	0,3597	0,1581	1,73 (1,66 - 1,80)	1,43 (1,38 - 1,49)	1,17 (1,13 - 1,22)
		Indígena	-1,4002	-1,1455	-0,9658	0,25 (0,24 - 0,25)	0,32 (0,31 - 0,33)	0,38 (0,37 - 0,39)

(continua...)

(continuação)

Grupo	Variável	Categoria	Coeficientes			Odds ratios (em relação à categoria de referência)		
			Não pobre	Vulnerável	Pobre	Não pobre	Vulnerável	Pobre
DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	Anos de estudo do responsável	Menos de 1 ano	-6,2586	-4,1254	-1,7009	0,00 (0,00 - 0,00)	0,02 (0,02 - 0,02)	0,18 (0,18 - 0,19)
		1 a 7 anos	-4,7985	-3,1405	-1,1818	0,01 (0,01 - 0,01)	0,04 (0,04 - 0,05)	0,31 (0,29 - 0,32)
		8 a 10 anos	-3,4026	-2,2206	-0,7235	0,03 (0,03 - 0,04)	0,11 (0,10 - 0,11)	0,49 (0,47 - 0,51)
		11 a 14 anos	-1,9402	-1,3293	-0,3030	0,14 (0,14 - 0,15)	0,27 (0,25 - 0,28)	0,74 (0,71 - 0,77)
		15 anos ou mais						
	Região de residência	Norte	-2,8365	-1,6039	-0,6564	0,06 (0,06 - 0,06)	0,20 (0,20 - 0,20)	0,52 (0,52 - 0,52)
		Nordeste	-2,3657	-1,3013	-0,3348	0,09 (0,09 - 0,09)	0,27 (0,27 - 0,27)	0,72 (0,71 - 0,72)
		Sudeste						
		Sul	-0,3608	-0,2325	-0,0451	0,70 (0,69 - 0,70)	0,79 (0,79 - 0,80)	0,96 (0,95 - 0,96)
		Centro-Oeste	-1,5143	-0,8721	-0,3704	0,22 (0,22 - 0,22)	0,42 (0,42 - 0,42)	0,69 (0,69 - 0,70)
PRIVAÇÃO ECONÔMICA	Situação do domicílio	Urbano						
		Rural	-1,9973	-1,3357	-0,7972	0,14 (0,14 - 0,14)	0,26 (0,26 - 0,26)	0,45 (0,45 - 0,45)
	Setor de atividade do responsável	Mal definido / não trabalha	-1,4736	-0,8759	-0,2775	0,23 (0,23 - 0,23)	0,42 (0,41 - 0,42)	0,76 (0,75 - 0,76)
		Primário	-2,0582	-1,1855	-0,5626	0,13 (0,13 - 0,13)	0,31 (0,30 - 0,31)	0,57 (0,57 - 0,57)
		Secundário	-0,0636	-0,1316	-0,0761	0,94 (0,93 - 0,94)	0,88 (0,87 - 0,88)	0,93 (0,92 - 0,93)
		Terciário						
	Proporção de dependentes	Sem grupo dominante						
		Crianças (de 0 a 14 anos)	-0,2039	0,2464	0,4123	0,82 (0,81 - 0,82)	1,28 (1,27 - 1,29)	1,51 (1,50 - 1,52)
Jovens (de 15 a 17 anos)		-1,4566	-0,8378	-0,5195	0,23 (0,23 - 0,23)	0,43 (0,43 - 0,44)	0,60 (0,59 - 0,60)	
	Idosos (65 anos ou mais)	1,1405	1,1606	0,6449	3,13 (3,10 - 3,15)	3,19 (3,17 - 3,22)	1,91 (1,89 - 1,92)	

(continua...)

(continuação)

Grupo	Variável	Categoria	Coeficientes			Odds ratios (em relação à categoria de referência)		
			Não pobre	Vulnerável	Pobre	Não pobre	Vulnerável	Pobre
ESTRESSE FAMILIAR	Não teve filho / Sem filho							
	Idade presumida ao primeiro filho	Entre 10 e 19 anos	-0,1740	0,0517	0,1281	0,84 (0,82 - 0,86)	1,05 (1,03 - 1,08)	1,14 (1,11 - 1,16)
		Entre 20 e 29 anos	0,3906	0,3777	0,3927	1,48 (1,44 - 1,52)	1,46 (1,43 - 1,49)	1,48 (1,45 - 1,51)
		Entre 30 e 49 anos	-0,0835	-0,0659	0,0978	0,92 (0,90 - 0,94)	0,94 (0,91 - 0,96)	1,10 (1,08 - 1,13)
		Depois dos 50 anos	-1,6166	-1,0125	-0,4584	0,20 (0,19 - 0,20)	0,36 (0,35 - 0,37)	0,63 (0,62 - 0,65)
	Tamanho da família	2 a 3 pessoas (pequena)	3,1182	2,1816	1,2079	22,61 (22,47 - 22,74)	8,86 (8,81 - 8,91)	3,35 (3,33 - 3,36)
		4 a 5 pessoas (média)	2,0581	1,4890	0,8647	7,83 (7,79 - 7,87)	4,43 (4,41 - 4,45)	2,37 (2,37 - 2,38)
		6 pessoas ou mais (grande)						
	Família estendida	Não	-0,0088	0,1495	0,1745	0,99 (0,99 - 1,00)	1,16 (1,16 - 1,17)	1,19 (1,19 - 1,20)
		Sim						
-	Período de governo	FHC I (1995-1998)	-2,5487	-1,9838	-1,2712	0,08 (0,08 - 0,08)	0,14 (0,14 - 0,14)	0,28 (0,28 - 0,28)
		FHC II (1999-2002)	-2,1648	-1,5621	-0,9322	0,12 (0,11 - 0,12)	0,21 (0,21 - 0,21)	0,39 (0,39 - 0,40)
		Lula I (2003-2006)	-1,7068	-1,1440	-0,6641	0,18 (0,18 - 0,18)	0,32 (0,32 - 0,32)	0,52 (0,51 - 0,52)
		Lula II (2007-2010)	-1,0203	-0,6663	-0,3906	0,36 (0,36 - 0,36)	0,51 (0,51 - 0,52)	0,68 (0,67 - 0,68)
		Dilma I (2011-2014)						

Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 e 2014.

Notas: Categoria de referência da variável dependente: "extremamente pobre" (nível de privação acima de 0,500). A análise Tipo III mostrou que a inserção de cada uma das variáveis contribuiu significativamente (a um nível de 0,01%) para explicar a variável dependente. Coeficientes significativos a 5%. Entre parênteses são apresentados os intervalos de confiança (95%) para os odds ratios. Erros-padrão não apresentados devido ao fato de não terem sido aplicados os desenhos amostrais da PNAD, de modo que apenas as estimativas pontuais são consistentes e não enviesadas.

Em suma, foi possível observar que, tampouco a partir de modelos de regressão ordinal, há indícios substanciais para argumentar a favor da hipótese de feminização da pobreza no Brasil. Alterando-se os diversos fatores presentes no modelo, os resultados obtidos mostram que a heterogeneidade de condições familiares e, por conseguinte, de situações de pobreza é devido a fatores econômicos e sociais que não estão atrelados ao sexo da pessoa responsável pela família. Uma diferença mais substancial é encontrada entre tipos de família, de modo que seja possível verificar a presença de alguma associação entre estes e a incidência da pobreza; todavia, observa-se que não é um fator de alta discriminação.

Complementarmente, os resultados do modelo de regressão logística ordinal – que foi executado por meio de um método multinomial, o qual permitiu comparar os resultados seja com uma categoria de referência em cada variável, seja com um grupo de privação fixo ao longo do modelo – mostraram que o tipo de família tem um peso importante na distribuição de probabilidades condicionais. Entrementes, o efeito isolado da variável não é suficiente para que se justifique qualquer “regionalização da pobreza” por arranjo familiar, especialmente se este agrupamento levasse em conta estritamente o sexo do responsável.

Outros fatores – tais como a escolaridade do responsável, a região de residência, a situação do domicílio e a proporção de dependentes – se mostraram mais preponderantes na alocação probabilística de famílias em um determinado perfil de privação. Ademais, variáveis complementares (como o tamanho da unidade e a presença de famílias conviventes) ajudam na compreensão da pobreza no Pós-Real e devem ser analisadas conjuntamente ao tipo de família, para que se obtenha uma análise mais acurada da conjuntura.

5.4 REVISITANDO TEORIAS, PERGUNTAS E HIPÓTESES

À luz de toda a discussão teórica apresentada ao longo do Capítulo 3 – fomentada pelas mudanças econômicas, elucidadas ao longo do Capítulo 1, e as transformações no âmbito demográfico, expostas no Capítulo 2 –, sobre a qual se construiu a metodologia quantitativa discutida no Capítulo 4, neste último capítulo foram trazidos os resultados obtidos para o índice de pobreza multidimensional (IMP-AL), os níveis e as categorias de privação, as dimensões do índice e a modelagem econométrica aplicada.

Tendo em vista os resultados obtidos e apresentados ao longo do Capítulo 5, é preciso agora ponderá-los, levando em consideração o arcabouço teórico que engendrou as perguntas de pesquisa e o método escolhido para análise. Para tal, são confrontadas as colocações teóricas (favoráveis e contrárias) sobre feminização da pobreza, expostas nas seções 3.3 e 3.4, com os resultados obtidos para o nível de privação, o IMP-AL e o modelo de

regressão logística. Em seguida, são retomadas e respondidas as perguntas de pesquisa para depois concluir avaliação a rejeição ou não das hipóteses de pesquisa.

Os resultados obtidos mostram que as famílias monoparentais de chefia feminina (FMCF) e as famílias “casal com filhos” com responsável mulher estão em expansão. Todavia, esta redistribuição de famílias por tipo de composição não causou um aumento na proporção das famílias monoparentais pobres e extremamente pobres, sequer se evidenciou uma redução mais vagarosa nestas proporções. Complementarmente, se observa que as famílias monoparentais (independente do sexo da pessoa responsável) têm proporções similares tanto de arranjos não pobres como daqueles pobres e extremamente pobres.

Estes resultados rejeitam as colocações feitas por Fuchs (1986) a respeito dos motivos que causariam a feminização da pobreza. Além disto, a equivalência entre famílias monoparentais e a reduzida distância entre estes arranjos e aqueles biparentais também invalida – para o caso brasileiro – as ponderações de Pearce (1978), que originaram a teoria da feminização da pobreza em si. A ausência do segundo genitor não é justificativa para a falta de suporte para criação da prole (a qual pode se dar tanto por meio de redes de suporte como por meio de outras estratégias de sobrevivência). Além disto, não há indícios de maiores níveis de privação nas FMCF em relação à renda e ao acesso a trabalho.

Outro resultado importante diz respeito à comparação que se pode fazer, em termos de nível de privação, entre famílias “casal com filhos” chefiadas por mulheres e as do tipo “casal sem filhos” chefiadas por homens. Nota-se que ambas têm tanto o mesmo nível de privação como a mesma velocidade de redução ao longo de todo o período de análise (1995-2014). Ademais, as famílias “casal sem filhos” nas quais a mulher é responsável são aquelas com a menor proporção de arranjos pobres e extremamente pobres, além de terem a maior proporção de famílias não pobres. Estes resultados reforçam a noção de que a chefia feminina não só não é um fenômeno transitório no ciclo de vida familiar, como também não é crescente devido à queda da renda domiciliar real, como haviam sinalizado Buvinić e Gupta (1997).

Os resultados expostos mostram que outras variáveis, que não o tipo de família, são muito mais relevantes para discriminar níveis de pobreza, dentre elas: raça/cor, região de residência, situação do domicílio e nível de escolaridade. Esta ponderação vai de encontro com os resultados alcançados por Cohen et al. (2015), os quais ressaltam que as mudanças na estrutura familiar (entendida como o tripé tamanho-tipo-composição) não alteraram de forma significativa os níveis de pobreza.

Complementarmente, os resultados obtidos para o IMP-AL confirmam as duas conclusões de Medeiros e Costa (2008, p. 1) a inexistência de um padrão mundial

relacionando maiores níveis de pobreza e as famílias monoparentais de chefia feminina; e 2) a ausência de hiatos significativos entre homens e mulheres. Para além disto, os resultados desta dissertação avançam à medida que cobrem a lacuna da unidimensionalidade relatada tanto por Medeiros e Costa (2008) como por Baden e Milward (1997).

De certo modo, considerando as limitações impostas pelas perguntas objetivas e quantificáveis da PNAD, o IMP-AL – desenvolvido por Santos et al. (2015) – consegue abordar dimensões que, embora objetivas, cobrem em parte o escopo da pobreza humana de Fukuda-Parr (1999). Além disto, deve-se ressaltar que os resultados aqui alcançados procuram ampliar o horizonte de discussão sobre feminização da pobreza, considerando que uma das principais críticas, feita por Macedo (2008), é a abordagem extremamente focada na dimensão socioeconômica da pobreza.

Um ponto que não foi abordado nesta dissertação, pelo menos diretamente, diz respeito à sobrerrepresentação feminina na pobreza, considerando a desigualdade intrafamiliar na distribuição dos rendimentos. Duas alternativas para tal seriam o uso de um sistema de escalas de equivalência, ou de simulações para distribuição de renda. Todavia, os resultados mostraram que as famílias biparentais (independente da presença de filhos) que são chefiadas por mulheres tendem a ter níveis de pobreza menores do que suas correspondentes com responsáveis homens. Isto tende a confirmar a sobrerrepresentação feminina na pobreza como um caso restrito a situações muito específicas, como apontam Costa et al. (2005).

A análise *stricto sensu* das componentes do nível de privação mostram que a importância das cinco dimensões é muito próxima (e, ademais, evolui similarmente no tempo) para todos os tipos de família, havendo grandes semelhanças entre os sexos ao congelar o tipo de família. Isto nos mostra que não há nem mais barreiras (devido a níveis similares de privação), nem barreiras mais persistentes (por conta da evolução concomitante e similar na composição dos índices de pobreza) que mantenham as famílias monoparentais de chefia feminina na pobreza por mais tempo. Deste modo, se desconstrói um estereótipo comum, apontado e criticado por Chant (2007), a respeito de feminização da pobreza.

Outro estereótipo importante, cuja decadência se confirma com os resultados desta dissertação, diz respeito à relação entre feminização da pobreza e feminização da chefia familiar – elemento também levantado por Chant (2007). Ademais, se averiguou que não só não há feminização da pobreza a partir da feminização da chefia, como tampouco há aumento da proporção de pobres em famílias monoparentais de chefia feminina. De fato, a proporção destes arranjos está aumentando mais devagar (2 pontos percentuais em 20 anos) do que está caindo a proporção destas famílias pobres. Este resultado rejeita a colocação de McLanahan;

Garfinkel e Watson (1988) de que um consenso, pelo menos nos anos 1980, era o aumento da proporção de pobres em famílias monoparentais de chefia feminina (FMCF).

Os resultados do IMP-AL mostraram que as FMCF têm níveis de pobreza um pouco mais elevados apenas na década de 2010, sendo fato isolado: durante todo o período, estas famílias tiveram níveis sobrepostos às famílias monoparentais de chefia masculina. Ou seja, não há indícios suficientes para afirmar que as FMCF são as mais pobres dentre as pobres, como se questionavam Barros; Fox e Mendonça (1997), dentre outros autores.

Além disto, podemos inferir que, ao ter captado um espectro temporal de 20 anos, temos condições de analisar a evolução destas famílias entre pelo menos duas gerações. Uma das colocações de McLanahan; Astone e Marks (1988) é que as famílias monoparentais de chefia feminina são alicerces para a reprodução de padrões de pobreza. Se assim fosse, os níveis de privação e a distribuição relativa de suas dimensões se manteria aproximadamente fixa no tempo, com tênue redução no tempo. Todavia, isto não se verifica, o que reforça a noção de que não é o tipo de família em que uma pessoa nasce, cresce e vive que influencia e/ou marca perenemente as condições de vida futuras de uma pessoa.

Outro ponto relevante diz respeito às relações entre envelhecimento populacional e níveis de pobreza. O estereótipo comum é de que as famílias monoparentais (especialmente aquelas chefiadas por mulheres) são as mais pobres de todas. Todavia, quando se analisou a relação entre a idade da pessoa de referência e os níveis de pobreza ao longo do tempo, verificou-se que, entre 1995 e 2014, ficou cada vez mais claro que – especialmente entre as famílias chefiadas por mulheres – arranjos com responsáveis idosos são menos vulneráveis à pobreza do que os outros. Analisando o caso específico da família monoparental chefiada por mulher, o envelhecimento populacional pode ser visto como um dos possíveis determinantes da crescente proporção destes arranjos.

Ademais, comparar as FMCF por idade da responsável mostrou que há certa relação guardada entre a fase do ciclo de vida na qual a família se forma e os níveis de pobreza. Um dado relevante que ajudaria na interpretação destes resultados seria o estado civil da pessoa responsável, o que permitiria lançar hipóteses a respeito da formação das famílias monoparentais femininas em idades jovens, de um lado, e em idades mais avançadas, de outro. Associar estas informações com dados sobre mercado de trabalho, rendimentos e previdência social também permitiria vislumbrar (ainda que de forma limitada) em que condições tais famílias foram formadas.

Ainda a respeito das dimensões que compõem o IMP-AL, mostrou-se que as duas mais importantes são a renda e o emprego (as quais representam mais de 50%). De forma

complementar, a dimensão associada à renda mostra ter maior peso entre as famílias monoparentais de chefia feminina e aquelas do tipo “casal com filhos”. Isto mostra que, embora salários menores sejam uma realidade mais premente para famílias monoparentais de chefia feminina do que para outros arranjos – como apontavam Buvinić e Gupta (1997) –, o que remete à noção de “teto de vidro” (MANGANELLI; JACINTO, 2013), não há evidências de que este seja um fenômeno restrito às famílias chefiadas por mulheres, assim como não é exclusividade de famílias *single-parent*.

Com algumas exceções isoladas, as séries temporais para as cinco dimensões de pobreza mostram que as famílias monoparentais têm níveis intermediários de privação que se situam entre aqueles dos arranjos “casal com filhos” e daqueles “casal sem filhos”. A exceção se dá para as FMCF na dimensão associada à renda e para as famílias monoparentais de chefia masculina na dimensão a respeito de educação (em ambas, os respectivos arranjos têm os maiores níveis de privação). Isto aponta para um resultado de algum modo semelhante ao de Sorj e Fontes (2008), que mostraram que as FMCF têm condições de vida iguais (e por vezes até melhores) àquelas observadas nas famílias biparentais chefiadas por homens.

Embora as dimensões a respeito de renda e moradia/serviços tenham as maiores heterogeneidades, isto não foi suficiente, ao obter o nível médio de privação e o IMP-AL, para alargar os diferenciais existentes entre famílias chefiadas por mulheres e aquelas que têm responsável do sexo masculino. Contrariamente, o hiato de pobreza multidimensional entre os diversos arranjos tem se reduzido entre 1995 e 2014, o que mostra que uma das definições trazidas por Costa et al. (2005) para feminização da pobreza (que se manifestaria quando aumenta este hiato entre sexos) não é aplicável ao caso brasileiro.

As famílias monoparentais de chefia feminina têm níveis de pobreza um pouco maiores, como foi mostrado neste capítulo. Todavia, não é uma verdade absoluta afirmar que, nestes arranjos, as responsáveis têm menor renda e menor nível de instrução e que isto é uma causa da maior pobreza. Quando se analisam as FMCF com responsável tendo pelo menos 11 anos de estudo, o nível do IMP-AL é similar ao encontrado para a média das famílias do tipo “casal sem filhos” com responsável homem. Isto também nos leva a rejeitar a colocação de Barros; Fox e Mendonça (1997) de que tais famílias seriam mais pobres por terem acesso mais restrito à educação (e, por conseguinte, à renda).

De forma geral, ao analisar o IMP-AL para o tipo de família “casal com filhos”, se nota que o sexo da pessoa de referência só deixa de discriminar os níveis nos anos 2010. Até 2009, as famílias “casal com filhos” chefiadas por mulheres tinham níveis multidimensionais de pobreza expressivamente abaixo dos encontrados para os homens. Com isto, concluímos

que, de fato, a crítica de Chant (2003) – de não ser verdade que as famílias chefiadas por mulheres são mais pobres – se sustenta. Ademais, ampliando a análise para as famílias sem filhos, o resultado se replica e, adicionalmente, ainda se mantém (embora com constante redução) o hiato entre famílias chefiadas por homens e por mulheres.

Ao cabo da análise do índice de pobreza multidimensional, observou-se que as principais variáveis que discriminam entre famílias pobres e não pobres são: 1) a idade do responsável (que pode ser aplicada como *proxy* para ciclo de vida); 2) nível de escolaridade; 3) região de residência; 4) situação do domicílio; e 5) raça/cor. Ademais, saber se a família é estendida ou não se mostrou uma variável que pouco diferenciou níveis de pobreza. Isto nos mostra que, independentemente do tipo de família, a ausência de outros parentes não é uma limitação à saída da pobreza.

Por sua vez, a variável concernente a condição de convivência mostrou que famílias únicas e conviventes principais são, na média, similares. Todavia, como os resultados do modelo de regressão mostraram, a condição de convivência favorece menores níveis de privação, o que desconstrói a suposta falta de suporte que as famílias monoparentais de chefia feminina teriam para criação de prole, apontada por Pearce (1978). Como a maioria das famílias conviventes é composta por núcleos aparentados, podemos também inferir que não necessariamente é válida a colocação de McLanahan; Astone e Marks (1988) de que as crianças destas famílias começariam a trabalhar mais cedo.

Antes de prosseguir para a discussão dos resultados do modelo de regressão logística ordinal, um ponto relevante a se colocar diz respeito à análise de correlação das dimensões que compõem os índices de pobreza multidimensional e os níveis de privação. Observou-se que, embora as cinco dimensões do índice de pobreza são aproximadamente ortogonais entre si, os níveis de privação são altamente correlacionados com as dimensões relacionadas a bens/serviços e à renda. Isto mostra que, embora as dimensões de trabalho e educação também sejam relevantes para compor os níveis de pobreza, altos níveis de privação nas dimensões material e monetária estão associados a maiores níveis para o IMP-AL, o que reforça a crítica de Macedo (2008) a respeito do excessivo foco que se dá à dimensão socioeconômica da pobreza.

Os principais resultados do modelo de regressão logística ordinal mostraram que as variáveis que mais influenciam a probabilidade condicional de uma família ter determinado nível de privação são aquelas associadas às hipóteses “privação econômica” e “dimensão socioeconômica”, tomadas em empréstimo de McLanahan (1985). Especificamente, o nível de escolaridade, a região de residência e o setor de atividade são as três variáveis que, junto à

idade do responsável, mais afetam as chances de uma família estar no grupo de menor privação. Na sequência, os fatores associados à situação do domicílio, à idade ao primeiro filho e à proporção de dependentes são outros que afetam significativamente a alocação de famílias nas categorias de privação.

Estes resultados apontam, deste modo, que o tipo de composição familiar não é a principal variável para discriminar arranjos segundo níveis de privação. Ademais, as outras variáveis associadas à estrutura da família (o tamanho da família, a condição de convivência e a presença de outros parentes) também têm efeito menor do que as características de cunho estritamente sociodemográfico e econômico, mostrando que a família em si não pode ser entendida como condicionante da pobreza. Este ponto reforça o achado de Medeiros e Costa (2008) de que não há um padrão mundial que relacione maiores níveis/chances de pobreza às famílias monoparentais de chefia feminina. Ademais, ressalta a necessidade de se repensar a forma como o conceito de chefia é empregado nos estudos de pobreza, pois, como pontuam Sabóia e Soares (2004, p. 66), “não se pode associar o crescimento da proporção de mulheres chefes como um elemento característico da pobreza”.

Um último ponto a ser apresentado, antes de avaliar e discutir as hipóteses desta dissertação, diz respeito à variável associada ao período de governo, o que nos leva também a refletir acerca de políticas públicas de combate e erradicação da pobreza. Os resultados do modelo de regressão logística enfatizaram que, *coeteris paribus*, os períodos mais recentes foram aqueles nos quais as famílias tiveram menores níveis de pobreza, especialmente desde o governo Lula II. Isto chama a atenção para o uso deste tipo de variável em modelos de regressão, pois é uma forma de captar dimensões endógenas ao sistema e que, ao mesmo tempo, são variáveis omissas no banco de dados.

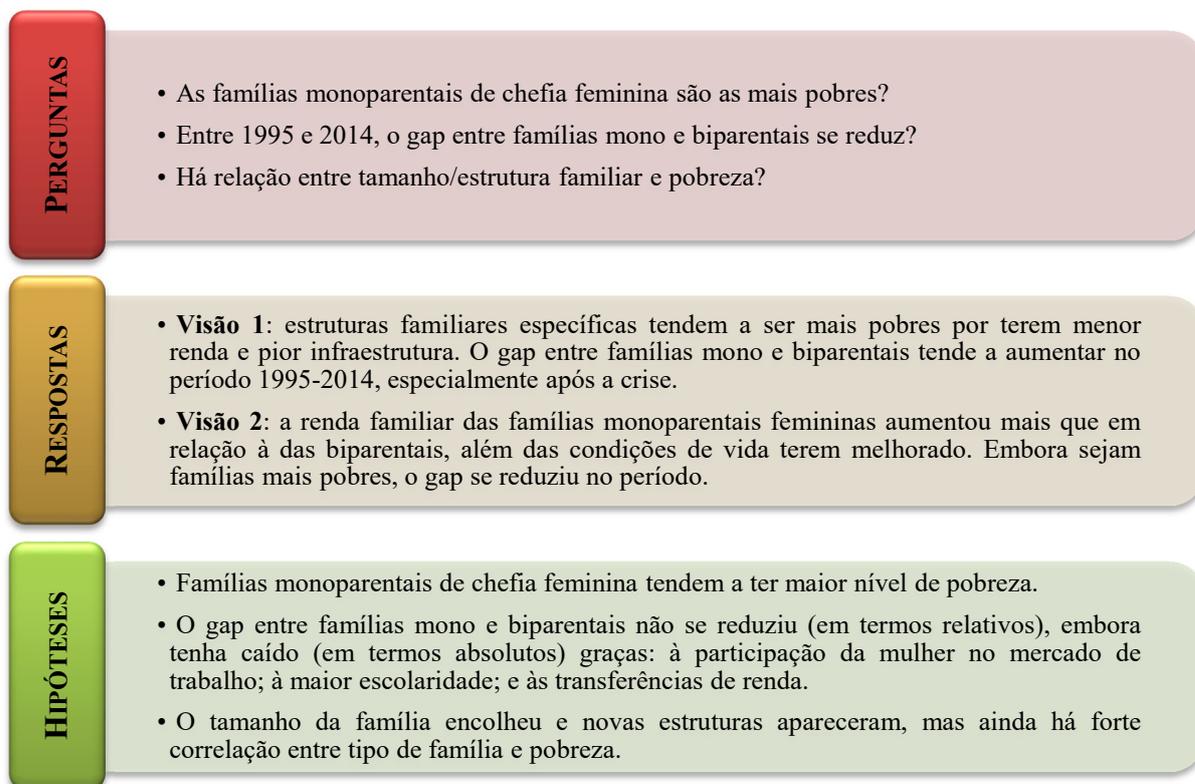
O fato de os governos Lula II e Dilma I terem os melhores resultados mostra duas coisas distintas. Em primeiro lugar, o efeito (progressivo no tempo) que uma política pública de longo prazo – ainda que focalizada – assume, no sentido de ser implementada no passado e ter efeitos não só ontem, como também hoje e amanhã. Este, por exemplo, é o caso do Programa Bolsa Família (PBF): de um lado, ele foi implementado no início do governo Lula I e, até mesmo pelas formas pelas quais a política econômica foi conduzida até meados do mandato, demorou para deslanchar; de outro lado, seus efeitos já se fizeram sentir neste período, ainda que seu maior efeito se torne evidente a partir de 2007. Além disto, com a implementação do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), o resultados obtidos foram ainda mais expressivos, à medida que o PBF foi ampliado e potencializado, deixando mais evidente a

intenção de não só dar uma renda (provisória), como também de inserir os beneficiários no mercado de trabalho e na escola, além de garantir saúde e assistência.

Em segundo lugar, de maneira complementar, políticas públicas de efeito mais imediato – e com algum grau de universalidade – também mostram seus resultados ao serem adotadas de forma sistemática. Este é o exemplo da política de valorização real do salário mínimo – a qual é de cunho econômico, mas que pode também ser vista como social –, com efeitos não só na população que ganha em torno do salário mínimo (o qual tem conseguido recompor seu poder de compra gradativamente), como também no restante dos assalariados, aposentados e pensionistas, pois o reajuste na base leva a um efeito de espraiamento, no sentido de atingir (em maior ou menor grau) toda a população.

Após apresentar, contextualizar e elucidar os resultados obtidos, é chegado o momento de revisitar as hipóteses da pesquisa e responder às perguntas da seção 3.5 (Figura 18). Inicialmente, serão respondidas as perguntas de pesquisa, para depois avançar para a análise das hipóteses, a fim de encerrar a pesquisa desenvolvida ao longo desta dissertação.

Figura 18 – Perguntas de pesquisa, possíveis respostas e hipóteses



Fonte: Elaboração do autor.

A primeira pergunta de pesquisa questionava o estereótipo de FMCF como sendo as mais pobres dentre as pobres. Pelos resultados apresentados, foi possível verificar que as famílias monoparentais como um todo têm características de privação muito semelhantes entre si. Ademais, foi possível averiguar que, ainda que estes arranjos tenham sim maiores níveis de pobreza em relação às famílias com dois pais, a diferença não é grande o suficiente para se falar em algum tipo de separação ou segregação das famílias monoparentais. Deste modo, a primeira pergunta assume uma resposta negativa, atrelada ao fato de não haver diferenciais significativos (em termos de privação) por sexo da pessoa responsável.

A análise dos resultados apresentados também permitiu avaliar que as famílias chefiadas por mulheres tendem a ter melhores condições de vida, que se refletem em menores níveis de privação (seção 5.2) e em maiores chances de tais famílias serem assim enquadradas (seção 5.3). Foi possível notar, ademais, que tanto o nível como a tendência do nível de privação das FMCF é semelhante à média geral de todas as famílias quando se analisam variáveis como raça/cor e situação do domicílio. Na análise por região, as famílias chefiadas por mulheres têm, em média, sempre melhores resultados frente às chefiadas por homens.

Além disto, a análise da condição de convivência mostrou que as FMCF conviventes principais têm níveis de privação em muito similares à média encontrada para as famílias únicas não discriminadas por tipo de arranjo. As variáveis que mais discriminam o nível de privação entre tipos de família são aquelas associadas à escolaridade e à idade do responsável. Com isto, o tipo de família tem alguma influência sobre a condição de pobreza de uma família, mas o sexo do responsável é praticamente desprezível perante outras variáveis. Ainda que, no modelo de regressão, as chances de ser menos pobres são maiores em famílias do tipo casal, foi possível perceber que famílias chefiadas por mulheres têm as maiores chances, independentemente de qualquer outra variável.

A segunda pergunta de pesquisa aborda a evolução do *gap* entre famílias mono e biparentais nos últimos 20 anos. Os resultados apresentados tanto para a proporção de famílias pobres e extremamente pobres (Gráfico 12 e Gráfico 13) como para o IMP-AL (Gráfico 29) mostraram que houve sim redução deste *gap*. Na proporção de famílias pobres e extremamente pobres, este se reduziu de 20 p.p. para menos de 15 p.p.; já no nível do IMP-AL, a distância entre famílias monoparentais e biparentais passou de cerca de 0,140 para pouco mais de 0,080 (uma queda de quase 40%).

O *gap* teve menor redução quando, ao analisar especificamente as FMCF (Gráfico 30), foram selecionadas algumas variáveis sociodemográficas. Em suma, a redução do *gap* (em termos de nível de pobreza e proporção de famílias pobres) é mais clara e significativa ao

comparar os diversos tipos de família. Quando, todavia, se seleciona um arranjo familiar qualquer e se avalia a evolução dos *gaps* entre os piores e melhores resultados, tais *gaps* tiveram reduções mais exíguas. Como, todavia, a pergunta de pesquisa foi direcionada à evolução em relação ao tipo de família, podemos concluir que a discrepância entre famílias mono e biparentais teve redução significativa e de magnitude não indiferente.

A última pergunta de pesquisa procurava por respostas acerca da existência de relações entre tamanho da família, composição e pobreza no período Pós-Real. O que o modelo de regressão logística ordinal nos mostrou é que famílias grandes (com 6 pessoas ou mais) são muito mais propensas a serem pobres do que famílias menores. Quanto à composição da família, foi possível observar alguns padrões, a saber:

- Famílias biparentais tendem a ser menos pobres que as monoparentais;
- O sexo do responsável pela família tem pouco efeito sobre o nível de pobreza;
- Famílias únicas tendem a ter maiores níveis de privação frente às conviventes;
- Famílias estendidas tendem a ser menos pobres do que as nucleares.

Estes resultados apontam sim para a existência de padrões no período Pós-Real (1995-2014). Todavia, foi mostrado que cada vez menos a composição familiar tem afetado de maneira significativa os níveis de pobreza (ou seja, há convergência). Deste modo, se concluiu: 1) a partir do modelo de regressão, que as variáveis a respeito da estrutura familiar guardam relação com as chances de uma família ser ou não pobre; 2) ao analisar a evolução e a composição da privação, que cada vez menos tais variáveis discriminam pobreza.

Em suma, há sim, no período Pós-Real, relação entre as variáveis que dizem respeito à estrutura e ao tamanho da família e o nível de privação. Todavia, chama-se a atenção para que tal relação está se tornando – ainda que aos poucos – mais fraca, de modo que outras variáveis precisam ser levadas em conta para entender as relações entre pobreza e família no Brasil. Características socioeconômicas e demográficas adicionais, a respeito dos integrantes das famílias, têm se tornado cada vez mais relevantes para descrever e detalhar a pobreza no país e precisarão ser consideradas – em conjunto com variáveis como a condição de convivência, o número de membros e a presença de outros parentes – para uma melhor compreensão da dinâmica da pobreza e suas desigualdades.

Após responder às perguntas de pesquisa, serão discutidas, de forma resumida, as hipóteses levantadas para esta dissertação. A partir dos resultados obtidos, foi possível rejeitar (parcial ou totalmente) as três hipóteses do estudo. Em primeiro lugar, notou-se que as famílias monoparentais de chefia feminina tendem a ter maior nível de pobreza, mas não estão

isoladas, ou seja, não as mais pobres dentre as pobres, pois as FMCM têm níveis bem parecidos. Ademais, há muitas famílias monoparentais com níveis de privação semelhantes ou até menores quando comparadas às famílias biparentais. Estes são os casos de responsáveis que são adultos jovens (20-39 anos), altamente escolarizados e residentes nas áreas urbanas e nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Deste modo, a primeira hipótese é descartada, pois não se pode analisar de forma genérica um tipo de família sem levar em conta toda complexidade intrínseca às dimensões socioeconômicas e demográficas que compõem tais famílias.

Quanto à segunda hipótese, esta também é completamente rejeitada, dado que a redução do *gap* foi verificada tanto em termos relativos como absolutos. Em outros termos, além de ter se reduzido a diferença entre o IMP-AL para famílias mono e biparentais, esta diferença (quando avaliada em termos percentuais) é cada vez menor. Como dito ao responder as perguntas de pesquisa, o *gap* do IMP-AL (Gráfico 29) se reduziu, em termos absolutos, de 0,1379 para 0,0828. Esta redução fez com que a variação entre os IMP-AL extremos – que, em 1995, era de 62% – passasse para 46%. Isto significa que a velocidade na redução do nível de pobreza entre famílias monoparentais (extremo superior), no período 1995-2014, foi maior daquele experimentado nas famílias “casal sem filhos” (extremo inferior).

Finalmente, a respeito da última hipótese, esta é parcialmente rejeitada. Como colocado quando foram respondidas as perguntas de pesquisa, é verdade que composição familiar, tamanho e tipo do arranjo continuam sendo variáveis relevantes para explicar os diferentes níveis de pobreza no Brasil Pós-Real. Porém, a simples heterogeneidade ocasionada pelo crescimento e fortalecimento de novos arranjos familiares (Gráfico 11) não é fator suficiente para explicar tais variações, devendo ser levadas em conta dimensões demográficas e socioeconômicas, como nível de escolaridade, situação do domicílio e idade do responsável. Ademais, foi mostrado que o tipo de família, ainda que diferencie significativamente os níveis de pobreza, não pode ser entendido como fator determinante da pobreza em si, pois outras variáveis mais do que compensam os efeitos do tipo de arranjo familiar.

Em suma, pode-se perceber que a pobreza no Brasil no período Pós-Real (1995-2014) se reduziu significativamente, com convergência entre os diversos tipos de família. Muitas dimensões ajudam a explicar a pobreza, abordada sob o enfoque multidimensional, mostrando que este fenômeno não é só multidimensional, como também multideterminado, dinâmico e em constante transformação. Com isto, não se pode restringir sua análise a poucos elementos, pois sua compreensão seria tanto restrita como, ainda pior, enviesada.

CONCLUSÕES

A proposta desta dissertação foi discutir a dinâmica da pobreza no Brasil no período de estabilidade econômica recente, denominado de Pós-Real (1995-2014), sob a ótica da evolução dos arranjos familiares e de suas características socioeconômicas e demográficas. Foram consideradas dimensões inerentes tanto ao domicílio no qual a família vive, como à família em si e à pessoa de referência. Objetivou-se captar múltiplos elementos a fim de delinear adequadamente a evolução da pobreza – aqui entendida como multidimensional e, ao mesmo tempo, multideterminada e dinâmica – e suas eventuais e possíveis relações com a unidade “família” (no que concerne seja suas “características físicas”, como composição e tamanho, seja as “pessoais”, como escolaridade do responsável e posse de bens).

O trabalho foi desenvolvido a partir da intersecção de duas ciências que estudam os pobres e que, para entendê-los adequadamente, necessitam dialogar entre si. De um lado, a Economia, da qual se obtém o retrospecto sobre evolução da renda, novos e velhos direitos, desenho e implementação de políticas sociais e, também, políticas macroeconômicas que afetam as condições de vida dos pobres e seu espaço na sociedade. A Economia nos ajuda a refletir sobre os impactos que medidas tomadas por agentes institucionais, no âmbito macroeconômico e macrossocial, têm no curto e longo prazos sobre as condições de vida da população, afetando até mesmo a entrada e a saída da condição da pobreza (seja esta medida por qualquer critério).

De outro lado, a Demografia, que enriquece sensivelmente as análises a partir do momento que permite considerar o pobre como agente reflexivo – ou seja, tanto ativo como passivo – de uma unidade intermediária entre ele e a sociedade (no caso desta dissertação, a família domiciliar). A Demografia permite a reflexão sobre mudanças inerentes a dinâmicas que são macro por natureza (como a transição demográfica, que guarda relações dialéticas com as mudanças econômico-sociais em curso desde a segunda metade do século XX), mas que afetam o micro, ou seja, as famílias, por serem estas intermediadoras naturais entre o Estado, a Sociedade e a pessoa.

Nesta dissertação, os dois primeiros capítulos foram dedicados exatamente para dar espaço a uma reconstituição de elementos econômicos e demográficos, de modo a mostrar a relevância de se complementar a visão dada pela Economia sobre pobreza, a partir de elementos demográficos. Entre tais elementos, pode-se salientar: a transição da fecundidade; a reorganização das famílias; as novas configurações sociodemográficas do mercado de trabalho; e a desigualdade intrafamiliar. Apresentou-se, portanto, uma retomada da evolução

da pobreza no Brasil – a partir de uma perspectiva unidimensional, que permite análises de longo prazo – para depois discutir a transição demográfica e seus impactos sobre as famílias no Brasil, ambos os temas sendo estudados para o período 1964-2014.

Ao cabo desta reconstituição, foi possível observar que a pobreza no Brasil está sendo progressivamente combatida e reduzida, embora se mantenha como um dos maiores desafios do país no século XXI. Ademais, diferenciais por raça/cor, situação do domicílio, escolaridade e região de residência são notáveis, conotando o caráter heterogêneo da pobreza. Ademais, tais diferenciais também aparecem em termos de transição da fecundidade, o que leva a mudanças na dinâmica de reestruturação dos diversos arranjos familiares. Desta heterogeneidade, surge o questionamento sobre as relações existentes entre pobreza e família, elemento este que ganhou relevância com o crescimento das famílias monoparentais, em especial daquelas chefiadas por mulheres.

A partir deste questionamento, o terceiro capítulo desta dissertação serviu como intermezzo entre a reconstituição histórica e a apresentação metodológico-quantitativa. Foi analisada a relação entre famílias monoparentais e pobreza, para depois apresentar e discutir um polêmico referencial teórico que é utilizado para explicar a maior vulnerabilidade destes arranjos: a teoria da feminização da pobreza. A partir desta discussão, foi mostrada a crítica existente ao arcabouço teórico, provando sua inexistência para diversos espaços e tempos. Deste debate foram apresentadas as hipóteses e as perguntas norteadoras desta pesquisa.

Basicamente, o trabalho se alicerçou sobre três hipóteses: 1) a comprovação da feminização da pobreza; 2) a persistência deste fenômeno no tempo, ainda que em menor escala; e 3) a existência de associação entre características da família (tipo, tamanho e composição) e pobreza. Todas as hipóteses foram testadas a partir de uma estratégia de cunho quantitativo que – por meio dos dados das PNAD de 1995 a 2014 – combinou uma análise descritiva com um modelo de regressão logística ordinal.

A análise descritiva foi feita especificamente para o nível de privação das famílias (o qual é usado como base para calcular o IMP-AL). Ademais, foi mostrada a evolução do IMP-AL, um índice multidimensional de pobreza para a América Latina desenvolvido pela *Oxford Poverty & Human Development Initiative* (OPHI), tanto para as famílias em geral como, em especial, para as famílias monoparentais de chefia feminina discriminadas por algumas variáveis socioeconômicas e demográficas. Quanto ao modelo de regressão logística ordinal, este analisou qual a relação entre uma categorização do nível de privação e algumas variáveis socioeconômicas e demográficas, a fim de ver quais as chances de uma família ser enquadrada como “não pobre”, “vulnerável”, “pobre” ou “extremamente pobre”.

A principal limitação de um indicador como o IMP-AL está relacionada à capacidade de mensurar dimensões subjetivas e imateriais da pobreza, as quais são reconhecidamente importantes para a compreensão plena do fenômeno, mas que têm exploração restrita por não serem captadas nas pesquisas domiciliares brasileiras. Todavia, sua grande vantagem está em captar, ainda que em termos objetivos, boa parte da principal característica da pobreza: sua multidimensionalidade. O principal intuito de Santos et al. (2015) – formuladores do índice em questão – era propor um indicador multidimensional adequado às especificidades da América Latina, que seja útil tanto a nível nacional como para formulação de uma agenda continental de políticas públicas. A ideia é que o índice seja útil para comparações intertemporais e internacionais

Como pontuam Santos et al. (2015), propor o índice multidimensional de pobreza para a América Latina (IMP-AL) tem respaldo pelo fato de se buscar uma medida comparável de pobreza para os países do continente. Como pondera Santos (2014), índices nacionais de pobreza podem ser mais amplos (e especialmente relevantes para aquele país), porém não comparáveis. Em contrapartida, índices internacionais permitem as comparações entre países e ao longo do tempo, mas não levam em conta a especificidade regional da pobreza e não considera a heterogeneidade dos países⁷⁹.

Evidentemente, o indicador em questão não se exime de lacunas. Como ponderam Santos et al. (2015, p. 2), a falta de dados é a principal restrição a um melhor índice de pobreza. Para a ONU (2014, p. 6), a falta de dados, a qualidade duvidosa dos dados coletados e a não disponibilidade de dados desagregados são limitações sérias quando se procuram avaliar os ODM. Além disto, Santos (2014, p. 31) aponta alguns dados faltantes que são cruciais para a mensuração da pobreza: saúde e antropometria; necessidades socialmente percebidas; e carências impostas (“*enforced lack*”) e sua relação com escolhas.

Feito este parêntese sobre as limitações metodológicas do índice de pobreza, os resultados obtidos pelo estudo mostraram que os níveis de privação foram se reduzindo de forma sistemática no período. Esta redução é generalizada para todos os tipos de família, além de se verificar: 1) a convergência dos resultados para os diversos arranjos; 2) a semelhança existente entre famílias “casal com filhos” e monoparentais; 3) a existência de discrepâncias persistentes em termos de situação de domicílio, escolaridade do responsável e raça/cor. Os resultados alcançados rejeitam especialmente as duas primeiras hipóteses, evidenciando que

⁷⁹ Alkire e Santos (2014, p. 257) mostram que a América Latina é a segunda região multidimensionalmente menos pobre, dentre 104 países analisados (considerados em desenvolvimento). Este resultado é equivalente a dizer que 4,5% dos multidimensionalmente pobres são da América Latina (ALKIRE; SANTOS, 2014, p. 258).

não há feminização da pobreza no Brasil no período Pós-Real. Além disto, foi percebido que, em muitas situações, as famílias monoparentais de chefia feminina: 1) têm condições de vida melhores que as correspondentes de chefia masculina; 2) estão em situação semelhante de famílias biparentais com filhos.

A rejeição da terceira hipótese foi evidenciada pelos resultados do modelo de regressão logística. Os fatores que mais afetaram as chances de uma família ter menores níveis de privação estavam associados a características espaciais e sociodemográficas, como escolaridade e raça/cor. Ainda que as variáveis associadas a composição, tipo e tamanho da família tenham relevância como fatores explicativos do nível de pobreza destes arranjos no país, outras dimensões precisam ser levadas em conta. Complementarmente, os resultados da série temporal para o nível de privação mostraram que o poder explicativo do tipo de família tem se enfraquecido, devido à convergência entre os diversos arranjos, fruto do melhor desempenho, no período Pós-Real, das famílias monoparentais.

Tendo pontuado as questões concernentes às hipóteses de pesquisa, um último ponto a delinear diz respeito à dissertação em si, abordando algumas limitações gerais do estudo, perguntas que precisam ainda ser respondidas, possíveis recomendações oriundas dos resultados e uma proposição de agenda de pesquisa para este tema. Ao cabo destas ponderações, é possível vislumbrar os possíveis desdobramentos – tanto no que tange a pesquisa *stricto sensu* como no que concerne a avaliação de políticas públicas.

De modo geral, as principais limitações que esta dissertação (assim como a grande maioria dos estudos sobre pobreza) enfrentou dizem respeito à captação e à mensuração daquelas dimensões da privação que fogem do espectro quantitativo. Ainda que o uso de um índice multidimensional de pobreza tenha permitido ir além da perspectiva monetária que ainda é o cerne da pobreza, alguns elementos não foram abordados, como a avaliação subjetiva a respeito da privação e da pobreza e as condições extra-sociais que podem também compor um perfil da pobreza (como a condição de saúde, a segurança alimentar e a percepção de segurança, dentre outras).

Outra restrição imposta a esta pesquisa diz respeito ao recorte geográfico que foi aplicado. É de se notar, todavia, que esta restrição fez parte de uma escolha metodológica a respeito da fonte de dados demográficos que seria usada. De um lado, ao se escolher utilizar a PNAD, teve-se acesso a uma série de médio prazo (20 anos), a qual permite acompanhar de perto a evolução das características sociodemográficas, econômicas e sociais da população. Todavia, não foi possível discriminar – em termos geográficos – as famílias que residiam na periferia de um município, impedindo a análise das relações entre pobreza familiar e

segregação socioespacial. De outro lado, se tivesse sido escolhido o censo demográfico, a limitação geográfica seria removida e análises de associação espacial poderiam ter sido empreendidas. Entretanto, não seria possível – dado que o censo é decenal – fazer, de forma tão próxima, o acompanhamento da população, já que se teriam apenas alguns pontos no tempo entre os quais não se poderia ponderar a respeito do que aconteceu.

Uma última limitação para este estudo diz respeito ao período de tempo analisado em comparação com a disponibilidade de dados, algo que também decorreu de uma escolha metodológica. Tendo sido escolhida a PNAD, é preciso ressaltar que os microdados da pesquisa estão disponíveis a partir do ano 1976, o que permitiria uma reconstituição de quase 40 anos a respeito da pobreza. A opção de se trabalhar com o período 1995-2014 é fruto de uma decisão dupla e conjunta. De um lado, o período anterior é caracterizado por forte instabilidade econômica, o que limita as análises dos dados de renda e põe dúvidas sobre a forma como realizar a análise do que se poderia definir como privação antes de 1995. De outro lado, o período de 1992 em diante é de relativa estabilidade no formato assumido pela PNAD, tanto em termos de perguntas como no que tange as respostas disponíveis, o que facilita a aplicação de métodos e a interpretação dos resultados obtidos.

A partir do esforço teórico-metodológico empreendido nesta dissertação, diversas perguntas foram respondidas, além de se obter comprovação empírica para uma série de proposições feitas outrora sobre pobreza no Brasil. Todavia, responder às perguntas desta pesquisa trouxe novos questionamentos que precisarão ser resolvidos. Primeiro, quais outras variáveis diferenciam pobres e não pobres no Brasil, já que as variáveis associadas à estrutura e à composição do arranjo não mostraram ser as mais importantes? Segundo, sendo notórios o diferencial de gênero e a desigualdade intrafamiliar existentes, como se pode mensurar o impacto destas dimensões no nível de pobreza de uma família?

Terceiro, tendo em mente que algumas PNADs permitem a análise de dimensões como a segurança alimentar, a condição de saúde e a auto-avaliação a respeito de segurança, como inserir tais variáveis em um índice de pobreza para que as análises extrapolem o universo tangível do socioeconômico? Quarto, considerando que todas as variáveis do estudo foram construídas de modo a representarem a família, como se poderia avançar na análise da pobreza no Brasil a partir de um estudo multinível, que incorpore tanto as dimensões da família, como aquelas relacionadas às desigualdades intrafamiliares, ao ambiente e ao espaço de vida daquela unidade?

Além das perguntas acima, dado que, nesta dissertação, a família foi abordada como uma unidade espacialmente estática, qual a relevância que a migração traz aos estudos

de pobreza e como a condição migratória afeta os níveis e a composição da pobreza no Brasil? Ademais, embora a família não seja a única unidade de análise possível, esta foi a escolhida, de modo que não foram considerados os domicílios com duas ou mais pessoas conviventes sem parentesco e, sobretudo, os unipessoais. Dito isto, quais são a evolução, os níveis e as características da pobreza destes domicílios e quais as principais diferenças que eles guardam em relação a arranjos com famílias?

Por fim, após expor as principais limitações e perguntas que ficam por responder, são tecidas algumas recomendações gerais para políticas de combate à pobreza que se sobressaem a partir da reflexão dos resultados obtidos, além de apontar uma proposta geral de agenda de pesquisa com base nas perguntas acima indicadas e nas limitações gerais que esta dissertação enfrentou e não pôde resolver.

Tendo em mente os resultados desta pesquisa, fica claro que o foco do combate à pobreza não deve ser a família em si – no sentido de que não é a ausência de pai *stricto sensu* que causa a pobreza. Foi destacado que as principais variáveis a afetarem as chances de um menor nível de privação são as relacionadas ao responsável (raça/cor e escolaridade) e à localização do domicílio (região de residência e estrato). Deste modo, é imprescindível que uma política de combate à pobreza favoreça o acesso dos jovens (que serão responsáveis por famílias) ao ensino médio e superior; de mesma forma, os que são responsáveis em famílias pobres também devem ser atendidos por políticas de alfabetização e escolarização.

A respeito das outras três variáveis aqui destacadas, é preciso que as políticas de combate à pobreza realizem recortes socioespaciais. Isto significa que a política pública deve, além de ter uma diretriz comum, contar com módulos específicos que atendam a populações específicas que se encontram em situações mais desfavorecidas. Ainda que o sexo da pessoa responsável não esteja entre as principais variáveis a afetarem e determinarem o nível de privação, o recorte de gênero nas políticas de combate à pobreza se faz necessário, já que das desigualdades de gênero ainda existentes decorrem diferenças no acesso à educação, ao mercado de trabalho e a rendimentos mais próximos.

Deste modo, se salienta, a partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, que toda e qualquer política de combate e erradicação da pobreza precisa levar em conta as extremas desigualdades pelas quais passa o país como um todo, em termos sociais e espaciais. Este tipo de política não pode se limitar ao desenho de um plano de ação geral – pautado em um denominador comum –, sendo necessário desenhar uma proposta que abarque, dentro dos limites da execução orçamentária e logística, as desigualdades sociais existentes.

Outro ponto importante, que deve ser levado em conta na discussão de políticas de combate à pobreza, diz respeito às relações existentes entre transição demográfica e pobreza. Embora o presente estudo tenha se valido de variáveis que, de certo modo, aproximam algumas características da transição demográfica – como o tamanho da família, a idade ao primeiro filho e o tipo de família –, estudos relevantes a serem realizados devem incorporar dimensões mais estritamente relacionadas à transição demográfica e associá-las com a evolução dos níveis e da composição da pobreza no país. Para isto, todavia, são precisos dados longitudinais que permitam o acompanhamento não só a dinâmica da pobreza, como a evolução demográfica e do ciclo de vida familiar.

Complementarmente, ao se falar mais detidamente de transição demográfica, é preciso abordar a temática do envelhecimento populacional e das questões relacionadas à previdência social. Uma questão a ser abordada diz respeito ao impacto do envelhecimento populacional nas famílias, de modo que outras perguntas precisam ser respondidas. Quais as relações entre as famílias monoparentais (ou, também, os domicílios unipessoais) e envelhecimento, isto é, em que momento as pessoas passam a não conviver com um cônjuge, ou passam a morar sozinhas? Quais as especificidades de estar em uma família monoparental ou em um domicílio unipessoal nas diferentes fases do ciclo de vida? O que caracteriza uma unidade onde o responsável é idoso e não trabalha, em relação a outros arranjos onde o idoso é um membro complementar? Por fim, como o envelhecimento populacional afeta o tamanho e a composição das famílias e o perfil da pobreza ao longo do tempo?

No que tange a agenda de pesquisa futura, esta precisa levar em consideração um aspecto adicional – além dos que emergiram a partir das perguntas e das limitações destacadas previamente: o fato de a pobreza ser um tema de pesquisa perspectivo em essência. Ainda que sejam feitos estudos retrospectivos para analisar como evoluiu a pobreza no tempo, é preciso se antecipar e projetar onde, quem e como será afetado por esta condição de privação daqui a alguns anos. Esta análise para frente é necessária até mesmo para o desenho, a implementação e a correta calibração de todas as políticas de combate e erradicação da pobreza.

Com isto, uma proposta geral de agenda de pesquisa precisa não só procurar responder às perguntas postas nos parágrafos anteriores, bem como não se pode limitar em cobrir as lacunas técnicas, teóricas e metodológicas ainda existentes. Para que as pesquisas sobre pobreza não se restrinjam ao campo da análise retrospectiva, de cunho primariamente acadêmico, é necessário desenvolver, com certa urgência, uma agenda que, ainda que existam limitações a superar e perguntas a serem respondidas, demanda ação para frente, para estimar (da melhor forma possível) onde estarão e quem serão os pobres nos próximos 15-20 anos.

Este objetivo, embora pareça ousado à primeira vista, é factível de ser alcançado, tomando-se emprestadas técnicas de projeção populacional e de previsão em séries temporais. A partir da utilização conjunta de técnicas próprias da Demografia e da Economia, é possível avançar não só no conhecimento sobre as características da pobreza no Brasil, como também evoluir em termos de previsão e antecipação do perfil da população pobre no país em um horizonte de projeção de médio prazo (15-20 anos). Além de se tentar prever o futuro, é possível avançar conjuntamente na análise de quais elementos são fundamentais para estudar corretamente a pobreza no país, e esta agenda de pesquisa precisa considerar a multiplicidade de fatores que compõem a privação e a necessidade de antecipar comportamentos futuros.

Conclusivamente, esta dissertação procurou – além de discutir, analisar de forma crítica e testar a teoria da feminização da pobreza – avaliar a evolução da pobreza no Brasil considerando-a em sua perspectiva multidimensional. A pesquisa mostrou que é um fenômeno multideterminado e dinâmico, no qual a privação tende a ser explicada mais pelas condições imateriais (como trabalho e escolaridade) do que por aquelas monetárias e materiais (como bens). Ainda assim, é preciso considerar todas elas em conjunto, pois a heterogeneidade, existente por características sociodemográficas, evidenciada nos primeiros dois capítulos se reflete em diferenciais na composição dos níveis de privação de uma família.

Em suma, evidenciou-se que a pobreza é um fenômeno com clara tendência de queda em seus níveis, mas que mantém forte heterogeneidade na população que estão nesta situação. O crescimento das famílias monoparentais de chefia feminina – que já representam 1 em cada 5 arranjos – não se refletiu em feminização da pobreza no Brasil, sendo que tais famílias têm níveis iguais ou até menores de privação, quando comparadas a outros arranjos. Finalmente, o uso de um índice multidimensional mostrou que a renda não consegue explicar a contento a pobreza no Brasil, pois esta é limitada e não contempla plenamente como uma família chegou a determinadas condições de vida e como estas evoluíram no tempo.

REFERÊNCIAS

- AGRESTI, A. **Analysis of ordinal categorical data**. 3.ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2010.
- AHLUWALIA, M. et al. Who benefits from economic development?: comment. **American Economic Review**, US, v. 70, n. 1, p. 242-245, 1980.
- ALKIRE, S.; CONCONI, A.; SETH, S. **Multidimensional poverty index 2014**: brief methodological note and results. Oxford: OPHI, 2014.
- _____; SANTOS, M. E. Measuring acute poverty in the developing world: robustness and scope of the multidimensional poverty index. **World Development**, Amsterdam, v. 59, p. 251-274, 2014.
- _____; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of Public Economics**, Amsterdam, v. 95, n. 7-8, p. 476-487, 2011.
- ALLISON, P. D. **Logistic regression using SAS®**: theory and application. 2.ed. Cary: SAS Institute Inc, 2012.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, DF: IPEA, 2013. p. 233-246.
- _____; CAVENAGHI, S. M. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. **APARTE – Inclusão Social em Debate**, Rio de Janeiro, RJ, IE/UFRJ, 2012.
- _____. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo, SP: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008.
- _____. A definição de família convivente do IBGE: cuidados metodológicos necessários. **APARTE – Inclusão Social em Debate**, Rio de Janeiro, RJ, IE/UFRJ, 2005.
- _____; CAVENAGHI, S. M. Questões conceituais e metodológicas relativas a domicílio, família e condições habitacionais. **Papeles de Población**, México, v. 11, n. 43, p. 105-131, 2005.
- _____; CAVENAGHI, S. M. Questões conceituais e metodológicas relativas a domicílio, família e condições habitacionais. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Argentina: ALAP, 2004.
- ANDO, A.; MODIGLIANI, F. The “life cycle” hypothesis of saving: aggregate implications and tests. **American Economic Review**, US, v. 53, n. 1, p. 55-84, 1963.
- ANDRADE, L. C. A redução da pobreza e da fome no Brasil no âmbito dos objetivos de desenvolvimento do milênio: o contraste entre o discurso oficial e a realidade doméstica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 4., 2013, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABRI, 2013
- ARAÚJO JR., A. F.; SALVATO, M. A.; QUEIROZ, B. L. Development and fertility in Brazil: fertility revision for more developed municipalities? **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, IPEA, n. 41, p. 99-116, 2013.

ARAÚJO, J. D. Polarização epidemiológica no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 21, n. 4, p. 533-538, 2012. (Publicado no Informe Epidemiológico do SUS, v. 1, n. 2, 1992 – Republicação *in memoriam*).

ARIZA, M.; OLIVEIRA, O. Familias, pobreza y necesidades de políticas públicas en México y Centroamérica. In: CEPAL. **Cambio de las familias en el marco de las transformaciones globales: necesidad de políticas públicas eficaces**. Santiago de Chile: CEPAL, 2004. (Serie Seminarios y Conferencias 42).

ARRETCHE, M. Relações federativas nas políticas sociais. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 23, n. 80, p. 25-48, 2002.

ARRIAGADA, I. Transformaciones familiares y políticas de bienestar em América Latina. In: _____. (Coord.). **Famílias y políticas públicas em América Latina: uma história de desencuentros**. Santiago de Chile: CEPAL, 2007. p. 125-156.

_____. **Famílias latinoamericanas: diagnóstico y políticas públicas em los inicios del nuevo siglo**. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. (Serie Políticas Sociales 57).

ATKINSON, A. B. On the measurement of poverty. **Econometrica**, Chicago, v. 55, n. 4, p. 749-764, 1987.

BACHA, E. L. **Política econômica e distribuição de renda**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1978.

BADEN, S.; MILWARD, K. **Gender inequality and poverty: trends, linkages, analysis and policy implications**. Brighton: Institute of Development Studies, 1997. (Report nº 30. Report prepared for the Gender Equality Unit – SIDA).

BANCO MUNDIAL. **Introduction to poverty analysis**. Washington, DC: The World Bank Institute, 2005.

BARBOSA, R. J. Comparabilidade das informações disponíveis nos Censos (1960-2010) e PNADs (1976, 1985, 1995 e 2005). **Texto para Discussão nº 17**, São Paulo, SP, 2014.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF). **Texto para Discussão n. 986**, Rio de Janeiro, RJ, IPEA, 2003.

_____; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000.

_____; FOX, L.; MENDONÇA, R. Female-headed households, poverty, and the welfare of children in urban Brazil. **Economic Development and Cultural Change**, Chicago, v. 45, n. 2, p. 231-257, 1997.

_____; MENDONÇA, R. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas – 1960/90. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, RJ, v. 25, n. 1, p. 115-164, 1995a.

_____; MENDONÇA, R. Pobreza, estrutura familiar e trabalho. **Texto para Discussão n. 366**, Brasília, DF, IPEA, 1995b.

BARROSO, C. Sozinhas ou mal acompanhadas - a situação das mulheres chefes de família. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1., 1978, Campos do Jordão, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1978. p. 457-472.

BECKER, G. S. **A treatise on the family**. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1981.

BERCOVICH, A. M.; VELLOZO, H. C. Notas sobre aparentes contradições na estrutura por idade e sexo no Censo Demográfico de 1980. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 46, n. 181-182, p. 53-121, 1985.

BERQUÓ, E. S.; CAVENAGHI, S. M. Notas sobre os diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 31, n. 2, p. 471-482, 2014.

_____; CAVENAGHI, S. M. Breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 74, p. 11-15, 2006.

_____; CAVENAGHI, S. M. Brazilian fertility regimes: profiles of women below and above replacement levels. In: IUSSP - INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 25., 2005, Tours, France. **Anais...** Liège: IUSSP, 2005.

_____. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: SEMINÁRIO “ESTUDOS DE GÊNERO FACE AOS DILEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA” – PROGRAMA RELAÇÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA, 3., 2001, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, SP: Fundação Carlos Chagas, 2001.

_____. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, F. A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. Brasília, DF: Companhia das Letras, 1998. p. 412-437. (Contrastes da Intimidade Contemporânea, v. 4).

BILAC, E. D. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2006. p. 51-65.

_____. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2003. (Mimeo).

BLANCO, M. El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo. **Revista Latinoamericana de Población**, Rio de Janeiro, RJ, Año 5, n. 8, p. 5-31, 2011.

BONELLI, R.; RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde os meados dos anos 70. **Revista de Economia Política**, São Paulo, SP, v. 13, n. 2, p. 76-97, 1993.

BONGAARTS, J. The fertility-inhibiting effects of the intermediate fertility variables. **Working Paper n° 57**, New York, NY, 1980.

_____. A framework for analyzing the proximate determinants of fertility. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 4, n. 1, p. 105-132, 1978.

BOURGEOIS-PICHAT, J. La mesure de la mortalité infantile: I. principes et méthodes. **Population**, Paris, v. 6, n. 3, p. 233-248, 1951.

BRASIL. Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 05 maio 2014.

_____. Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil sem Miséria. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 03 jun. 2011.

_____. Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 08 abr. 2008.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano plurianual 2008-2011: projeto de lei**. Brasília, DF, 2007.

_____. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 12 jan. 2004a.

_____. Ministério da Fazenda. **O gasto social do governo central: 2002 e 2003**. Brasília, DF, 2004b.

_____. Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 21 out. 2003a.

_____. Ministério da Fazenda. **O gasto social do governo central: 2001 e 2002**. Brasília, DF, 2003b.

_____. Presidência da República. Secretaria de Estado de Comunicação do Governo. **Brasil 1994-2002: a era do Real**. Brasília, DF: SECOM, 2002a.

_____. Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002. Regulamenta a Medida Provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001, relativamente ao “Auxílio-Gás”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 25 jan. 2002b.

_____. Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 12 abr. 2001a.

_____. Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: “Bolsa-Alimentação” e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 10 set. 2001b.

_____. Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 07 maio 1999.

_____. Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 30 jun. 1995. (Conversão da MP nº 1.027/1995).

_____. Medida Provisória nº 434, de 27 de fevereiro de 1994. Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 28 fev. 1994a.

_____. Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994. Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 28 maio 1994b. (Conversão da MP nº 482/1994).

_____. Medida Provisória nº 542, de 30 de junho de 1994. Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 28 fev. 1994c.

_____. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 08 dez. 1993.

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 25 jul. 1991.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Poder Executivo, 05 out. 1988. (Texto compilado).

_____. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 28 ago. 1979.

_____. Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974. Institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 12 dez. 1974.

_____. Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968. Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Poder Executivo, 14 ago. 1968.

BRITO, F. et al. A transição demográfica e as políticas sociais no Brasil. In: _____; BAENINGER, R. (Coord.). **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008a. p. 19-62.

_____. A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade. In: _____; BAENINGER, R. (Coord.). **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008b. p. 63-89.

_____. Crescimento demográfico e mudanças na estrutura etária: as especificidades da transição demográfica no Brasil. In: _____; BAENINGER, R. (Coord.). **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008c. p. 113-121.

BRUSCHINI, M. C. A. A.; RICOLDI, A. M. Família e trabalho: difícil conciliação para mães de baixa renda. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, SP, v. 39, n. 136, p. 93-123, 2009.

_____. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 6, n. 1, p. 1-23, 1989.

_____. **Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo**. 1986. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, SP, 1986.

BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S.; NEDER, H. D. Pobreza rural: pontos para uma agenda de políticas públicas. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Ed.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília, DF: IICA, 2012. p. 505-534. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 16).

BUVINIĆ, M.; GUPTA, G. R. Female-headed households and female-maintained families: are they worth targeting to reduce poverty in developing countries? **Economic Development and Cultural Change**, Chicago, v. 45, n. 2, p. 259-280, 1997.

CALDWELL, J. Three fertility compromises and two transitions. **Population Research Policy Review**, Virginia, v. 27, n. 4, p. 427-446, 2008.

_____. Toward a restatement of demographic transition theory. **Population and development review**. New York: Population Council, v. 2, n. 3/4, 1976. pp. 321-366.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; FERNANDES, D. A população brasileira e seus movimentos ao longo do Século XX. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Brasília, DF: IPEA, 2014a. p. 81-116.

_____. Menos jovens e mais idosos no mercado de trabalho? In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Brasília, DF: IPEA, 2014b. p. 377-406.

_____. et al. Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. In: _____. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2004. p. 137-167.

_____. **Fertility transition in Brazil in the twentieth century: a comparative study of three areas**. 1996. 399f. Tese (Doctor of Philosophy) - The London School of Economics and Political Science, University of London, London, 1996.

CAMPELLO, T.; FALCÃO, T. O fim da miséria é só um começo. In: _____.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Org.). **O Brasil sem miséria**. Brasília, DF: MDS, 2014. p. 793-823.

CARDOSO, F. H. Notas sobre a reforma do Estado. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 50, p. 5-12, 1998.

CARVALHO, J. A. M.; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 22, n. 2, p. 351-369, 2005.

_____. Para onde iremos: algumas tendências populacionais no século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 18, n. 1-2, p. 7-13, 2001.

_____. Evolução demográfica recente no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, RJ, v. 10, n. 2, p. 527-554, 1980.

_____.; SAWYER, D. O. Diferenciais de mortalidade no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1., 1978, Campos do Jordão, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1978. p. 231-259.

_____.; WOOD, C. H. Mortality, income distribution, and rural-urban residence in Brazil. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 4, n. 3, p. 405-420, 1978.

_____. Regional trends in fertility and mortality in Brazil. **Population Studies**, London, v. 28, n. 3, p. 401-421, 1974.

CASTRO, J. A.; CARDOSO JR., J. C. Políticas sociais no Brasil: gasto social do Governo Federal de 1988 a 2002. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília, DF: IPEA, 2005. p. 261-318.

CAVENAGHI, S. M.; BERQUÓ, E. S. Perfil socioeconômico e demográfico da fecundidade no Brasil de 2000 a 2010. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 6., 2014, Lima, Perú. **Anais...** Argentina: ALAP, 2014.

_____; ALVES, J. E. D. Domicilios y familias en la experiencia censal del Brasil: cambios y propuesta para identificar arreglos familiares. **Notas de Población**, Santiago de Chile, n. 92, p. 15-46, 2011.

CEPAL. **Familia y futuro**: um programa regional em America Latina y el Caribe. Santiago de Chile: CEPAL, 1994.

CERRUTTI, M.; BINSTOCK, G. **Famílias latinoamericanas em transformação**: desafios y demandas para la acción pública. Santiago de Chile: CEPAL, 2009. (Série Políticas Sociales 147).

CHANT, S. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. **Texto para Discussão n. 1332**, Rio de Janeiro, RJ, IPEA, 2008.

_____. **Gender, generation and poverty**: exploring the ‘feminisation of poverty’ in Africa, Asia and Latin America. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2007.

_____. Dangerous equations? How female-headed households became the poorest of the poor: causes, consequences and cautions. **IDS Bulletin**, Inglaterra, v. 35, n. 4, p. 19-26, 2004.

_____. The ‘Engendering’ of poverty analysis in developing regions: progress since the United Nations decade for women, and priorities for the future. **New Working Paper Series n. 11**, London, 2003.

CODES, A. L. M. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. **Texto para Discussão n. 1332**, Rio de Janeiro, RJ, IPEA, 2008.

_____. Combate à pobreza na América Latina: uma abordagem comparativa. In: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Pobreza e desigualdade sociais**. Salvador, BA: SEI, 2003. p. 47-64.

COHEN, P. N. et al. Moynihan’s half century: have we gone to hell in a hand basket? In: CCONTZ, S. (Ed.). **Moynihan+50**: family structure still not the problem. Miami: The Council of Contemporary Families, 2015. p. 5-18.

COHN, A. Entre sair da pobreza e ingressar na cidadania: nova classe média: utopia de um futuro fugaz? In: BARTELT, D. D. (Org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro, RJ: Heinrich Böll, 2013. p. 106-114.

_____. Gastos sociais e políticas sociais nos anos 90: a persistência do padrão histórico de proteção social brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., 2000, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** São Paulo, SP: ANPOCS, 2000.

COMIN, A. A. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. In: ARRETCHE, M. (Org.). **Trajétoria das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, SP: Editora Unesp; CEM, 2015. p. 367-394.

COSTA, D. I. P. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 17, n. 1-2, p. 47-66, 2000.

COSTA, J. S. et al. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. **Texto para Discussão n. 1137**, Brasília, DF, IPEA, 2005.

COUTINHO, R. Z. An application of the Bongaarts proximate determinants of low fertility for Brazil. In: PROCEEDINGS OF THE EUROPEAN POPULATION CONFERENCE, 2014, Budapest (HUN). **Anais...** 2014.

_____; MORGAN, P.; GOLGHER, A. B. An application of the Bongaarts proximate determinants of low fertility for Brazil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2014.

COX, D. R. Regression models and life tables. **Journal of the Royal Statistical Society**, London, v. 34, n. 2, p. 187-220, 1972.

DANZIGER, S. K.; DANZIGER, S. Child poverty and antipoverty policies in the United States: lessons from research and cross-national policies. In: KAMERMAN, S. B.; PHIPPS, S.; BEM-ARIEH, A. (Ed.). **From child welfare to child well-being: an international perspective on knowledge in the service of policy making**. New York, NY: Springer-Verlag, 2010.

DAVIDS, T.; VAN DRIEL, F. Globalisation and the need for a 'gender lens': a discussion of dichotomies and orthodoxies with particular reference to the 'feminisation of poverty'. In: CHANT, S. (Ed.). **The international handbook of gender and poverty: concepts, research, policy**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2010. p. 101-104.

DAVIS, K.; BLAKE, J. Social structure and fertility: an analytic framework. **Economic Development and Cultural Change**, Chicago, v. 4, n. 3, p. 211-235, 1956.

DEDECCA, C. S. et al. Uma abordagem multidimensional da pobreza rural segundo a perspectiva da política pública. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Ed.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília, DF: IICA, v. 16, 2012. p. 17-54. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

DEERE, C. D. Household wealth and women's poverty: conceptual and methodological issues in assessing gender inequality in asset ownership. In: CHANT, S. (Ed.). **The international handbook of gender and poverty: concepts, research, policy**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2010. p. 101-104.

DEMO, P. **Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1996.

DINIZ, M. B.; DINIZ, M. D. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. **Economia Aplicada**, São Paulo, SP, v. 13, n. 3, p. 399-423, 2009.

DRAIBE, S. M. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo social – USP**, São Paulo, SP, v. 15, n. 2, p. 63-101, 2003.

DUNCAN, G. J.; HOFFMAN, S. D. A reconsideration of the economic consequences of marital dissolution. **Demography**, Chicago, v. 22, n. 4, p. 485-498, 1985.

EICHENBERG SILVA, L. C. (Coord.). O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida. **Texto para Discussão n. 274**, Rio de Janeiro, RJ, IPEA, 1992.

EICHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Editora 34, 2002.

FAGNANI, E. Política social e desigualdade: projetos em disputa. **Texto para Discussão IE/UNICAMP n. 238**, Campinas, SP, 2014.

_____. A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Texto para Discussão IE/UNICAMP n. 192**, Campinas, SP, 2011a.

_____. Como conquistar o desenvolvimento social. **Le monde diplomatique Brasil**, n. 43. 2011b. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=864>. Acesso em: 03 jan. 2015.

_____. Notas sobre o desenvolvimento social recente no Brasil. **Texto para Discussão IE/UNICAMP n° 198**, Campinas, SP, 2011c.

_____. **Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade**. 2005. 604f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

FAVARO, C. S. **Entre o prover, o trabalhar e o cuidar: a participação das mulheres unidas no provimento doméstico e seus reflexos na organização familiar**. 2013. 230f. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

_____. **“Ser pai e mãe ao mesmo tempo”**: organização doméstica, estratégias familiares e redes sociais de mulheres chefes de domicílios monoparentais. 2009. 167f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

FARIA, V. E.; POTTER, J. E. Televisão, telenovelas e a queda da fecundidade no Nordeste. Tradução de: Heloísa Buarque de Almeida. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 62, p. 21-39, 2002.

_____. Government policy and fertility regulation: unintended consequences and perverse effects. **Brazilian Journal of Population Studies**, Brasília, DF, n. 1, p. 179-205, 1997/1998.

FERNANDEZ, R. E.; CARVALHO, J. A. M. A evolução da fecundidade no Brasil, período 1957-1979: aplicação da técnica dos filhos próprios para se estimar a fecundidade ano a ano. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 3, n. 2, p. 67-86, 1986.

FERREIRA, F. H. G.; BARROS, R. P. The slippery slope: explaining the increase in extreme poverty in urban Brazil, 1976-1996. **Revista de Econometria**, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 2, p. 211-296, 1999.

FIELDS, G. Who benefits from economic development?: a reexamination of Brazilian growth in the 1960s. **American Economic Review**, US, v. 67, n. 4, p. 570-582, 1977.

FIENBERG, S. E. **The analysis of cross-classified categorical data**. Cambridge, MA: MIT Press, 1980.

FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. **American Economic Review**, US, v. 62, n. 2, p. 391-402, 1972.

FMI - FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World economic outlook**. Washington, DC: International Monetary Found, 2004.

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. **Econometrica**, Chicagok, v. 52, n. 4, p. 761-767, 1984.

FOX, J. **Applied regression analysis, linear models, and related methods**. Thousand Oaks: SAGE, 1997.

FOX, M. L.; MORLEY, S. A. **Who paid the bill?** Adjustment and poverty in Brazil, 1980-95. Washington DC: World Bank, 1991. (Policy Research Working Paper).

FRENK, J. et al. La transición epidemiológica em América Latina. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, Washington, DC, v. 111, n. 6, p. 485-496, 1991.

FRIAS, L. A. M.; CARVALHO, J. A. M. Fecundidade nas regiões brasileiras a partir de 1903: uma tentativa de reconstrução do passado através das gerações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1994. p. 23-46.

FUCHS, V. R. The feminization of poverty? **NBER Working Paper n. 1934**, Cambridge, National Bureau of Economic Research, 1986.

FUKUDA-PARR, S. What does feminization of poverty mean? It isn't just lack of income. **Feminist Economics**, London, v. 5, n. 2, p. 99-103, 1999.

GANDRA, R. M. O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90. **Texto para Discussão n. 001**, Rio de Janeiro, RJ 2004.

GARCÍA, B.; OLIVEIRA, O. Mujeres jefas de hogar y su dinámica familiar. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 1., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Argentina: ALAP, 2004.

GARFINKEL, I.; McLANAHAN, S. **Single mothers and their children: a new American dilemma**. Washington, DC: Urban Institute Press, 1986.

GOLDANI, A. M. What will happen to Brazilian fertility? In: UNITED NATIONS. **Completing the fertility transition**. New York, NY: UN Population Division, 2009. p. 331-346.

_____. Reinventar políticas para familias reinventadas: entre la "realidad" brasileña y la utopía. In: CEPAL. **Reunión de expertos: Políticas hacia las familias, protección e inclusión sociales**. Santiago de Chile: CEPAL, 2005.

_____; LAZO, A. V. Brasil: desafíos de las políticas para las familias. In: ARRIAGADA, I.; ARANDA, V. (Org.). **Cambio de las familias en el marco de las transformaciones globales: necesidad de políticas públicas eficaces**. Santiago de Chile: CEPAL, 2004. (Serie Seminarios y Conferencias, n. 42).

_____. Retratos de família em tempo de crise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, Ano 2, número especial, p. 303-335, 1994a.

_____. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, n. 91, p. 7-22, 1994b.

_____. **Família brasileira em transição: evolução e perspectivas futuras**. Santiago de Chile: CEPAL, 1993. (Série A – CELADE, nº 243).

_____. A informação de família no Censo Demográfico. In: SILVA, L. M. (Coord.). **Censos, consensos e contra-sensos – III Seminário Metodológico dos Censos Demográficos**. Ouro Preto, MG: ABEP, 1984. p. 235-281.

GONZÁLEZ DE LA ROCHA, M. A manera de introducción: cambio social, transformación de la familia y divergencias del modelo tradicional. In: _____ (Coord.). **Divergencias del modelo tradicional: hogares de jefatura femenina en América Latina**. Ciudad de México, DF: CIESAS, 1999. p. 19-36.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Basic econometrics**. 5.ed. New York, NY: McGraw-Hill/Irwin, 2009.

GUZMÁN, J. M. et al. The demography of Latin America and the Caribbean since 1950. **Population**, Paris, v. 61, n. 5-6, p. 519-620, 2006.

HAGENAARS, A. J. M.; DE VOS, K. The definition and measurement of poverty. **The Journal of Human Resources**, Madison, v. 23, n. 2, p. 211-221, 1988.

_____. A class of poverty indices. **International Economic Review**, US, v. 28, n. 3, p. 583-607, 1987.

_____; VAN PRAAG, B. M. S. A synthesis of poverty line definitions. **Review of Income and Wealth**, US, v. 31, n. 2, p. 139-154, 1985.

HAIDER, S.; LOUGHRAN, D. **Elderly labour supply: work or play?** Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2001. (Working Paper Series nº 01-09).

HAKKERT, R. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 1996.

HENRIQUE, W.; OLIVEIRA, C. A. B. Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudos. **Texto para Discussão nº 4**, Campinas, SP, CESIT/UNICAMP, 1991.

HERZOG, C. **A novela na família versus a família na novela**. São Paulo, SP, 1994. (Mimeo).

HESPANHOL, A. N. Manutenção e reprodução da pobreza rural no Brasil e o desafio da sua superação por meio de políticas públicas. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, MG, v. 9, n. 18, p. 1-17, 2014.

HORTA, C. L. G.; CARVALHO, J. A. M.; FRIAS, L. A. M. Recomposição da fecundidade por geração para o Brasil e regiões: atualização e revisão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2000. p. 1-22.

HOSMER, D. W.; LEMESHOW, S.; STURDIVANT, R. X. **Applied logistic regression**. 3.ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2013.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2011**. Rio de Janeiro, RJ: 2011. (Manual de Entrevista).

IBRE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. Carta do IBRE – Desafios do governo Dilma. **Conjuntura Econômica**, São Paulo, SP, v. 65, n. 3, p. 10-13, 2011.

IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília, DF, 2015.

_____. PNAD 2009 – Primeiras análises: investigando a chefia feminina de família. **Comunicados do IPEA n. 65**, Brasília, DF, 2010.

_____. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, v. 14. Brasília, DF, 2007.

_____. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, v. 7. Brasília, DF, 2003.

JACCOUD, L. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, DF, 2009. p. 57-86.

_____. Entre a pobreza e a cidadania: a política pública de assistência social no pós-1988. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO. **20 Anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da seguridade social**. Brasília, DF: ANFIP, 2008. p. 255-266.

JANNUZZI, P. M. et al. Dimensionamento da extrema pobreza no Brasil: aprimoramentos metodológicos e novas estimativas para 2001 a 2013. **Estudo Técnico nº 17**, Brasília, DF, 2014.

KABEER, N. Agency, well-being and inequality: reflections on the gender dimensions of poverty. **IDS Bulletin**, Inglaterra, v. 27, n. 1, p. 11-21, 1996.

KAGEYAMA, Â.; HOFFMANN, H. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

KANSO, S. Compressão da mortalidade no Brasil. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 155-176.

KEYFITZ, N.; CASWELL, H. **Applied mathematical demography**. 3.ed. New York, NY: Springer-Verlag, 2005.

KLEINBAUM, D. G.; KLEIN, M. **Logistic regression: a self-learning text**. 3.ed. New York, NY: Springer, 2010.

KÜFFER, C. F.; TEIXEIRA, P. E.; COLANTONIO, S. E. Hogares, familias, género y jefaturas de hogar en dos poblaciones latinoamericanas (Punilla, Córdoba, Argentina; Campinas, São Paulo, Brasil) a fines del siglo XVIII. **Estudios Historicos**, Rivera, n. 3, p. 1-23, 2009.

KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. **American Economic Review**, US, v. 45, n. 1, p. 1-28, 1955.

LANGONI, C. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Expressão e Cultura, 1973.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006.

_____. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, Ano 4, n. 2, p. 464-479, 1996.

LEE, R. The demographic transition: three centuries of fundamental change. **The Journal of Economic Perspectives**, US, v. 17, n. 4, p. 167-190, 2003.

LEONE, E. T.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. E. A. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 59-77, 2010.

LLOYD, C. B. Household structure and poverty: what are the connections? In: LIVI-BACCI, M.; DE SANTIS, G. (Ed.). **Population and poverty in the developing world**. Oxford: Clarendon Press, 1998. p. 84-103.

LOPEZ, F. G. Fórum Nacional da Previdência Social: consensos e divergências. **Texto para Discussão n. 1432**, Brasília, DF, IPEA, 2009.

MACEDO, M. S. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 21, n. 53, p. 389-404, 2008.

MAIA, A. G. Distribuição de rendimentos e qualidade de vida dos domicílios rurais brasileiros. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Ed.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília, DF: IICA, 2012. p. 335-366. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 16).

_____. A contribuição das fontes de rendimento na dinâmica da distribuição espacial da renda no Brasil. **Nova Economia**, Belo Horizonte, MG, v. 20, n. 3, p. 461-490, 2010.

MANGANELLI, A.; JACINTO, P. A. Diferenciias de salários entre homens e mulheres no Brasil: o “teto de vidro”. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7., 2013, São Paulo, SP. **Anais... ALAST**, 2013.

MANKIW, N. G.; ROMER, D.; WEIL, D. N. A contribution to the empirics of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 107, n. 2, p. 407-437, 1992.

MARCOUX, A. The feminization of poverty: claims, facts, and data needs. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 24, n. 1, p. 131-139, 1998.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1967.

McLANAHAN, S.; KELLY, E. L. The feminization of poverty: past and future. In: CHAFETZ, J. S. (Ed.) **Handbook of the sociology of gender**. New York, NY: Kluwer Academic/Plenum Publisher, 1999. p. 127-145.

_____; BOOTH, K. Mother-only families: problems, prospects, and politics. **Journal of Marriage and Family**, US, v. 51, n. 3, p. 557-580, 1989.

_____; GARFINKEL, I.; WATSON, D. Family structure, poverty and the underclass. In: McGEARY, M. G. H.; LYNN, L. E. (Ed.). **Urban change and poverty**. Washington, DC: National Academy Press, 1988. p. 102-147.

_____; ASTONE, N. M.; MARKS, N. **The role of mother-only families in reproducing poverty**. Madison: The University of Wisconsin, 1988. (CDE Working Paper nº 88-48).

_____. Family structure and the reproduction of poverty. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 90, n. 4, p. 873-901, 1985.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. The ‘feminisation of poverty’: a widespread phenomenon? In: CHANT, S. (Ed.). **The international handbook of gender and poverty: concepts, research, policy**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2010. p. 95-100.

_____; OSÓRIO, R. G. Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 e 1998. **Texto para Discussão n. 788**, Brasília, DF, 2001.

_____; OSÓRIO, R. G. Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 17, n. 1-2, p. 67-85, 2000.

_____; COSTA, J. Is there a feminization of poverty in Latin America? **World Development**, Oxford, v. 36, n. 1, p. 115-127, 2008.

MERCADANTE, A. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula (2003-2010)**. 2010. 537f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

_____; TAVARES, M. C. Eixos de um novo modelo. **Teoria e Debate**, São Paulo, SP, v. 14, n. 49, p. 10-14, 2001.

MERRICK, T. W.; BERQUO, E. S. **The determinants of Brazil’s recent rapid decline in fertility**. Washington DC: National Research Council, 1983. (Report n. 23).

_____; GRAHAM, D. H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1981. (Tradução do original: Population and economic development in Brazil: 1800 to the present, 1979).

MIRANDA-RIBEIRO, A.; RIOS-NETO, E. L. G.; CARVALHO, J. A. M. Efeitos tempo, parturição e *quantum* no Brasil: indicadores de período e evidências empíricas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 30, n. 1, p. 145-170, 2013.

_____. **Reconstrução de histórias de nascimentos a partir de dados censitários: aspectos teóricos e evidências empíricas**. 2007. 177f. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2007.

MODIGLIANI, F.; BRUMBERG, R. Utility analysis and the consumption function: an interpretation of cross-section data. In: KURIHARA, K. K. (Ed.). **Post-keynesian economics**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1954.

MONTALI, L. **Mudanças na família, no mercado de trabalho e nos arranjos familiares**. São Paulo, SP: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2014.

_____; LIMA, M. T. A divisão sexual do trabalho e a desigualdade no mercado de trabalho segundo gênero: implicações para a superação da pobreza. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7., 2013, São Paulo, SP. **Anais...** ALAST, 2013.

_____. Padrões familiares de inserção no período de recuperação da economia nos anos 2000: homens e mulheres no mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2010.

_____; TAVARES, M. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 25, n. 2, p. 211-231, 2008.

_____. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.

NARAYAN, D. et al. **Can anyone hear us?** Voices from 47 countries Oxford: Oxford University Press, 2000. (Voices of the poor – Volume I).

NASCIMENTO, A. M. População e família brasileira: ontem e hoje. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2006.

O'CONNELL, A. A. **Logistic regression models for ordinal response variables.** Thousand Oaks: SAGE, 2006. (Series - Quantitative Applications in the Social Sciences. Series/Number 07-146).

OLIVEIRA, C. A. B.; HENRIQUE, W. Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 4, n. 2, p. 25-28, 1990.

OLIVEIRA, J. S. “Brasil mostra a tua cara”: imagens da população brasileira nos Censos Demográficos de 1872 a 2000. **Texto para Discussão Escola Nacional de Ciências Estatísticas n. 6**, Rio de Janeiro, RJ, 2003.

OLIVEIRA, M. C. F. A.; VIEIRA, J. M.; MARCONDES, G. S. Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências. In: ARRETECH, M. (Org.). **Trajetória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos.** São Paulo, SP: Editora Unesp; CEM, 2015. p. 309-334.

_____; VIEIRA, J. M.; BARROS, L. F. W. Composición de los domicilios y núcleos familiares brasileños: revelaciones de la PNDS 2006. In: BINSTOCK, G.; VIEIRA, J. M. (Coord.). **Nupcialidad y familia en la América Latina actual.** Rio de Janeiro, RJ: ALAP, 2011. p. 225-253.

_____. A família brasileira no limiar dos anos 2000. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, Ano 4, n. 1, p. 55-63, 1996.

_____; BERQUÓ, E. S. A família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 13., 1989, Caxambu, MG. **Anais...** São Paulo, SP: ANPOCS, 1989.

_____. Algumas notas sobre o ciclo vital como perspectiva de análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2., 1980, São Paulo, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1980. p. 617-642.

OLIVEIRA, S.; SABÓIA, A. L.; SOARES, B. C. Gênero e participação social: dimensões preliminares da responsabilidade feminina por domicílios. In: ENCONTRO NACIONAL DE

ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2002.

OMRAN, A. R. The epidemiologic transition theory revisited thirty years later. **World Health Statistics Quarterly**, Geneva, v. 51, n. 2-4, p. 99-119, 1998.

_____. The epidemiologic transition theory: a preliminary update. **Journal of Tropical Pediatrics**, London, v. 29, n. 6, p. 305-316, 1983.

ONU. **The millenium development goals report**. New York, NY: United Nations, 2014.

_____. **World population prospects: the 2012 revision**. New York, NY: United Nations, 2013. Disponível em: <<http://esa.un.org/Wpp/index.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. **Principles and recommendations for population and housing censuses**. New York, NY: United Nations, 2008. (Revision 2).

_____. **Manual IX: the methodology of measuring the impact of family planning programmes on fertility**. New York, NY: Department of International Economic and Social Affairs, 1979.

OSÓRIO, R. G.; SOARES, S. S. D. O Brasil sem miséria e as mudanças no desenho do Bolsa Família. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Org.). **O Brasil sem miséria**. Brasília,DF: MDS, 2014. p. 747-762.

PACHECO, K.; DEL VECCHIO, R.; KERSTENETZKY, C. Pobreza fuzzy multidimensional: uma análise das condições de vida na Zona Oeste do Rio de Janeiro: 1991 a 2000. **Texto para Discussão n. 30**, Rio de Janeiro, RJ, CEDE, 2010.

PAIVA, P. T. A.; WAJNMAN, S. Das causas às conseqüências econômicas da transição demográfica no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 22, n. 2, p. 303-322, 2005.

PATARRA, N. L. Transición demográfica: resumen histórico o teoría de población. **Demografia y Economia**, Ciudad del México, v. 3, n. 1, p. 86-95, 1973.

PEARCE, D. The feminization of poverty: women, work and welfare. **The Urban & Social Change Review**, Boston, v. 11, n. 1-2, p. 28-36, 1978.

PIERSON, P. **Dismanteling the welfare state?: reagan, tatcher and politics of retrenchment**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

POCHMANN, M. Tributação que aprofunda a desigualdade. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, SP, CESIT-IE/UNICAMP, n. 8, 2008.

_____. Políticas de combate à pobreza no Brasil: necessidades e dificuldades nos anos 90. **Indicadores econômicos FEE**, Porto Alegre, RS, v. 21, n. 4, p. 99-106, 1994.

POTTER, J. E. et al. Mapping the timing, pace, and scale of the fertility transition in Brazil. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 36, n. 2, p. 283-307, 2010.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília, DF: PNUD/IPEA/FJP, 2013. (Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013).

PRATA, P. R. A transição epidemiológica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 2, p. 168-175, 1992.

PRESTON, S. H. Causes and consequences of mortality declines in less developed countries during the twentieth century. In: EASTERLIN, R. (Ed.). **Population and economic change in developing countries**. Chicago: University of Chicago Press, 1980. p. 289-360.

RAMOS, L. Poverty in Brazil in the 80s. **Texto para Discussão n. 361**, Rio de Janeiro, RJ, 1994.

RIBAS, R. P. A caracterização da pobreza urbana ao longo do tempo: aplicação do modelo idade-período-coorte na estimação das tendências de privações crônica e transitória no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 24, n. 1, p. 139-161, 2007.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011). **Estudos e Pesquisas n. 492**, Rio de Janeiro, RJ, INAE, 2013. (Texto apresentado ao XXV Fórum Nacional – “O Brasil de Amanhã: transformar crise em oportunidade”).

_____. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006.

_____. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2000. p. 109-130.

_____. Renda e pobreza: os impactos do Plano Real. **Texto para Discussão n. 439**, Rio de Janeiro, RJ, IPEA, 1996.

_____. Governabilidade e pobreza: o desafio dos números. **Texto para Discussão n. 368**, Rio de Janeiro, RJ, IPEA, 1995.

_____. Renda e pobreza no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, SP, v. 10, n. 1-2, p. 99-106, 1993.

_____. Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo: um balanço dos anos oitenta. **Boletim Conjuntural**, Rio de Janeiro, RJ, IPEA, n. 12, 1991.

ROLIM, C. et al. Construção de indicadores de pobreza: aplicação do índice de pobreza humana municipal no Estado de Sergipe. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, CE, v. 37, n. 4, p. 512-529, 2006.

ROMER, P. M. Endogenous technical changes. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 98, n. 5, p. S71-S102, 1990.

SABÓIA, A. L.; COBO, B.; MATOS, G. G. Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no Censo 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012.

_____; SOARES, C. O conceito de chefia nas pesquisas domiciliares através do recorte por sexo e presença do cônjuge – uma contribuição à discussão da “feminização da pobreza”. **Revista Gênero**, Niterói, RJ, v. 4, n. 2, p. 53-71, 2004.

SABOIA, J. Efeitos do salário mínimo sobre a distribuição de renda no Brasil no período 1995/2005: resultados de simulações. **Econômica**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 2, p. 270-295, 2007.

_____; ROCHA, S. **An evaluation methodology for minimum income programmes in Brazil**. Genebra: OIT, 2002.

SALAMA, P.; VALIER, J. **Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo**. São Paulo: Editora Nobel, 1997.

SALVADOR, E. Reforma tributária desmonta o financiamento das políticas sociais. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, SP, n. 8, 2008.

SANTOS, M. E. et al. **A multidimensional poverty index for Latin America**. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative, 2015. (OPHI Working Paper n. 79).

_____. **Measuring multidimensional poverty in Latin America: previous experience and the way forward**. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative, 2014. (OPHI Working Paper n. 66).

SCHRAMM, J. M. A. et al. Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 4, p. 897-908, 2004.

SCOTT, A. S. V. A historiografia do cambridge group: contribuições ao estudo da população, da família e do grupo doméstico. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, PA, v. IX, n. 1, p. 1-31, 2013.

SEN, G. Poor households or poor women: is there a difference? In: CHANT, S. (Ed.). **The international handbook of gender and poverty: concepts, research, policy**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2010. p. 101-104.

SERVO, L. M. S. Perfil epidemiológico da população brasileira e o espaço das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 491-510.

SILVA, A. M. R.; NEDER, H. D. Abordagem das capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. In: CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA SOBRE ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E DESENVOLVIMENTO HUMANO, 3., 2010, Porto Alegre, RS. **Anais...** 2010.

SORJ, B.; FONTES, A. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. In: COSTA, A. O. et al. **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2008. p. 187-205.

SPIJKER, J.; MacINNES, J. Population ageing: the timebomb that isn't? **British Medical Journal**, Londres, v. 347, n. 7933, p. 1-5, 2013.

STOKES, M. E.; DAVIS, C. S.; KOCH, G. G. **Categorical data analysis using SAS®**. 3.ed. Cary: SAS Institute Inc, 2012.

TAVARES, M. C. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas, SP: IE/Unicamp, 1998.

TELLES, V. **Pobreza e cidadania**. São Paulo, SP: Editora 34, 2001.

THERBORN, G. **Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2006.

VASCONCELOS, A. M. N.; GOMES, M. M. F. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 21, n. 4, p. 539-548, 2012.

WAJNMAN, S. **Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros**. 2012. 158f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2012.

WILSON, W. J. **The truly disadvantaged: the inner city, the Underclass and public policy**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

WONG, L. L. R.; PERPÉTUO, I. H. O. Uma visão transversal e longitudinal de quatro décadas de queda de fecundidade no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. p. 71-86. (Série G. Estatística e Informação em Saúde).

_____; CARVALHO, J. A. M. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 23, n. 1, p. 5-26, 2006.

_____. A diminuição dos nascimentos e a queda da fecundidade no Brasil dos anos pós 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5., 1986, Águas de São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1986. p. 233-256.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introductory econometrics: a modern approach**. 5.ed. Mason: Cengage Learning, 2012.

_____. **Econometric analysis of cross section and panel data**. Cambridge, MA: MIT Press, 2002.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. F. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. In: PRÉ-EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: CRESCIMENTO, DIVERSIDADE E POLÍTICAS, 2002, Ouro Preto, MG. **Anais...** 2002.

WRIGHT, R. E. Household structure and poverty. **Genus**, Roma, v. 50, n. 3-4, p. 133-150, 1994.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, SP, n. 110, p. 288-322, 2012.

ZAVALA DE COSIO, M. E. Dos modelos de transición demográfica en América Latina. **Revista Perfiles Latinoamericanos**, México DF, n. 06, p. 288-322, 1995.

APÊNDICE A

Índice de pobreza multidimensional e distribuição das famílias por categorias do índice, segundo tipo de composição familiar e sexo da pessoa responsável, Brasil (1995-2014)

Ano	Monoparental – homem				Casal sem filhos – homem				Casal com filhos – homem			
	IMP	Categorias do IMP (%)			IMP	Categorias do IMP (%)			IMP	Categorias do IMP (%)		
		Não pobre	Vulnerável	Pobre		Não pobre	Vulnerável	Pobre		Não pobre	Vulnerável	Pobre
1995	0,310	30,5	28,0	41,5	0,254	43,5	28,9	27,6	0,299	34,5	23,8	41,6
1996	0,301	33,4	26,9	39,7	0,247	45,2	27,9	26,9	0,291	36,3	24,0	39,7
1997	0,291	34,6	28,6	36,8	0,250	44,5	27,9	27,6	0,289	36,5	23,8	39,6
1998	0,282	35,6	29,3	35,0	0,245	46,1	27,8	26,1	0,283	37,5	24,2	38,3
1999	0,286	35,3	28,5	36,3	0,245	46,2	27,2	26,6	0,282	36,9	25,0	38,1
2001	0,269	36,7	32,2	31,1	0,228	49,6	29,1	21,4	0,275	37,4	26,3	36,3
2002	0,270	36,0	31,9	32,0	0,223	51,4	28,4	20,2	0,269	39,0	26,2	34,9
2003	0,263	37,5	34,5	28,1	0,221	51,8	28,3	19,9	0,266	38,8	27,4	33,7
2004	0,265	38,2	31,6	30,2	0,217	52,4	29,2	18,4	0,264	39,3	27,1	33,5
2005	0,256	39,1	33,6	27,2	0,217	52,3	29,0	18,6	0,259	40,8	26,4	32,9
2006	0,243	43,4	32,1	24,4	0,207	54,8	28,7	16,5	0,248	43,3	26,8	29,9
2007	0,243	44,8	30,3	25,0	0,200	56,7	28,1	15,2	0,238	46,3	25,7	28,0
2008	0,231	46,8	31,3	21,9	0,196	57,8	28,3	13,9	0,230	48,1	25,8	26,1
2009	0,231	46,3	31,1	22,6	0,191	58,6	28,2	13,1	0,225	49,1	25,9	25,0
2011	0,209	53,7	28,0	18,3	0,177	63,5	25,3	11,2	0,206	54,4	24,2	21,5
2012	0,193	58,2	26,0	15,8	0,169	66,0	24,3	9,7	0,192	58,1	22,9	18,9
2013	0,197	56,5	28,2	15,3	0,173	63,7	26,1	10,2	0,192	57,2	24,5	18,2
2014	0,177	61,4	28,3	10,2	0,157	69,6	23,4	7,0	0,180	61,7	22,1	16,2

(continua...)

(continuação)

Ano	Monoparental – mulher				Casal sem filhos – mulher				Casal com filhos – mulher			
	IMP	Categorias do IMP (%)			IMP	Categorias do IMP (%)			IMP	Categorias do IMP (%)		
		Não pobre	Vulnerável	Pobre		Não pobre	Vulnerável	Pobre		Não pobre	Vulnerável	Pobre
1995	0,301	29,1	30,4	40,5	0,210	56,9	25,8	17,3	0,279	38,4	25,8	35,8
1996	0,297	29,9	29,8	40,4	0,194	59,2	23,5	17,3	0,262	39,6	28,6	31,8
1997	0,289	30,6	31,2	38,2	0,191	60,2	24,1	15,8	0,255	42,5	24,6	32,9
1998	0,286	31,1	31,9	37,0	0,189	61,2	21,6	17,3	0,247	45,0	24,4	30,6
1999	0,284	31,4	31,9	36,8	0,181	61,5	25,6	12,8	0,245	43,0	27,9	29,1
2001	0,273	32,7	33,9	33,4	0,173	64,1	24,0	11,9	0,240	43,3	30,9	25,8
2002	0,267	33,6	34,8	31,5	0,187	62,4	22,6	15,0	0,239	44,3	28,9	26,8
2003	0,267	33,8	34,9	31,4	0,185	60,1	26,6	13,2	0,244	43,1	27,7	29,2
2004	0,265	33,8	35,6	30,5	0,188	59,8	26,0	14,2	0,243	42,0	29,9	28,0
2005	0,258	36,4	34,5	29,1	0,175	63,4	25,6	11,0	0,230	46,7	28,3	25,0
2006	0,249	38,7	34,5	26,8	0,179	63,3	25,0	11,7	0,232	45,5	29,0	25,5
2007	0,244	40,6	33,8	25,6	0,171	65,3	24,7	10,0	0,219	49,5	28,3	22,2
2008	0,234	42,8	33,9	23,3	0,169	64,6	26,0	9,4	0,211	51,2	28,9	20,0
2009	0,234	43,1	33,1	23,8	0,166	67,1	23,6	9,3	0,198	54,9	26,9	18,3
2011	0,216	48,5	31,4	20,1	0,155	70,3	21,3	8,4	0,197	55,5	25,4	19,1
2012	0,205	51,7	29,9	18,4	0,155	70,4	21,5	8,1	0,182	60,9	22,7	16,3
2013	0,205	51,2	31,1	17,7	0,158	68,0	24,5	7,5	0,187	57,3	26,1	16,6
2014	0,190	56,7	28,3	15,0	0,144	73,8	20,8	5,4	0,178	61,6	23,8	14,6

Fonte: Elaboração a partir dos microdados das PNADs de 1995 a 2014.

Nota: A categoria “pobre” agrega os grupos de privação “pobre” e “extremamente pobre”.